EDIÇÃO LIBERADA P/ CIRCULAÇÃO EM 26 ABR 2006 IOESC

Impresso Especial
68000010/2002-DR/SC
CORREIOS

DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO LXXII | FLORIANÓPOLIS, (TERÇA-FEIRA) 18 DE ABRIL DE 2006 | NÚMERO 17.866

SUMÁRIO

Governo do Estado....01
Atos do Poder Judiciário....
Atos do Poder Legislativo....
Atos do Poder Executivo....01
Gabinete do Governador....13
Gabinete do Vice-Governador....13

Secretarias de Estado

Administração....
Agricultura e Desenvolvimento Rural....13
Comunicação....
Coordenação e Articulação....
Cultura, Turismo e Esporte....13
Desenvolvimento. Social, Trabalho e Renda....
Desenvolvimento Sustentável....14
Educação, Ciência e Tecnologia....15
Fazenda....15
Infra-estrutura....16
Planejamento....
Saúde....16
Segurança Pública e Defesa do Cidadão....18
Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional....19

Autarquias Estaduais....21
Fundações Estaduais....24
Economias Mistas....27
Concursos e Licitações....29
Tribunal de Contas....58
Repartições Federais....59
Prefeituras Municipais....59
Câmaras Municipais....
Publicações Diversas....61

Governo do Estado

Eduardo Pinho Moreira
Governador, em exercício.

Constâncio Alberto Salles Maciel
Secretário de Estado da Administração

GOVERNO DO ESTADO

LEI Nº 13.735, de 18 de abril de 2006

Institui o Dia Estadual de Proteção aos Animais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em exercício,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Proteção aos Animais, a ser comemorado no dia 28 de abril.

Parágrafo único. Por proteção aos animais entende-se o conjunto de ações destinadas a promover o respeito à vida e à integridade física e psíquica dos animais, visando ao seu bem-estar.

Art. 2º A semana que antecede o dia 28 de abril constituirá período de celebração em comemoração à data em todo território catarinense, sob a denominação de Semana de Proteção aos Animais.

Parágrafo único. Na Semana de Proteção aos Animais, descrita no *caput* deste artigo, as escolas da rede pública poderão promover eventos relacionados ao tema, como palestras, exibição de material audiovisual e atividades artísticas e lúdicas, visando despertar a conscientização dos alunos para a necessidade de proteção aos animais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 18 de abril de 2006

EDUARDO PINHO MOREIRA
Governador do Estado, em exercício

IVO CARMINATI
ELISABETE NUNES ANDERLE

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 4.242, de 18 de abril de 2006

Regulamenta a Lei nº 13.549, de 11 de novembro de 2005, que dispõe sobre a coleta, armazenagem e destino final das embalagens flexíveis de ráfia, usadas para acondicionar produtos utilizados nas atividades industriais, comerciais e agrícolas e estabelece outras providências.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos I e III do art. 71 da Constituição Estadual e tendo em vista o dispositivo na Lei nº 13.549, de 11 de novembro de 2005,

D E C R E T A :

Art. 1º As embalagens flexíveis de ráfia usadas nas atividades agrícolas, comerciais e industriais deverão ser coletadas pelos consumidores e devolvidas aos estabelecimentos comerciais, representantes ou distribuidores, vendedores destes produtos.

§ 1º A devolução de que trata o "*caput*" deste artigo dar-se-á após o prazo de reutilização das embalagens de ráfia pelos consumidores.

§ 2º O prazo de reutilização das embalagens de ráfia é correspondente ao período de reaproveitamento destas embalagens antes de seu descarte final.

Art. 2º Os consumidores, pessoas físicas ou jurídicas, localizadas no Estado, que venham adquirir embalagens de ráfia, novas ou usadas, através de compra, doação, ou em qualquer operação onerosa, ou não onerosas, ficam responsáveis pela coleta e devolução destas embalagens em qualquer estabelecimento comercial, representante ou distribuidor, apto a efetuar o recebimento.

§ 1º Os consumidores, pessoas físicas ou jurídicas, localizadas no Estado, que adquiram produtos acondicionados em embalagens flexíveis de ráfia deverão efetuar a devolução destas embalagens, nos estabelecimentos comerciais, representantes ou distribuidores, em que foram adquiridos, no prazo de 6 (seis) meses, contados da data de sua compra.

§ 2º Caso os consumidores comprovem a reutilização, venda ou doação das embalagens de ráfia, o prazo para devolução será o do § 1º do art. 2º deste Decreto.

§ 3º A comprovação de que trata o parágrafo anterior, dar-se-á no comprovante de recebimento de embalagens flexíveis de ráfia.

Art. 3º Os estabelecimentos comerciais, representantes e distribuidores deverão dispor em seus depósitos de

beegs ou compartimento para armazenar temporariamente as embalagens de ráfia, devolvidas pelos consumidores, até que sejam recolhidas pelos receptores e fornecerão, aos consumidores, comprovante de recebimento de embalagens flexíveis de ráfia, onde deverão constar:

I – nome da pessoa física ou jurídica que efetuou a devolução;

II – data do recebimento;

III – quantidade de embalagens devolvidas;

IV – quantidades de embalagens ainda em reutilização pelo consumidor;

V – quantidade de embalagens vendidas pelo consumidor; e

VI – identificação que permita localizar o (s) comprador (es) das embalagens vendidas, com o nome, endereço e telefone.

Art. 4º As empresas receptoras de embalagens de ráfia devidamente licenciadas, recolherão as embalagens armazenadas nos estabelecimentos comerciais, representantes ou distribuidores, ou em outro local que não dificulte a devolução e o recolhimento das embalagens.

§ 1º Deverá constar da nota fiscal de venda dos produtos embalados em ráfia o endereço para devolução destas embalagens, devendo os consumidores serem formalmente comunicados de eventual alteração do endereço.

§ 2º Considera-se destino final adequado a ser dado às embalagens de ráfia:

I – reciclagem energética: com a incineração controlada das embalagens de ráfia, em fornos equipados com tratamento térmico de resíduos, com recuperação de energia sob a forma de calor, para a produção de vapor ou geração de energia elétrica, em empresas devidamente licenciadas;

II – reciclagem mecânica: onde as embalagens de ráfia são submetidas a processos físicos (moagem, lavagem, secagem, fusão, peletização), sem que haja mudanças significativas em sua estrutura química, visando a produção de grânulos ou produtos reciclados em empresas devidamente licenciadas.

Art. 5º O contrato de que trata o § 3º do art. 5º da Lei nº 13.549, de 11 de novembro de 2005, assegurará remuneração a ser paga pela devolução das embalagens de ráfia.

Art. 6º As empresas receptoras fornecerão aos estabelecimentos comerciais representantes ou distribuidores e, em caso de importação de produtos embalados em ráfia, ao consumidor que efetuar a importação, comprovante de recolhimento de embalagens flexíveis de ráfia, que conterá, no mínimo:

I – nome do estabelecimento que efetuou a devolução;

II – quantidade de embalagens recolhidas; e

III – data do recolhimento das embalagens.

Art. 7º Deverá ser mantido à disposição dos órgãos de fiscalização os comprovantes de recebimento e recolhimento de embalagens flexíveis de ráfia, as notas fiscais de vendas de produtos embalados em ráfia e as notas fiscais de compras, nos casos de importações de produtos embalados em ráfia, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos, após a data de aquisição ou venda dos respectivos produtos.

Art. 8º Constituem infrações, para os efeitos deste Decreto:

I – coletar, devolver, receber, armazenar, recolher, comercializar, transportar embalagens de ráfia em desacordo com as disposições da legislação vigente;

II – deixar de entregar as embalagens de ráfia a serem recolhidas pelas empresas receptoras, cumpridas as exigências do § 3º do art. 5º da Lei nº 13.549, de 11 de novembro de 2005;

III – não emitir, não fornecer os comprovantes exigidos pela legislação vigente;

IV – dar destino final às embalagens de ráfia em desacordo com as disposições da legislação vigente;

V – queimar enterrar, descartar inadequadamente no meio ambiente as embalagens de ráfia; e

VI – dificultar a ação fiscalizadora ou não atender às intimações em tempo hábil.

Parágrafo único. Cometidas, concomitantemente, 2 (duas) ou mais infrações, aplicar-se-á a penalidade correspondente a cada uma delas.

Art. 9º As infrações se classificam em leves, graves e gravíssimas.

§ 1º São consideradas infrações leves:

I – deixar de emitir ou de fornecer aos consumidores comprovante de recebimento de embalagens flexíveis de ráfia; e

II – deixar de emitir ou de fornecer aos estabelecimentos comerciais, representantes ou distribuidores e, em caso de importação de produtos embalados em ráfia, efetuada pelo próprio consumidor, comprovante de recolhimento de embalagens flexíveis de ráfia.

§ 2º São consideradas infrações graves:

I – deixar de coletar ou de devolver as embalagens de ráfia nos estabelecimentos responsáveis pelo recebimento destas embalagens;

II – deixar de receber ou de armazenar as embalagens de ráfia coletadas e devolvidas pelos consumidores;

III – deixar de entregar, ou comercializar com terceiros, embalagens recebidas e armazenadas a serem recolhidas pelas empresas receptoras; e

IV – deixar de transportar ou dar destino final adequado às embalagens de ráfia recolhidas pelas empresas receptoras.

§ 3º São consideradas infrações gravíssimas:

I – queimar, enterrar, abandonar ou descartar inadequadamente no meio ambiente, embalagens de ráfia; e

II – dificultar a ação fiscalizadora ou não atender às intimações em tempo hábil.

Art. 10. A advertência será aplicada na ocorrência de infração leve, cometida por infrator primário, quando o fato que motivou a concorrência possa ser reparado.

Art. 11. A multa será aplicada nos casos não compreendidos no artigo anterior, respeitada a seguinte gradação:

I – infrações leves:

a) deixar de fornecer aos consumidores comprovante de recebimento de embalagens de ráfia: multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a ser aplicada à pessoa física ou jurídica responsável pela emissão do comprovante de recebimento de embalagens flexíveis de ráfia;

b) deixar de fornecer aos estabelecimentos comerciais, representantes ou distribuidores e, em caso de importação de produtos embalados em ráfia, efetuada pelo próprio consumidor, comprovante de recolhimento de embalagens flexíveis de ráfia: multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a ser aplicada à empresa receptora responsável pela emissão do comprovante de recolhimento de embalagens de ráfia.

II – infrações graves:

a) deixar de coletar ou devolver as embalagens de ráfia nos estabelecimentos comerciais, representantes ou distribuidores responsáveis pelo recebimento destas embalagens: multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a ser aplicada ao consumidor responsável pela coleta e devolução das embalagens de ráfia;

b) deixar de receber ou de armazenar as embalagens de ráfia coletadas e devolvidas pelos consumidores: multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a ser aplicada à pessoa física ou jurídica responsável pelo recebimento e armazenamento das embalagens de ráfia;

c) deixar de entregar às empresas receptoras, ou comercializar com terceiros, embalagens recebidas e armazenadas a serem recolhidas pelas empresas receptoras: multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a ser aplicada à pessoa física ou jurídica que deixou de entregar, ou comercializou com terceiros, embalagens de ráfia;

d) deixar de transportar ou dar destino final adequado às embalagens de ráfia: multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a ser aplicada à empresa receptora responsável.

III – infrações gravíssimas:

a) queimar, enterrar, abandonar ou descartar inadequadamente no meio ambiente, embalagens de ráfia: multa de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a ser aplicada á pessoa física ou jurídica responsável pela infração;

b) dificultar a ação fiscalizadora ou não atender às intimações em tempo hábil: multa de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a ser aplicada à pessoa física ou jurídica responsável pela infração.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, as multas descritas neste artigo serão aplicadas em dobro.

Art. 12. A pena de interdição temporária de área da propriedade do transgressor, onde ocorrer a infração, ou de interdição de estabelecimento, dar-se-á sempre que constatada a prática, por 3 (três) vezes consecutivas, de infrações gravíssimas.

Parágrafo único. A interdição do estabelecimento ocorrerá por um período de 1 (um) mês.

Art. 13. O procedimento administrativo inicia-se com o auto de infração, observados o rito e os prazos estabelecidos neste Decreto e em outras normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 14. O infrator pode apresentar defesa prévia ao órgão autuante de sua jurisdição, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de ciência da autuação.

Art. 15. Recebida a defesa ou decorrido o prazo para sua apresentação, a autoridade competente proferirá o julgamento, no prazo de 30 (trinta) dias, e, se procedente o auto de infração, a autoridade julgadora expedirá, de ofício, notificação ao autuado.

Art. 16. Das decisões condenatórias poderá o infrator, dentro de igual prazo fixado para a defesa, recorrer em única instancia ao órgão central de administração do meio ambiente do Estado.

Art. 17. Da decisão final será dada ciência ao autuado, pessoalmente, por via postal ou por edital publicado no Diário Oficial do Estado.

Art. 18. As decisões definitivas do processo administrativo serão executadas:

I – por via administrativa; e

II – judicialmente.

§ 1º Será executada por via administrativa:

I – a pena de advertência, através de notificação à parte infratora, fazendo-se sua inscrição no registro cadastral;

II – a pena de multa, enquanto não inscrita em dívida Ativa, traves de notificação para pagamento;

III – a pena de interdição temporária do estabelecimento, através de notificação, determinando a suspensão imediata da atividade, com lavratura de termo de interdição no local.

§ 2º Não atendida a notificação, a autoridade administrativa poderá requisitar força policial para que a penalidade seja plenamente cumprida.

§ 3º Será executada por via judicial a pena de multa, após sua inscrição em Dívida Ativa.

Art. 19. O descumprimento dos prazos previstos neste Decreto acarretará responsabilidade administrativa para que o agente público responsável, salvo motivo justificado.

Art. 20. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 18 de abril de 2006.
EDUARDO PINHO MOREIRA
Ivo Carminati
Max Roberto Bornholdt
Alfredo Felipe da Luz Sobrinho
Sérgio de Souza Silva

DECRETO Nº 4.160, de 29 de março de 2006

Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado da Administração, a distribuição dos cargos de provimento em comissão, funções técnicas gerenciais e funções de chefia que compõem a estrutura do órgão e estabelece outras providências.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,** no uso da competência privativa que lhe confere a Constituição do Estado, art. 71, I e III, e tendo em vista o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 8º da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Secretaria de Estado da Administração, com a estrutura administrativa interna conforme organograma e nominata dos cargos de provimento em comissão, funções técnicas gerenciais e funções de chefia, constantes nos anexos, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º O Anexo Único do Decreto nº 3.273, de 29 de junho de 2005, fica alterado na parte referente às siglas da Secretaria de Estado da Administração, que passam a vigorar de acordo com o Anexo III do Regimento Interno.

Art. 3º Ficam revogados o Decreto nº 2.134, de 21 de agosto de 1997, os Decretos nº 3.575 e nº 3.576, de 7 de outubro de 2005, e demais disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 29 de março de 2006.
LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
João Batista Matos
Marcos Luiz Vieira
Alfredo Felipe da Luz Sobrinho

REPUBLICADO POR ERRO DE COMPOSIÇÃO GRÁFICA

REGIMENTO INTERNO
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

TÍTULO I
DA FINALIDADE E DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA

CAPÍTULO I
Da Finalidade

Art. 1º A Secretaria de Estado da Administração, como órgão central dos Sistemas Administrativos de Gestão de Materiais e Serviços, de Gestão de Recursos Humanos, de Gestão Patrimonial e de Gestão Documental, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, compete:

I - normatizar, supervisionar, controlar, orientar e formular políticas de gestão de recursos humanos, envolvendo:

a) benefícios funcionais do pessoal civil;
b) ingresso, movimentação e lotação do pessoal civil;
c) programas de capacitação e de educação continuada dos servidores civis;
d) planos de carreiras, cargos e vencimento dos servidores civis;
e) plano de saúde dos servidores públicos e seus dependentes;
f) estágio probatório do servidor ingressante no serviço público estadual;
g) progressão funcional do pessoal civil;
h) remuneração dos servidores civis e militares;
i) perícia médica, melhoria das condições de saúde ocupacional dos servidores públicos estaduais e prevenção contra acidentes de trabalho;
j) acumulação de cargos, funções e empregos públicos;
k) adoção de estratégia de comprometimento dos servidores em substituição à estratégia de controle;
l) programas de atração e retenção dos servidores públicos;
m) programas de valorização do servidor público, com base no desempenho funcional;
n) pensões não previdenciárias.

II - normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão de materiais e serviços, envolvendo:

a) licitações de materiais e serviços e de obras e serviços de engenharia;
b) contratos de materiais e serviços;
c) logística de estocagem e distribuição de materiais.

III - normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão documental, envolvendo:

a) produção, tramitação, avaliação, seleção e destinação de documentos;
b) organização, preservação e padronização de documentos;
c) divulgação e acesso ao patrimônio documental.

IV - normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão patrimonial, envolvendo:

a) materiais adjudicados;
b) bens móveis e imóveis;
c) transportes oficiais.

V - realizar auditorias nos sistemas administrativos referidos no "*caput*" deste artigo;

VI - apoiar e orientar as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional – SDR's na descentralização das atividades administrativas nas respectivas regiões;

VII - elaborar anteprojetos de leis, decretos e instruções normativas relacionados com as ações de sua área de competência;

VIII - coordenar, no âmbito estadual, o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE;

IX - normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas e diretrizes para as áreas de perícia médica, controle de benefícios e saúde ocupacional do servidor público estadual.

CAPÍTULO II
Da Estrutura Organizacional Básica

Art. 2º A estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Administração – SEA compreende:

I - Órgãos de Assessoramento Direto ao Secretário de Estado:

a) Gabinete do Secretário:
1. Assessoria de Informação;
2. Consultoria Jurídica;
3. Consultoria de Gestão Tecnológica;
4. Consultoria de Gestão Administrativa;
5. Consultoria de Licitações;
6. Coordenadoria do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE;
7. Consultoria de Planejamento.

II - Órgãos de Execução das Atividades-Meio:

a) Gabinete do Diretor Geral:
1. Gerência de Recursos Humanos;
2. Gerência de Administração, Finanças e Contabilidade;
3. Gerência de Apoio Operacional;
4. Gerência de Tecnologia de Informação;
5. Gerência de Gestão do Fundo de Materiais e Atos Oficiais.

III - Órgãos de Execução das Atividades Finalísticas:

a) Diretoria de Gestão de Atos Oficiais:
1. Gerência Industrial;
2. Gerência de Publicações.

b) Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços:
1. Gerência de Licitações;
2. Gerência de Contratos.

c) Diretoria de Gestão Patrimonial:
1. Gerência de Bens Imóveis;
2. Gerência de Bens Móveis.

d) Diretoria de Gestão de Recursos Humanos:
1. Gerência de Ingresso e Movimentação de Pessoal;
2. Gerência de Remuneração Funcional;
3. Gerência de Capacitação;
4. Gerência de Avaliação e Controle Funcional;
5. Gerência de Formulação de Políticas de RH;
6. Gerência de Controle de Mão-de-Obra Locada e Bolsas de Trabalho.

e) Diretoria de Gestão do Arquivo Público:
1. Gerência de Gestão Documental;
2. Gerência de Recuperação Documental.

f) Diretoria do Plano de Saúde:
1. Gerência de Serviços de Saúde;
2. Gerência de Contas Médico-Hospitalares;
3. Gerência de Atuária e Estatística;
4. Gerência do Fundo do Plano de Saúde.

g) Diretoria de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Servidor:
1. Gerência de Perícia Médica;
2. Gerência de Controle de Benefícios;
3. Gerência de Saúde Ocupacional;
4. Coordenadorias Técnicas Mesorregionais.

IV - Entidade Vinculada: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPESC.

Parágrafo único. As siglas empregadas para designar os órgãos de assessoramento direto ao Secretário de Estado, de execução das atividades-meio e de execução das atividades finalísticas da Secretaria de Estado da Administração são as contidas no Anexo III deste Regimento Interno.

TÍTULO II
DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

CAPÍTULO I
Dos Órgãos de Assessoramento Direto ao Secretário de Estado

SEÇÃO I
Do Gabinete do Secretário

Art. 3º Ao Gabinete do Secretário compete prestar assistência ao Secretário de Estado da Administração em assuntos de natureza administrativa, técnica, jurídica, de planejamento, de informação, de representação política e social, de licitações, de gestão tecnológica, de modernização da gestão e do planejamento, bem como desenvolver outras atividades por ele determinadas.

SUBSEÇÃO I
Da Assessoria de Informação

Art. 4º São competências da Assessoria de Informação:

I - programar, organizar e coordenar as atividades afetas ao serviço de informação governamental da Secretaria;

II - coletar informações, elaborar material noticioso e encaminhá-los à Secretaria de Estado da Comunicação para uniformização da linguagem, adequação aos princípios que regem a política de informação do Governo do Estado e distribuição aos veículos de comunicação;

III - prestar assistência ao Secretário de Estado da Administração e às unidades organizacionais internas da Secretaria, incluindo os órgãos vinculados, na divulgação de informação governamental;

IV - atender os profissionais de imprensa junto ao Gabinete do Secretário e coordenar as entrevistas;

V - promover e coordenar as entrevistas com o Secretário ou outras autoridades da Secretaria de Estado da Administração;

VI - coletar e encaminhar ao Secretário, ao Diretor Geral, aos diretores e aos consultores, em vídeo, áudio ou impressos, matérias de interesse da Secretaria e do Governo do Estado, veiculadas pelos órgãos de comunicação de massa;

VII - promover a divulgação das realizações e programas da Secretaria;

VIII - exercer outras atribuições determinadas pelo Secretário de Estado da Administração, concernentes à sua área de atuação.

SUBSEÇÃO II
Da Consultoria Jurídica

Art. 5º A Consultoria Jurídica, órgão setorial do Sistema Administrativo de Serviços Jurídicos e Atos do Processo Legislativo, compete:

I - prestar consultoria e assessoria direta e imediata ao Secretário de Estado e às unidades organizacionais internas da Secretaria de Estado da Administração nos assuntos de ordem jurídica;

II - articular-se com a Procuradoria Geral do Estado e com a Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação, através dos órgãos normativos responsáveis pela coordenação dos Sistemas operacionais, com vistas ao cumprimento de instruções e diretrizes dele oriundas;

III - coordenar e supervisionar as atividades dos profissionais lotados em sua unidade organizacional, atribuindo-lhes funções;

IV - orientar e coordenar as unidades internas quando da elaboração de respostas e informações a diligências ou recursos ao Tribunal de Contas do Estado;

V - examinar e emitir parecer a respeito de minutas de contratos, acordos, convênios e instrumentos congêneres a serem firmados pela Secretaria, após análise prévia da área à qual a matéria se relaciona;

VI - examinar previamente e emitir parecer, quando solicitado, sobre os aspectos formais e legais concernentes a anteprojetos de atos administrativos de efeitos internos ou externos, atos legislativos e exposições de motivos de competência da Secretaria de Estado da Administração, a serem encaminhados ao Chefe do Poder Executivo;

VII - sugerir ao Secretário de Estado, quando entender necessário, o encaminhamento à Procuradoria Geral do Estado dos processos em tramitação na Secretaria;

VIII - elaborar estudos e emitir pareceres de natureza eminentemente jurídica solicitados pelo Secretário;

IX - coordenar as atividades de documentação e pesquisa da Biblioteca da Secretaria, quais sejam:

a) adquirir, registrar, classificar e catalogar os livros e documentos jurídicos, entre outros, de interesse da Secretaria;

b) manter sistema de indexação da legislação estadual para alimentação de banco de dados, em cooperação com a Procuradoria Geral do Estado, disponibilizando os textos integrais das normas jurídicas, via Internet;

c) promover a edição de coletâneas, índices e consolidação de leis, decretos e outros atos de interesse da administração estadual.

X - exercer outras atribuições determinadas pelo Secretário de Estado da Administração, no âmbito de sua atuação.

SUBSEÇÃO III
Da Consultoria de Gestão Tecnológica

Art. 6º A Consultoria de Gestão Tecnológica,

articulando-se com o órgão central do Sistema de Gestão de Tecnologia de Informação, compete:

I - formular políticas de atuação da Secretaria no setor de Tecnologia de Informação e Comunicação e coordenar as ações para sua implementação;

II - propor normas de uso e de segurança dos recursos computacionais;

III - desenvolver estudos voltados ao emprego de Tecnologia de Informação e Comunicação na Secretaria;

IV - identificar, em conjunto com a Gerência de Recursos Humanos, as necessidades de capacitação em Tecnologia de Informação e Comunicação;

V - propor a incorporação, substituição e atualização de recursos de *software*, *hardware* e comunicação, visando à modernização da Secretaria na área de Tecnologia de Informação e Comunicação;

VI - dimensionar os recursos tecnológicos necessários ao bom desempenho das atividades da Secretaria, especificando características e custos;

VII - promover o intercâmbio de soluções em Tecnologia de Informação e Comunicação entre a Secretaria e os demais órgãos do Governo;

VIII - exercer outras atividades determinadas pelo Secretário de Estado da Administração, no âmbito de sua atuação.

SUBSEÇÃO IV
Da Consultoria de Gestão Administrativa

Art. 7º A Consultoria de Gestão Administrativa compete:

I - elaborar exposições de motivos com as respectivas minutas de decreto ou de projeto de lei;

II - analisar e propor alterações em decretos, visando à modernização e à descentralização de atos administrativos;

III - redigir os expedientes afetos ao Gabinete do Secretário;

IV - examinar processos submetidos à apreciação do Secretário indicando o encaminhamento;

V - assessorar o Secretário em assuntos de representação política e social;

VI - assessorar o Secretário nas tomadas de decisão nos diversos assuntos a ele submetidos;

VII - assessorar o Secretário nos Fóruns do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Administração – CONSAD;

VIII - elaborar e revisar projetos de lei, decretos, instruções normativas e documentos congêneres;

IX - exercer outras atividades determinadas pelo Secretário de Estado da Administração, no âmbito de sua atuação.

SUBSEÇÃO V
Da Consultoria de Licitações

Art. 8º A Consultoria de Licitações compete:

I - articular-se com o órgão central do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços, com vistas ao cumprimento de instruções e diretrizes dele oriundas;

II - assessorar o Secretário em matéria de licitações;

III - analisar, estudar, informar e emitir parecer em processo licitatório, a fim de subsidiar o Secretário nas tomadas de decisão;

IV - analisar editais de licitações e minutas de contratos e emitir pareceres;

V - elaborar pareceres, estudos e informações sobre matéria de licitações, para subsidiar o Secretário nas tomadas de decisão;

VI - exercer outras atividades determinadas pelo Secretário de Estado da Administração, no âmbito de sua atuação.

SUBSEÇÃO VI
Da Coordenadoria do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE

Art. 9º A Coordenadoria do PNAGE, qualificada como Unidade de Coordenação Estadual do PNAGE no Estado de Santa Catarina, compete:

I - promover o desenvolvimento, monitoramento e avaliação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE;

II - representar o Estado junto à Unidade de Coordenação do Programa, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - UCP/MP e no Colegiado Técnico Consultivo do Programa;

III - aprovar os programas de trabalho para execução das atividades (ou subprojetos) constantes dos Componentes do Projeto PNAGE/SC;

IV - autorizar a realização de processos licitatórios no âmbito do Projeto PNAGE/SC e homologá-los quando de sua conclusão;

V - solicitar ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por meio da UCP/MP, a não-objeção quanto às licitações a realizar (ou realizadas, conforme o ROP – Regulamento Operativo do Programa);

VI - autorizar o empenhamento, a liquidação e o pagamento das despesas do Projeto PNAGE/SC;

VII - programar os recursos orçamentários do Projeto PNAGE/SC;

VIII - programar os recursos financeiros do Projeto PNAGE/SC;

IX - coordenar, supervisionar, monitorar e avaliar as ações do Projeto PNAGE/SC;

X - coordenar a elaboração do Plano Operativo Anual;

XI - atender às demandas dos órgãos de controle interno e externo;

XII - articular junto aos dirigentes dos órgãos envolvidos no PNAGE os apoios necessários à viabilização do Projeto PNAGE/SC;

XIII - assinar e encaminhar as prestações de contas do Projeto PNAGE/SC (Justificativas de Gastos) e solicitar a liberação de recursos do Fundo Rotativo do financiamento;

XIV - encaminhar ao BID, via UCP/MP, as solicitações de reconhecimento de despesas anteriores ao contrato de empréstimo elegíveis como contrapartida local;

XV - encaminhar à UCP/MP os relatórios de progresso e avaliação do andamento do Projeto PNAGE/SC, segundo as disposições do ROP;

XVI - encaminhar, à UCP/MP, propostas de revisões e ajustes do Projeto PNAGE/SC;

XVII - propor ao Comitê Deliberativo alterações no Regulamento Operativo do Programa;

XVIII - promover a divulgação das ações do Projeto PNAGE/SC;

XIX - desenvolver outras atividades correlatas à competência legal da Coordenação do PNAGE, determinadas pelo Secretário de Estado da Administração.

SUBSEÇÃO VII
Da Consultoria de Planejamento

Art. 10. A Consultoria de Planejamento, órgão setorial dos sistemas administrativos de Gestão Organizacional, de Informações Estatísticas, e de Planejamento e Orçamento, compete:

I - promover o planejamento, o acompanhamento, a avaliação e o controle das ações da Secretaria, bem como coordenar e supervisionar a execução das atividades de estatística e informações inerentes à organização e reorganização administrativa no âmbito do órgão;

II - acompanhar, avaliar e controlar a execução de projetos e programas em consonância com as diretrizes fixadas pelo órgão central dos sistemas administrativos aos quais se vincula;

III - coordenar internamente as atividades de planejamento governamental, fazendo cumprir, no âmbito da Pasta, os procedimentos referentes ao ciclo Operacional da Ação Governamental, principalmente no que se refere à geração dos produtos definidos, segundo os prazos estabelecidos;

IV - planejar, controlar e executar, no âmbito de abrangência da Pasta, as atividades relacionadas com o fortalecimento da descentralização;

V - auxiliar na definição de indicadores de desempenho, com ênfase em resultados, visando a construção e implementação de modelos de avaliação de desempenho organizacional, a partir das diretrizes fixadas pelo órgão central do Sistema;

VI - auxiliar e acompanhar a elaboração dos contratos de gestão e avaliação dos resultados fixados;

VII - elaborar projetos de atos legislativos ou de atos administrativos relacionados à estrutura organizacional básica, ao regimento interno, à nominata dos cargos de provimento em comissão e/ou às funções de confiança do órgão;

VIII - organizar e manter atualizados os registros e controles dos programas e ações do órgão;

IX - implantar e coordenar programas de planejamento estratégico, no âmbito da Secretaria, de acordo com o plano de governo;

X - realizar estudos visando aperfeiçoar e implementar técnicas e instrumentos de planejamento;

XI - coordenar o processo de elaboração das propostas orçamentárias anuais e plurianuais;

XII - efetuar o controle, o acompanhamento e a avaliação das ações da Secretaria, de acordo com as metas fixadas no Plano Plurianual do Governo, bem como acompanhar e avaliar a execução orçamentária da Secretaria, providenciando as alterações e correções que se fizerem necessárias;

XIII - acompanhar, avaliar e controlar a execução de projetos e programas em consonância com as diretrizes fixadas pelo órgão central dos sistemas administrativos aos quais se vincula, assim como elaborar estudos e propor medidas de implementação de instrumentos previstos no modelo de gestão do Estado;

XIV - propor projetos de atos legislativos ou normativos referentes à organização, reorganização ou modernização administrativa no âmbito da Secretaria;

XV - revisar, analisar e elaborar formulários, fluxos de normas e rotinas, propondo alterações necessárias à modernização e racionalização das atividades da Secretaria;

XVI - definir, coletar, controlar, tratar e analisar as informações estatísticas, mantendo em banco de dados os elementos necessários para subsidiar as atividades da Secretaria de Estado da Administração;

XVII - exercer outras atividades recomendadas pelos órgãos normativos dos sistemas administrativos aos quais se vincula, bem como as determinadas pelo Secretário de Estado da Administração ou pelo Diretor Geral.

CAPÍTULO II
Dos Órgãos de Execução de Atividades-Meio

SEÇÃO I
Do Gabinete do Diretor Geral

Art. 11. Ao Gabinete do Diretor Geral, órgão setorial dos sistemas administrativos de Administração Financeira, de Controle Interno, de Gestão de Materiais e Serviços, de Gestão de Recursos Humanos, de Gestão de Tecnologia de Informação, de Informações Estatísticas, de Planejamento e Orçamento, de Gestão Patrimonial e de Gestão Documental, compete:

I - articular-se com os órgãos centrais dos sistemas administrativos aos quais se vincula, visando dar cumprimento às normas e procedimentos, bem como com os demais setores da Secretaria;

II - elaborar, implantar, operar e controlar as rotinas administrativas da Secretaria, em cooperação com as demais diretorias, objetivando a racionalização dos recursos e o controle de custos dos programas e atividades do órgão;

III - planejar, programar, coordenar, executar e controlar as atividades relacionadas com a administração financeira e contábil da Secretaria, registrando analiticamente a receita e a despesa, de acordo com os documentos comprobatórios, visando ao controle interno;

IV - coordenar e operacionalizar a execução orçamentária da Secretaria;

V - acompanhar, avaliar e propor ações para implementação, alteração ou correção do plano plurianual e do orçamento anual da Secretaria, quando de sua elaboração;

VI - elaborar e divulgar os editais de licitações para atender aos contratos da Secretaria e executar os processos licitatórios;

VII - elaborar contratos e termos aditivos aos contratos firmados pela Secretaria, de acordo com a disponibilidade de dotação orçamentária;

VIII - emitir informações, pareceres e relatórios ao Secretário sobre assuntos referentes à sua área de atuação, visando subsidiá-lo nas tomadas de decisão;

IX - responder a diligências do Tribunal de Contas do Estado sobre assuntos afetos à sua competência, bem como supervisionar as unidades organizacionais para a observância de prazos estabelecidos para atendimento a diligências e prestações de contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da lei;

X - administrar o Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais;

XI - exercer outras atividades recomendadas pelos órgãos normativos dos sistemas aos quais se vincula, bem como as determinadas pelo Secretário de Estado da Administração.

SUBSEÇÃO I
Da Gerência de Recursos Humanos

Art. 12. A Gerência de Recursos Humanos, órgão setorial do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos, subordinada diretamente ao Gabinete do Diretor Geral, compete:

I - articular-se com as unidades organizacionais da Secretaria, visando dar cumprimento às normas e procedimentos estabelecidos pelo Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos;

II - operacionalizar e controlar os procedimentos relativos ao Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH quanto à inclusão e atualização dos dados cadastrais, funcionais e financeiros dos servidores, prestadores de serviço de locação de mão-de-obra, bolsistas e estagiários, bem como propor mudança, visando à eficácia administrativa do Sistema;

III - elaborar e executar os planos de capacitação pelo diagnóstico das necessidades, de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão central e normativo do Sistema;

IV - desenvolver atividades relacionadas com benefícios funcionais, ingresso, movimentação, lotação, perícia médica e previdência social dos servidores lotados na Secretaria;

V - providenciar e encaminhar, para a publicação, os atos oficiais de sua área de atuação;

VI - promover o controle do horário de trabalho, apurando a freqüência do pessoal lotado na Secretaria;

VII - elaborar a escala de férias dos servidores;

VIII - controlar e fiscalizar a concessão de benefícios estabelecidos em lei e de outras vantagens financeiras atribuídas ao servidor;

IX - analisar e emitir pareceres em matérias relacionadas com a administração de pessoal no âmbito da Secretaria conforme a normatização do órgão central do Sistema de Gestão de Recursos Humanos;

X - efetuar o controle das despesas com pessoal e acompanhar a programação financeira consoante dotação atribuída no orçamento da Secretaria;

XI - organizar e manter atualizado o cadastro funcional dos servidores lotados na Secretaria;

XII - efetuar o recadastramento dos servidores inativos da Secretaria;

XIII - elaborar e controlar a folha de pagamento dos servidores ativos e inativos da Secretaria;

XIV - prestar atendimento e orientação aos servidores ativos e inativos, referentes a procedimentos e normatizações instituídas pelo órgão central do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos, bem como à situação funcional;

XV - manter registros atualizados referentes à participação de servidores em eventos de capacitação, institucionais ou não, para fins de progressão funcional;

XVI - propor à Consultoria Jurídica abertura de processo de sindicância e processo administrativo disciplinar, sempre que caracterizada situação de enquadramento de servidor da Secretaria no art. 154 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado – Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985;

XVII - analisar e oferecer pareceres em processos ou emissões de documentos de interesse do servidor de acordo com as diretrizes do órgão central do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos;

XVIII - efetuar a evolução dos cargos e funções para efeitos de atualização da situação funcional de inativo, pensionista e terceirizado;

XIX - promover a avaliação especial de desempenho funcional do servidor ingressante no quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Administração em estágio probatório;

XX - executar a contratação de estagiários junto às instituições conveniadas ou contratadas, bem como executar o desligamento, quando necessário;

XXI - promover a capacitação dos servidores da Secretaria, a partir do levantamento das necessidades de capacitação, obedecendo às diretrizes da Política Estadual de Capacitação proposta pelo órgão central do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos, visando ao aprimoramento e o desenvolvimento de habilidades e competências dos servidores;

XXII - exercer outras atividades relacionadas ao sistema ao qual se vincula, bem como as determinadas pelo Diretor Geral.

SUBSEÇÃO II
Da Gerência de Administração, Finanças e Contabilidade

Art. 13. A Gerência de Administração, Finanças e Contabilidade, órgão setorial dos sistemas de Administração Financeira, de Controle Interno e de Gestão Documental, subordinada diretamente ao Gabinete do Diretor Geral, compete:

I - articular-se com os órgãos normativos dos sistemas aos quais se vincula visando dar cumprimento às normas e procedimentos operacionais estabelecidos;

II - executar o orçamento da Secretaria de Estado da Administração e manter o controle sobre a posição orçamentária e financeira;

III - emitir notas de empenho, subempenhos e de estorno, boletins financeiros, guias de recolhimento, cheques e ordens bancárias;

IV - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, por intermédio do órgão central dos sistemas aos quais se vincula, nos prazos estabelecidos, a documentação exigida pela legislação, bem como as informações relativas às prestações de contas solicitadas por meio das diligências instauradas;

V - encaminhar à auditoria da Secretaria de Estado da Fazenda e Tribunal de Contas do Estado a documentação exigida pela legislação, bem como as informações relativas às prestações de contas e os documentos solicitados por intermédio das diligências instauradas;

VI - contabilizar, analiticamente, a receita e a despesa da Secretaria, de acordo com os documentos comprobatórios respectivos;

VII - registrar e controlar as inscrições e baixas de responsabilidades por adiantamentos recebidos;

VIII - elaborar os balancetes, balanços e outras demonstrações contábeis, na forma e nos prazos estabelecidos em lei;

IX - examinar a observância das normas gerais ditadas pela legislação federal aplicável, da legislação estadual específica e normas correlatas;

X - contabilizar os atos e fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, demonstrando os resultados no âmbito da Secretaria;

XI - acompanhar as atividades das unidades organizacionais da Secretaria e de servidores que exerçam funções concernentes a pagamento e tesouraria;

XII - acompanhar as licitações e contratos, bem como outros atos administrativos da Secretaria que impliquem repercussão contábil e/ou financeira;

XIII - determinar ações visando o desenvolvimento integrado, participativo, descentralizado e convergente aos objetivos estabelecidos pelo Sistema Administrativo de Gestão Documental;

XIV - aprovar a criação, alteração ou extinção de impressos oficiais, ouvida a Comissão Estadual para Racionalização e Padronização de Impressos Oficiais;

XV - representar a Secretaria em assuntos de sua competência;

XVI - exercer outras atividades relacionadas aos sistemas aos quais de vincula, bem como as determinadas pelo Diretor Geral.

SUBSEÇÃO III
Da Gerência de Apoio Operacional

Art. 14. A Gerência de Apoio Operacional, órgão setorial dos sistemas administrativos de Gestão de Materiais e Serviços e de Gestão Patrimonial, subordinada diretamente ao Gabinete do Diretor Geral, compete:

I - articular-se com os órgãos normativos dos sistemas aos quais se vincula, visando dar cumprimento às normas e procedimentos estabelecidos;

II - coordenar os serviços referentes à legalização, registro, movimentação, conservação, manutenção e guarda dos veículos oficiais da Secretaria, bem como elaborar e manter organizado o cadastro dos motoristas, escala de serviço e atendimento às solicitações referentes a transportes oficiais do órgão central;

III - coordenar e controlar as atividades relativas à administração dos transportes, no âmbito da Secretaria, buscando a sua racionalização;

IV - propor a aquisição, baixa, alienação e substituição de veículos;

V - efetuar o controle e o encaminhamento do pagamento das multas e, ainda, a regularização da documentação dos veículos;

VI - assegurar e manter a conservação do espaço físico, bem como a limpeza e vigilância nas dependências do órgão;

VII - armazenar e distribuir materiais permanentes e de consumo, assegurando o controle e o registro desses materiais de acordo com a lei e normas estabelecidas pelo órgão normativo;

VIII - supervisionar e controlar os bens do ativo imobilizado, sua incorporação, transferência e baixa;

IX - estudar, implantar e operar sistemas de controle de estoques, bem como estabelecer a quantidade máxima e mínima de materiais em estoque;

X - organizar, controlar e executar as atividades relacionadas com os serviços de reprografia;

XI - processar e arquivar a documentação oficial recebida, produzida e selecionada de acordo com as normas legais, disponibilizando ao público solicitante;

XII - registrar, classificar, numerar, distribuir e controlar os processos, papéis e documentos que tramitam na Secretaria, bem como encaminhar para arquivamento aqueles com despacho conclusivo;

XIII - coordenar e controlar o recebimento e a expedição de correspondências, bem como orientar o procedimento relativo ao envio das mesmas;

XIV - instruir adequadamente e manter a guarda dos processos licitatórios, em conformidade com o período de validade estabelecido em regulamento, normas e regras de temporalidade;

XV - registrar e controlar os gastos com materiais, serviços, locações, seguros, obras e serviços de engenharia;

XVI - responsabilizar-se pela guarda, utilização e conservação de bens móveis e imóveis, máquinas, equipamentos e instalações no âmbito da Secretaria de Estado da Administração;

XVII - contabilizar a incorporação ou baixa de bens patrimoniais e o estoque do almoxarifado do órgão;

XVIII - exercer outras atividades relacionadas aos sistemas administrativos aos quais se vincula, bem como as determinadas pelo Diretor Geral, no âmbito da sua atuação.

SUBSEÇÃO IV
Da Gerência de Tecnologia de Informação

Art. 15. A Gerência de Tecnologia de Informação, órgão setorial do Sistema Administrativo de Gestão de Tecnologia de Informação, subordinada diretamente ao Gabinete do Diretor Geral, compete:

I - articular-se com o órgão normativo do sistema ao qual se vincula, visando dar cumprimento às normas e procedimentos estabelecidos;

II - promover a universalização do uso da informática como ferramenta de qualidade e produtividade junto aos servidores da Secretaria de Estado da Administração;

III - incentivar o avanço da informatização objetivando a melhoria dos serviços prestados;

IV - prestar assessoria, suporte e operação assistida para implantação de produtos de informática e sistemas às unidades administrativas da Secretaria;

V - gerenciar a infra-estrutura de comunicação de dados de alta capacidade, assegurando a interconexão e a interoperabilidade dos sistemas existentes na Secretaria;

VI - disponibilizar, na rede, serviços como: correio eletrônico, transferência de arquivos, transmissão de dados, voz e imagem, de forma a simplificar os processos da Secretaria;

VII - prestar suporte técnico a usuários, administrar sistemas, coordenar projetos de informática e sistema de dados, configurar equipamentos, sistemas operacionais, aplicativos, Internet, intranet, manutenção de rede e equipamentos de informática existentes na Secretaria;

VIII - elaborar e implementar a política de segurança da informação e o plano da continuidade de negócios;

IX - participar dos processos de tomada de decisões, no que se refere à informatização das rotinas da Secretaria;

X - buscar definições tecnológicas, no que se refere à informática, que permitam maximizar a autonomia de escolha, adequação ou mudança de opções, articulando-se com o órgão central do Sistema de Tecnologia de Informação;

XI - responsabilizar-se pelo acompanhamento do contrato com fornecedores de assistência técnica e de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática;

XII - responsabilizar-se pela emissão de pareceres técnicos para aquisição de materiais de informática e comunicação;

XIII - controlar e normatizar o acesso eletrônico proporcionado pelos equipamentos da Secretaria;

XIV - operar e manter os serviços de telefonia na Secretaria, propondo novas tecnologias emergentes, visando aumentar a eficiência e reduzir custos de operação;

XV - exercer outras atividades relacionadas aos sistemas administrativos aos quais se vincula, bem como as determinadas pelo Diretor Geral, no âmbito de sua atuação.

SUBSEÇÃO V
Da Gerência de Gestão do Fundo de Materiais e Atos Oficiais

Art. 16. A Gerência de Gestão do Fundo de Materiais e Atos Oficiais, órgão setorial dos sistemas administrativos de Gestão de Materiais e Serviços e de Gestão Documental, subordinada diretamente ao Gabinete do Diretor Geral, compete:

I - articular-se com a Diretoria de Gestão de Atos Oficiais, com vistas à execução dos serviços de impressão dos atos oficiais e sua publicidade;

II - receber, classificar, formatar e taxar as matérias provenientes de órgãos públicos, privados e de particulares para publicação nos jornais oficiais;

III - comercializar e distribuir os diários oficiais dos poderes constituídos do Estado, bem como os impressos oficiais;

IV - sugerir critérios para a padronização e racionalização de impressos oficiais;

V - estabelecer prazos de entrega, conforme disponibilidade do complexo gráfico, que contarão a partir da entrada das ordens de serviço, ouvida previamente a Diretoria de Gestão de Atos Oficiais;

VI - adquirir material permanente e de consumo, necessários ao suprimento dos órgãos da administração direta e indireta, mediante orientação do órgão normativo do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços;

VII - repassar, aos órgãos da administração direta e indireta, os bens solicitados, mediante pagamento à vista em favor do Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais da Secretaria de Estado da Administração;

VIII - receber, conferir, classificar, aceitar ou recusar, controlar, guardar e distribuir todos os materiais adquiridos pelo Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais;

IX - receber, guardar, controlar os bens em desuso e inservíveis ao serviço público;

X - alienar, por intermédio de licitação, os bens inservíveis ao serviço público;

XI - gerir as receitas provenientes das publicações, assinaturas e revenda dos Diários Oficial e da Justiça, bem como aquelas provenientes da comercialização dos impressos oficiais;

XII - exercer outras atividades relacionadas aos sistemas administrativos aos quais se vincula, bem como as determinadas pelo Diretor Geral, no âmbito de sua atuação.

CAPÍTULO III
Dos Órgãos de Execução de Atividades Finalísticas

SEÇÃO I
Da Diretoria de Gestão de Atos Oficiais

Art. 17. A Diretoria de Gestão de Atos Oficiais, órgão normativo conjunto do Sistema Administrativo de Gestão Documental, compete:

I - articular-se com os órgãos setoriais e seccionais do Sistema Administrativo de Gestão Documental, visando orientar e supervisionar as atividades inerentes à área;

II - coordenar e padronizar a qualidade da produção gráfica oficial;

III - normatizar, coordenar, supervisionar, regular, controlar e fiscalizar a racionalização e padronização dos impressos;

IV - definir critérios técnicos para a racionalização e padronização de impressos oficiais;

V - elaborar normas, formulários e manuais de procedimentos visando disciplinar e padronizar as atividades pertinentes a impressos oficiais;

VI - manter registro da produção de impressos oficiais;

VII - efetuar a programação, editoração, impressão e distribuição dos Diários Oficiais dos Poderes constituídos do Estado;

VIII - planejar, coordenar e executar a produção dos impressos oficiais;

IX - atuar supletivamente no campo das artes gráficas nas modalidades de impressão, "*lay out*", encadernação, edição de livros e material didático;

X - exercer outras atividades relacionadas à impressão gráfica previstas em lei ou em regulamento;

XI - compor a Comissão Estadual para Racionalização e Padronização dos Impressos Oficiais.

SUBSEÇÃO I
Da Gerência Industrial

Art. 18. A Gerência Industrial, subordinada diretamente à Diretoria de Gestão de Atos Oficiais, compete:

I - coordenar a execução dos impressos oficiais e a impressão dos Diários Oficiais dos Poderes constituídos do Estado;

II - promover as medidas que visem assegurar o pleno desenvolvimento das atividades finalísticas relacionadas com a administração e com a execução dos serviços gráficos;

III - desenvolver projetos de modernização das atividades industriais, bem como coordenar sua implantação;

IV - fixar diretrizes visando ao perfeito desempenho de todas as áreas subordinadas à Gerência Industrial;

V - acompanhar a evolução tecnológica do ramo gráfico, adaptando-a no parque gráfico, segundo as necessidades do serviço público;

VI - estabelecer e fazer cumprir parâmetros de qualidade, prazo de entrega e produtividade no parque gráfico;

VII - executar os trabalhos de impressão encomendados à Diretoria, atendendo corretamente as instruções constantes nas ordens de serviço;

VIII - desenvolver outras atividades relacionadas com sua área de atuação, determinadas pelo Diretor de Gestão de Atos Oficiais.

SUBSEÇÃO II
Da Gerência de Publicações

Art. 19. A Gerência de Publicações, subordinada diretamente à Diretoria de Gestão de Atos Oficiais, compete:

I - coordenar a execução das atividades relacionadas com a produção, divulgação e circulação dos Diários Oficiais dos Poderes constituídos do Estado;

II - proceder aos registros necessários à pesquisa das matérias publicadas;

III - estabelecer e cumprir os padrões determinados para cada jornal;

IV - coordenar o recebimento e distribuição das matérias, colocando-as em suas corretas seções;

V - coordenar as atividades relativas ao Diário Oficial Eletrônico;

VI - desenvolver procedimentos que visem aperfeiçoar o "*lay out*" dos jornais oficiais;

VII - desenvolver outras atividades relacionadas com sua área de atuação, determinadas pelo Diretor de Gestão de Atos Oficiais.

SEÇÃO II
Da Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços

Art. 20. A Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços, órgão normativo do Sistema de Gestão de Materiais e Serviços, compete:

I - desenvolver as atividades relativas à normatização, supervisão, orientação e formulação de políticas de gestão de materiais e serviços e de obras e serviços de engenharia, envolvendo:

a) licitações de materiais e serviços;
b) contratos de materiais e serviços;
c) logística de estocagem e distribuição de materiais.

II - estudar, pesquisar, planejar, implantar e acompanhar a adoção de técnicas de trabalho de modernização e aperfeiçoamento, objetivando o aprimoramento contínuo, permanente e articulado das ações e das atividades sistêmicas de gestão de materiais e serviços;

III - articular-se com os integrantes do Sistema promovendo, periodicamente, visitas *in-loco*, reuniões de trabalho, encontros ou eventos visando manter a unificação e padronização da atuação sistêmica;

IV - assegurar a eficácia, a eficiência e a efetividade das ações de avaliação, fiscalização, controle e auditoria do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços quanto aos objetivos, técnicas, organização, recursos e procedimentos;

V - diagnosticar necessidades e propor melhorias e inovações na gestão de materiais e serviços e de obras e serviços de engenharia, mediante monitoramento contínuo dos dados e informações do sistema;

VI - atrair e administrar com eficácia e eficiência os recursos, prezando pelos princípios da legalidade e economicidade, a fim de otimizá-los e garantir novas ações e projetos na área de gestão de materiais e serviços e de obras e serviços de engenharia;

VII - normatizar, supervisionar, controlar e orientar a execução de licitações, contratos de materiais, serviços, locações de equipamentos, locação de mão-de-obra, seguros, obras e serviços de engenharia;

VIII - desenvolver, estabelecer e implantar procedimentos, para controle e acompanhamento dos contratos de prestação de serviços, manutenção e locação de equipamentos e seguros, estabelecendo fluxos, indicadores e mecanismos de consolidação dos dados e das informações;

IX - autorizar e controlar os índices de reajuste dos contratos assegurando a racionalização, a qualidade dos serviços prestados e a aplicação da legislação pertinente;

X - homologar as portarias de designação de membros das comissões permanentes e especiais de licitação designadas pelo titular de cada órgão ou entidade integrante do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços e encaminhá-las para publicação no Diário Oficial do Estado, com ônus para a origem;

XI - gerenciar ações e atividades, zelando pela manutenção e atualização dos dados e informações do Cadastro Central de Materiais, do Cadastro Central de Fornecedores, do Sistema Integrado de Licitações - LIC e do Sistema de Pregão Eletrônico, utilizados, obrigatoriamente, pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços;

XII - regulamentar, padronizar e atualizar a Lista Básica de Materiais;

XIII - normatizar e orientar os procedimentos de estocagem e distribuição de materiais nos almoxarifados setoriais e seccionais;

XIV - normatizar, supervisionar, orientar e controlar os serviços de locação de mão-de-obra, executando ou autorizando as licitações pertinentes;

XV - executar as licitações dos serviços de locação de mão-de-obra e dos demais serviços, incluindo locações e seguros, de acordo com a legislação vigente;

XVI - executar licitações, que por sua peculiaridade devam ser centralizadas, para a aquisição de materiais e serviços, para os órgãos e entidades integrantes do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços, de acordo com as normas estabelecidas;

XVII - executar licitações para a aquisição de materiais e serviços para os órgãos e entidades integrantes do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços, quando da ocorrência de omissão, ineficiência ou não observância das normas técnicas emitidas pelo órgão central;

XVIII - realizar reuniões, cursos, treinamentos, fóruns, palestras e debates, pertinentes às atividades de gestão de materiais e serviços e de obras e serviços de engenharia,

XIX - proceder, junto aos órgãos setoriais e seccionais, inspeção e controle técnico visando ao cumprimento das finalidades e normas do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços;

XX - assegurar a eficácia, a eficiência e a efetividade das ações de avaliação, fiscalização e controle do Sistema Administrativo quanto aos objetivos, técnicas, organização, recursos e procedimentos;

XXI - revisar, elaborar, coordenar, consolidar e pronunciar-se sobre a legislação de materiais e serviços e de obras e serviços de engenharia, propondo minutas de projetos de lei, de regulamentos e normas;

XXII - coordenar o processo de avaliação e controle dos programas, projetos, ações e atividades da área de materiais e serviços e de obras e serviços de engenharia, com a cooperação dos órgãos centrais dos sistemas administrativos do Estado;

XXIII - acompanhar programas, projetos e ações governamentais, definindo objetivos sistêmicos de forma articulada;

XXIV - disponibilizar acesso às informações do Sistema de Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços;

XXV - exercer outras atividades determinadas pelo Secretário de Estado da Administração ou pelo Diretor Geral, no âmbito da gestão de materiais e serviços.

SUBSEÇÃO I
Da Gerência de Licitações

Art. 21. A Gerência de Licitações, subordinada diretamente à Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços, compete:

I - articular-se com os órgãos setoriais e seccionais do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços, visando orientar e supervisionar a execução das atividades de licitações;

II - monitorar, fiscalizar, controlar e executar licitações para aquisição de materiais e serviços;

III - administrar o Sistema Integrado de Licitações (LIC), o Sistema de Pregão Eletrônico, Sistema de Compras Eletrônicas, o Banco de Preços de Materiais, Cadastro Central de Materiais e o Cadastro Central de Fornecedores do Estado de Santa Catarina;

IV - administrar os procedimentos de avaliação de fornecedores e prestadores de serviço;

V - regulamentar, padronizar e gerir a Lista Básica de Materiais;

VI - processar as solicitações de materiais e elaborar pedidos de aquisição, visando instruir processos licitatórios;

VII - promover programas de racionalização e redução de consumo de materiais;

VIII - administrar o cadastro central de materiais, estabelecendo especificação e codificação padronizadas;

IX - efetuar licitações para a aquisição de materiais e a contratação de serviços, locações e seguros;

X - desenvolver outras atividades determinadas pelo Diretor de Gestão de Materiais e Serviços, no âmbito de sua atuação.

SUBSEÇÃO II
Da Gerência de Contratos

Art. 22. A Gerência de Contratos, subordinada

diretamente à Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços, compete:

I - articular-se com os órgãos setoriais e seccionais do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços, visando orientar e supervisionar a execução das atividades inerentes a serviços, locações de equipamentos e seguros;

II - definir metodologia e regulamentar a execução dos serviços, locações de equipamentos e seguros;

III - autorizar a execução de licitações pelos órgãos setoriais e seccionais do sistema, para a contratação de serviços, locações e seguros;

IV - analisar previamente os editais de licitações e contratos de serviços, locações de equipamentos e seguros, quando executados de forma descentralizada;

V - fiscalizar e controlar os procedimentos para contratação de serviços, locações de equipamentos e seguros;

VI - elaborar, monitorar e fiscalizar os contratos para aquisição de materiais, serviços, locações de equipamentos e seguros;

VII - controlar os índices de reajuste dos contratos de serviços e locações de equipamentos;

VIII - emitir informação e parecer técnico referente às contratações de serviços, locações de equipamentos e seguros;

IX - desenvolver outras atividades determinadas pelo Diretor de Gestão de Materiais e Serviços, no âmbito de sua atuação.

SEÇÃO III
Da Diretoria de Gestão de Recursos Humanos

Art. 23. A Diretoria de Gestão de Recursos Humanos, órgão normativo do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos, compete, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional:

I - acompanhar os programas, planos, projetos e ações governamentais, a fim de formular, definir e efetivar as políticas, as diretrizes e as estratégias referentes à gestão de recursos humanos;

II - assegurar a eficácia, a eficiência e a efetividade das ações dos sistemas Administrativo e Integrado de Gestão de Recursos Humanos, quanto aos objetivos, técnicas, organização, recursos e procedimentos, prezando pelos princípios da legalidade, economicidade, a fim de otimizá-los e garantir novas ações e projetos na área de gestão de recursos humanos;

III - promover ações articuladas com os órgãos do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos - SGRH, visando assegurar a uniformidade e a padronização dos procedimentos;

IV - estabelecer as políticas e as diretrizes para a área de Gestão de Recursos Humanos dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional;

V - regulamentar, normatizar e controlar os procedimentos administrativos relativos à gestão de recursos humanos, assegurando a uniformidade de interpretação da legislação de pessoal;

VI - orientar e assessorar os órgãos setoriais, seccionais e unidades administrativas descentralizadas para o adequado uso, operacionalização e aperfeiçoamento do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos - SGRH;

VII - padronizar, acompanhar, avaliar e revisar procedimentos e fluxos com o fim de simplificar, racionalizar e otimizar os dados do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos - SGRH;

VIII - coordenar, elaborar, revisar e consolidar a legislação de pessoal, zelando pelo seu cumprimento e propondo normas para o aprimoramento da gestão de recursos humanos;

IX - coordenar e desenvolver mecanismos de controle interno nos procedimentos administrativos da Gestão de Recursos Humanos, em especial, aos atos de pessoal, recomendando ações preventivas e/ou corretivas, quando couber;

X - propor alteração e/ou adequação à legislação de pessoal que demanda ação judicial, bem como àquelas decorrentes de decisão do órgão fiscalizador do Estado;

XI - coordenar as atividades relacionadas à ética e à disciplina na gestão de recursos humanos, por meio do código de ética;

XII - definir e implantar programas estratégicos de atração, estímulo e permanência dos servidores para processo motivacional;

XIII - coordenar, controlar e fiscalizar o contencioso administrativo referente aos atos de pessoal, sob demanda do Tribunal de Contas do Estado, articuladamente e quando couber, com o gestor previdenciário e com os órgãos setoriais e seccionais;

XIV - mediar as negociações entre a Administração Estadual e os Sindicatos de Servidores Públicos Civis ao tratarem de interesses mútuos;

XV - elaborar, propor e administrar projetos voltados à captação de recursos financeiros e adoção de novas práticas para a aplicação na gestão de recursos humanos;

XVI - desenvolver outras atividades determinadas pelo Secretário de Estado da Administração, no âmbito de sua atuação.

SUBSEÇÃO I
Da Gerência de Ingresso e Movimentação de Pessoal

Art. 24. A Gerência de Ingresso e Movimentação de Pessoal, subordinada diretamente à Diretoria de Gestão de Recursos Humanos, compete:

I - articular-se com os órgãos setoriais e seccionais do Sistema de Gestão de Recursos Humanos visando à uniformidade e padronização dos procedimentos da sua área de competência;

II - analisar e descrever cargos e funções;

III - elaborar, analisar e numerar os atos oficiais que dependam de procedimentos centralizados, bem como controlar seu encaminhamento e publicação;

IV - orientar, supervisionar, avaliar e controlar os setoriais e seccionais na elaboração de atos administrativos específicos de cada órgão ou entidade;

V - efetuar o controle de provimento e vacância de cargos efetivos e comissionados e funções por órgão de lotação, bem como de acumulação de cargos, empregos e funções públicas;

VI - executar e manter atualizado o cadastro de servidores efetivos e comissionados;

VII - analisar, controlar, supervisionar e adequar a lotação de servidores no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual;

VIII - controlar e emitir relatórios para a Auditoria de Contas Públicas, no que se refere a Controle de Cargos e Funções;

IX - normatizar, supervisionar, orientar e emitir parecer relativo aos procedimentos para operacionalização de concursos públicos;

X - estudar e propor o provimento de vagas nos Quadros de Pessoal de acordo com a necessidade de cada órgão ou entidade;

XI - supervisionar, controlar, executar e emitir parecer sobre a alteração das vagas nos Quadros de Pessoal de acordo com a necessidade de cada órgão ou entidade;

XII - normatizar, supervisionar, controlar, analisar e orientar os procedimentos referentes à movimentação de pessoal pelo instituto da disposição, da remoção, da convocação e redistribuição funcional;

XIII - coordenar, normatizar, supervisionar, orientar e emitir parecer referente à avaliação do estágio probatório, do quadro do pessoal da administração direta, autárquica e fundacional;

XIV - analisar e emitir parecer técnico sobre a descrição de cargos para efeito de acumulação;

XV - controlar e padronizar o Sistema de Atos Legais, bem como supervisionar sua instalação nos setoriais e seccionais de recursos humanos;

XVI - supervisionar, orientar, controlar e emitir parecer referente ao afastamento do país e para o exercício de mandato eletivo;

XVII - normatizar, supervisionar, orientar e emitir parecer referente a licença sem vencimentos e licença especial para exercício de cargo de direção de sindicato;

XVIII - analisar, supervisionar, orientar e emitir parecer referente ao enquadramento de servidores ativos e inativos, de acordo com o sistema de classificação de cargos e legislação específica;

XIX - supervisionar, orientar, controlar e emitir parecer sobre composição de Conselhos Estaduais;

XX - participar da elaboração de decretos, instruções normativas e minutas de projeto de lei, nos assuntos inerentes a servidor público estadual, na área de sua competência;

XXI - emitir parecer técnico sobre a iniciativa de leis complementares e ordinárias, de origem governamental e legislativa, inerentes ao servidor público do Estado, na área de competência da Gerência de Ingresso e Movimentação de Pessoal, bem como àquelas referentes ao Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores civis do Estado;

XXII - analisar e emitir parecer nos processos de alteração de regime de trabalho e de estabilidade do servidor público estadual;

XXIII - manter, em sua área de competência, os dados atualizados relativos ao Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, incluídos os dados referentes aos óbitos de servidores públicos ativos estaduais;

XXIV - desenvolver outras atividades determinadas pelo Diretor de Gestão de Recursos Humanos, no âmbito de sua atuação.

SUBSEÇÃO II
Da Gerência de Remuneração Funcional

Art. 25. A Gerência de Remuneração Funcional, subordinada diretamente à Diretoria de Gestão de Recursos Humanos, compete:

I - articular-se com os órgãos do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos - SGRH, visando à uniformidade e à padronização dos procedimentos referentes à sua área de competência;

II - coordenar e executar, no âmbito do Sistema, a avaliação dos procedimentos administrativos e operacionais relativos à folha de pagamento;

III - catalogar, atualizar, supervisionar e controlar os procedimentos e rotinas relativos à alimentação dos módulos da folha de pagamento;

IV - coordenar, orientar e supervisionar os setoriais e seccionais de Recursos Humanos quanto aos procedimentos relativos às consignações facultativas em folha de pagamento;

V - padronizar e atualizar os códigos de proventos e descontos nos módulos da folha de pagamento;

VI - organizar, normatizar, padronizar e descentralizar a geração de informações tributárias e fiscais atinentes ao Governo Federal;

VII - promover o controle dos dados referentes ao Patrimônio do Servidor Público - PASEP;

VIII - proceder ao controle de débitos e créditos referentes às obrigações sociais entre o Regime Geral de Previdência Social e o Estado de Santa Catarina, incluindo os programas já estabelecidos com o COMPREV;

IX - elaborar relatórios gerenciais de repercussão financeira e crescimento vegetativo da folha, proporcionando aos gestores informações para construção de cenários, visando à tomada de decisões quanto à política de remuneração funcional;

X - analisar, previamente, a criação e alteração de códigos e rotinas que venham interferir direta ou indiretamente na composição ou base de cálculo dos códigos de proventos e descontos;

XI - gerenciar os procedimentos relacionados às pensões não previdenciárias;

XII - instituir, analisar e propor medidas relativas a pensões ou auxílios concedidos pelo Estado, por meio de leis especiais, objetivando a concessão, o cancelamento, a reativação, a transferência e a revisão dos valores das pensões;

XIII - realizar visitas domiciliares para instrução de processos ou reavaliação das condições sócio-econômicas de pensionistas;

XIV - proceder a atualização de dados cadastrais dos pensionistas não previdenciários, por meio da realização de recadastramento periódico;

XV - elaborar projetos e pesquisas específicos à política de atendimento de pensões especiais;

XVI - coordenar e revisar, quando necessário, processos administrativos relativos aos benefícios estatutários e constitucionais, que envolvam vantagens pecuniárias ou não, articuladamente, no que couber, com o gestor previdenciário;

XVII - expedir certidão a ex-servidor público estadual referente a tempo de serviço e contribuição prestado na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo;

XVIII - prestar informações ao Tribunal de Contas, quando solicitado, relativo aos atos praticados na sua área de competência;

XIX - gerenciar os benefícios funcionais da sua área de competência;

XX - manter, em sua área de competência, os dados atualizados relativos ao Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos;

XXI - desenvolver outras atividades determinadas pelo Diretor de Gestão de Recursos Humanos, no âmbito de sua atuação.

SUBSEÇÃO III
Da Gerência de Capacitação

Art. 26. A Gerência de Capacitação, subordinada diretamente à Diretoria de Gestão de Recursos Humanos, compete:

I - articular-se com os órgãos setoriais e seccionais do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos – SGRH, visando à uniformidade e padronização dos procedimentos da sua área de competência;

II - coordenar, analisar, avaliar e homologar os planos e os eventos de capacitação promovidos pelos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional;

III - emitir, registrar e validar os certificados dos eventos de capacitação promovidos pela Gerência;

IV - orientar os setoriais e seccionais quanto aos módulos do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos -

SIGRH;

V - promover a valorização do servidor público pelo compromisso com o desenvolvimento dos talentos, reconhecimento, publicação de estudos e de trabalhos científicos e artísticos;

VI - estabelecer e garantir a capacitação continuada e permanente, assegurando a formação o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e o conhecimento técnico e administrativo do servidor público;

VII - coordenar, supervisionar e analisar o levantamento de necessidades de capacitação;

VIII - estabelecer a Política Estadual de Capacitação, focada na cidadania e no princípio de que o servidor público é agente facilitador na prestação de serviços à sociedade;

IX - normatizar, coordenar, controlar e fiscalizar o processo de avaliação de desempenho, progressão e ascensão funcional;

X - implementar e coordenar o Programa Estadual de Capacitação;

XI - estabelecer parcerias com as demais gerências e diretorias sistêmicas;

XII - manter atualizados os dados no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, da sua área de competência, propondo mudanças visando obter maior eficácia do Sistema;

XIII - desenvolver outras atividades determinadas pelo Diretor de Gestão de Recursos Humanos, no âmbito de sua atuação.

SUBSEÇÃO IV
Da Gerência de Avaliação e Controle Funcional

Art. 27. A Gerência de Avaliação e Controle Funcional, subordinada diretamente à Diretoria de Gestão de Recursos Humanos, compete:

I - promover a articulação com os órgãos do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos - SGRH, visando orientar, normatizar, supervisionar, controlar e fiscalizar, buscando a unificação e a padronização das ações e atividades sistêmicas;

II - pesquisar, estudar, formular, planejar, implantar e acompanhar a adoção de técnicas e de formas de trabalho, objetivando o aprimoramento das ações e das atividades sistêmicas;

III - coordenar e estabelecer diretrizes, elaborar normas, relatórios, formulários e manuais de procedimentos, visando avaliar, disciplinar e padronizar as ações, as atividades e a linguagem dos sistemas Administrativo e Integrado de Gestão de Recursos Humanos;

IV - coordenar, elaborar, intermediar, acompanhar, avaliar e controlar projetos, visando à execução dos planos de trabalho de descentralização, desconcentração, regionalização e desenvolvimento local no âmbito da gestão de recursos humanos;

V - coordenar, elaborar, propor, padronizar, implantar, acompanhar, avaliar e controlar as rotinas, os fluxos e os procedimentos no âmbito dos sistemas Administrativo e Integrado de Gestão de Recursos Humanos, objetivando a racionalização, a simplificação e a otimização das ações e das atividades sistêmicas;

VI - detectar a necessidade de mudanças e efetuar o levantamento de dados e informações para a elaboração de diagnósticos organizacionais e proposição de inovações, visando assegurar a elevação dos padrões de qualidade em toda a amplitude sistêmica;

VII - planejar, desenvolver, implantar, acompanhar, avaliar e controlar as ações que visem o aprimoramento do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH;

VIII - intermediar os canais de comunicação interno e externo, visando uniformizar a ações e as atividades da área de recursos humanos;

IX - coordenar, orientar, supervisionar e controlar a execução permanente de auditoria administrativa junto aos sistemas Administrativo e Integrado de Gestão de Recursos Humanos, propondo a adoção de medidas corretivas, visando a elevação da qualidade dos serviços prestados;

X - gerenciar a inclusão e a manutenção do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, visando subsidiar a tomada de decisões dos diversos órgãos e entidades;

XI - coordenar e intermediar os projetos e as ações relacionadas com perícia médica e saúde ocupacional do servidor, no que couber, na gestão de recursos humanos;

XII - estudar, desenvolver, propor, acompanhar e controlar a implantação de indicadores de resultados por intermédio da avaliação organizacional, apresentando medidas corretivas e sugerindo, se necessário, a intervenção pelo titular da Secretaria de Estado da Administração nos órgãos que integram o Sistema;

XIII - gerenciar a manutenção, a evolução tecnológica e o desenvolvimento de funcionalidades do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH;

XIV - intermediar, orientar, avaliar, controlar e primar pelo desenvolvimento organizacional do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos -SGRH;

XV - administrar e manter atualizados, em sua área de competência, os dados relativos ao Sistema Integrado de Recursos Humanos - SIGRH, bem como propor e implantar mudanças visando obter a eficiência, a eficácia e a efetividade administrativa do Sistema;

XVI - desenvolver outras atividades determinadas pelo Diretor de Gestão de Recursos Humanos, no âmbito de sua atuação.

SUBSEÇÃO V
Da Gerência de Formulação de Políticas de Recursos Humanos

Art. 28. A Gerência de Formulação de Políticas de Recursos Humanos, subordinada diretamente à Diretoria de Gestão de Recursos Humanos, compete:

I - articular-se com os órgãos setoriais e seccionais do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos - SGRH, visando à uniformidade e à padronização dos procedimentos da sua área de competência;

II - formular e definir cenários ao desenvolvimento de políticas e de diretrizes estratégicas à gestão de recursos humanos do Poder Executivo Estadual;

III - disseminar conhecimentos e propiciar a reflexão e o debate sobre a gestão de recursos humanos, em parceria com os órgãos do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos - SGRH;

IV - buscar a participação e elaborar estudos e propostas de alteração da legislação de pessoal, visando à adequação às novas disposições constitucionais, apresentando proposições que satisfaçam às partes pela legalidade, oportunidade e bom senso;

V - elaborar projetos e desenvolver técnicas de atração e retenção do servidor público;

VI - propor programas de valorização do servidor público calcados no desempenho e adoção de estratégias de comprometimento em substituição às estratégias de controle;

VII - acompanhar e participar dos projetos e programas, emitindo parecer circunstanciado quanto aos resultados programados e obtidos, sugerindo a sua manutenção, seu realinhamento ou a sua suspensão, quando solicitado;

VIII - diagnosticar as necessidades e colher sugestões para a melhoria dos procedimentos visando a otimização de resultados;

IX - desenvolver outras atividades determinadas pelo Diretor de Gestão de Recursos Humanos, no âmbito de sua atuação.

SUBSEÇÃO VI
Da Gerência de Controle de Mão-de-Obra Locada e Bolsas de Trabalho

Art. 29. A Gerência de Controle de Mão-de-Obra Locada e Bolsas de Trabalho, subordinada diretamente à Diretoria de Gestão de Recursos Humanos, compete:

I - articular-se com os órgãos setoriais e seccionais do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos - SGRH, visando à uniformidade e à padronização dos procedimentos da sua área de competência;

II - controlar e emitir relatórios, para o Tribunal de Contas do Estado, das vagas ocupadas de mão-de-obra locada;

III - emitir parecer técnico sobre iniciativas decorrentes de leis ordinárias e complementares de origem governamental ou legislativa, relacionadas à mão-de-obra terceirizada e bolsas de trabalho;

IV - controlar a observância das normas legais que envolvam o relacionamento do Estado com as empresas prestadoras de mão-de-obra locada e as atividades exercidas pelos bolsistas;

V - controlar os contratos de mão-de-obra locada, emitindo o competente relatório, atentando para o cumprimento dos procedimentos legais e ao atendimento do objetivo social;

VI - propor, desenvolver e implantar procedimentos, fluxos e mecanismos de controle visando à consolidação das informações dos contratados por meio de locação de mão-de-obra e dos bolsistas, assegurando a racionalização, qualidade dos serviços prestados e a aplicação da legislação, em consonância com os órgãos afins;

VII - controlar os contratos dos bolsistas e os convênios com as instituições de ensino, emitindo o competente relatório;

VIII - acompanhar a execução dos contratos de mão-de-obra locada;

IX - controlar a vigência do seguro dos bolsistas solicitando, quando necessário, novo processo licitatório;

X - solicitar informações gerenciais necessárias às autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado, no que couber;

XI - manter atualizado, na sua área de competência, os dados no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, propondo mudanças voltadas à obtenção da eficácia do Sistema;

XII - desenvolver outras atividades determinadas pelo Diretor de Gestão de Recursos Humanos, no âmbito de sua atuação.

SEÇÃO IV
Da Diretoria de Gestão Patrimonial

Art. 30. A Diretoria de Gestão Patrimonial, órgão normativo do Sistema Administrativo de Gestão Patrimonial, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional, compete:

I - promover a articulação com os órgãos setoriais e seccionais do Sistema Administrativo de Gestão Patrimonial, visando assegurar a uniformidade e padronização dos procedimentos estabelecidos;

II - estabelecer as políticas e diretrizes para a área de administração de gestão patrimonial;

III - normatizar e monitorar os procedimentos administrativos relativos à administração de bens móveis e imóveis;

IV - coordenar a realização de planos, estudos e análise, visando ao desenvolvimento, aperfeiçoamento e modernização das atividades da área;

V - realizar periodicamente encontros e palestras para os órgãos setoriais e regionais, visando ao aperfeiçoamento e ao disciplinamento do Sistema Administrativo de Gestão Patrimonial;

VI - exercer outras atividades relacionadas ao Sistema de Gestão Patrimonial, bem como as determinadas pelo Secretário de Estado da Administração ou pelo Diretor Geral.

SUBSEÇÃO I
Da Gerência de Bens Imóveis

Art. 31. A Gerência de Bens Imóveis, subordinada diretamente à Diretoria de Gestão Patrimonial, compete:

I - articular-se com os órgãos setoriais e seccionais do Sistema Administrativo de Gestão Patrimonial visando orientar e supervisionar as atividades inerentes à administração dos bens imóveis;

II - elaborar normas, formulários e manuais de procedimento visando disciplinar e padronizar as atividades pertinentes à administração de bens imóveis;

III - estabelecer critérios para locações e aquisições de imóveis de terceiros;

IV - analisar os processos licitatórios referentes à locação de imóveis de terceiros;

V - regulamentar e controlar a alienação, doação, dação em pagamento, permuta, investidura, cessão, concessão e permissão de uso de bens imóveis;

VI - coordenar as licitações relativas ao patrimônio imobiliário e manter seu registro;

VII - normatizar os procedimentos para legalização, fiscalização, ocupação, desocupação e preservação do patrimônio imobiliário;

VIII - coordenar as avaliações de imóveis a serem alienados ou adquiridos;

IX - coordenar as avaliações de preços de aluguéis de imóveis a serem locados;

X - autorizar a centralização de pedidos de inclusão e exclusão de pagamento de água e esgoto e energia elétrica, quando solicitadas pelos órgãos setoriais e seccionais;

XI - avaliar os imóveis nos processos de adjudicação quanto ao interesse público na aquisição, inclusive do ponto de vista econômico;

XII - analisar os processos relativos aos imóveis de posse, visando resguardar o patrimônio público;

XIII - analisar as ações de usucapião impetrados no Estado, visando defender o patrimônio público;

XIV - constituir comissão com servidores da Gerência, para promover avaliação dos bens imóveis;

XV - supervisionar, auditar e controlar os sistemas informatizados de bens imóveis;

XVI - desenvolver outras atividades determinadas pelo Diretor de Gestão Patrimonial, no âmbito de sua atuação.

SUBSEÇÃO II
Da Gerência de Bens Móveis

Art. 32. A Gerência de Bens Móveis, subordinada diretamente à Diretoria de Gestão Patrimonial compete:

I - articular-se com os órgãos setoriais e seccionais do Sistema Administrativo de Gestão Patrimonial, visando orientar

e supervisionar as atividades inerentes à administração dos bens móveis;

II - elaborar normas, formulários e manuais de procedimento visando disciplinar e padronizar as atividades pertinentes à administração de bens móveis;

III - controlar, fiscalizar, supervisionar e estabelecer critérios quanto à servibilidade dos bens móveis permanentes, equipamentos e outros bens recebidos em forma de doação ou remanejamento, regulamentando e coordenando sua distribuição e aperfeiçoamento;

IV - estabelecer critérios quanto à servibilidade dos móveis, equipamentos e outros bens recebidos em forma de doação ou remanejamento, regulamentar e coordenar a sua distribuição e aproveitamento;

V - regulamentar e controlar a aquisição, concessão, permissão e alienação de bens móveis permanentes;

VI - manter registro para fins de legalização, controle, fiscalização e preservação dos bens móveis permanentes;

VII - estabelecer critérios de inservibilidade, recolhimento, remanejamento e alienação dos bens móveis;

VIII - receber bens permanentes inservíveis ou excedentes e efetuar triagem para reutilização, doação ou leilão;

IX - organizar leilão público dos bens móveis;

X - elaborar laudos relativos à inspeção de bens baixados, inservíveis e encaminhados para incineração;

XI - elaborar recibos de remanejamento e doação;

XII - supervisionar, auditar e controlar os sistemas informatizados de bens móveis;

XIII - regulamentar, auditar, controlar, monitorar o uso, a guarda, o consumo de combustível, manutenção e outros custos, por meio de sistemas específicos, bem como, definir critérios de controle;

XIV - auditar, controlar e monitorar, por meio de sistemas específicos, o uso de veículos, consumo de combustível, manutenção e outros custos, bem como definir critérios a serem observados nesses controles;

XV - estabelecer critérios relativos a servibilidade dos veículos, recebidos em forma de dação em pagamento e adjudicação, e regulamentar sua distribuição e aproveitamento;

XVI - analisar, especificar e julgar tecnicamente, os processos licitatórios referentes aos veículos oficiais, quando ocorrer de forma centralizada;

XVII - efetuar análise técnica em programas anuais de manutenção de veículos oficiais;

XVIII - manter controle de registros e licenciamento para os veículos oficiais, cujas despesas de licenciamento e seguro serão mantidas pelos órgãos setoriais e seccionais;

XIX - fiscalizar a guarda e o uso dos veículos oficiais e dos locados;

XX - constituir comissão com servidores da Gerência, para promover classificação e avaliação dos bens móveis, equipamentos, veículos e outros bens inservíveis para leilão;

XXI - implementar os controles de recolhimento, administração e destinação dos bens, produtos e materiais adjudicados, incorporados de modo a satisfazer as necessidades dos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional do Estado ou aliená-los mediante hasta pública, observadas as exigências de lei e as Normas do Fundo de Materiais e Atos Oficiais;

XXII - desenvolver outras atividades determinadas pelo Diretor de Gestão Patrimonial, no âmbito de sua atuação.

SEÇÃO V
Da Diretoria de Gestão do Arquivo Público

Art. 33. A Diretoria de Gestão do Arquivo Público, órgão normativo conjunto do Sistema Administrativo de Gestão Documental, compete:

I - articular-se com os órgãos setoriais e seccionais do Sistema Administrativo de Gestão Documental visando assegurar a uniformidade e a padronização dos procedimentos referentes à destinação dos documentos oficiais;

II - regulamentar e normatizar os procedimentos relativos à administração do patrimônio documental;

III - coordenar a realização de planos, estudos e análises visando ao desenvolvimento, aperfeiçoamento e modernização das atividades da área;

IV - propor códigos de classificação, tabelas de temporalidade e destinação de documentos, bem como autorizar a eliminação de documentos de arquivo dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual;

V - propor a celebração de contratos e convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, bem como seus termos aditivos;

VI - avaliar novas tecnologias na área de gerenciamento de informações a serem aplicadas no Arquivo Público e órgãos setoriais e seccionais do Sistema;

VII - divulgar as atividades do Arquivo Público e propor o intercâmbio e permuta de publicações e informações com instituições culturais e outros;

VIII - manter intercâmbio cultural com instituições nacionais e estrangeiras;

IX - realizar concursos sobre temas referentes à cultura catarinense, bem como promover cursos e outros eventos relacionados à arquivologia, história e cultura catarinense, após prévia autorização;

X - estimular a celebração de convênios com as prefeituras, para a implantação e organização dos arquivos municipais;

XI - manter atualizado o cadastro de arquivos municipais;

XII compor a Comissão Estadual para racionalização e padronização dos impressos oficiais;

XIII - estabelecer políticas e diretrizes para a área de administração do patrimônio documental;

XIV - autorizar reproduções de documentos, de acordo com a disponibilidade do arquivo e a qualidade dos suportes originais e fornecer certidões e cópias autenticadas a quem requerer;

XV - coordenar as atividades de administração, conservação e manutenção das instalações físicas do Arquivo Público;

XVI - propor a composição da Comissão Permanente de Avaliação Documental do Governo do Estado;

XVII - prestar assessoria aos órgãos e entidades públicas dos poderes Legislativo e Judiciário estadual, bem como as instituições públicas federais e municipais de Santa Catarina, excepcionalmente, mediante convênio;

XVIII - exercer outras atividades relacionadas à administração do patrimônio documental, bem como as determinadas pelo Secretário de Estado da Administração ou pelo Diretor Geral.

SUBSEÇÃO I
Da Gerência de Gestão Documental

Art. 34. A Gerência de Gestão Documental, subordinada diretamente à Diretoria de Gestão do Arquivo Público, compete:

I - articular-se com os órgãos setoriais e seccionais do Sistema Administrativo de Gestão Documental, visando orientar e supervisionar as atividades inerentes à área;

II - sugerir a normatização da gestão documental da administração pública estadual;

III - elaborar relatório mensal das atividades desenvolvidas pela Gerência;

IV - orientar os órgãos setoriais e seccionais sobre a avaliação, seleção e destinação de documentos e elaboração das respectivas tabelas de temporalidade;

V - proceder a avaliação das tabelas de temporalidade dos órgãos da administração pública estadual;

VI - avaliar, selecionar e organizar os documentos do arquivo intermediário do Arquivo Público do Estado, mantendo-os em arquivos próprios;

VII - orientar e dar assessoramento técnico, às Prefeituras, na área de gestão documental, sempre que solicitado, por meio da celebração de convênios;

VIII - participar dos programas e projetos do Poder Executivo visando à implantação de uma política estadual na área de tecnologia da informação, garantindo a segurança e o acesso às informações eletrônicas;

IX - orientar os setores de protoloco dos órgãos setoriais e seccionais, quanto aos procedimentos no recebimento, expedição, tramitação, formação de processos e arquivamento de documentos;

X - elaborar e manter atualizado o plano de classificação de documentos da Administração Pública do Estado;

XI - desenvolver outras atividades determinadas pelo Diretor do Arquivo Público no âmbito de sua atuação.

SUBSEÇÃO II
Da Gerência de Recuperação Documental

Art. 35. A Gerência de Recuperação Documental, subordinada diretamente à Diretoria de Gestão do Arquivo Público, compete:

I - articular-se com os órgãos setoriais e seccionais do Sistema Administrativo de Gestão Documental, visando orientar e supervisionar as atividades inerentes à área;

II - recolher os conjuntos documentais de valor permanente, devidamente organizados, de acordo com as respectivas tabelas de temporalidade;

III - arranjar e descrever os documentos textuais, cartográficos, iconográficos e de imagem em movimentação, garantindo o acesso à informação do acervo;

IV - emitir certidões e proceder as transcrições de documentos;

V - receber, sob doação ou custódia, de entidades privadas ou pessoas físicas, documentos ou coleções de obras literárias de valor permanente que estejam relacionadas com o desenvolvimento histórico, cultural, científico e tecnológico do Estado;

VI - manter exposições permanentes de material bibliográfico do acervo, estabelecendo parcerias com pessoas físicas, instituições públicas e privadas, destinadas a estreitar o vínculo da instituição com a comunidade;

VII - manter coleções de trabalhos, teses e publicações elaborados por pesquisadores com base nos documentos pertencentes ao acervo do Arquivo Público;

VIII - formular a política de preservação documental do Arquivo Público, planejando e coordenando o processo de microfilmagem e digitalização, visando à preservação dos documentos originais e a rápida localização da informação;

IX - executar os serviços de proteção, conservação, restauração e encadernação de documentos que compõem o acervo permanente do Arquivo Público, e que integram o patrimônio documental do Estado;

X - orientar os usuários/pesquisadores quanto aos procedimentos para a realização de consultas e pesquisas junto aos acervos do Arquivo;

XI - orientar e dar assistência técnica às Prefeituras Municipais, sempre que solicitada, mediante celebração de convênios, com relação à organização e preservação de seus acervos;

XII - desenvolver outras atividades determinadas pelo Diretor do Arquivo Público, no âmbito de sua atuação.

SEÇÃO VI
Da Diretoria do Plano de Saúde

Art. 36. A Diretoria do Plano de Saúde, subordinada diretamente ao Secretário de Estado da Administração, compete:

I - administrar e supervisionar as atividades relacionadas com a assistência médico-hospitalar e ambulatorial propiciada pelo plano de saúde;

II - participar da elaboração de projetos da área finalística e avaliar seus resultados no controle de custos e da qualidade do atendimento prestado;

III - acompanhar a arrecadação e as despesas do Santa Catarina Saúde;

IV - desenvolver outras atividades determinadas pelo Secretário de Estado da Administração ou pelo Diretor Geral, no seu âmbito de atuação.

SUBSEÇÃO I
Da Gerência de Serviços de Saúde

Art. 37. A Gerência de Serviços de Saúde, subordinada diretamente à Diretoria do Plano de Saúde, compete:

I - analisar as solicitações de adesão e de atualização do plano de saúde, bem como os documentos comprobatórios, encaminhando-os para inclusão cadastral ou devolvendo-os para complementação de documentos;

II - analisar processos administrativos cuja legislação exija comprovação especial como convívio marital, invalidez e dependência econômica;

III - acompanhar, mensalmente, para correção de cadastro, os processos de pensão deferidos e indeferidos;

IV - disponibilizar, à empresa contratada, informações referentes às adesões ao plano e a atualização cadastral;

V - disponibilizar, às repartições responsáveis pela folha de pagamento, informações referentes ao plano e atualização cadastral, para implantação e controle da contribuição;

VI - providenciar a inclusão provisória ou definitiva, bem como a exclusão quando for o caso, da pensão previdenciária aos requerentes;

VII - conferir mensalmente a fatura enviada pela contratada, tendo como base o cadastro, procedendo as correções, quando necessário;

VIII - comunicar oficialmente ao segurado sua inclusão, suspensão ou exclusão do plano;

IX - efetuar levantamento de débito de contribuição para a Gerência de Contas Médico-Hospitalares, para fins de emissão de Certidão Negativa;

X - desenvolver outras atividades determinadas pelo Diretor do Plano de Saúde, no âmbito de sua atuação.

SUBSEÇÃO II
Da Gerência de Contas Médico-Hospitalares

Art. 38. A Gerência de Contas Médico-Hospitalares, subordinada diretamente à Diretoria do Plano de Saúde, compete:

I - desenvolver parcerias objetivando elaborar e /ou executar projetos de prevenção com acompanhamento e orientação à saúde dos segurados do plano, oferecendo soluções de qualidade em medicina preventiva;

II - realizar auditoria técnica e administrativa, mediante análise documental e/ou verificação *in loco* a fim de impedir cobranças indevidas, superfaturadas ou inexistentes;

III - fiscalizar a qualidade dos serviços credenciados, visando ao atendimento adequado aos segurados do plano;

IV - desenvolver atividades relacionadas com o tratamento de saúde fora do Estado, acompanhando a restituição de valores devidos pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEF, referente aos valores desembolsados pelo servidor;

V - orientar e acompanhar abertura de processos de reembolso médico-hospitalar simples (emergência/urgência fora do Estado), de responsabilidade financeira da contratada;

VI - elaborar relatórios mensais referentes ao desempenho dos atendimentos e despesas médico-hospitalares prestados pela contratada;

VII - conferir e enviar para cobrança o valor da co-participação do segurado referente às despesas com a assistência médica;

VIII - verificar o cumprimento do contrato com a operadora de saúde, em atendimento ao estabelecido no regulamento e no contrato do plano firmado;

IX - realizar convênios visando ampliar o acesso a serviços de saúde aos segurados;

X - fornecer certidão negativa de débito averiguando a contribuição e coparticipação;

XI - desenvolver outras atividades determinadas pelo Diretor do Plano de Saúde, no âmbito de sua atuação.

SUBSEÇÃO III
Da Gerência do Fundo do Plano de Saúde

Art. 39. A Gerência do Fundo do Plano de Saúde, subordinada diretamente à Diretoria do Plano de Saúde, compete:

I - orientar a aplicação dos recursos na forma definida em lei, tendo presente as condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez;

II - operacionalizar as liqüidações físicas e financeiras dos investimentos;

III - definir a manutenção dos recursos financeiros disponíveis para investimentos estratégicos;

IV - identificar oportunidades de negócios, estudar e apresentar alternativas de investimentos;

V - planejar, controlar, coordenar e acompanhar as atividades de fiscalização, auditoria interna e cobrança dos valores devidos ao plano de saúde, inclusive a inscrição em dívida ativa e encaminhamento ao setor competente;

VI - elaborar orçamentos, efetuar e conferir pagamentos e realizar cobranças;

VII - realizar todos os procedimentos contábeis inerentes ao bom funcionamento do Fundo do Plano de Saúde;

VIII - providenciar e enviar carnê de contribuição e co-participação dos segurados licenciados, acompanhando pagamentos devidos e comunicando à Gerência de Serviços de Saúde as suspensões e/ou exclusões a serem efetuadas, conforme legislação;

IX - acompanhar os pagamentos de contribuições e co-participações de todos os poderes;

X - desenvolver outras atividades determinadas pelo Diretor do Plano de Saúde, no âmbito de sua atuação.

SUBSEÇÃO IV
Da Gerência de Atuária e Estatística

Art. 40. A Gerência de Atuária e Estatística, subordinada diretamente à Diretoria do Plano de Saúde, compete:

I - elaborar relatórios mensais referentes ao desembolso das despesas com a assistência médico-hospitalar prestada pelo plano de saúde;

II - administrar todas as atividades relacionadas com análise, avaliação, verificações e exames técnicos relativos às atividades do Plano de Saúde, quando dependerem de contingências atuariais;

III - promover o levantamento e tratamento estatísticos no âmbito do Plano de Saúde, e proceder análises, estatísticas e projeções, por meio de gráficos e relatórios específicos;

IV - promover a coleta e armazenamento dos dados para acompanhamento, controle e avaliação das atividades da Diretoria do Plano de Saúde, para fins de auditoria e fiscalização;

V - elaborar e acompanhar os planos atuariais da Diretoria do Plano de Saúde;

VI - implantar e acompanhar projetos afetos a sua área e avaliar seus resultados;

VII - elaborar, em conjunto com a Gerência de Contas Médico-Hospitalares, tabelas de encargos financeiros;

VIII - elaborar e acompanhar o cálculo da reserva matemática;

IX - elaborar e acompanhar o cálculo do "*déficit*" técnico;

X - executar e acompanhar o Balanço Atuarial;

XI - emitir parecer técnico em processos que envolvem análise e inversões financeiras e patrimoniais;

XII - desenvolver outras atividades determinadas pelo Diretor do Plano de Saúde, no âmbito de sua atuação.

SEÇÃO VII
Da Diretoria de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Servidor

Art. 41. A Diretoria de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Servidor compete:

I - articular-se com os órgãos setoriais e seccionais do Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos visando à uniformidade e a padronização dos procedimentos na área de atuação;

II - desenvolver políticas e diretrizes para as áreas de perícia médica, controle de benefícios e saúde ocupacional do servidor;

III - planejar, controlar, organizar, normatizar, fiscalizar e auditar as ações de perícia médica, controle de benefícios e saúde ocupacional do servidor;

IV - participar, quando necessário, da elaboração de editais de concurso público, no âmbito de sua competência;

V - supervisionar as atividades das gerências de Perícia Médica, de Controle de Benefícios e de Saúde Ocupacional, visando garantir o exercício pleno de suas atribuições, dentro dos padrões éticos e legais que regulamentam estas atividades;

VI - implantar e manter um sistema de indicadores de saúde do servidor junto ao Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos;

VII - orientar, supervisionar e assessorar as Coordenadorias Técnicas Mesorregionais, para o desenvolvimento de atividades de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Servidor;

VIII - promover a articulação interinstitucional com os órgãos prestadores de serviços de saúde, na esfera pública e privada, visando a celebração de convênio para atendimento dos servidores afastados que necessitem tratamento especializado a curto e longo prazo e para desenvolver ações de segurança, ergonomia, prevenção e promoção da saúde no trabalho;

IX - supervisionar e orientar as atividades das Gerências de Recursos Humanos ou Gerências de Administração e Finanças, das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional – SDR's, relacionadas à área de perícia médica e saúde ocupacional;

X - coordenar a composição de comitês visando a discussão de perícia médica, a melhoria das condições de trabalho e saúde dos servidores públicos estaduais;

XI - articular-se com a Diretoria de Gestão do Plano de Saúde visando a implantação de medidas que otimizem a saúde do servidor;

XII - desenvolver outras atividades determinadas pelo Secretário de Estado da Administração ou pelo Diretor Geral, no âmbito de sua atuação.

SUBSEÇÃO I
Da Gerência de Perícia Médica

Art. 42. A Gerência de Perícia Médica, subordinada diretamente à Diretoria de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Servidor, compete:

I - assessorar a Diretoria de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Servidor no desenvolvimento de políticas e diretrizes para a atividade pericial estadual dos servidores públicos;

II - elaborar normas, formulários e manuais de procedimentos, visando disciplinar e padronizar as atividades da área;

III - planejar, controlar, organizar e fiscalizar as atividades de perícia médica;

IV - propor a formação de comitês intersetoriais ou interinstitucionais, visando à discussão de perícia médica, a fim de melhorar o atendimento ao servidor;

V - orientar e supervisionar a implantação dos dados referentes aos benefícios concedidos pelas Coordenadorias Técnicas Mesorregionais no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos;

VI - promover ações interdisciplinares que possibilitem maior participação e conscientização do servidor e chefia imediata, no usufruto de benefícios concedidos pela diretoria, com vistas à manutenção e preservação de sua capacidade laborativa;

VII - determinar a realização de avaliação pericial por Junta Médica, quando necessário;

VIII - elaborar estudos e pesquisas com vistas à realização de programas de reabilitação profissional;

IX - propor programas e ações de acompanhamento e instrução da reabilitação e readaptação do servidor com capacidade laborativa afetada, em parceria com as demais Gerências da Diretoria;

X - propor estratégias de redução do absenteísmo e melhorar as condições de saúde do servidor, prevenindo aposentadorias por invalidez precoces, em parceria com as Gerências de Controle de Benefícios e de Saúde Ocupacional;

XI - promover estudos e eventos de atualização profissional das equipes periciais, visando o conhecimento dos avanços tecnológicos e científicos da área da saúde e legislação pertinente à área de perícia médica;

XII - buscar a integração com as juntas médicas de outras instituições no Estado de Santa Catarina e nos demais estados visando o intercâmbio de informações e a produção de material científico;

XIII - realizar estudos para conhecer os indicadores sócio-profissional, econômico e cultural dos servidores em tratamento de saúde;

XIV - desenvolver outras atividades determinadas pela Diretoria de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Servidor, no âmbito de sua atuação.

SUBSEÇÃO II
Da Gerência de Controle de Benefícios

Art. 43. A Gerência de Controle de Benefícios, subordinada diretamente à Diretoria de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Servidor, compete:

I - assessorar a Diretoria, fornecendo relatórios atualizados referentes à concessão de benefícios de todas as Coordenadorias Técnicas Mesorregionais, apontando as distorções e propondo medidas corretivas;

II - fiscalizar as atividades periciais e os benefícios concedidos pelas Coordenadorias Técnicas Mesorregionais, bem como auditar periodicamente prontuários periciais;

III - elaborar normas, formulários e manuais de procedimentos, visando disciplinar e padronizar as atividades da área;

IV - apurar denúncias e investigar indícios de irregularidades dos benefícios concedidos pelas Coordenadorias Técnicas Mesorregionais;

V - garantir que a atividade pericial seja uniformemente desenvolvida dentro dos padrões normatizados pela Gerência de Perícia Médica, em todas as Coordenadorias Técnicas Mesorregionais;

VI - levantar e analisar dados estatísticos ocupacionais dos servidores públicos (benefícios concedidos, acidentes em serviço, absenteísmo, causas de afastamentos, prevalência e incidência de doenças, custos de afastamentos e outros) em conjunto com a Gerência de Perícia Médica e propor medidas de controle e redução;

VII - promover estudos visando a atualização da legislação pertinente à área de controle de benefícios, bem como verificar o cumprimento da legislação vigente na concessão de benefícios;

VIII - desenvolver outras atividades determinadas pela Diretoria de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Servidor, no âmbito de sua atuação.

SUBSEÇÃO III
Da Gerência de Saúde Ocupacional

Art. 44. A Gerência de Saúde Ocupacional, subordinada diretamente à Diretoria de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Servidor, compete:

I - assessorar a Diretoria de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Servidor no desenvolvimento de políticas e diretrizes de segurança e medicina do trabalho, prevenção e promoção da saúde do servidor do serviço público estadual;

II - elaborar normas, formulários e manuais de procedimentos, visando disciplinar e padronizar as atividades da área, executadas pelas Coordenadorias Técnicas Mesorregionais;

III - promover estudos visando à atualização da legislação pertinente à área de saúde ocupacional do servidor;

IV - propor a formação de comitês intersetoriais e/ou interinstitucionais, quando necessário, para estudo de projetos que visem a melhoria das condições de trabalho e saúde do servidor público estadual;

V - implantar normas federais de segurança e medicina do trabalho, em especial as normas regulamentadoras na Portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, Comissão Interna de

Prevenção de Acidentes - CIPA) e do INSS (Decreto 3.048/99 - Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP);

VI - coordenar as Comissões Permanentes de Segurança e Saúde Ocupacional;

VII - planejar ações educativas e preventivas em segurança do trabalho;

VIII - elaborar programas de acompanhamento e controle do absenteísmo, em parceria com as Gerências de Perícia Médica e de Controle de Benefícios;

IX - promover estudos e pesquisas destinados ao conhecimento da vida e trabalho dos servidores;

X - opinar e participar de especificação de requisitos para aquisição de substâncias e equipamentos cuja manipulação, armazenamento, transporte ou funcionamento possam apresentar riscos à saúde do servidor;

XI - participar, na fase de projetos, das reformas ou construções de prédios públicos, quanto aos aspectos ligados à saúde, higiene e segurança do servidor público e dos usuários, nas áreas de conforto, ergonomia, organização do trabalho e outros;

XII - desenvolver outras atividades determinadas pela Diretoria de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Servidor, no âmbito de sua atuação.

SUBSEÇÃO IV
Das Coordenadorias Técnicas Mesorregionais

Art. 45. As Coordenadorias Técnicas Mesorregionais, subordinadas diretamente à Diretoria de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Servidor, compete:

I - manter em sua área de competência os dados atualizados relativos ao Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos;

II - coordenar e orientar as atividades desenvolvidas pelos supervisores de perícia médica e saúde ocupacional, bem como realizar perícia documental, no âmbito de sua área de atuação;

III - recorrer, quando necessário, a outros serviços de saúde para a consecução dos seus objetivos periciais;

IV - realizar avaliação e emitir laudos periciais quanto à capacidade laborativa do avaliado, a pedido e ex-ofício, para concessão de benefícios;

V - compor Junta Médica para avaliação médico-pericial, quando necessário;

VI - realizar análise de processos para declaração de invalidez em quitação de imóveis e emitir parecer;

VII - revisar e homologar os benefícios concedidos pelos supervisores de perícia médica e saúde ocupacional, de acordo com as normas estabelecidas;

VIII - realizar perícia móvel domiciliar, no ambiente de trabalho ou comunitário, quando necessário ou a critério da Diretoria de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Servidor, no âmbito de sua região;

IX - enviar à Gerência de Controle de Benefícios os boletins de controle quantitativo e analítico dos benefícios concedidos;

X - integrar e subsidiar as ações de Promoção e Prevenção à Saúde e de Segurança e Medicina do Trabalho;

XI - investigar os fatores biopsicossociais, a fim de subsidiar a elaboração dos laudos periciais para a concessão de benefícios;

XII - encaminhar os servidores a recursos comunitários com vistas a sua reabilitação, quando necessário;

XIII - proceder o levantamento regular dos riscos ambientais, ergonômicos e outros ligados ao processo de trabalho e que, em função de sua natureza, concentração, intensidade e tempo de exposição, possam causar danos à saúde do servidor e elaborar laudos e pareceres técnicos, propondo medidas preventivas e corretivas;

XIV - executar ações de segurança e medicina do trabalho;

XV - convocar servidores para avaliação médico-pericial da capacidade laborativa, ex-ofício, nos casos de acidente e doença do trabalho;

XVI - subsidiar a emissão de laudos de insalubridade, risco de vida e outros, pela Comissão Permanente de Avaliação Pericial;

XVII - orientar, supervisionar, inspecionar e fiscalizar o controle da qualidade do ar de interiores;

XVIII - proceder a análise das comunicações de acidentes do trabalho e de doenças ocupacionais para fins de caracterização, e elaborar estatística mensal para propor ações preventivas, conforme tipo de acidente;

XIX - emitir parecer quanto ao ressarcimento de despesas decorrentes de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho;

XX - manter em arquivo os processos de acidente de trabalho, de ressarcimento de despesas e de doenças ocupacionais, para fins de auditoria;

XXI - investigar e analisar as causas ou agentes dos acidentes de trabalho, sugerindo as medidas cabíveis;

XXII - emitir parecer sobre procedimentos e tratamentos solicitados, em virtude de acidentes e ou doenças relacionadas ao trabalho;

XXIII - inspecionar os locais de trabalho no que se relaciona à segurança do trabalho, delimitando as áreas de risco;

XXIV - opinar e participar de especificação de quesitos para aquisição de substâncias e equipamentos cuja manipulação, armazenamento, transporte ou funcionamento possam apresentar riscos à saúde do servidor;

XXV - propor ações educativas, individuais e coletivas, quanto aos riscos que o processo de trabalho e o impacto que as novas tecnologias podem provocar no servidor;

XXVI - emitir parecer técnico relativo a mudanças de "*lay out*", espaço físico, posto de trabalho e mobiliário em todos os órgãos da administração pública estadual, conforme solicitação da Gerência de Saúde Ocupacional;

XXVII - executar os programas: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e do INSS (Decreto 3.048/99 - Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP) e outros determinados pela Gerência de Saúde Ocupacional;

XXVIII - executar ações na área de promoção de saúde e qualidade de vida no trabalho, capazes de assegurar ao servidor satisfação e reinserção no trabalho, garantindo-lhe saúde e qualidade de vida, programadas pela Gerência de Saúde Ocupacional;

XXIX - desenvolver outras atividades determinadas pela Diretoria de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Servidor, no âmbito de sua atuação.

CAPÍTULO IV
Da Entidade Vinculada

SEÇÃO I
Do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina

Art. 46. O Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPESC, autarquia que tem por objetivo executar a política de previdência dos servidores públicos e agentes políticos do Estado, é vinculado à Secretaria de Estado da Administração para efeito de supervisão, coordenação, fiscalização e controle, nos termos do art. 113, da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, e tem sua competência e funcionamento regulados pelas respectivas leis de criação ou de institucionalização e pelos demais instrumentos aprovados pelo órgão ou baixados pelo Chefe do Executivo.

TÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS

CAPÍTULO I
Das Atribuições dos Ocupantes de Cargos de Provimento em Comissão e de Funções de Chefia

SEÇÃO I
Das Atribuições do Secretário

Art. 47. Ao Secretário de Estado da Administração, como auxiliar direto do Governador do Estado, compete exercer as atribuições constitucionais, legais e regulamentares previstas no art. 74, parágrafo único, incisos I a VI da Constituição do Estado e nos arts. 6º, 7º e 18 da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, bem como outras atribuições determinadas pelo Chefe do Poder Executivo, cabendo-lhe ainda:

I - integrar o Conselho de Política Financeira – CPF;

II - integrar o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC;

III - apreciar e aprovar os programas de trabalho das diretorias da Secretaria, bem como acompanhar o desenvolvimento de sua execução.

SEÇÃO II
Das Atribuições do Diretor Geral

Art. 48. São atribuições do Diretor Geral:

I - substituir e representar o Secretário, quando designado, e assessorá-lo nos assuntos próprios da Secretaria;

II - autorizar as despesas, empenhos, ordens de pagamento e cheques, no âmbito da Secretaria de Estado da Administração, por delegação do Secretário ou no seu impedimento legal;

III - assinar convênios, acordos, contratos e outros documentos de interesse da Secretaria, por delegação do Secretário;

IV - supervisionar, gerenciar, controlar as atividades administrativas e finalísticas da Secretaria, bem como, movimentação de pessoal, concessão de férias, licenças e benefícios,

V - supervisionar e administrar o espaço físico da Secretaria e seu patrimônio;

VI - designar e coordenar a atuação de grupos de estudos específicos de interesse da Secretaria de Estado da Administração quando solicitado;

VII - emitir parecer, bem como proferir despacho interlocutório, e quando for o caso prolatar decisão nos processos submetidos à sua apreciação;

VIII - delegar competência para a prática de atos administrativos, de acordo e na forma da Lei, com o prévio consentimento do Secretário de Estado da Administração;

IX - articular-se com os órgãos da administração estadual, nos limites de suas atribuições, à coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos submetidos à apreciação, coordenação ou decisão;

X - exercer outras atividades no âmbito de sua atuação, mediante delegação ou designação do Secretário de Estado da Administração.

SEÇÃO III
Das Atribuições dos Assistentes do Secretário e do Diretor Geral, dos Consultores Técnicos e dos Assessores de Diretor

Art. 49. São atribuições dos Assistentes do Secretário e do Diretor Geral, dos Consultores Técnicos, bem como dos Assessores de Diretor:

I - prestar assessoria ao Secretário, ao Diretor Geral e aos diretores, no desempenho de suas atribuições;

II - preparar o expediente do Secretário, do Diretor Geral e dos diretores, prestando informações e elementos para exame de processos, documentos e elaboração de despachos;

III - revisar e conferir os atos de natureza técnica ou administrativa a serem firmados pelos respectivos superiores hierárquicos;

IV - executar a redação oficial de assuntos de ordem política e técnica da respectiva unidade organizacional, e

V - exercer outras atribuições que lhes forem determinadas pelo Secretário de Estado da Administração, pelo Diretor Geral ou pelos respectivos diretores.

SEÇÃO IV
Das Atribuições do Chefe de Gabinete

Art. 50. São atribuições do Chefe de Gabinete:

I - organizar e controlar as atividades de apoio administrativo do Gabinete;

II - recepcionar, marcar audiência e encaminhar as autoridades, servidores e pessoal em geral, que desejarem comunicar-se com o Secretário;

III - executar a redação oficial de assuntos de ordem administrativa do Gabinete;

IV - organizar e manter atualizado o registro de visitas do Secretário e de contatos por ele mantidos;

V - organizar e manter atualizado o cadastro de autoridades, de órgãos e entidades estaduais e federais e de pessoas do relacionamento do Secretário;

VI - organizar e manter atualizada a agenda do Secretário;

VII - organizar, programar e controlar a expedição de convites para solenidades oficiais;

VIII - providenciar e exercer o controle da expedição de correspondência do Gabinete do Secretário;

IX - proceder à distribuição dos processos e demais documentos aos órgãos competentes, após o despacho;

X - exercer outras atribuições que lhe sejam determinadas pelo Secretário.

SEÇÃO V
Das Atribuições dos Demais Titulares de Cargos de Provimento em Comissão, Funções Técnicas Gerenciais e de Funções de Chefia

Art. 51. Aos demais titulares de cargos de provimento em comissão, de funções técnicas gerenciais e de funções de chefia, no âmbito dos órgãos de execução de atividade meio ou finalística da Secretaria de Estado da Administração, são conferidas as atribuições decorrentes das competências das respectivas Diretorias e Gerências previstas neste Regimento Interno.

Parágrafo único. Além das atribuições mencionadas neste artigo compete, especificamente, aos titulares de cargos de provimento em comissão de direção e gerência, conforme o caso:

I - assistir e despachar com o Secretário e Diretor Geral, nos assuntos referentes ao seu âmbito de atuação;

II - articular-se com órgãos e entidades da administração pública municipal, estadual ou federal, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos submetidos a sua apreciação, coordenação ou decisão;

III - emitir parecer e proferir despachos decisórios em processos submetidos a sua apreciação;

IV - expedir ordens, instruções de serviço e normas disciplinadoras com vistas à execução de suas atividades;

V - representar, quando designados, os respectivos superiores hierárquicos;

VI - propor a escala de férias e expedir mensalmente o certificado de freqüência do pessoal lotado em sua unidade organizacional;

VII - delegar competência para prática de atos administrativos de acordo e na forma da Lei, com o prévio conhecimento do Secretário;

VIII - elaborar relatórios das atividades das respectivas Diretorias e Gerências;

IX - aprovar, orientar e acompanhar a execução das atividades executadas pelas gerências ou supervisões subordinadas;

X - exercer outras atribuições determinadas pelos respectivos superiores hierárquicos, no âmbito de suas respectivas áreas de atuação.

Art. 52. Os ocupantes de funções de chefia terão suas atribuições estabelecidas mediante ato do Secretário, em consonância com as respectivas nomenclaturas e distribuição.

Parágrafo único. As nomenclaturas e a distribuição das funções de chefia serão estabelecidas em ato do Secretário, respeitados os níveis e respectivas quantidades constantes do Anexo IV.

CAPÍTULO II
Das Atribuições dos Demais Servidores

Art. 53. Aos demais servidores lotados ou em exercício na Secretaria de Estado da Administração, sem atribuições especificadas neste Regimento Interno, cabe executar as tarefas descritas em lei para o cargo que ocupam e cumprir as ordens emanadas dos respectivos superiores hierárquicos.

TÍTULO IV
DAS SUBSTITUIÇÕES DE PESSOAL

Art. 54. Para efeitos de substituição de pessoal ocupante de cargo de provimento em comissão ou não, lotado nesta Secretaria de Estadô, observar-se-á o disposto na Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, bem como nos demais Decretos e Atos Administrativos que regulamentem ou complementem a regulamentação da matéria.

Parágrafo único. As designações dos substitutos de que trata este artigo se processarão mediante portaria do Secretário de Estado da Administração;

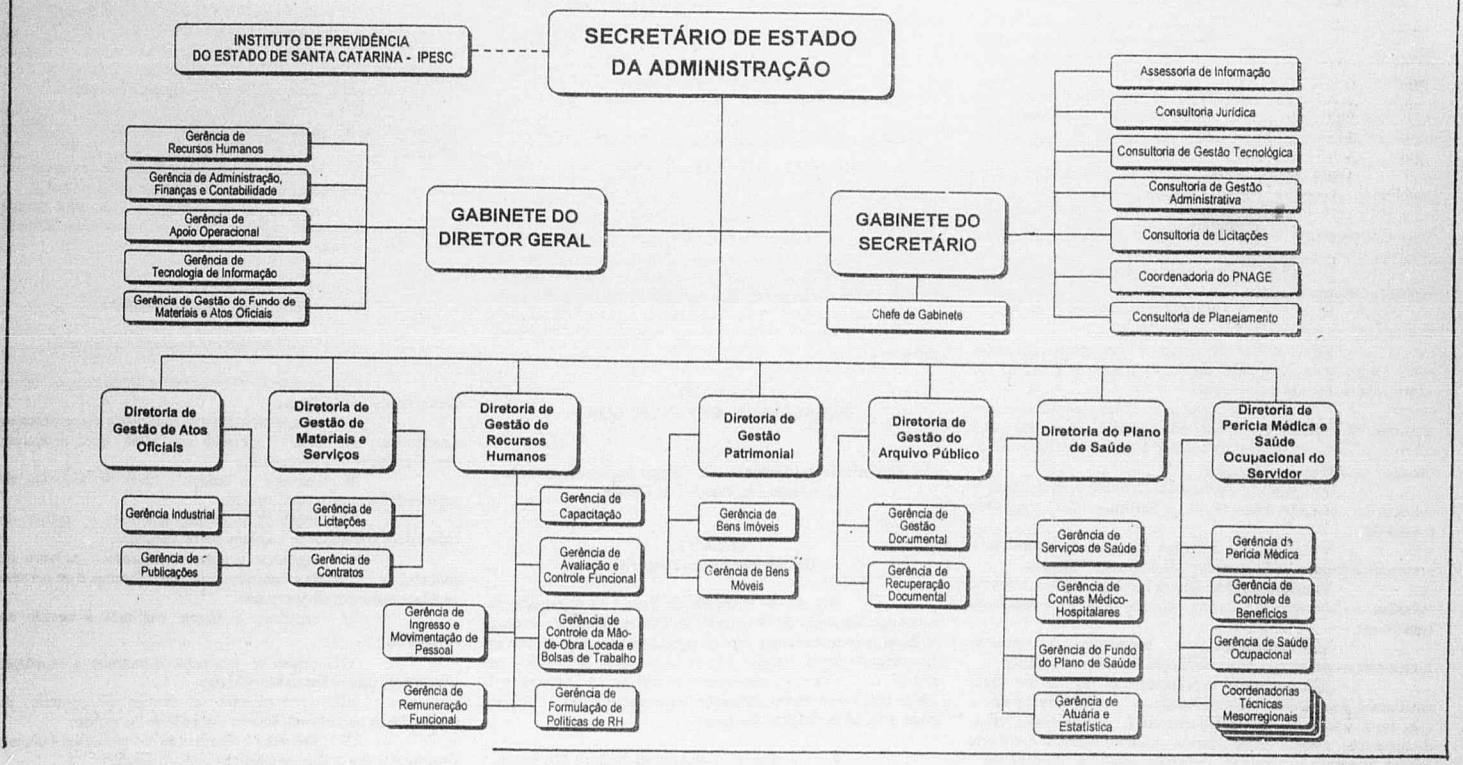
TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 55. É expressamente vedado o desvio de servidor ocupante de cargo de provimento em comissão para desempenhar atribuições ou funções deferidas a outro neste Regimento, ressalvado o disposto no artigo anterior.

Art. 56. Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário de Estado da Administração, a quem compete decidir quanto às medidas julgadas necessárias e promover sua efetivação.

Art. 57. O Secretário de Estado da Administração baixará os atos necessários ao fiel cumprimento e aplicação imediata do presente Regimento Interno.

ANEXO I – ORGANOGRAMA



ANEXO II
NOMINATA DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Unidades Organizacionais Denominação do Cargo	Quantidade	Código	Nível
GABINETE DO SECRETÁRIO			
Assistente do Secretário	2	DGS/FTG	2
Chefe de Gabinete	1	DGS/FTG	1
Assessor de Informação	1	DGS/FTG	3
Consultor Jurídico	1	DGS/FTG	1
Consultor de Gestão Tecnológica	1	DGS/FTG	1
Consultor de Gestão Administrativa	1	DGS/FTG	1
Consultor de Licitações	1	DGS/FTG	1
Coordenador do PNAGE	1	DGS/FTG	1
Consultor Técnico	4	DGI	1
Consultor de Planejamento	1	DGS/FTG	1
GABINETE DO DIRETOR GERAL			
Diretor Geral	1		
Assistente do Diretor Geral	1	DGS/FTG	3
Gerente de Recursos Humanos	1	DGS/FTG	2
Gerente de Administração, Finanças e Contabilidade	1	DGS/FTG	2
Gerente de Apoio Operacional	1	DGS/FTG	2
Gerente de Tecnologia de Informação	1	DGS/FTG	2
Gerente de Gestão do Fundo de Materiais e Atos Oficiais	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE GESTÃO DE ATOS OFICIAIS			
Diretor de Gestão de Atos Oficiais	1	DGS/FTG	1
Assessor do Diretor	1	DGS/FTG	3
Gerente Industrial	1	DGS/FTG	2
Gerente de Publicações	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS			
Diretor de Gestão de Materiais e Serviços	1	DGS/FTG	1
Assessor do Diretor	1	DGS/FTG	3
Gerente de Licitações	1	DGS/FTG	2
Gerente de Contratos	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE GESTÃO PATRIMONIAL			

Unidades Organizacionais Denominação do Cargo	Quantidade	Código	Nível
Diretor de Gestão Patrimonial	1	DGS/FTG	1
Assessor do Diretor	1	DGS/FTG	3
Gerente de Bens Imóveis	1	DGS/FTG	2
Gerente de Bens Móveis	1	DGS/FTG	2

DIRETORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS			
Diretor de Gestão de Recursos Humanos	1	DGS/FTG	1
Assessor do Diretor	1	DGS/FTG	3
Gerente de Ingresso e Movimentação de Pessoal	1	DGS/FTG	2
Gerente de Remuneração Funcional	1	DGS/FTG	2
Gerente de Capacitação	1	DGS/FTG	2
Gerente de Avaliação e Controle Funcional	1	DGS/FTG	2
Gerente de Formulação de Políticas de RH	1	DGS/FTG	2
Gerente de Controle de Mão-de-Obra Locada e Bolsas de Trabalho	1	DGS/FTG	2

DIRETORIA DE GESTÃO DO ARQUIVO PÚBLICO			
Diretor de Gestão do Arquivo Público	1	DGS/FTG	1
Gerente de Gestão Documental	1	DGS/FTG	2
Gerente de Recuperação Documental	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DO PLANO DE SAÚDE			
Diretor do Plano de Saúde	1	DGS/FTG	1
Assessor do Diretor	1	DGS/FTG	3
Assessor Jurídico	1	DGS/FTG	2
Assistente Técnico	1	DGS/FTG	3
Gerente de Serviços de Saúde	1	DGS/FTG	2
Gerente de Contas Médico-Hospitalares	1	DGS/FTG	2
Gerente de Atuária e Estatística	1	DGS/FTG	2
Gerente do Fundo do Plano de Saúde	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR			
Diretor de Perícia Médica e Saúde Ocupacional do Servidor	1	DGS/FTG	1
Assessor do Diretor	1	DGS/FTG	3
Gerente de Perícia Médica	1	DGS/FTG	2
Gerente de Controle de Benefícios	1	DGS/FTG	2
Gerente de Saúde Ocupacional	1	DGS/FTG	2
Coordenador Técnico Mesorregional	8	DGI	1

ANEXO III
SIGLAS DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS

UNIDADES	Siglas
GABINETE DO SECRETÁRIO	GABS
Assessoria de Informação	ASSINF
Consultoria Jurídica	COJUR
Consultoria de Gestão Tecnológica	CGET
Consultoria de Gestão Administrativa	COAD
Consultoria de Licitações	COLI
Coordenadoria do PNAGE	PNAGE
Consultoria de Planejamento	CPLA
GABINETE DO DIRETOR GERAL	DIGE
Gerência de Recursos Humanos	GEREH
Gerência de Administração, Finanças e Contabilidade	GEAFC
Gerência de Apoio Operacional	GEAPO
Gerência de Tecnologia de Informação	GETIN
Gerência de Gestão do Fundo de Materiais e Atos Oficiais	GEMAT
DIRETORIA DE GESTÃO DE ATOS OFICIAIS	DGAO
Gerência Industrial	GEIND
Gerência de Publicações	GEREP
DIRETORIA DE GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS	DGMS
Gerência de Licitações	GELIC
Gerência de Contratos	GECON
DIRETORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	DGRH
Gerência de Ingresso e Movimentação de Pessoal	GEIMP
Gerência de Remuneração Funcional	GEREF
Gerência de Capacitação	GECAP
Gerência de Avaliação e Controle Funcional	GECOF
Gerência de Formulação de Políticas de RH	GEFOP
Gerência de Controle da Mão de Obra Locada e Bolsas de Trabalho	GEMOB
DIRETORIA DE GESTÃO PATRIMONIAL	DGPA
Gerência de Bens Imóveis	GEIMO
Gerência de Bens Móveis	GEMOV
DIRETORIA DE GESTÃO DO ARQUIVO PÚBLICO	DGAP
Gerência de Gestão Documental	GEDOC
Gerência de Recuperação Documental	GERED
DIRETORIA DO PLANO DE SAÚDE	DIPS
Gerência de Serviços de Saúde	GESES
Gerência de Contas Médico-Hospitalares	GECOM
Gerência do Fundo do Plano de Saúde	GEFUS
Gerência de Atuária e Estatística	GEATE
DIRETORIA DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR	DPSO
Gerência de Perícia Médica	GEPEM
Gerência de Controle de Benefícios	GECOB
Gerência de Saúde Ocupacional	GESAO
Coordenadoria Técnica Mesorregional - Blumenau	CTM-Blumenau
Coordenadoria Técnica Mesorregional - Chapecó	CTM-Chapecó
Coordenadoria Técnica Mesorregional - Criciúma	CTM-Criciúma
Coordenadoria Técnica Mesorregional - Grande Florianópolis	CTM-Grande Florianópolis
Coordenadoria Técnica Mesorregional - Itajaí	CTM-Itajaí
Coordenadoria Técnica Mesorregional - Joaçaba	CTM-Joaçaba
Coordenadoria Técnica Mesorregional - Joinville	CTM-Joinville
Coordenadoria Técnica Mesorregional - Lages	CTM-Lages

ANEXO IV
FUNÇÕES DE CHEFIA

CÓDIGO	NÍVEL	QUANTIDADE
FC	1	140
FC	2	24
FC	3	12
TOTAL		176

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar o(s) seguinte(s) Atos(s):

ATO nº 726 - de 07/04/2006
CONSIDERAR AFASTADO, de acordo com o art. 25, INCISO ii, DA Constituição Estadual, conforme Processo SEAP 1729/055, **FERNANDO MARTIM**, matrícula nº 148337-4-01, ocupante do cargo de Professor, lotado na SED, o qual exerceu mandato de Prefeito Municipal de Tigrinhos, no período de 17.01 a 15.02.2005, com opção pelo subsídio do cargo de Prefeito.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

CONSTÂNCIO ALBERTO SALLES MACIEL
Secretário de Estado da Administração

GABINETE DO GOVERNADOR

O PROCURADOR GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar a(s) seguinte(s) Portaria(s):

PORTARIA Nº 020/PGE/06 - 06.04.2006
DISPENSAR, de acordo com o artigo 171 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, os servidores **JOAQUIM DA ROSA XAVIER**, matrícula nº 232.614-0 e **ROSANA DAVILA SILVA**, matrícula nº 185.704-5 da Função de Confiança, nível FC-03, da PGE, designados pelas Portarias nºs 035/2004 e 035/2005, respectivamente, a partir de 15.03.2006, conforme Lei Complementar nº 340 de 16.03.2006.
Florianópolis, 06 de abril de 2006.

TYCHO BRAHE FERNANDES NETO
Procurador-Geral do Estado

PORTARIA Nº 021/PGE/06 - 06.04.2006
DESIGNAR, de acordo com o artigo 3º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, os servidores **JOAQUIM DA ROSA XAVIER**, matrícula nº 232.614-0 e **ROSANA DAVILA SILVA**, matrícula nº 185.704-5 para a Função de Confiança, nível FC-02, da PGE, a partir de 16.03.2006, conforme Lei Complementar nº 340 de 16.03.2006.
Florianópolis, 06 de abril de 2006.

TYCHO BRAHE FERNANDES NETO
Procurador-Geral do Estado DEMP 11770/066

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Gabinete do Vice-Governador

PORTARIA Nº 0003/2006
Designar, LINDOMAR ROCHA, matrícula nº 351.066-2, LAERCIO NIOMAR NUNES, matrícula nº 351.059-0, MARIA LUCIA RODRIGUES, matrícula nº 236.713-0, para sob a presidência do primeiro constituírem Comissão Permanente de Licitação do Gabinete do Vice-Governador do Estado de SC, no período de 01/04/2006 a 31/12/2006.
Florianópolis, 01 de abril de 2006. DEMP 11891/066

SECRETARIAS DE ESTADO

AGRICULTURA E DESENV. RURAL

Portaria SAR nº 3/2006 de 12/04/2006
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**
Art. 1º Confirmar a participação de CÁTIA ELIANA METZGER JACÓBUS, matrícula 330.638-0, agora como ocupante do cargo de Consultor Técnico, no Comitê de Supervisão dos Trabalhos e Atividades objeto do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural (SAR), e o Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária (Icasa), com a interveniência da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), visando a realização de ações de defesa agropecuária em Santa Catarina.
Art. 2º Designar RONI TADEU NASCHENVENG BARBOSA, Diretor de Qualidade e Defesa Agropecuária, matrícula 222.219-1-02, para, em substituição a Danilo Pereira, coordenar o Comitê de Supervisão acima mencionado.
Art. 3º Ficam confirmados os demais membros do Comitê de Supervisão, nomeados por meio da Portaria SAR nº 1/2006, de 10 de março de 2006.
Alfredo Felipe da Luz Sobrinho
Secretário de Estado

Portaria SAR nº 4/2006 de 12/04/2006

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**
Art. 1º Designar JEAN CARLOS BALDISSARELLI, Gerente de Administração, matrícula 351.241-0, para, em substituição a Cátia Eliana Metzger Jacóbus, matrícula 330.638-0, compor a Comissão Técnica de Avaliação para Seleção de Consultoria para Contratação de Serviço de Auditoria Externa do Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – Prapem/Microbacias 2 – Empréstimo nº 4660-BR.
Art. 2º A Comissão Técnica de Avaliação passa a ser presidida por Jean Carlos Baldissarelli.
Art. 3º Ficam confirmados os demais membros da Comissão Técnica de Avaliação, nomeados por meio da Portaria SAR nº 022/2004, de 2 de julho de 2004.
Alfredo Felipe da Luz Sobrinho
Secretário de Estado

Portaria SAR nº 5/2006 de 12/04/2006

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Revogar a Portaria nº 8/2005, de 16 de maio de 2005, que delegou competência a Cátia Eliana Metzger Jacóbus, matrícula 330.638-0-02, para assinar empenhos e subempenhos no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural.
Alfredo Felipe da Luz Sobrinho
Secretário de Estado

DEMP 13807/06

CULTURA, TURISMO E ESPORTE

PORTARIA Nº 79/06, de 17 de abril de 2006.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA, TURISMO E ESPORTE, no uso das suas atribuições legais e nos termos dos Artigos 11, item II, 12, item III, do Decreto nº 3.115, de 29 de abril de 2005, que regulamentou a Lei nº 13.336, de 08 de março de 2005, na função de Presidente do Comitê Gestor do Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte - FUNDESPORTE resolve:

1 – HOMOLOGAR, em razão das sessões realizadas no dia 17 de abril do corrente ano, os seguintes projetos da área de esportes, aprovados pelo Comitê Gestor do FUNDESPORTE, enquadrando-os em procedimentos de captação de recursos:

1.1 Processo **PTEC 372/064,** projeto **"Fórmula Renault 2006 "**,autoria: Carlos Henrique Rosin, no valor de R$ 300.000,00(trezentos mil reais);
1.2 Processo **PTEC 692/069,** projeto **"Aquisição de material esportivo para escolinhas Poli Esportivas "**,autoria: Prefeitura Municipal de Xanxerê, no valor de R$ 15.000,00(quinze mil reais);
1.3 Processo **PTEC 694/061,** projeto **"Reforma e estruturação Estádio da Montanha "**,autoria: SERC Guarany Sociedade Esportiva R. Cultural Guarany, no valor de R$ 40.000,00(quarenta mil reais);
1.4 Processo **PTEC 705/063,** projeto **"Escolinhas e equipe de treinamento "**,autoria: Associação Desportiva de Handebol Jaraguaense, no valor de R$ 78.760,00(setenta e oito mil setecentos e sessenta reais);
1.5 Processo **PTEC 948/063,** projeto **"Construção de uma**

quadra esportiva de areia na localidade de Serra do Luciano – Município de Bela Vista do Toldo ",autoria: Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, no valor de R$ 10.000,00 (oito mil reais);

1.6 Processo **PTEC 984/060,** projeto **"Aquisição de brinquedos para Lazer "**,autoria: Secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

1.7 Processo **PTEC 985/066,** projeto **"1ª * 15ª Secretaria Regional * de Futebol de Salão "**,autoria: Secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau, no valor de R$ 20.000,00(vinte mil reais);

1.8 Processo **PTEC 1022/067,** projeto **"Copa UNIDAVI 2006 "**,autoria: Diretório Central dos Estudantes – DCE – UNIDAVI, no valor de R$ 4.790,00 (quatro mil setecentos e noventa reais);

1.9 Processo **PTEC 1023/063,** projeto **"Atleta de Bicicross Yohana Taíse Bianchi Pinheiro "**,autoria: Yohana Taíse Bianchi Pinheiro, no valor de R$ 4.780,00 (quatro mil e setecentos e oitenta reais);

1.10 Processo **PTEC 1025/066,** projeto **"Assistência Financeira para S.R.C Rioestense "**,autoria: S.R.C Rioestense, no valor de R$ 51.000,00 (cinqüenta e um mil reais);

1.11 Processo **PTEC 1036/068,** projeto **"Jogos do Servidor Público SDR – Rio do Sul"**,autoria: Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, no valor de R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais);

1.12 Processo **PTEC 1037/064,** projeto **"Olimbairros 2006 Rio do Campo "**,autoria: PMRC – Prefeitura Municipal de Rio do Campo SC, no valor de R$ 17.612,00 (dezessete mil e seiscentos e doze reais);

1.13 Processo **PTEC 1038/060,** projeto **"II Copa SDR de Futebol Suíço "**,autoria: Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, no valor de R$ 5.200,00(cinco mil e duzentos reais);

1.14 Processo **PTEC 1039/067,** projeto **"Inclusão / Escolinha "**,autoria: Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural Atlético de Santa Terezinha, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais);

1.15 Processo **PTEC 1040/065,** projeto **"Taça SDR Rio do Sul de Bolão 23 e Bocha Rafa "**,autoria: Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, no valor de R$ 9.600,00(nove mil e seissentos reais);

1.16 Processo **PTEC 1041/061,** projeto **" Escolinha Municipal de Futebol"**,autoria PMRC – Prefeitura Municipal de Rio do Campo SC, no valor de R$ 12.124,00(doze mil e cento e vinte e quatro reais);

1.17 Processo **PTEC 1042/068,** projeto **"Escola e Futsal (Escolinha de Futsal para meninos e meninas de 07 a 16 anos de idade) "**,autoria: Prefeitura Municipal de Rio do Oeste, no valor de R$ 8.800,00(oito mil e oitocentos reais);

1.18 Processo **PTEC 1043/064,** projeto **"Escola e Futsal (Escolinha de Futsal para meninos e meninas de 07 a 13 anos de idade) "**,autoria: Associação de Esportes e Cultura e Lazer de Laurentino – AECLL, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais);

1.19 Processo **PTEC 1045/067,** projeto **"Escola e Futsal (Escolinha de Futsal para meninos e meninas de 07 a 13 anos de idade) "**,autoria: Prefeitura Municipal de Salete, no valor de R$ 16.000,00(dezesseis mil reais);

1.20 Processo **PTEC 1046/063,** projeto **"Revitalização do Clube A.C.P.T.C.A.V.I "**,autoria: Associação de Caça, Pesca, Tiro e Conservação do Alto Vale do Itajaí (A.C.P.T.C.A.V.I.) ou Tiro ao Prato de Rio do Sul, no valor de R$ 44.800,00 (quarenta e quatro mil e oitocentos reais);

1.21 Processo **PTEC 1056/069,** projeto **" Reforma dos Vestiários da Praça Esportiva"**,autoria: Associação Recreativa Cultural e Esportiva AVANTE, no valor de R$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais);

1.22 Processo **PTEC 1154/060,** projeto **"Garoto Bom de Bola está dentro da Escola "**,autoria: Fundação Municipal de Navegantes, no valor de R$ 35.200,00(trinta e cinco mil e duzentos reais);

1.23 Processo **PTEC 1164/066,** projeto **"Escolinhas de Porto Belo "**,autoria: Prefeitura Municipal de Porto Belo, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

1.24 Processo **PTEC 1377/060,** projeto **"Concluir a construção das Canchas de Bolão e a Sede Social "**,autoria: Associação Recreativa e Esportiva Vitória, no valor de R$ 48.000,00(quarenta e oito mil reais);

1.25 Processo **PTEC 1410/067,** projeto **"2ª Copa 13ª Secretaria Regional de Futebol de Campo "**,autoria: Secretaria de Desenvolvimento Regional de Ituporanga, no valor de R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais);

1.26 Processo **PTEC 1419/064,** projeto **"Copa AMA / SDR de Xanxerê 2006"**,autoria: Liga Esportiva Xanxerense, no valor de R$ 57.600,00(cinqüenta e sete mil e seissentos reais);

1.27 Processo **PTEC 1421/069,** projeto **"Escolinha de Futsal "**,autoria: Prefeitura Municipal de Passos Maia, no valor de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais);

1.28 Processo **PTEC 1423/061,** projeto **"Participação das Equipes de Xanxerê no PARAJASC 2006 "**,autoria: Prefeitura Municipal de Xanxerê, no valor de R$ 10.000,00(dez mil reais);

1.29 Processo **PTEC 1425/064,** projeto **"Reforma do Ginásio de Esportes Cajurê "**,autoria: Câmara Júnior de Xanxerê, no valor de R$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais);

1.30 Processo **PTEC 1426/060,** projeto **"Desenvolvimento da modalidade de Handebol "**,autoria: Associação Xanxerense de Handebol, no valor de R$ 8.400,00(oito mil e quatrocentos reais);

1.31 Processo **PTEC 1427/067,** projeto **"Realização da 4ª OLESC – Olimpíada Estudantil Xanxerense "**,autoria: Prefeitura Municipal de Xanxerê, no valor de R$ 5.760,00 (cinco mil e setecentos e sessenta reais);

1.32 Processo **PTEC 1428/063,** projeto **"Desenvolvimento da Modalidade de Caratê "**,autoria: Associação Xanxerê de Caratê Do, Judô e Ginástica, no valor de R$7.200,00 (sete mil e duzentos reais);

1.33 Processo **PTEC 1460/064,** projeto **"Revitalização de Espaço Comunitário "**,autoria: Associação dos Moradores do Bairro Presidente Médici, no valor de R$ 15.462,00(quinze mil e quatrocentos e sessenta e dois reais);

1.34 Processo **PTEC 1471/066,** projeto **"Desenvolvimento da Modalidade de Tênis de Mesa "**,autoria: Associação Xanxerense de Tênis de Mesa, no valor de R$8.000,00(oito mil reais);

1.35 Processo **PTEC 1472/062,** projeto **"Manutenção e desenvolvimento de Equipes e escolinhas de Voleibol Feminino "**,autoria: Escolinha Naja Marical, no valor de R$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais);

1.36 Processo **PTEC 1519/050,** projeto **"Parque para Lazer e Esporte Fortaleza "**,autoria: Centro Comunitário Esportivo Fortaleza, no valor de R$ 132.320,00 (cento e trinta e dois mil e trezentos e vinte reais);

1.37 Processo **PTEC 1612/069,** projeto **"9ª Copa Fortaleza Regional de Futebol de Campo "**,autoria: Centro Comunitário Esportivo Fortaleza, no valor de R$ 12.880,00 (doze mil e oitocentos e oitenta reais);

1.38 Processo **PTEC 1691/066,** projeto **"Prática da Capoeira "**,autoria: Associação de Moradores de São Pascoal, no valor de R$ 13.440,00 (treze mil e quatrocentos e quarenta reais);

1.39 Processo **PTEC 1735/055,** projeto **"Esporte e Lazer para Todos "**,autoria: Prefeitura Municipal de Tunápolis, no valor de R$ 16.104,00(dezesseis mil e cento e quatro reais);

2 – DETERMINAR o prosseguimento da instrução processual, condicionando à formulação prévia dos respectivos Convênios ou Contratos Administrativos, que preverão em suas cláusulas e na forma da legislação vigente, todo o detalhamento técnico-jurídico que regerão o relacionamento entre o Estado e o Proponente.

JOÃO MANUEL DE BORBA NETO
Secretário de Estado da Cultura, Turismo e Esporte(Em exercício)

PORTARIA Nº 80 de 17 de abril de 2006.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA, TURISMO E ESPORTE, no uso das suas atribuições legais e nos termos dos Artigos 11, item II, 12, item III, do Decreto nº 3.115, de 29 de abril de 2005, que regulamentou a Lei nº 13.336, de 08 de março de 2005, na função de Presidente do Comitê Gestor do Fundo Estadual de Cultura - FUNCULTURAL resolve:

1 – HOMOLOGAR, em razão da sessão realizada no dia **17 de abril do corrente ano**, os seguintes Projetos Culturais, aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura, enquadrando-os em procedimentos de captação de recursos:

01. Processo **PTEC: 0305/057**, projeto **"4º Blumenau em Dança"** autoria: Rosimeri da Rosa Rocha, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

02. Processo **PTEC: 0440/060,** projeto **"Aprimoramento do Artesanato Local"** autoria: Norberto Sganzerla, no valor de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais);

03. Processo **PTEC: 0441/066,** projeto **"Poético Olhar do Vale"** autoria: Eliana Jeske Maurici, no valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais);

04. Processo **PTEC: 0619/060,** projeto **"Estação Arte"** autoria: Maria de Fátima Darós, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

05. Processo **PTEC: 0702/064,** projeto **"Festival Alternativo"** autoria: Escola de Música Bicho Grilo, no valor de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais);

06. Processo **PTEC: 0822/060,** projeto **"Captação de Recursos para a Associação dos Artecriadores do Planalto Norte Catarinense"** autoria: Associação dos Artecriadores do Planalto Norte de Santa Catarina, no valor de R$ 10.280,00 (dez mil e duzentos e oitenta reais);

07. Processo **PTEC: 0846/066,** projeto **"Fragmentos da História de Taió"** autoria: Prefeitura Municipal de Taió, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

08. Processo **PTEC: 0863/068,** projeto **"Estação Arte - Biguaçú"** autoria: Maria de Fátima Darós, no valor de R$ 78.700,00 (setenta e oito mil e setecentos reais);

09. Processo **PTEC: 0895/067,** projeto **"Construção da Sede da Associação Vêneta La Bella Italia"** autoria: Associação Vêneta La Bella Italia, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

10. Processo **PTEC: 0987/069,** projeto **"Olimpíada Cultural"** autoria: Associação dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau, no valor de R$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais);

11. Processo **PTEC: 1149/067,** projeto **"Restauro da Capela de Santo Amaro"** autoria: Prefeitura de Balneário Camboriú, no valor de R$ 97.081,36 (noventa e sete mil oitenta e um reais e trinta e seis centavos);

12. Processo **PTEC: 1329/065,** projeto **"Concertos Matinais 2006"** autoria: Fundação Cultural de Joinville, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

13. Processo **PTEC: 1364/057,** projeto **"1º Festival Sul Brasileiro de Danças Folclóricas de Herval D´Oeste"** autoria: Associazone Bellunese Di Herval D´Oeste, no valor de R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais);

14. Processo **PTEC: 1425/056,** projeto **"Coral Infantil Angeluz"** autoria: E.E.B. Irmã Maria Felicitas, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais);

15. Processo **PTEC: 1696/068,** projeto **"Bolsa de Estudos para o pianista Pablo Rossi - Moscou"** autoria: Elizete de Borba Rossi, no valor de R$ 118.400,00 (cento e dezoito mil e quatrocentos reais).

2 – DETERMINAR o prosseguimento da instrução processual, condicionando à formulação prévia dos respectivos Convênios ou Contratos Administrativos, que preverão em suas cláusulas e na forma da legislação vigente, todo o detalhamento técnico-jurídico que regerão o relacionamento entre o Estado e o Proponente.

JOÃO MANOEL DE BORBA NETO
Secretário de Estado da Cultura, Turismo e Esporte em Exercício.

PORTARIA Nº 82 de 17 de abril de 2006.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA, TURISMO E ESPORTE, no uso das suas atribuições legais e nos termos dos Artigos 11, item II, 12, item III, do Decreto nº 3.115, de 29 de abril de 2005, que regulamentou a Lei nº 13.336, de 08 de março de 2005, na função de Presidente do Comitê Gestor do Fundo Estadual de Cultura - FUNCULTURAL, resolve:

1 – *Retificar* a data da Portaria nº 071 de 29 de março de 2006, onde se lê "homologar, em razão da sessão realizada no dia 29 de abril do corrente ano" ....LER ...**no dia 29 de março do corrente ano.**

2 – DETERMINAR o prosseguimento da instrução processual, condicionando à formulação prévia dos respectivos Convênios ou Contratos Administrativos, que preverão em suas cláusulas e na forma da legislação vigente, todo o detalhamento técnico-jurídico que regerão o relacionamento entre o Estado e o Proponente.

JOÃO MANOEL DE BORBA NETO
Secretário de Estado da Cultura, Turismo e Esporte em Exercício.

DEMP 13754/068

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PORTARIA No. 007/06 – 11/04/2006

DESIGNAR, de acordo com o artigo 3º, da Lei no. 6.745 de 28.11.85, combinado no art. 7º, inciso I e art. 173, § 2º da Lei Complementar 284 de 28/02/2005, o servidor abaixo relacionado, lotado nesta Pasta, a partir de 04/04/06:

LOTAÇÃO	MATRÍC.	NOME DO SERVIDOR
FC – 1		
0502 – GABS	135.570-8-01	NERI DE OLIVEIRA FILHO

SÉRGIO DE SOUZA SILVA
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável

DEMP 11783/068

RELATÓRIO N.º 04

O Secretário de Estado de Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições e tendo em vista o artigo 14, do Decreto n.º 133/99, informa o pagamento das despesas relacionadas com o pagamento de diárias no mês **março/2006**

Matrícula	Nome	Valor	Qtde	Motivo
352.087-0	Alexandre M. Mazzer	275,00	2,5	SU
351.162-6	Ana Patrícia Sarda	550,00	05	RE
239.321-2	Anezio Andrade	200,00	02	MO

351.047-6	Braulio Barbosa	2.380,00	07	RE
308683-6	Edson Teixeira Silva	682,50	04	RE
351.775-1	Giampaolo Marchesini	1.680,00	08	RE
218.017-0	Hector Espinosa	312,00	02	RE
329.277-2	Hironildo P. Filho	264,00	01	RE
351.183-9	Jose A . Oliveira	660,00	06	RE
352.094-3	Marcel Karan	110,00	01	RE
210.891-7	Maria T. R. Marcon	373,00	03	RE
4169-5	Marta Elisabete Kracik	110,00	01	RE
135.570-8	Néri Oliveira Filho	110,00	01	RE
295.428-1	Rosane Buzatto	220,00	02	RE
352.088-9	Rosmari Grigolo	156,00	01	RE
218.017-0	Rui Antunes	110,00	01	RE
372.570-7	Sergio Silva	2.830,00	08	RE
351.188-0	Theo Guardiano	330,00	03	VI
	TOTAL	11.352,50		

Legenda de Motivos
MO – Motorista **RE – Reunião**
VI– Vistoria **OM – Outros Motivos**
SU - Supervisionar

Florianópolis, 05 de abril de 2006
SERGIO SILVA
SECRETÁRIO DE ESTADO

DEMP 11947/064

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SED - EXTRATO DE CONVÊNIO - ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 4.660/2006-4. **CONVENENTES**: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia - SED, e o Município de Anitápolis, com interveniência da Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR, da Grande Florianópolis. **OBJETO.** Consiste no repasse financeiro da Secretaria ao Município para reconstrução do Centro de Educação Integral. **VALOR**: R$ 52.617,10 (cinqüenta e dois mil, seiscentos e dezessete reais e dez centavos), sendo R$ 42.093,68 (quarenta e dois mil, noventa e três reais e sessenta e oito centos) pelo Estado e R$ 10.523,42 (dez mil, quinhentos e vinte e três reais e quarenta e dois centavos) pelo município, em parcela única, conforme Plano de Aplicação. **CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO**: À conta da Subfunção 361 – Ensino Fundamental, Ação 4757 – Apoio Financeiro aos Municípios - Item 4440.42.00, Fonte 0120, conforme Nota de Empenho Global nº 3.888, de 21/3/06, e Autorização nº 198/06. **PRAZO E VIGÊNCIA**: Até 31 de dezembro de 2006, e sua vigência a partir da data de publicação deste extrato no DOE. **DATA**: Florianópolis, 24 de março de 2006. **SIGNATÁRIOS**: Antônio Diomário de Queiroz, pelo Estado, Saulo Weiss, pelo Município e Valter José Gallina, pela SDR.

DEMP 11[illegible]/057

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº099/04
Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº 099/04, para à **construção de ginásio de esportes padrão II, com área de 1.009,00m², ampliação de 08 salas de aula e recreio coberto, muros, calçadas e urbanização, com área de 5.061,42m² e reforma geral, com área de 1.697,47m² da EEB. Valentim Gonçalves Ribeiro, no município de Monte Castelo/SC (25ª GEREI)., oriundo** da Concorrência nº 042/2003. **Contratante**: Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Contratada**: **JCA CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA. Objeto:** Dá-se a este aditivo o prazo de 60 (sessenta) dias, passando o prazo do contrato original para 720 (setecentos e vinte) dias. **Local**: Fpolis. **Data**: 21/12/2005. **Signatários:** Antônio Diomário de Queiroz, pela SED e Aldomir Roskamp, pela empresa.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº065/04
Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 065/04, para à **construção de ginásio de esportes – padrão II completo, com área de 1009,02m², na EEB. José Rodrigues Lopes, no município de Garopaba., oriundo** da Tomada de Preços nº 001/2003. **Contratante**: Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Contratada**: **MENDES & DANDOLINI LTDA. Objeto:** Dá-se a este aditivo o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, passando o prazo do contrato original para 780 (setecentos e oitenta) dias. **Local**: Fpolis. **Data**: 12/04/2005. **Signatários:** Antônio Diomário de Queiroz, pela SED e Janaina Mendes, pela empresa.

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 041/06
Origem: Convite nº 003/06. **Contratante:** Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Contratada**: GRÁFICA E EDITORA COPIART Ltda-Me. **Objeto**: contratação de serviços gráficos para os cursos de Iniciação Profissional nas áreas da Indústria, Comércio e Gestão no atendimento ao Projeto Escola de Fábrica. **Valor Total**: R$ 16.130,00 (dezesseis mil e cento e trinta reais) **Item de Despesa**: 339039. **Convênio**: 0844016/05/PROEP. **Fonte**: 124. **Assinado em**: 28/03/2006, por Antônio Diomário de Queiroz, pela SED e Renato Perito, pela Empresa.

DEMP 11904/062

RESOLUÇÃO Nº 05/CED/2005

O Presidente do Conselho Estadual de Desportos, no uso de suas atribuições regimentais e, de acordo com as deliberações da reunião extraordinária de 19 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei Estadual nº 13.622, de 19 de dezembro de 2005, que normatiza a participação de atletas nas competições intermunicipais promovidas pela Fundação Catarinense de Desportos – FESPORTE, no Estado de Santa Catarina.

Art.1º. Nos Jogos Abertos de Santa Catarina, cada município poderá inscrever até 2 (dois) atletas por modalidade e sexo, observado o limite de 50% (cinqüenta por cento) da equipe, oriundos de entidades de administração desportiva nacional ou internacional, que não as estabelecidas no Estado de Santa Catarina, desde que efetue suas transferências para entidade catarinense de administração de desporto, com a homologação da respectiva Confederação, até o dia 30 de junho do ano da competição.

§ 1º. Se o limite de 50% (cinqüenta por cento) de uma equipe resultar em número fracionado, aplicar-se-á o número inteiro imediatamente inferior.

§ 2º. Além das condições estabelecidas no *caput* deste artigo, deverão ser observados os critérios para inscrição, estabelecidos no Regulamento Geral do Evento, bem como os prazos previstos no calendário oficial da FESPORTE.

Art. 2º. No ano de 2006, poderão participar dos Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC, Joguinhos Abertos de Santa Catarina - JOGUINHOS e da Olimpíada Estudantil Catarinense – OLESC, atletas oriundos de outros Estados, desde que devidamente transferidos para a respectiva federação sediada no Estado de Santa Catarina, até o dia 31 de dezembro de 2005, e que permaneçam residindo e federados no Estado até a data da realização das competições.

Art. 3º. A partir de 2007, os atletas oriundos de outros Estados poderão participar dos Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC, Joguinhos Abertos de Santa Catarina - JOGUINHOS e da Olimpíada Estudantil Catarinense – OLESC, desde que transferidos para a respectiva federação sediada no Estado de Santa Catarina no ano anterior ao da competição e que tenha participado de uma competição oficial naquele ano, promovida pelo Sistema Esportivo Catarinense, público ou privado, e permanecendo federado no Estado até a data da realização do evento para o qual foi inscrito.

Art. 4º. Nos Joguinhos Abertos de Santa Catarina – JOGUINHOS e na Olimpíada Estudantil Catarinense – OLESC, fica proibida a participação de atletas não residentes no Estado de Santa Catarina, bem como de atletas confederados ou federados em outros Estados ou Países.

Art. 5º. O atleta nascido no Estado de Santa Catarina, que esteja atuando, federado ou não, em outro Estado ou País, será registrado na FESPORTE para participar dos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC, Joguinhos Abertos de Santa Catarina JOGUINHOS e Olimpíada Estudantil Catarinense – OLESC, independente de transferência para federação local, desde que tenha participado, em qualquer época, de eventos do Sistema Esportivo Estadual. A inscrição deverá observar os critérios do Regulamento Geral dos Eventos e os prazos previstos no calendário oficial da FESPORTE.

Art. 6º. Os critérios estabelecidos nesta resolução aplicam-se para todos os eventos estaduais promovidos pelo Sistema Público do Desporto Catarinense.

Art. 7º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2005.

RENAN DAL ZOTTO
Presidente do Conselho Estadual de Desportos

DEMP 11[illegible]/062

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº087/05
Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 087/05, para à **Conclusão da construção de quadra de esportes coberta,s em arquibancada na EEB. João Ropelato, no município de São Bento do Sul/SC., oriundo** da Tomada de Preços nº 007/05. **Contratante**: Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **WDF SERVIÇOS LTDA. Objeto:** Dá-se a este aditivo o prazo de 90 (noventa) dias, passando o prazo do contrato original para 210 (duzentos e dez) dias. **Local**: Fpolis. **Data**: 04/01/06. **Signatários:** Antônio Diomário de Queiroz, pela SED e Wilson J. de Franceschi, pela empresa.

DEMP 11892/064

FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL Nº 660000006732

TERMO DE ENCERRAMENTO DE FISCALIZAÇÃO Nº 660000005927

CONTRIBUINTE: VELEJANTE COM REPRES DE BEBIDAS E ALIM LTDA
CPF/CNPJ: 03676237000185 **CCICMS:** 254003567
Em 30/3/2006 foram encerrados os trabalhos de fiscalização do estabelecimento acima identificado, tendo sido realizada(s) a(s) seguinte(s) verificação(ões): O procedimento fiscal que ora se encerra, limitou-se a verificar:
a) O recolhimento do ICMS declarado pelo próprio contribuinte;
b) A regularidade dos lançamentos, no Livro Registro de Entradas, dos documentos fiscais relativos às aquisições de mercadorias, bem como a idoneidade dos mesmos;
c) O imposto devido por responsabilidade tributária, relativo às aquisições de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária; e
d) O cumprimento das obrigações acessórias relativas às atualizações cadastrais, bem como as relativas à autenticação dos livros fiscais na Junta Comercial do Estado.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

1. NOTIFICAÇÕES FISCAIS EMITIDAS

Durante o trabalho fiscal foram detectadas várias irregularidades, razões pelas quais foram emitidas as notificações relacionadas abaixo.
As notificações fiscais relativas a fatos geradores ocorridos no ano de 2000, foram cientificadas em separado, a fim de evitar eventual decadência. Em virtude da negativa de ciência das mesmas por parte do contador da empresa, o qual declarou formalmente não ter poderes para assinar as notificações fiscais, e, em virtude do retorno dos A.Rs. enviados através dos Correios com a indicação de que o destinatário mudou-se, as notificações fiscais nºs. 56030188526, 56030188569 e 56030188577 foram cientificadas ao contribuinte através do Edital nº. 560000022058, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº. 17.779, de 12/12/2005.
As demais notificações fiscais emitidas serão cientificadas juntamente com o presente Termo.

2. DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS E LIVROS

Face à não localização do estabelecimento e nem dos sócios da empresa, todos os documentos e livros entregues pelo contribuinte, através de seu contador Sr. José Carlos de Souza, quando do início e no decorrer dos trabalhos fiscais, estão sendo devolvidos ao mesmo contador, salvo aqueles apreendidos conforme Termos próprios, dos quais estamos devolvendo cópias autenticadas pelo fisco, para fins fiscais e contábeis, ficando os mesmos à disposição do contribuinte para vistas, obtenção de cópias ou quaisquer análises de seu interesse, na sede da 2ª Gerência Regional da Fazenda Estadual, sita na Rua Lauro Muller, 374, em Itajaí-SC.
Estão sendo entregues, ainda, cópias das notas fiscais emitidas por Belpar Distribuidora de Cosméticos Ltda e relacionadas no anexo J à notificação fiscal nº. 66030018261.

3. OBSERVAÇÕES FINAIS

Em virtude de não ter sido possível localizar o contribuinte e nem os sócios nos endereços informados no cadastro, intima-se o contribuinte a providenciar as respectivas alterações de endereços, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do ciente deste termo, sob pena de cancelamento ex-officio de sua inscrição estadual.
Documentos ou Bens Retidos: Foram retidos os documentos fiscais e livros fiscais conforme Termos de Apreensão números 560000021742 e 660000005922, tendo sido entregues cópias dos mesmos ao contribuinte, na pessoa do contador responsável.
Foi infringida a Legislação Tributária descrita na(s) seguinte(s) Notificação(ões) Fiscal(is):

Número	Data	Valor
66030023869	16/2/2006	R$ 193.606,53

66030023494	15/2/2006	R$ 212,00
66030023516	15/2/2006	R$ 212,00
66030021190	10/2/2006	R$ 1.908,00
66030018261	7/2/2006	R$ 94.849,95
66030004058	12/1/2006	R$ 441.046,22
66030004090	12/1/2006	R$ 43.782,78
66030003035	11/1/2006	R$ 59.012,59
66030003353	11/1/2006	R$ 602.178,60
66030003655	11/1/2006	R$ 2.943.270,44
56030188526	2/12/2005	R$ 607.071,77
56030188569	2/12/2005	R$ 628.353,65
56030188577	2/12/2005	R$ 48.363,84

Para constar, em atenção ao que dispõe o art. 196 do Código Tributário Nacional, aprovado pela Lei N° 5.172, de 25 de outubro de 1966, e os artigos 114 a 119 do Regulamento de Normas Gerais de Direito Tributário do Estado de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto N° 22.586, de 27 de junho de 1984, lavrei(amos) o presente Termo que vai assinado por mim (nós) e pelo responsável ou representante do sujeito passivo.

Autoridade(s) Fiscal(is):

Matrícula	Nome	Cargo
3441636	ALEXANDRE ROCHA DIAS	AFRE IV
3441784	IVANILSO PASQUALI	AFRE IV

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL N° 660000006726

TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 660000005593

CONTRIBUINTE: PAULO GLUITZ
CPF/CNPJ: 05152052000105 **CCICMS:** 254529895
Dados sobre a Ação de Fiscalização
Data de Início da Fiscalização: 22/3/2006
Exercícios Fiscais - Períodos a serem Fiscalizados: 03/2003 Até: 12/2005
Prazo de Entrega dos Documentos: 5 dias úteis, a contar da data do ciente deste Termo.
Prazo de Duração da Fiscalização (dias): 180
Local de Entrega dos Documentos: Rua Saldanha Marinho 189, sala 510, centro. FLORIANÓPOLIS - SC CEP:88010-450. tel. 3229-5554
Intimação: Na data indicada foram iniciados os trabalhos de fiscalização no estabelecimento acima caracterizado. Este procedimento suspende qualquer benefício relacionado com a espontaneidade no cumprimento de quaisquer obrigações tributárias. Intimamos, através deste, o responsável pelo estabelecimento a apresentar, no prazo e local determinado, os Livros e Documentos Fiscais assinalados correspondentes aos Exercícios ou Períodos indicados.
Livros e Documentos Fiscais e Contábeis:
- REGISTRO DE ENTRADAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS
- REGISTRO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS
- REGISTRO DE APURAÇÃO DO ICMS
- DOCUMENTOS FISCAIS DE ENTRADA DE MERCADORIAS
- DOCUMENTOS FISCAIS DE SAÍDA DE MERCADORIAS
- DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONTABILIDADE
- OUTROS (VER OBSERVAÇÕES)

Observações: Trata-se de fiscalização sugerida pelo Ministério Público de Santa Catarina, cujo pedido veio instruído com cópia do Termo de Apreensão de 137 maços de cigarros de procedência estrangeira, lavrado pela Polícia Civil em 17/9/2004 (cópia em apenso). Destarte, faculta-se ao contribuinte declarar o valor das mercadorias apreendidas.
Para constar, em atenção ao que dispõe o art. 196 do Código Tributário Nacional, aprovado pela Lei N° 5.172, de 25 de outubro de 1966, e os artigos 114 a 119 do Regulamento de Normas Gerais de Direito Tributário do Estado de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto N° 22.586, de 27 de junho de 1984, lavrei (amos) o presente Termo que vai assinado por mim (nós) e pelo responsável ou representante do sujeito passivo.

Autoridade(s) Fiscal(is):

Matrícula	Nome	Cargo
1847058	ANDRE LUIZ SILVEIRA MACHADO	AFRE IV

DEMP 11739/061

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO, REFERENTE AO PROGRAMA "A PRIMEIRA CHANCE" DA SEF, CONVÊNIO N.º 20424/2005-2, CELEBRADO COM A UNIVILLE, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL N.º 17.785, CONFORME DECRETO ESTADUAL N.º 387 DE JULHO DE 1999. VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2010.

Estagiários(as)	CPF	TC N.º	Início	Valor
Eduardo Luiz Koch	041.171.479-19	168/06	02.02.06	200,00

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO, REFERENTE AO PROGRAMA "A PRIMEIRA CHANCE" DA SEF, CONVÊNIO N.º 20427/2005-7, CELEBRADO COM A UNISUL, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL N.º 17.785, CONFORME DECRETO ESTADUAL N.º 387 DE JULHO DE 1999. VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2010.

Estagiários(as)	CPF	TC N.º	Início	Valor
Gabriela Cerqueira Lott	053.569.879-86	218/06	10.04.06	200,00

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO, REFERENTE AO PROGRAMA "A PRIMEIRA CHANCE" DA SEF, CONVÊNIO N.º 20438/2005-2, CELEBRADO COM A ESTÁCIO DE SÁ, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL N.º 17.785, CONFORME DECRETO ESTADUAL N.º 387 DE JULHO DE 1999. VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2010.

Estagiários(as)	CPF	TC N.º	Início	Valor
Leonardo da Luz	059.618.399-23	219/06	29.03.06	200,00

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO, REFERENTE AO PROGRAMA "A PRIMEIRA CHANCE" DA SEF, CONVÊNIO N.º 20436/2005-6, CELEBRADO COM A FURB, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL N.º 17.785, CONFORME DECRETO ESTADUAL N.º 387 DE JULHO DE 1999. VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2010.

Estagiários(as)	CPF	TC N.º	Início	Valor
Manuela Belli França	055.280.279-42	221/06	14.03.06	200,00

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO, REFERENTE AO PROGRAMA "A PRIMEIRA CHANCE" DA SEF, CONVÊNIO N.º 20421/2005-8, CELEBRADO COM A UNIASSELVI, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL N.º 17.785, CONFORME DECRETO ESTADUAL N.º 387 DE JULHO DE 1999. VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2010.

Estagiários(as)	CPF	TC N.º	Início	Valor
Patrícia Darolt	048.633.609-32	222/06	20.03.06	200,00

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO, REFERENTE AO PROGRAMA "A PRIMEIRA CHANCE" DA SEF, CONVÊNIO N.º 20432/2005-3, CELEBRADO COM A UNC, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL N.º 17.785, CONFORME DECRETO ESTADUAL N.º 387 DE JULHO DE 1999. VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2010.

Estagiários(as)	CPF	TC N.º	Início	Valor
Leila Mariana Kleine	066.210.169-30	224/06	10.04.06	200,00

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO, REFERENTE AO PROGRAMA "A PRIMEIRA CHANCE" DA SEF, CONVÊNIO N.º 20434/2005-0, CELEBRADO COM A SED, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL N.º 17.785, CONFORME DECRETO ESTADUAL N.º 387 DE JULHO DE 1999. VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2010.

Estagiários(as)	CPF	T. C.	Início	Valor
Camila Serrano	063.524.419-55	223/06	01.04.06	170,00
Francine Aguiar da Silva	061.051.669-82	220/06	01.03.06	170,00

DEMP 11767/065

INFRA-ESTRUTURA

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA-SIE - EXTRATO DE CONVÊNIO – ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 3.479/2006-7. **PARTÍCIPES**: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura – SIE, com a interveniência da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Videira e o Município de Videira. **OBJETO:** Elaboração de Projeto Final de Engenharia para a expansão do Aeroporto Ângelo Ponzoni. **VALOR:** Total de R$ 70.000,00 (setenta mil reais),), sendo R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), pelo Estado e R$ 20.000,00 (vinte mil reais), como contrapartida financeira do Município, em 1 parcela, conforme Plano de Aplicação. **CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:** A despesa correrá à conta do Projeto-Atividade 5301.267826301.853 – Apoio Financeiro às Prefeituras e outras Entidades para Execução de Obras Viárias, Item 4440.42.00, Fonte (0121) da CIDE -Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico do Orçamento do Estado para o ano de 2006, conforme Nota de Empenho Global nº 187/000, de 17/03/06. **PRAZO E VIGÊNCIA:** o presente Convênio terá seu prazo de vigência até o dia 31 de dezembro de 2006, contados a partir da data de publicação, deste extrato, no DOE. **DATA:** Florianópolis, 20 de março de 2006. **SIGNATÁRIOS:** Mauro Mariani, pela SIE Edilberto Carlos Ferreira, pela SDR de Videira e Carlos Alberto Piva, pelo Município.

DEMP 19819/062

Republicado por incorreção
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA-SIE - EXTRATO DE CONVÊNIO – ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 3.477/2006-0. **PARTÍCIPES**: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura – SIE, com a interveniência da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Mafra e o Município de São Bento do Sul. **OBJETO:** Construção de 4.436,00 metros quadrados de calçadas (passeios), na Rodovia SCT-280, Bairro Serra Alta. **VALOR:** Total de R$ 199.989,94 (cento e noventa e nove mil novecentos e oitenta e nove reais e noventa e quatro centavos), sendo R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), pelo Estado e R$ 49.989,94 (quarenta e nove mil novecentos e oitenta e nove reais e noventa e quatro centavos), como contrapartida financeira do Município, em 2 parcelas, conforme Plano de Aplicação. **CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:** A despesa correrá à conta do Projeto-Atividade 5301.267826301.853 – Apoio Financeiro às Prefeituras e outras Entidades para Execução de Obras Viárias, Item 4440.42.00, Fonte (0121) da CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico do Orçamento do Estado para o ano de 2006, conforme Nota de Empenho Global nº 189/000, de 17/03/06. **PRAZO E VIGÊNCIA:** o presente Convênio terá seu prazo de vigência até o dia 31 de dezembro de 2006, contados a partir da data de publicação, deste extrato, no DOE. **DATA:** Florianópolis, 20 de março de 2006. **SIGNATÁRIOS:** Mauro Mariani, pela SIE, Lourenço Schreiner , pela SDR de Mafra, Fernando Mallon pelo Município.

SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE, torna público o seguinte Contrato:
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 308/2005
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, representada pela Secretária de Estado da Saúde Sra. Carmen Emília Bonfá Zanotto.
CONTRATADA: DR Construções Ltda.
OBJETO: Reforma e Ampliação do Prédio da Diretoria da Vigilância Sanitária – DIVS, no município de Florianópolis/SC.
MOTIVO: Aqueles dispostos no inciso II do art. 79 da Lei nº 8666/93 e descritos no processo PSUS 657/069.

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 811/2005
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, representada pela Secretária de Estado da Saúde Sra. Carmen Emília Bonfá Zanotto.
CONTRATADA: DR Construções Ltda.
OBJETO: Construção da Central de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos da Secretaria de Estado da Saúde - DIVE, no município de São José/SC.
MOTIVO: Aqueles dispostos no inciso II do art. 79 da Lei nº 8666/93 e descritos no processo PSUS 656/062.
Florianópolis, 17 de abril de 2006.

DEMP 11086/061

Secretaria de Estado da Saúde - SES

EXTRATO DE DESCREDENCIAMENTO Nº 001/06
PSUS 5113/024

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**, no uso de suas atribuições, descredencia o **HOSPITAL E MATERNIDADE CRISTO REDENTOR LTDA.,** do atendimento aos usuários do SUS, no município de **SÃO MIGUEL DO OESTE,** em **PATOLOGIA CLÍNICA,** para os quais estava credenciado através de ato publicado no DOE n.º 17.042, de 27.11.2002, em face do citado hospital ter terceirizado o laboratório para o Laboratório João Gabriel, conforme consta nos autos do processo PSUS 5113/024.

Florianópolis, 10 de abril de 2006.

Carmen Emília Bonfá Zanotto
SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE

DEMP 13864/068

Secretaria de Estado da Saúde - SES

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO N.º 011/06
PSUS 11658/053

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, autoriza o credenciamento do **LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS JOÃO GABRIEL LTDA.** CNPJ

05.989.051/0002-92, para sob a responsabilidade técnica da profissional farmacêutica/bioquímica, **IVANISE ANONI BERNART BRATKOSKI**, CRF-SC 1919, prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, em **PATOLOGIA CLÍNICA**, no município de **SÃO MIGUEL DO OESTE.**

O Laboratório ora credenciado deverá efetuar os procedimentos do Grupo 11 – Patologia Clínica, relacionados às folhas rubricadas de n.ºs 17 e 18, do processo PSUS 11658/053, de acordo com o nível de hierarquia e atividade profissional em seu cadastro.

A produção de serviços deverá se estabelecer em conformidade com a Ficha de Programação Físico-Orçamentária e a remuneração pelos serviços prestados dar-se-á de acordo com os valores constantes na Tabela Descritiva de Procedimentos do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde – SIA/SUS.

O presente ato tem efeito a partir de sua publicação no DOE e tem duração enquanto vigorar o Convênio SUS/SC.

Florianópolis, 10 de abril de 2006.

Carmen Emília Bonfá Zanotto
SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE

Secretaria de Estado da Saúde - SES

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO N.º 012/06
PSUS 1939/068

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, autoriza o credenciamento da **NUCLEARMED CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR CATARINENSE LTDA.**, CNPJ 06.133.685/0001-20, para sob a responsabilidade técnica do profissional médico **JUAREZ WOLF VERBA**, CREMESC 11331, prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, em **MEDICINA NUCLEAR / IN VIVO**, no município de **CRICIÚMA.**

O Centro ora credenciado deverá efetuar os procedimentos do Grupo 32 – Medicina Nuclear / IN VIVO, relacionados às folhas rubricadas de n.º 22, do processo PSUS 1939/068, de acordo com o nível de hierarquia e atividade profissional em seu cadastro.

A produção de serviços deverá se estabelecer em conformidade com a Ficha de Programação Físico-Orçamentária e a remuneração pelos serviços prestados dar-se-á de acordo com os valores constantes na Tabela Descritiva de Procedimentos do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde – SIA/SUS.

O presente ato tem efeito a partir de sua publicação no DOE e tem duração enquanto vigorar o Convênio SUS/SC.

Florianópolis, 10 de abril de 2006.

Carmen Emília Bonfá Zanotto
SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE

Secretaria de Estado da Saúde - SES

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 4.655/2006-8
CONVENENTES: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES, com a interveniência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – SDR, de Itajaí, e a Fundação Universidade do Vale do Itajaí, mantenedora do Hospital Universitário Pequeno Anjo, com sede no Município de Itajaí. **OBJETO**: Auxiliar na aquisição de 01 (um) veículo para transporte de pacientes para o Hospital Universidade Pequeno Anjo. **VALOR DOS RECURSOS**: Total de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), em parcelo única, conforme Plano de Trabalho. **CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO**: A despesa correrá por conta do Programa Ação: 4891.103028302.5049 – Auxílio a Entidades Municipais e Privadas sem Fins Lucrativos de Assistência a Saúde Conveniadas ao SUS – SDR/Itajaí, Elemento de Despesa 4.4.50.42.00 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, Fonte: 0100, do Orçamento do Estado para 2006, Autorização de Convênio nº 172, de 3/3/06, conforme Nota de Empenho nº 4691/000, de 22/3/06, constante no processo PSUS 1152/068. **PRAZO E VIGÊNCIA**: Até 30 de dezembro de 2006, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. **DATA**: Florianópolis, 24 de março de 2006. **SIGNATÁRIOS**: Luiz Eduardo Cherem, pela Secretaria, João Olindino Koeddermann, pela SDR, e José Roberto Provesi, pela Fundação.

Secretaria de Estado da Saúde - SES

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 4.799/2006-6
CONVENENTES: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES, com a interveniência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – SDR, de Tubarão, e a Fundação Médico Social Rural de São Martinho, com sede no Município de São Martinho. **OBJETO**: Auxiliar na Reforma e Adequação para instalação de aparelho de Raio-X. **VALOR DOS RECURSOS**: Total de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), em parcela única, conforme Plano de Trabalho. **CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO**: A despesa correrá por conta do Programa Ação: 4891.103028302.5087 – Auxílio a Entidades Municipais e Privadas sem Fins Lucrativos de Assistêneia a Saúde Conveniadas ao SUS – SDR/Tubarão, Elemento de Despesa 4.4.50.42.00 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, Fonte: 0100, do Orçamento do Estado para 2006, Autorização de Convênio nº 293, de 21/3/06, conforme Nota de Empenho nº 4047/000, de 24/3/06, constante no processo PSUS 2912/066. **PRAZO E VIGÊNCIA**: Até 30 de dezembro de 2006, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. **DATA**: Florianópolis, 28 de março de 2006. **SIGNATÁRIOS**: Luiz Eduardo Cherem, pela Secretaria, Ademir da Silva Matos, pela SDR, e Leonete Back Loffi, pela Fundação.

Secretaria de Estado da Saúde - SES

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 4.927/2006-1
CONVENENTES: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES, com a interveniência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – SDR, de Campos Novos, e o Município de Abdon Batista. **OBJETO**: Aquisição de 01 (uma) Unidade Móvel de Saúde equipada, com consultório médico e odontológico. **VALOR DOS RECURSOS**: Total de R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais), em parcela única, conforme Plano de Trabalho. **CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO**: A despesa correrá por conta do Programa Ação: 4891.103028302.5289 – Auxílio a Entidades Municipais e Privadas Sem Fins Lucrativos de Assistência em Saúde Conveniadas ao SUS – SDR/Campos Novos, Elemento de Despesa 4.4.40.42.00 – Transferência a Municípios – Auxílio, Fonte: 0100, do Orçamento do Estado para 2006, Autorização de Convênio nº 199, de 9/3/06, conforme Nota de Empenho nº 4756/000, de 23/3/06, constante no processo PSUS 1206/060. **PRAZO E VIGÊNCIA**: Até 30 de dezembro de 2006, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. **DATA**: Florianópolis, 29 de março de 2006. **SIGNATÁRIOS**: Luiz Eduardo Cherem, pela Secretaria, Justiniano F. C. de Almeida Pedroso, pela SDR e Luiz Antonio Zanchett, pelo Município.

DEMP 11774/061

Secretaria de Estado da Saúde - SES

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 4.978/2006-6
CONVENENTES: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES, com a interveniência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – SDR, de São Joaquim, e o Município de Urubici. **OBJETO**: Aquisição de equipamentos ambulatoriais para a Unidade Sanitária. **VALOR DOS RECURSOS**: Total de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), em parcela única, conforme Plano de Trabalho. **CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO**: A despesa correrá por conta do Programa Ação: 4891.103028302.5307 – Auxílio a Entidades Municipais e Privadas Sem Fins Lucrativos de Assistência em Saúde Conveniadas ao SUS – SDR/São Joaquim, Elemento de Despesa 4.4.40.42.00 – Transferência a Municípios – Auxílio, Fonte: 0100, do Orçamento do Estado para 2006, Autorização de Convênio nº 149, de 3/3/06, conforme Nota de Empenho nº 5312/000, de 30/3/06, constante no processo PSUS 1998/064. **PRAZO E VIGÊNCIA**: Até 30 de dezembro de 2006, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. **DATA**: Florianópolis, 30 de março de 2006. **SIGNATÁRIOS**: Luiz Eduardo Cherem, pela Secretaria, Humberto Luís Brighenti, pela SDR e Antônio Zilli, pelo Município.

Secretaria de Estado da Saúde - SES

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 4.979/2006-4
CONVENENTES: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES, com a interveniência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – SDR, de São Joaquim, e o Município de Urubici. **OBJETO**: Aquisição de 02 (dois) veículos para o Programa de Saúde da Família. **VALOR DOS RECURSOS**: Total de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), em parcela única, conforme Plano de Trabalho. **CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO**: A despesa correrá por conta do Programa Ação: 4891.103028302.5307 – Auxílio a Entidades Municipais e Privadas Sem Fins Lucrativos de Assistência em Saúde Conveniadas ao SUS – SDR/São Joaquim, Elemento de Despesa 4.4.40.42.00 – Transferência a Municípios – Auxílio, Fonte: 0100, do Orçamento do Estado para 2006, Autorização de Convênio nº 153, de 3/3/06, conforme Nota de Empenho nº 5311/000, de 30/3/06, constante no processo PSUS 1997/068. **PRAZO E VIGÊNCIA**: Até 30 de dezembro de 2006, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. **DATA**: Florianópolis, 30 de março de 2006. **SIGNATÁRIOS**: Luiz Eduardo Cherem, pela Secretaria, Humberto Luís Brighenti, pela SDR e Antônio Zilli, pelo Município.

Secretaria de Estado da Saúde - SES

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 5.038/2006-5
CONVENENTES: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES, com a interveniência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – SDR, de Mafra, e a Sociedade Mãe da Divina Providência, mantenedora do Hospital e Maternidade Sagrada Família, com sede no Município de São Bento do Sul. **OBJETO**: Auxiliar na Primeira Etapa da Reforma e Ampliação do Hospital e Maternidade Sagrada Família. **VALOR DOS RECURSOS**: Total de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em 03 (três) parcelas, conforme Plano de Trabalho. **CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO**: A despesa correrá por conta do Programa Ação: 4891.103028302.5323 – Auxílio a Entidades Municipais e Privadas sem Fins Lucrativos de Assistência a Saúde Conveniadas ao SUS – SDR/Mafra, Elemento de Despesa 4.4.50.42.00 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, Fonte: 0100, do Orçamento do Estado para 2006, Autorização de Convênio nº 346, de 5/4/06, conforme Nota de Empenho nº 5676/000, de 31/3/06, constante no processo PSUS 3785/068. **PRAZO E VIGÊNCIA**: Até 30 de dezembro de 2006, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. **DATA**: Florianópolis, 6 de abril de 2006. **SIGNATÁRIOS**: Carmen Emilia Bonfá Zanotto, pela Secretaria, Marcos Januário, pela SDR, e Beatriz Zanatta, pela Sociedade.

DEMP 11778/067

Secretaria de Estado da Saúde - SES

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 89/2006-2
CONVENENTES: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES, com a interveniência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – SDR, de Araranguá, e a Fundação Educacional Criciúma - FUCRI, mantenedora do Hospital Regional Deputado Affonso Ghizzo, com sede no município de Araranguá. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITAMENTO**: Fica aditada a Cláusulas Segunda, Plano de Aplicação, Cronograma de Desembolso, Plano de Trabalho do termo que a este deu causa: "*Cláusula Segunda – Dos Recursos Financeiros*: Fica aditado o valor total de R$ 224.400,00 (duzentos e vinte e quatro mil e quatrocentos reais) concedidos pela SES, correndo a despesa por conta do Fundo Estadual de Saúde, através da seguinte classificação orçamentária: Programa Ação: 4891.103028202.2292 – Contribuição para a Manutenção do Hospital Terceirizado – Hospital Regional Deputado Affonso Ghizzo - SDR/Araranguá, Elemento de Despesa: 3.3.50.41.00 – Auxílio, Fonte:0100 – Orçamento do Estado para o exercício de 2006, Autorização de Convênio nº 312 de 27/3/06.". **CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**: Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do termo que a este deu causa. **DATA**: Florianópolis, 30 de março de 2006. **SIGNATÁRIOS**: Luiz Eduardo Cherem, pela Secretaria, Heriberto Afonso Schmidt, pela SDR, e Antônio Milioli Filho, pela Fundação.

DEMP 11782/064

Secretaria de Estado da Saúde - SES

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

2º Termo Aditivo ao Contrato 080/05 – PSUS 4906/039 – CC 701/03
EMPRESA: TERMOSUL SISTEMAS TÉRMICOS LTDA
OBJETO: Prorrogação por 12 (doze) meses do contrato
Reajuste com base na variação do INPC (período de 05.01.05 à 30.11.05 – índice de dezembro não está disponível): 4,54%
VALOR: R$ 694.354,68 (seiscentos e noventa e quatro mil, trezentos e cinqüenta e quatro reais e sessenta e oito centavos)
VIGÊNCIA: 01.01.06 à 31.12.06

Contrato 165/06 – PSUS 11740/051 – IL 63/06
EMPRESA: CIRÚRGICA CLIMAZA COM. REPRES. E ASSIT. TÉC. LTDA
OBJETO: Prestação de serviço de instalação de sistema de osmose reversa e substituição de gerador de vapor atual por gerador de vapor combóia para autoclave com gerador elétrico de vapor marca Sercon, modelo HS34GMDP, Nº de série 040962, para o HRHDS
VALOR: R$ 11.935,00 (onze mil, novecentos e trinta e cinco reais)
VIGÊNCIA: 01.02.06 à 31.12.06

Contrato 157/06 – PSUS 11805/056 – IL 62/06
EMPRESA: H. STRATTNER & CIA LTDA
OBJETO: Prestação de serviço de manutenção a base de troca de 01 (um) endoscópio rígido, marca Karl Storz e 03 (três) instrumentais, marca Karl Storz, utilizados em procedimentos urológicos, para o HGCR
VALOR: R$ 12.274,00 (doze mil, duzentos e setenta e quatro reais)
VIGÊNCIA: 01.03.06 à 31.12.06

DEMP 11721/065

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE torna público o(s) seguinte(s) termo(s) aditivo(s):
Contratante: SES/FES, representada pelo Sr. Ramon da Silva.
Objeto: Prorrogação do contrato até 31/12/2005
1º TA ao Contrato 699/05, DL 301/05, PSUS 4606/051, firmado com a empresa: Diagmed Diagnósticos Médico por Imagem Ltda.
Valor: 7.200,00
Projeto Atividade: 8947
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 (0242)

DEMP 13834/061

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE torna público a seguinte aquisição:

Contratante: Secretaria de Estado da Saúde, representada pelo Sr. Ramon da Silva.
PSUS nº 1889/060, modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 427/06.
Objeto: Aquisição de módulos para monitores de pressão invasiva, compatíveis com a marca dixtal..
OF Nº 476/06
Contratada: DIXTAL BIOMÉDICA IND.E COM. LTDA
Valor total da OF: R$ 21.292,20

FLORIANÓPOLIS, 23 de fevereiro de 2006 DEMP 13828/061

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE, torna pública a seguinte contratação/aquisição:
Dispensa de Licitação nº: 0658/06 – PSUS 3623/068
Objeto: Contratação de angioplastia para o paciente Salustiano Kobus.
Justificativa: O paciente é é portador IRC em hemodiálise, apresentando pseudo-aneurisma de bifurcação carótida esquerda, já com compressão das estruturas adjacentes. É portador IRC em hemodiálise, apresentando pseudo-aneurisma de bifurcação carótida esquerda, já com compressão das estruturas adjacentes, necessitando de Angioplastia Intralumial.

Fundamento da DL.: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8666/93

Empresa Adjudicada	OF	Valor (R$)
Ass. Benef. Evangélica de Joinville	0763/06	22.269,00

Valor Total da DL: R$ 22.269,00

DEMP 13826/069

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE torna público o seguinte Contrato:

Contratante: Secretaria de Estado da Saúde, representada pelo Sr. Ramon da Silva.
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 497/06-PSUS 2306/069
Objeto: Aquisição de transdutor C358 para ultra-som GE –para MDV.
Ordem de fornecimento nº 543/06
Contratada: Diasonics Vigmed Ultrasond do Brasil Ltda
Valor total do contrato: R$ 17.250,00

DEMP 13827/065

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE, torna pública a seguinte aquisição:
Dispensa de Licitação nº: 0306/06 – PSUS 1246/062
Objeto: Aquisição de materiais de enfermaria e cirurgia.
Justificativa:Os itens constantes na presente DL encontram-se indisponíveis ou com estoques insuficientes para o inicio de 2006 na Gerência de Abastecimento (GERAB), não podendo aguardar licitações para o 1º semestre de 2006.
Fundamento da DL.: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8666/93

Empresas Adjudicadas	OF	Valor (R$)
Euromed com. e imp. ltda	654/06	3.800,00
Dimaci/sc mat. Cir. ltda	655/06	122.872,43
Sul Brasileira de raio-x ltda	656/06	134,40
Com. de mat. Méd/hosp. Macrosul ltda	657/06	73,00
Josilmed com. de mat. Hosp. ltda	659/06	1.652,40
Fufa/sc distrib. Hosp. ltda	661/06	5.145,60
Cirúrgica Jaw com. de mat. Méd/hosp. ltda	662/06	23.817,00
Trade medical com. de prod. Méd/hosp. ltda	663/06	2.720,00

Valor Total da DL: R$ 160.214,83
Florianópolis, 29 de março de 2006.

DEMP 13829/068

SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO

POLÍCIA MILITAR

PORTARIA N º 146 de 27 março de março de 2006

Designação de comissão

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, Fundamentado no Art 10 do Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200), aprovado pelo do Decreto Federal 88.777 de 30 de setembro de 1983, Art. 5º e Art. 55 da Lei 6.217 de 10 de fevereiro de 1983 – Lei de Organização Básica da Polícia Militar, Art. 36 do Regulamento da Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto nº 19.237, de 14 de março de 1983, Resolve:

Art.1º Designar com base na Diretriz Nº 9, Projeto 9.2, Ação 9.3.1, do Plano Estratégico da PM SC,os oficiais abaixo relacionados para compor a Comissão de Estudos que tratará de formular minuta de projeto de Lei Complementar do Plano de Carreira e promoção dos Oficiais Militares Estaduais.

Parágrafo Único - O presidente da comissão deverá convidar formalmente representação de no Máximo 3 (Três) oficiais do Corpo de Bombeiros para participarem das reuniões de estudo e deliberação.

Presidente:

- Ten Cel PM Marlon Jorge Teza

Membros:

- Maj PM Alcebíades M. F. Junior (PM-4)
- Maj PM Cláudio Gomes (PM-1)
- Maj PM Jéferson Braz de Oliveira (DP)
- Cap PM Marcelo Martinez Hipólito (DP)
- Cap PM Izaías Otacílio da Rosa (DIE)
- 1º Ten PM João Batista Réus DP (DP)

Art. 2º A comissão deverá apresentar proposta ao Chefe do EMG PM até 30 de agosto de 2006, atendendo rigorosamente o prazo estabelecido pelo Plano Estratégico PM SC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 27 de março de 2006.

BRUNO KNIHS
Cel PM Comandante-Geral PMSC DEMP 13271/060

POLÍCIA MILITAR

AVISO DE PUBLICAÇÃO

SÚMULA DO CONTRATO 306/06 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/06.
CONTRATANTE: Polícia Militar de Santa Catarina.
CONTRATADA: Perpétua Margarida Kretzer da Silva.
OBJETO: Contrato de Locação de Imóvel para unidade de São Pedro de Alcântara da PMSC.
VALOR DO CONTRATO: R$ 4.500,00
ITEM ORÇAMENTÁRIO: 3.3.90.36.15/8853/FR0111
PRAZO VIGÊNCIA: A vigência será de 01 de Abril à 31 de Dezembro de 2006.
DATA ASSINATURA: 01 de Abril de 2006.

Florianópolis, 1 de Abril de 2006

FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES
Ten Cel PM Diretor Interino da Dalf

POLÍCIA MILITAR

AVISO DE PUBLICAÇÃO

SÚMULA DO CONTRATO 307/06 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/06.
CONTRATANTE: Polícia Militar de Santa Catarina.
CONTRATADA: Alberto Roque Detofano
OBJETO: Contrato de Locação de Imóvel para unidade de Concórdia da PMSC.
VALOR DO CONTRATO: R$ 3.150,00
ITEM ORÇAMENTÁRIO: 3.3.90.36.15/8853/FR0111
PRAZO VIGÊNCIA: A vigência será de 01 de Abril à 31 de Dezembro de 2006.
DATA ASSINATURA: 01 de Abril de 2006.

Florianópolis, 1 de Abril de 2006

FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES
Ten Cel PM Diretor Interino da Dalf

POLÍCIA MILITAR

AVISO DE PUBLICAÇÃO

SÚMULA DO CONTRATO 308/06 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/06.
CONTRATANTE: Polícia Militar de Santa Catarina.
CONTRATADA: JLS Equipamentos para Escritório Ltda.
OBJETO: Locação de Máquinas Fotocopiadoras para PMSC.
VALOR DO CONTRATO: R$ 50.032,00
ITEM ORÇAMENTÁRIO: 3.3.90.39.12/8853/FR0111
PRAZO VIGÊNCIA: A vigência será de 01 à 30 de Abril de 2006.
DATA ASSINATURA: 01 de Abril de 2006.

Florianópolis, 11 de Abril de 2006

FERNANDO RODRIGUES DE MENEZES
Ten Cel PM Diretor Interino da Dalf

DEMP 13941/062

SECRETARIAS REGIONAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – GRANDE FLORIANÓPOLIS

PORTARIA Nº 029/2006/GABS – 11/04/2006

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – GRANDE FLORIANÓPOLIS, de acordo com a delegação de competência conferida pelo art. 7º, item I, da Lei Complementar nº 284 de 28 de fevereiro de 2005, **RESOLVE**:
Designar o Eng. Civil **LUIZ FERNANDO TRILHA RIBEIRO, matrícula 172.098-8**, lotado na Gerência de Infra-Estrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Grande Florianópolis, para atuar nas **"Análises de projetos básicos de arquitetura de estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde"**, com a finalidade de descentralizar as atividades de análise de projetos básicos de arquitetura de estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde para as Secretarias de Desenvolvimento Regional e municípios que tenham pactuado ações de vigilância sanitária classificadas como de Média e Alta complexidade.

GERALDO PAULI
Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional

DEMP 13011/061

ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - CAÇADOR -SC

Extrato do Contrato Nº 018/2006 (CV 0014/2006) que celebram a **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional e a Empresa Construtora Mayor Ltda. Objeto : Construção de muro e calçada, escada e portão de acesso a EEB. Nayá Gonzaga Sampaio, do município de Caçador - SC. Valor Global do Contrato: R$ 143.560,45 (Cento e quarenta e três mil, quinhentos e sessenta reais e quarenta e cinco centavos). Dotação orçamentária: SubFunção/Ação: 4687– Fonte: 120 e 130, item da despesa: 33.90.39/ 44.90.51.**
Caçador, 31 de Março de 2006.
Valdir Vital Cobalchini
Secretário do Desenvolvimento Regional

DEMP 11743/069

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL –CHAPECÓ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 024/2005.

CONTRATANTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – Chapecó.
CONTRATADA: Associação e Caritativa - ASSEC.
CLAUSULA PRIMEIRA: É revista a Cláusula Sexta referente ao valor do contrato inicial que passa a ser a majorado a partir de 01/01/2006 em 5,53 % correspondendo ao índice oficial do INPC do período de 12 meses, 01/01/2005 a 31/12/2005, com vigência de 01/01/2006 a 31/12/2006. Dessa forma o valor do contrato original passa de R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) para R$ 28.493,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e três reais) mensais e o valor total do contrato passa a ser R$ 341.916,00 (trezentos e quarenta e um mil, novecentos e dezesseis reais) por ano.
CLAUSULA SEGUNDA: Ficam as demais cláusulas e condições previstas no contrato original, em todos os seus termos, não expressamente alteradas por este instrumento.
PLÍNIO DALLACORTE, pela Contratante e ARCIDES DE DAVID pela Contratada.

Plínio Dallacorte
Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional – Chapecó.

DEMP 13730/061

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - IBIRAMA
COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 020/2006
Origem: Convite nº 015/2006.**Contratante:** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Ibirama. **Contratada:** Vallemar Construtora Ltda. **Objeto:** Ampliação de escola, com área total de 35,89m², na EEB Cecília Bertha Hildegard Cardoso, no município de Lontras. **Valor total:** R$ 23.770,70 (vinte e três mil setecentos e setenta reais e setenta centavos). **Itens de despesa :** 4.4.90.51 **Subfunção/Ação:** 361/4691. **Fonte:** 130 **Vigência:** 60 (sessenta) dias. **Assinado em:** 03/04/2006, por Aldo Schneider pela SDR e Michel Lemos Böhm pela empresa.
Ibirama, 03 de abril de 2006
Aldo Schneider – Secretário de Estado – SDR/Ibirama

DEMP 13815/067

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL –ITAJAÍ

Santa Catarina

EXTRATO DE CONVENIO Nº 03497/2006-5
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – Itajaí. **CONVENENTE**: Município de Itajaí. **OBJETO**: atendimento às crianças de 0 a 6 anos matriculadas nas creches e pré-escolas do município de Itajai - SC. **RECURSOS/ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: para a execução do presente convênio, a concedente transferirá ao convenente a importância de R$ 353.568,00 (trezentos cinqüenta três mil, quinhentos e sessenta e oito reais), correndo a despesa por conta da ação: 0034 – Desenvolvimento de Ações na Área de Educação, Ciência e Tecnologia, elemento de despesa 33.40.41.99, Fonte de Recursos 0161 do Orçamento descentralizado pelo FUNDO SOCIAL, para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Itajaí, para o exercício de 2006, empenho n. 415/000 de 20/03/2006. A contrapartida estimada corresponderá à importância de R$ 70.713,00 (setenta mil, setecentos e treze reais), conforme plano de trabalho apresentado pela Prefeitura Municipal de Itajaí, totalizando - R$424.281,00 (quatrocentos vinte e quatro mil duzentos e oitenta e um reais). Vigência 120 dias a contar da publicação deste extrato. Itajaí, 20/03/2006. **SIGNATÁRIOS**: João Olindino Koeddermann, pela concedente, Volney José Morastoni – Prefeito Municipal de Itajaí, pelo convenente.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL –ITAJAÍ

Santa Catarina

EXTRATO DE CONVENIO Nº 04948/2006-4
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – Itajaí. **CONVENENTE**: Município de Itajaí. **OBJETO**: atendimento às crianças de 0 a 6 anos matriculadas nas creches e pré-escolas do município de Piçarras - SC. **RECURSOS/ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: para a execução do presente convênio, a concedente transferirá ao convenente a importância de R$ 16.056,00 (dezesseis mil e cinqüenta e seis reais), correndo a despesa por conta da ação: 0034 – Desenvolvimento de Ações na Área de Educação, Ciência e Tecnologia, elemento de despesa 33.40.41.99, Fonte de Recursos 0161 do Orçamento descentralizado pelo FUNDO SOCIAL, para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Itajaí, para o exercício de 2006, empenho n. 453/000 de 29/03/2006. A contrapartida estimada corresponderá a importância de R$ 3.211,00 (três mil, duzentos e onze reais), conforme plano de trabalho apresentado pela Prefeitura Municipal de Piçarras , totalizando R$19.267,00,00 (dezenove mil duzentos e sessenta e sete reais). Vigência 120 dias a contar da publicação deste extrato. Itajaí, 29/03/2006. **SIGNATÁRIOS**: João Olindino Koeddermann, pela concedente, Ivo Álvaro Fleith – Prefeito Municipal de Piçarras, pelo convenente.

DEMP 13746/065

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ITAJAÍ

Portaria nº 007/2006/17ª SDR - Itajaí de 10/04/06
AUTORIZAR, de acordo com o artigo 9º do Decreto nº 3421 de 16/08/05, e com base na competência delegada pelo art. 7º da Lei Complementar nº 284 de 28 de fevereiro de 2005, o servidor abaixo relacionado a conduzir veículos oficiais da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – Itajaí: - Everton Luis Colioni - matrícula 369.098-9-01 Gerente de Programas e Ações, portador da CNH nº 01344060582 categoria AB.
João Olindino Koeddermann
Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional - Itajaí

DEMP 11755/067

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – JOINVILLE

EXTRATO DE CONTRATO JVE/SDR N. 013/2006, originário da Tomada de Preços n. ° 002/2006; **Das Partes: Secretaria de** Estado do Desenvolvimento Regional – Joinville e FATOR 3 ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA; **Objeto**: Realização de obra de ampliação com área de 339.71 m² e reforma com área de 604,40m² do Pronto Socorro do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt no município de Joinville-SC. **Valor: R$ 774.320,85** (setecentos e setenta e quatro mil trezentos e vinte reais e oitenta e cinco centavos). **Da Dotação Orçamentária:** Subfunção 5055, Fonte 0100, Itens de Despesa 44.90.51.92 e 44.90.51.07; **Vigência**: 300 (trezentos) dias. Assinado em: 10/04/2006 por MANOEL JOSÉ MENDONÇA, pela contratante e EMERSON SIQUEIRA pela contratada.

Manoel José Mendonça
Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional - Joinville

DEMP 13742/060

RELATÓRIO Nº 001/2006

A SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – LAGUNA/SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 93, § 7º, da Lei nº 9.831/95 e art. 14, do Decreto nº 133/99, informa o pagamento das despesas relacionadas com o pagamento de diárias da GEECT, no mês **fevereiro de 2006**

Matrícula	Nome	Valor R$	Qtde	Motivo
237519-2-01	José Adílio Pereira	100,00	1	MO
219.959-9-04	Reginaldo Martins Cardoso	110,00	1	RS
Total		**220,00**		

Legenda de Motivos: VS – Viagem de Serviço; SE – Seminário; RS – Reunião de Serviço; FO – Fórum; EV – Eventos; CO – Conferências; CS – Curso, MO - Motorista.
Laguna, 28 de fevereiro de 2006.

Jatir João de Amorim
Secretário de Estado da 19ª SDR/Laguna

RELATÓRIO Nº 002/2006

A SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – LAGUNA/SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 93, § 7º, da Lei nº 9.831/95 e art. 14, do Decreto nº 133/99, informa o pagamento das despesas relacionadas com o pagamento de diárias da GEECT, no mês **março /2006**

Matrícula	Nome	Valor(R$)	Qtde	Motivo
135.969-0-01	Edmundo Ungarett Branco	220,00	2	CS
235.942-1-01	Juceli Delgado de Souza	300,00	3	CS
237519-2-01	José Adílio Pereira	100,00	1	MO
190.861-8-02	Marilane Torquato Viana	110,00	1	RS
315.728-8-03	Mario Luiz Camilo	440,00	4	RS
219.959-9-04	Reginaldo Martins Cardoso	165,00	1 ½	RS
209.912-8-03	Rosalia do Nascimento V. Leanddro	110,00	1	RS
151.295-0-01	Wilma Vieira da Silva	110,00	1	RS
200.744-4-01	Wilsa Silveira	165,00	1 ½	RS VS
Total		**1.720,00**		

Legenda de Motivos: VS – Viagem de Serviço; SE – Seminário; RS – Reunião de Serviço; FO – Fórum; EV – Eventos; CO – Conferências; CS – Curso, MO - Motorista.
Laguna, 31 de março de 2006.

Jatir João de Amorim
Secretário de Estado da 19ª SDR/Laguna

RELATÓRIO Nº 0002/2006

A SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – LAGUNA/SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 93, § 7º, da Lei nº 9.831/95 e art. 14, do Decreto nº 133/99, informa o pagamento das despesas relacionadas com o pagamento de diárias no mês de **fevereiro de 2006**

Matrícula	Nome	Valor(R$)	Qtde	Motivo
369.704-5-01	Antonio Avelino Honorato Filho	110,00	1	VS
356.114-3-02	Glaycon de Souza Silveira	55,00	½	VS
238.705-0-01	Helder Remor de Souza	156,00	1	VS
368.345-1-01	Jatir João de Amorim	850,00	2 ½	VS RS
356.115-1-01	Luiz Felipe Remor	110,00	1	VS
176.513-2-01	Sanduval de Oliveira Rodrigues	100,00	1	MO
Total		1.381,00		

Legenda de Motivos: VS – Viagem de Serviço; SE – Seminário; RS – Reunião de Serviço; FO – Fórum; EV – Eventos; CO – Conferências; CS – Curso, MO - Motorista.
Laguna, 28 de fevereiro de 2006

Jatir João de Amorim
Secretário de Estado da 19ª SDR/Laguna

RELATÓRIO Nº 003/2006

A SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – LAGUNA/SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 93, § 7º, da Lei nº 9.831/95 e art. 14, do Decreto nº 133/99, informa o pagamento das despesas relacionadas com o pagamento de diárias no mês de **março de 2006.**

Matrícula	Nome	Valor(R$)	Qtde	Motivo
369.704-5-01	Antonio Avelino Honorato Filho	55,00	1 ½	VS
370.048-8-01	Dílson Lopes de Jesus	165,00	2 ½	VS
369.014-8-01	Edson Prates	55,00	½	RS
370.002-0-01	Fabrício Faustina da Rosa	55,00	½	VS
356.114-3-02	Glaycon de Souza da Silveira	55,00	½	VS
238.705-0-01	Helder Remor de Souza	156,00	1	VS
356117-01-8	Igor Batista Monteiro Rafael	55,00	½	VS
368.345-1-01	Jatir João de Amorim	340,00	1	RS
102.317-9-04	Maristela Villa de Moraes	110,00	1	CS
356.115-01-1	Luiz Felipe Remor	55,00	½	VS
368.346-0-01	Pedro Motta Roussenq	170,00	½	VS
316.577-9-02	Robson Elegar Caporal	110,00	1	VS
176.513-2-01	Sanduval de Oliveira Rodrigues	50,00	½	MO
321-314-5-02	Simone Braga Correa	275,00	2 ½	CS
Total		**1706,00**		

Legenda de Motivos: VS – Viagem de Serviço; SE – Seminário; RS – Reunião de Serviço; FO – Fórum; EV – Eventos; CO – Conferências; CS – Curso, MO - Motorista.
Laguna, 31 de março de 2006

Jatir João de Amorim
Secretário de Estado da 19ª SDR/Laguna DEMP 13783/060

ERRATA	
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MARAVILHA	
TERMO ADITIVO Nº001/2006 AO CONTRATO DE OBRAS E SERVIÇOS Nº025/2005 - DOE Nº.17.804, de 16.01.2006 - página 93.	
ONDE SE LÊ:	**LEIA-SE:**
...correrá a conta da dotação orçamentária: subfunção: 362/4646...	...correrá a conta da dotação orçamentária: *Subfunção: 361/4646...*

ERRATA	
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MARAVILHA	
TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE OBRAS E SERVIÇOS Nº040/2005 - DOE Nº.17.804, de 16.01.2006 - página 93.	
ONDE SE LÊ:	**LEIA-SE:**
TERMO ADITIVO Nº002/2006 AO CONTRATO DE OBRAS E SERVIÇOS Nº040/2006...	**TERMO ADITIVO *Nº001/2006* AO CONTRATO DE OBRAS E SERVIÇOS *Nº040/2005*...** ...correrá a conta da dotação orçamentária: subfunção: 362/4646...
	orçamentária: *Subfunção: 361/4646...*

ERRATA	
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MARAVILHA	
EXTRATO DE CONVÊNIO. ESPÉCIE: Termo de Convênios Nº. 4940/2006-9. DOE Nº.17.855, de 31.03.2006 - página 72.	
ONDE SE LÊ:	**LEIA-SE:**
DO VALOR DOS RECURSOS: O valor dos recursos é de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)... ...consignados no orçamento da Universidade do Estado de Santa Catarina.	**DO VALOR GLOBAL DO CONVÊNIO E DOS RECURSOS:** O valor global do Convênio é de R$ 329.800,46 (trezentos e vinte e nove mil, oitocentos reais e quarenta e seis centavos), e o valor dos recursos a ser repassado pela SDR, é de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). ...consignados no orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – Maravilha.

DEMP 11802/065

ESTADO DE SANTA CATARIAN
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOVIMENTO REGIONAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 20335/2005-1 – DAS PARTES: o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – São Miguel do Oeste, e o Município de Itapiranga. **DO OBJETO:** Participação financeira do Estado, visando a construção de cobertura entre dois pavilhões existentes no complexo da OKTOBERFEST. **DO ADITAMENTO DO PRAZO:** Fica prorrogado por mais 60 dias o prazo de vigência do presente CONVÊNIO, contado a partir da data de assinatura deste instrumento. **DA RATIFICAÇÃO:** Ratificam-se todas as demais Cláusulas e condições do CONVÊNIO nº 20335/2005-1, do qual este termo passa a ser parte integrante. **DATA**: 14 de abril de 2006. **SIGNATÁRIOS:** Jorge Welter pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste, Wunibaldo Rech pelo município.

DEMP 11762/063

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SDR, DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO - ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 5084/2006-9. PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – SDR, de São Lourenço do Oeste e o Município de São Lourenço do Oeste. OBJETO: cooperação técnico-financeira e pedagógica entre a SECRETARIA e o MUNICÍPIO, para o atendimento à crianças na faixa etária de zero a seis anos, em Instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas). VALOR DOS RECURSOS E CREDITO ORÇAMENTÁRIO: R$ 33.240,00, à conta do Programa: Educação, Ação: 34, Item Orçamentário: 33404199, Fonte: 0161, conforme Nota de Empenho Global nº325/000, de 11/04/2006. PRAZO E VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2006. DA DATA: São Lourenço do Oeste, 12 de abril de 2006. SIGNATÁRIOS: Dilmar Cozer, pela Secretaria e Tomé Francisco Etges, pelo Município.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SDR, DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO - ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 5079/2006-2. PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – SDR, de São Lourenço do Oeste e o Município de Galvão. OBJETO: cooperação técnico-financeira e pedagógica entre a SECRETARIA e o MUNICÍPIO, para o atendimento à crianças na faixa etária de zero a seis anos, em Instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas). VALOR DOS RECURSOS E CREDITO ORÇAMENTÁRIO: R$ 4.216,00, à conta do Programa: Educação, Ação: 34, Item Orçamentário: 33404199, Fonte: 0161, conforme Nota de Empenho Global nº 327/000, de 11/04/2006. PRAZO E VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2006. DA DATA: São Lourenço do Oeste, 12 de abril de 2006. SIGNATÁRIOS: Dilmar Cozer, pela Secretaria e Luiz Fernando Didoné, pelo Município.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SDR, DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO - ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 5083/2006-0. PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – SDR, de São Lourenço do Oeste e o Município de Jardinópolis. OBJETO: repasse de recursos financeiros ao Município para implantação da Casa da Cultura. VALOR DOS RECURSOS E CREDITO ORÇAMENTÁRIO: R$ 15.000,00, à conta da código 7927, sub-elemento 444042, fonte 0100, do Orçamento do Estado para 2006, conforme Nota de Empenho Global nº324/000, de 11/04/2006. PRAZO E VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2006. DA DATA: São Lourenço do Oeste, 12 de abril de 2006. SIGNATÁRIOS: Dilmar Cozer, pela Secretaria e Sadi Gomes Ferreira, pelo Município.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SDR, DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO - ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 5085/2006-7. PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – SDR, de São Lourenço do Oeste e o Município de Jupiá. OBJETO: repasse de recursos financeiros ao Município para construção de um Barracão Industrial. VALOR DOS RECURSOS E CREDITO ORÇAMENTÁRIO: R$ 30.000,00, à conta da código 7927, sub-elemento 444042, fonte 0100, do Orçamento do Estado para 2006, conforme Nota de Empenho Global nº326/000, de 11/04/2006. PRAZO E VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2006. DA DATA: São Lourenço do Oeste, 12 de abril de 2006. SIGNATÁRIOS: Dilmar Cozer, pela Secretaria e Adilson Verza, pelo Município.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SDR, DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO - ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 5091/2006-1. PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – SDR, de São Lourenço do Oeste e o Município de São Bernardino. OBJETO: repasse de recursos financeiros ao Município para aquisição de equipamentos agrícolas. VALOR DOS RECURSOS E CREDITO ORÇAMENTÁRIO: R$ 60.000,00, à conta da código 36, sub-elemento 44404299, fonte 161, do Orçamento do Estado para 2006, conforme Nota de Empenho Global nº333/000, de 12/04/2006. PRAZO E VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2006. DA DATA: São Lourenço do Oeste, 17 de abril de 2006. SIGNATÁRIOS: Dilmar Cozer, pela Secretaria e Ivo José Ludwig, pelo Município.

DEMP 13774/069

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SDR – SÃO LOURENÇO DO OESTE

EXTRATO DE TERMO DE CESSAO DE USO Nº 008/2006. SDR-SÃO LOURENÇO DO OESTE. DAS PARTES: Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – São Lourenço do Oeste (Cedente) e Prefeitura Municipal de Jardinópolis (Cessionária). **DO OBJETO**: disposição à cessionária, para uso nos serviços municipais o equipamento Caminhão Pipa Mercedes Benz, Placas LWR-9555, bem cujo patrimônio é da cedente. **DA VIGÊNCIA:** 15 dias. 17 de abril de 2006. **DILMAR COZER,** pelo Cedente e **SADI GOMES FERREIRA**, pela Cessionária.

DEMP 13762/060

Relatório Nº 001/06
O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Artigo 14 do Decreto nº 133/99, informa o pagamento das despesas com diárias referentes ao mês de janeiro - 2005.

Matrícula	Nome	Valor R$	Qtidade	Motivo
295.709-4	Edilberto Carlos Ferreira	1.020,00	03	AA/RS
247.467-0	Emílio Klann Neto	700,00	07	MO
369.448-8	Claudinei e Oliveira	605,00	5½	OM
370.003-8	Marisa H. Caporali	660,00	06	OM
	TOTAL	**2.985,00**		

LEGENDA DE MOTIVOS	AJ – Audiência Judicial
AA – Assuntos Administrativos	OM – Outros Motivos
CS – Cursos	RS – Reunião de Serviço
RA – Representação Autoridade	SM – Seminário
MO – Motorista	CP – Capacitação
OE – Operações Especiais	

Videira SC, 10 de janeiro – 2006.

Edilberto Carlos Ferreira – Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional - Videira

Relatório Nº 002/06
O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Artigo 14 do Decreto nº 133/99, informa o pagamento das despesas com diárias referentes ao mês de janeiro/fevereiro/março - 2006.

Matrícula	Nome	Valor R$	Qtidade	Motivo
295.709-4	Edilberto Carlos Ferreira	1.190,00	3½	AA/RS
356.299-9	Robens Rech	440,00	04	CP
192.867-8	Flávio de Carvalho	110,00	01	RS

114.244-5	Zildete Denardi	275,00	2 1/2	RS
370.105-0	Gilmar Paulo Rissardi	55,00	1/2	RS
369.754-1	Fábio Leandro Santos	55,00	1/2	RS
369.448-8	Claudinei e Oliveira	220,00	02	OM
370.003-8	Marisa H. Caporali	110,00	01	RS
356.301-4	Humberto G. Reolon	495,00	4 1/2	CP/RS
247.467-0	Emílio Klann Neto	50,00	1/2	MO
	TOTAL	3.000,00		

LEGENDA DE MOTIVOS
AA – Assuntos Administrativos
CS – Cursos
RA – Representação Autoridade
MO – Motorista
OE – Operações Especiais
AJ – Audiência Judicial
OM – Outros Motivos
RS – Reunião de Serviço
SM – Seminário
CP – Capacitação

Videira SC, 28 de março de 2006

Edilberto Carlos Ferreira – Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional - Videira

Relatório Nº 003/06

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Artigo 14 do Decreto nº 133/99, informa o pagamento das despesas com diárias referentes ao mês de fevereiro/março - 2006.

Matrícula	Nome	Valor R$	Qtidade	Motivo
295.709-4	Edilberto Carlos Ferreira	1.020,00	03	AA/RS
374.358-6	Evandro Luiz Colle	1.020,00	03	AA/RS
356.299-9	Robens Rech	275,00	2 1/2	AA
114.244-5	Zildete Denardi	110,00	01	RS
369.448-8	Claudinei de Oliveira	220,00	02	CP
317.048-9	Aline Perazzoli	330,00	03	CP
	TOTAL	2.975,00		

LEGENDA DE MOTIVOS
AA – Assuntos Administrativos
CS – Cursos
RA – Representação Autoridade
MO – Motorista
OE – Operações Especiais
AJ – Audiência Judicial
OM – Outros Motivos
RS – Reunião de Serviço
SM – Seminário
CP – Capacitação

Videira SC, 07 de abril de 2006

Evandro Luiz Colle – Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional - Videira

DEMP 13812/068

Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – Xanxerê

PRIMEIRO TERMO ADITIVO (SERVIÇOS) AO CONTRATO N.º 0033/2005. Contratante:SDR/XXE. Contratada: **BROCH Empreendimentos Ltda.** objeto do contrato é a Reforma Geral e Ampliação na E.E.B. Alexandre Antoniolli, no Município de Faxinal dos Guedes, que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Decreto 3.420 de 16.08.05, nos termos que segue:CLÁUSULA PRIMEIRA: Ficam Adicionados os Serviços discriminados no Parecer Técnico emitido pelo Engenheiro Roberto Barbosa, que fazem parte integrante deste Termo Aditivo. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO:face ao acréscimo dos serviços acima, fica alterado o valor do contrato, de R$586.304,35(quinhentos e oitenta e seis mil e trezentos e quatro reais e trinta e cinco centavos), adicionado pelo presente aditivo o valor de **R$11.237,35**(onze mil e duzentos e trinta e sete mil e trinta e cinco centavos), passando o valor total do contrato para R$596.541,70(quinhentos e noventa e seis mil e quinhentos e quarenta e um reais e setenta centavos).CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DAS DEMAIS CLÁUSULAS:As demais cláusulas do contrato permanecem em vigor. Xanxerê, 17.04.06. **Armando Roncáglio** pela SDR/XXE e **Leonir Antonio Broch** pela contratada.

DEMP 13787/063

ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional Xanxerê

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional –SDR Xanxerê, torna público o que segue:
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SDR, XANXERÊ – EXTRATO DE CONTRATO. ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo de Reajuste ao Contrato nº 008/2005 PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – SDR, Xanxerê e o Sr Jorge Luiz Antoniolli OBJETO: Alteração da cláusula sexta que trata do valor e reajustes. A cláusula sexta passa a ter a seguinte redação Ao valor pago atualmente de R$ 2.398,00 (Dois mil trezentos e noventa e oito reais) será aplicado um reajuste de 1,97%, sendo o novo valor mensal de R$ 2.445,24 (Dois mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e vinte e quatro centavos) PRAZO E VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2006, a contar da data de publicação, deste extrato, no DOE. DATA: Xanxerê, 17 de abril de 2006. SIGNATÁRIOS: Armando Roncaglio pela secretaria e Jorge Luiz Antoniolli locatário.

DEMP 11771/062

AUTARQUIAS ESTADUAIS

IPESC

PORTARIA Nº 107/2006 – de 29 de março de 2006

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – IPESC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 3º da Lei 6.745, de 28 de dezembro de 1985, resolve **DESIGNAR** o servidor Amilton Silvério da Silva, matrícula nº 355277-2, ocupante do cargo da categoria funcional de Técnico em Atividades Administrativas, para exercer a Função de Chefia – FC-1, Supervisor de Revisão de Aposentadorias, do Quadro de Pessoal do IPESC, a contar de 01 de abril de 2006.

Demetrius Ubiratan Hintz
Presidente do IPESC

DEMP 13803/069

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

PORTARIA Nº 015, de 06/04/06
RESOLVE DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para liberarem atos de Firmas Empresárias (Empresário Individual) protocoladas nesta JUCESC, a partir de 03/04/06.

Nome	Lotação	Município
Olgaelise Bortolotto Vieira	Pref. Municipal	Curitibanos
Márcio Fritzke	Pref. Municipal	Itajaí
José Carlos Borguesão	Pref. Municipal	Ibirama
Tamara de Souza D. da Rosa	Pref. Municipal	Palhoça
Arilete de Fátima Zanelato	Pref. Municipal	Palmitos

ANTÔNIO CARLOS ZIMMERMANN
Presidente da JUCESC

DEMP 11763/060

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

PORTARIA Nº 16, de 07/04/06.
RESOLVE DESIGNAR, nos termos do artigo 42 e seu parágrafo único da Lei nº 8.934, de 18/11/1994, o servidor da Prefeitura Municipal de Pomerode, **EDOARDO RIEMER**, para autenticar os instrumentos de Escrituração Mercantil protocolados nesta JUCESC, a partir de 03/04/06.
ANTÔNIO CARLOS ZIMMERMANN
Presidente da JUCESC

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

PORTARIA Nº 17, de 07/04/06.
FAZER CESSAR, na Portaria nº 03, de 30/01/06, publicada no DOE nº 17.815, de 31/01/06, que designou **JOÃO JOSÉ MARÇAL JÚNIOR**, servidor da Prefeitura Municipal de Pomerode, para autenticar os instrumentos de escrituração mercantil protocolados nesta JUCESC, a partir de 03/04/06.
ANTÔNIO CARLOS ZIMMERMANN
Presidente da JUCESC

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

PORTARIA Nº 18, de 07/04/06.
RESOLVE DESIGNAR, nos termos do artigo 25, inciso IX, do Decreto nº 1.800/96, o servidor da Prefeitura Municipal de Chapecó, **LUIS MARONESI**, para liberar constituição de sociedades empresárias limitadas protocolados nesta JUCESC, a partir de 10/04/06.
ANTÔNIO CARLOS ZIMMERMANN
Presidente da JUCESC

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

PORTARIA Nº 19, de 07/04/06.
RESOLVE DESIGNAR, nos termos do artigo 25, inciso IX, do Decreto nº 1.800/96, os servidores abaixo relacionados para liberar atos de sociedades empresárias limitadas protocolados nesta JUCESC, a partir de 10/04/06.

Nome	Lotação	Município
Patrícia Camilo Heidemann	Pref. Municipal	Braço do Norte
Adilson Roberto Ribeiro	Pref. Municipal	Caçador

ANTÔNIO CARLOS ZIMMERMANN
Presidente da JUCESC

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA- ESTRUTURA
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E TERMINAIS

EDITAL DE CONSULTA N.º 080/2006 (REF. PROCESSO DETT 961/060)
Nos termos dos Artigos 22 e 123 do Decreto n.º12601/80 de 06 de março de 1980, convido os interessados a se manifestarem no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de publicação, sobre o pedido formulado pela Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina para efetuar Transporte Sem Objetivo Comercial de seus alunos em todo território catarinense em veículo de sua propriedade placas LZV6825 ano de fabricação 1987. Florianópolis, 05 de abril de 2006.

Pedro Paulo da Silva
Gerente de Operações

EDITAL DE CONSULTA N.º 082/2006 (REF. PROCESSO DETT 1766/066)
Nos termos dos Artigos 22 e 123 do Decreto n.º12601/80 de 06 de março de 1980, convido os interessados a se manifestarem no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de publicação, sobre o pedido formulado por Carlos Alberto HORN Transportes ME para efetuar Transporte Sem Objetivo Comercial de seus funcionários em todo território catarinense em veículo de sua propriedade placas AAI0517 ano de fabricação 1990. Florianópolis, 10 de abril de 2006.

Pedro Paulo da Silva
Gerente de Operações

EDITAL DE CONSULTA N.º 083/2006 (REF. PROCESSO DETT 1807/064)
Nos termos dos Artigos 22 e 123 do Decreto n.º12601/80 de 06 de março de 1980, convido os interessados a se manifestarem no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de publicação, sobre o pedido formulado por Carbonífera Belluno Ltda. para efetuar Transporte Sem Objetivo Comercial de seus funcionários nos municípios de Siderópolis, Criciúma em veículo de sua propriedade placas KPC1920 ano de fabricação 1995. Florianópolis, 10 de abril de 2006.

Pedro Paulo da Silva
Gerente de Operações DEMP 13953/060

GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA - SIE
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E TERMINAIS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO – DIAD
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - GERED

ORDEM DE SERVIÇO Nº **113/2006** DESTINATÁRIO: Empresa "Bella União Turismo e Transporte Ltda". ASSUNTO: PROCESSO Nº **949/060** SUPORTE LEGAL: Parágrafo Terceiro do Art. 11 do Decreto nº 12601 de 06.11.80, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o início do Serviço de Fretamento , contratado com Salvaro Indústria e Comércio Ltda.(representante) para transporte de seus **funcionários,** entre os municípios de Cocal do Sul e Criciúma, conforme **Autorização de Fretamento n.º 499/2006, com saída de Cocal do Sul às 06:30h e de Criciúma às 17:00h. Os serviços serão realizados de segunda a sexta feira , com 1 veículo por viagem. Validade até 08/02/2006. Florianópolis, 16/03/2006.**

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº **209/2006** DESTINATÁRIO: Empresa "Expresso Deomar Transporte Rodoviário Ltda." ASSUNTO: PROCESSO Nº **1117/068** SUPORTE LEGAL: Parágrafo Terceiro do Art. 11 do Decreto nº 12601 de 06.11.80, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o início do Serviço de Fretamento , contratado com a Sra. Cristiane M. Liebel (representante), para transporte de **funcionários,** entre os municípios de Mafra e São Bento do Sul , conforme **Autorização de Fretamento n.º 553/2006, com saída de Mafra às 06:00h e de São Bento do Sul às 17:00h. Os serviços serão realizados de segunda a sexta feira , com 1 veículo por viagem. Validade até 31/12/2006. Florianópolis, 22/03/2006.**

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº **210/2006** DESTINATÁRIO: Empresa "Nossa Senhora do Desterro Tur Ltda." ASSUNTO: **PROCESSO Nº 1342/061** SUPORTE LEGAL: Parágrafo Terceiro do Art. 11 do Decreto nº 12601 de 06.11.80, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o início do Serviço de Fretamento , contratado com a Portobello S.A. (representante), para transporte de seus **funcionários,** entre os municípios de Florianópolis e Tijucas, conforme **Autorizações de Fretamento n.º 967, 968, 969, 970, 976 e 977/2006. C. L. n.º 967, 968, 969 e 970/2006, com saídas de Florianópolis às 06:00h e de Tijucas às 17:10h, de segunda a sexta feira. C.L. nº 976/2006, com saída de Florianópolis às 12:00h e de Tijucas às 22:10h, diariamente. C.L. nº 977/2006, com saídas de Florianópolis às 04:00h e 21:00h e de Tijucas às 05:10h e 14:10h, diariamente. Os serviços serão realizados com 1 veículo por viagem. Validade até 16/03/2007. Florianópolis, 22/03/2006.**

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº **211/2006** DESTINATÁRIO: Empresa "Valério José Parizotto - ME." ASSUNTO: **PROCESSO Nº 663/069** SUPORTE LEGAL: Parágrafo Terceiro do Art. 11 do Decreto nº 12601 de 06.11.80, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o início do Serviço de Fretamento , contratado com Sadia Concórdia S.A. (representante), para transporte de seus **funcionários,** entre os municípios de Catanduvas e Concórdia, conforme **Autorizações de Fretamento n.º 999 e 1000/2006, com saídas de Catanduvas às 13:15h e de Concórdia às 01:15h. Os serviços serão realizados de segunda a sexta feira, com 1 veículo por viagem. Validade até 10/02/2007. Florianópolis, 22/03/2006.**

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº **212/2006** DESTINATÁRIO: Empresa "Schumacher Tur Fretamentos e Viagens Ltda." ASSUNTO: PROCESSO Nº **417/068** SUPORTE LEGAL: Parágrafo Terceiro do Art. 11 do Decreto nº 12601 de 06.11.80, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o início do Serviço de Fretamento , contratado com a Prefeitura Municipal de Fraiburgo (representante), para transporte de Pacientes entre os municípios de Fraiburgo e Florianópolis, conforme **Autorização de Fretamento n.º 678/2006, com saída de Fraiburgo à 01:00h e de Florianópolis às 16:00h. Os serviços serão realizados as segundas e quintas feira , com 1 veículo por viagem. Validade até 31/12/2006. Florianópolis, 22/03/2006.**

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº **213/2006** DESTINATÁRIO: Empresa "Lerne & Horn Ltda." ASSUNTO: PROCESSO Nº **546/062** SUPORTE LEGAL: Parágrafo Terceiro do Art. 11 do Decreto nº 12601 de 06.11.80, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o início do Serviço de Fretamento , contratado com Sadia S.A. (representante), para transporte de seus Funcionários , entre os municípios de Alto Bela Vista e Cocórdia , conforme **Autorização de Fretamento n.º 1059/2006, com saída de Alto Bela Vista às 13:15h e de Concórdia às 02:00h. Os serviços serão realizados diariamente, com 1 veículo por viagem. Validade até 31/12/2006. Florianópolis, 22/03/2006.**

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº **214/2006** DESTINATÁRIO: Empresa "Transportes Tropical Ltda." ASSUNTO: PROCESSO Nº **713/066** SUPORTE LEGAL: Parágrafo Terceiro do Art. 11 do Decreto nº 12601 de 06.11.80, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o início do Serviço de Fretamento , contratado com Coopermaq – Máquinas e Equipamentos Ltda. (representante), para transporte de seus Funcionários , entre os municípios de Criciúma e Urussanga, conforme **Autorização de Fretamento n.º 713/2006, com saída de Criciúma às 06:30h e de Urussanga às 18:00h. Os serviços serão realizados de segunda a sexta feira, com 1 veículo por viagem. Validade até 30/01/2006. Florianópolis, 22/03/2006.**

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº **215/2006** DESTINATÁRIO: Empresa "Só Vans Transportes Ltda." ASSUNTO: PROCESSO Nº **453/064** SUPORTE LEGAL: Parágrafo Terceiro do Art. 11 do Decreto nº 12601 de 06.11.80, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o início do Serviço de Fretamento , contratado com a Indústria de Móveis 3 Irmãos Ltda. (representante), para transporte de seus Funcionários , entre os municípios de São Bento do Sul e Campo Alegre, conforme **Autorização de Fretamento n.º 972/2006, com saída de São Bento do Sul às 06:00h e de Campo Alegre às 17:00h. Os serviços serão realizados de segunda a sexta feira, com 1 veículo por viagem. Validade até 23/01/2007. Florianópolis, 22/03/2006.**

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº **216/2006** DESTINATÁRIO: Empresa "Só Vans Transportes Ltda." ASSUNTO: PROCESSO Nº **455/067** SUPORTE LEGAL: Parágrafo Terceiro do Art. 11 do Decreto nº 12601 de 06.11.80, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o início do Serviço de Fretamento , contratado com a Indústria de Móveis 3 Irmãos Ltda. (representante), para transporte de seus Funcionários , entre os municípios de São Bento do Sul e Campo Alegre, conforme **Autorização de Fretamento n.º 1019/2006, com saída de São Bento do Sul às 06:50h e de Campo Alegre às 16: 49h. Os serviços serão realizados de segunda a sexta feira, com 1 veículo por viagem. Validade até 23/01/2007. Florianópolis, 22/03/2006.**

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº **217/2006** DESTINATÁRIO: Empresa "Só Vans Transportes Ltda." ASSUNTO: PROCESSO Nº **456/063** SUPORTE LEGAL: Parágrafo Terceiro do Art. 11 do Decreto nº 12601 de 06.11.80, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o início do Serviço de Fretamento , contratado com a Indústria de Móveis 3 Irmãos Ltda. (representante), para transporte de seus Funcionários , entre os municípios de São Bento do Sul e Campo Alegre, conforme **Autorização de Fretamento n.º 1020/2006, com saída de São Bento do Sul às 06:50h e de Campo Alegre à 01:49 e 16: 49h. Os serviços serão realizados de segunda a sexta feira, com 1 veículo por viagem. Validade até 23/01/2007. Florianópolis, 22/03/2006.**

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº **218/2006 DESTINATÁRIO**: Empresa "Expresso Deomar Transportes Rodoviários Ltda. " ASSUNTO: PROCESSO Nº **771/066** SUPORTE LEGAL: Parágrafo Terceiro do Art. 11 do Decreto nº 12601 de 06.11.80, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o início do Serviço de Fretamento , contratado com Casagrande Pisos Cerâmicos Ltda. (representante), para transporte de seus **funcionários,** entre os municípios de Mafra e Rio Negrinho, conforme **Autorizações de Fretamento n.º 530 e 531/2006. C. L. nº 530/2006, com saídas de Mafra às 05:15h, 13:20h e 21:40h e de rio Negrinho às 07:15h, 15:15h e 23:20h, diariamente. C.L. nº 531/2006, com saída de Mafra às 06:10h e de Rio Negrinho às 18:00h, de segunda a sexta feira. Os serviços serão realizados com 1 veículo por viagem. Validade até 31/12/2006. Florianópolis, 22/032006.**

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº **219/2006 DESTINATÁRIO**: Empresa "Imbitur Transporte Coletivo e Turismo Ltda." ASSUNTO: PROCESSO Nº **1070/061** SUPORTE LEGAL: Parágrafo Terceiro do Art. 11 do Decreto nº 12601 de 06.11.80, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o início do Serviço de Fretamento , contratado com o Sr. Everton Gomes (representante), para transporte de **funcionários,** entre os municípios de Laguna e Imbituba, conforme **Autorização de Fretamento n.º 462/2006, com saída de Laguna às 08:00h e de Imbituba às 19:00h. . Os serviços serão realizados de segunda a sexta feira, com 1 veículo por viagem. Validade até 31/10/2006. Florianópolis, 22/032006.**

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº **220/2006 DESTINATÁRIO**: Empresa "Ararastur Transporte e Turismo Ltda." ASSUNTO: PROCESSO Nº **1094/068** SUPORTE LEGAL: Parágrafo Terceiro do Art. 11 do Decreto nº 12601 de 06.11.80, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o início do Serviço de Fretamento , contratado com a Prefeitura Municipal de Araranguá (representante), para transporte de **pacientes ,** entre os municípios de Laguna e Imbituba, conforme **Autorização de Fretamento n.º 462/2006, com saída de Laguna às 08:00h e de Imbituba às 19:00h. . Os serviços serão realizados de segunda a sexta feira, com 1 veículo por viagem. Validade até 31/12/2006. Florianópolis, 22/032006.**

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº **221/2006 DESTINATÁRIO**: Empresa "Vânio Raitz ME." ASSUNTO: PROCESSO Nº **277/061** SUPORTE LEGAL: Parágrafo Terceiro do Art. 11 do Decreto nº 12601 de 06.11.80, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o início do Serviço de Fretamento , contratado com Narciso Pereira – ME(representante), para transporte de seus **funcionários,** entre os municípios de Otacílio Costa e Palmeira, conforme **Autorização de Fretamento n.º 13/2006, com saídas de Otacílio Costa às 06:30h, 14:30h e 22:30h e de Pameira às 07:30h, 15:30h e 23:30h . Os serviços serão realizados de segunda a sexta feira, com 1 veículo por viagem. Validade até 31/12/2006. Florianópolis, 22/032006.**

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº **222/2006 DESTINATÁRIO**: Empresa "Olimpiatur Ltda." ASSUNTO: PROCESSO Nº **726/060** SUPORTE LEGAL: Parágrafo Terceiro do Art. 11 do Decreto nº 12601 de 06.11.80, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o início do Serviço de Fretamento , contratado com a Petrobrás / Transpetro(representante), para transporte de seus **funcionários,** entre os municípios de Joinville e São Francisco do Sul, conforme **Autorização de Fretamento n.º 359/2006, com saídas de Joinville às 06:00h, 14:00h e 22:00h e de São Francisco do Sul às 07:30h, 15:30h e 23:30h . Os serviços serão realizados diariamente, com 1 veículo por viagem. Validade até 30/11/2006. Florianópolis, 22/032006.**

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

DEMP 13965/069

ORDEM DE SERVIÇO Nº **223/2006 DESTINATÁRIO**: Empresa "Lubrificantes Peritiba Ltda." ASSUNTO: PROCESSO Nº **643/068** SUPORTE LEGAL: Parágrafo Terceiro do Art. 11 do Decreto nº 12601 de 06.11.80, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o início do Serviço de Fretamento , contratado com Sadia S.A. (representante), para transporte de seus **funcionários,** entre os municípios de Peritiba e Concórdia , conforme **Autorização de Fretamento n.º 1054/2006, com saída de Peritiba às 03:40h e de Cocórdia às 14:15h. Os serviços serão realizados de segunda a sexta feira, com 1 veículo por viagem. Validade até 09/02/2007. Florianópolis, 22/032006.**

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº **224/2006 DESTINATÁRIO**: Empresa "Empresa de Ônibus Massarandubatur Ltda." ASSUNTO: PROCESSO Nº **575/062** SUPORTE LEGAL: Parágrafo Terceiro do Art. 11 do Decreto nº 12601 de 06.11.80, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o início do Serviço de Fretamento , contratado com Kohlbach Motores Ltda. (representante), para transporte de seus **funcionários,** entre os municípios de Massaranduba e Jaraguá do Sul, conforme **Autorização de Fretamento n.º 1055/2006, com saída de Massaranduba às 06:00h e de Jaraguá do Sul às 17:30h. Os serviços serão realizados de segunda a sexta feira, com 1 veículo por viagem. Validade até 10/02/2007. Florianópolis, 22/032006.**

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº **225/2006 DESTINATÁRIO**: Empresa "Left Transporte e Turismo Ltda." ASSUNTO: PROCESSO Nº **619/060** SUPORTE LEGAL: Parágrafo Terceiro do Art. 11 do Decreto nº 12601 de 06.11.80, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o início do Serviço de Fretamento , contratado com Estofados Gomes Ltda.. (representante), para transporte de seus **funcionários,** entre os municípios de Joinville e Jaraguá do Sul, conforme **Autorização de Fretamento n.º 1057/2006, com saída de Joinville às 06:30h e de Jaraguá do Sul às 17:30h. Os serviços serão realizados de segunda a sexta feira, com 1 veículo por viagem. Validade até 10/01/2007. Florianópolis, 22/032006.**

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 226/2006 DESTINATÁRIO: Empresa "Uniaotur Transportes Coletivo Ltda." ASSUNTO: PROCESSO Nº 564/060 SUPORTE LEGAL: Parágrafo Terceiro do Art. 11 do Decreto nº 12601 de 06.11.80, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o início do Serviço de Fretamento , contratado com o Sr. Adelar Caregnatto (representante), para transporte de **funcionários,** entre os municípios de Merema e Quilombo, conforme **Autorização de Fretamento n.º 23/2006, com saída de Marema às 10:00h e de Quilombo às 20:00h. Os serviços serão realizados de segunda a sábado, com 1 veículo por viagem. Validade até 01/02/2007. Florianópolis, 22/032006.**

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº **227/2006 DESTINATÁRIO**: Empresa "Uniaotur Transportes Coletivo Ltda." ASSUNTO: PROCESSO Nº **563/064** SUPORTE LEGAL: Parágrafo Terceiro do Art. 11 do Decreto nº 12601 de 06.11.80, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o início do Serviço de Fretamento , contratado com o Sr. Carlos Nadaleti (representante), para transporte de **funcionários,** entre os municípios de União do Oeste e Quilombo, conforme **Autorização de Fretamento n.º 25/2006, com saída de União do Oeste às 12:40h e de Quilombo às 22:40h. Os serviços serão realizados de segunda a sábado, com 1 veículo por viagem. Validade até 01/02/2007. Florianópolis, 22/032006.**

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº **228/2006 DESTINATÁRIO**: Empresa " Saudades Tur Ltda." ASSUNTO: PROCESSO Nº **483/060** SUPORTE LEGAL: Parágrafo Terceiro do Art. 11 do Decreto nº 12601 de 06.11.80, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o início do Serviço de Fretamento , contratado com Dray Indústria e Comércio Ltda. (representante), para transporte de seus **funcionários,** entre os municípios de Maravilha e Saudades, conforme **Autorização de Fretamento n.º 1067/2006, com saída de Maravilha às 12:30h e de Saudades às 22:00h. Os serviços serão realizados de segunda a sábado, com 1 veículo por viagem. Validade até 20/12/2006. Florianópolis, 22/032006.**

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria do Estado da Infra-Estrutura
Departamento de Transportes e Terminais

SANTA CATARINA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 258/2006. DESTINATÁRIO: Príncipe Transportes e Turismo Ltda. ASSUNTO: PROCESSO Nº 740/063. SUPORTE LEGAL: Parágrafo único do Art. 66 da Lei complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o inicio do Serviço de Fretamento, contratado com o Sr. Roberto Dressel (Rep. Est.), para transporte de estudantes entre Joinville e Itajai, conforme autorização de fretamento nº 827/2006, com saída de Joinville às 06:30 h e saída de Itajai às 11:30 h, de segunda à sexta, com um veiculo por viagem. Validade 30/11/2006. Florianópolis 04 de Abril de 2006.

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 259/2006. DESTINATÁRIO: Príncipe Transportes e Turismo Ltda. ASSUNTO: PROCESSO Nº 741/060. SUPORTE LEGAL: Parágrafo único do Art. 66 da Lei complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o inicio do Serviço de Fretamento, contratado com o Sr. Roberto Dressel (Rep. Est.), para transporte de estudantes entre Joinville e Itajai, conforme autorização de fretamento nº 1096/2006, com saída de Joinville às 17:30 h e saída de Itajai às 22:30 h, de segunda à sexta, com um veiculo por viagem. Validade 30/11/2006. Florianópolis 04 de Abril de 2006.

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 260/2006. DESTINATÁRIO: ZA Transportes Rodoviários Ltda. ASSUNTO: PROCESSO Nº 764/060. SUPORTE LEGAL: Parágrafo único do Art. 66 da Lei complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o inicio do Serviço de Fretamento, contratado com a Sra. Kátia Mecabbo Niehus (Rep. Est.), para transporte de estudantes entre Braço do Norte e Orleans, conforme autorização de fretamento nº 522/2006, com saída de Braço do Norte às 18:30 h e saída de Orleans às 22:30 h, de segunda à sexta, com um veiculo por viagem. Validade 30/11/2006. Florianópolis 04 de Abril de 2006.

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 261/2006. DESTINATÁRIO: ZA Transportes Rodoviários Ltda. ASSUNTO: PROCESSO Nº 762060. SUPORTE LEGAL: Parágrafo único do Art. 66 da Lei complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o inicio do Serviço de Fretamento, contratado com a Sra. Kátia Mecabbo Niehus (Rep. Est.), para transporte de estudantes entre Braço do Norte e Criciuma, conforme autorização de fretamento nº 470/2006, com saída de Braço do Norte às 19:00 h e saída de Criciuma às 22:30 h, de segunda à sexta, com um veiculo por viagem. Validade 30/11/2006. Florianópolis 04 de Abril de 2006.

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 262/2006. DESTINATÁRIO: ZA Transportes Rodoviários Ltda. ASSUNTO: PROCESSO Nº 760064. SUPORTE LEGAL: Parágrafo único do Art. 66 da Lei complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o inicio do Serviço de Fretamento, contratado com a Sra. Kátia Mecabo Niehus (Rep. Est.), para transporte de estudantes entre Braço do Norte e São Ludgero, conforme autorização de fretamento nº 1004/2006, com saída de Braço do Norte às 07:20 h e saída de São Ludgero às 12:00 h, de segunda à sexta, com um veiculo por viagem. Validade 30/11/2006. Florianópolis 04 de Abril de 2006.

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 263/2006. DESTINATÁRIO: ZA Transportes Rodoviários Ltda. ASSUNTO: PROCESSO Nº 759066. SUPORTE LEGAL: Parágrafo único do Art. 66 da Lei complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o inicio do Serviço de Fretamento, contratado com a Sra. Kátia Mecabo Niehus (Rep. Est.), para transporte de estudantes entre Braço do Norte e São Ludgero, conforme autorização de fretamento nº 862/2006, com saída de Braço do Norte às 12:45 h e saída de São Ludgero às 17:30 h, de segunda à sexta, com um veiculo por viagem. Validade 30/11/2006. Florianópolis 04 de Abril de 2006.

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 264/2006. DESTINATÁRIO: ZA Transportes Rodoviários Ltda. ASSUNTO: PROCESSO Nº 759/066. SUPORTE LEGAL: Parágrafo único do Art. 66 da Lei complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o inicio do Serviço de Fretamento, contratado com a Sra. Kátia Mecabo Niehus (Rep. Est.), para transporte de estudantes entre Braço do Norte e Tubarao, conforme autorização de fretamento nº 862/2006, com saída de Braço do Norte às 18:30 h e saída de Tubarao às 22:30 h, de segunda à sexta, com um veiculo por viagem. Validade 30/11/2006. Florianópolis 04 de Abril de 2006.

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 265/2006. DESTINATÁRIO: Nobel Transportes e Turismo Ltda. ASSUNTO: PROCESSO Nº 724/068. SUPORTE LEGAL: Parágrafo único do Art. 66 da Lei complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o inicio do Serviço de Fretamento, contratado com a Sra. Carla Schreiner (Rep. Est.), para transporte de estudantes entre Joinville e Jaragua do Sul, conforme autorização de fretamento nº 231/2006, com saída de Joinville às 17:30 h e saída de Jaragua do Sul às 22:030 h, de segunda à sexta, com um veiculo por viagem. Validade 30/11/2006. **Florianópolis 04 de Abril de 2006.**

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 266/2006. DESTINATÁRIO: Cisne Transporte Coletivo de Passageiros Ltda. ASSUNTO: PROCESSO Nº 723/061. SUPORTE LEGAL: Parágrafo único do Art. 66 da Lei complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o inicio do Serviço de Fretamento, contratado com o Sr. Nelson Chaves Marciano (Rep. Est.), para transporte de estudantes entre Joinville e Jaragua do Sul, conforme autorização de fretamento nº 1100/2006, com saída de Itapoa às 05:15 h e saída de Joinville às 12:30 h, de segunda à sexta, com um veiculo por viagem. Validade 30/11/2006. Florianópolis 04 de Abril de 2006.

DEMP 13961/063

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 268/2006. DESTINATÁRIO: Transcatto Transportes Ltda. ASSUNTO: PROCESSO Nº 755/060. SUPORTE LEGAL: Parágrafo único do Art. 66 da Lei complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o inicio do Serviço de Fretamento, contratado com a Sra. Grimone simonette (Rep. Est.), para transporte de estudantes entre Maravilha e Pinhalzinho, conforme autorização de fretamento nº 1118/2006, com saída de Maravilha às 18:10 h e saída de Pinhalzinho às 22:30 h, de segunda à sexta, com um veiculo por viagem. Validade 13/1122006. Florianópolis 04 de Abril de 2006.

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 269/2006. DESTINATÁRIO: Ijatai Transporte e Turismo Ltda. ASSUNTO: PROCESSO Nº 768/065. SUPORTE LEGAL: Parágrafo único do Art. 66 da Lei complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o inicio do Serviço de Fretamento, contratado com a Sra. Lucélia Montbeller da Silveira (Rep. Est.), para transporte de estudantes entre Itajai e Blumenau, conforme autorização de fretamento nº 1120/2006, com saída de Itajai às 06:30 h e saída de Blumenau às

12:00 h, de segunda à sexta, com um veiculo por viagem. Validade 05/12/2006. Florianópolis 04 de Abril de 2006.

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 270/2006. DESTINATÁRIO: Empresa Auto Viação São Jose Ltda. ASSUNTO: PROCESSO Nº 810/061. SUPORTE LEGAL: Parágrafo único do Art. 66 da Lei complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o inicio do Serviço de Fretamento, contratado com a Sra. Vanessa E. Rodrigues (Rep. Est.), para transporte de estudantes entre Urussanga e Criciuma, conforme autorização de fretamento nº 1121/2006, com saida de Urussanga as 18:00 h e saida de Criciuma às 22:45 h, de segunda à sexta, com um veiculo por viagem. Validade 30/11/2006. Florianópolis 04 de Abril de 2006.

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 271/2006. DESTINATÁRIO: Empresa Auto Viação São Jose Ltda. ASSUNTO: PROCESSO Nº 812/064. SUPORTE LEGAL: Parágrafo único do Art. 66 da Lei complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o inicio do Serviço de Fretamento, contratado com o Sr. Claudiomiro F. Zanelatto (Rep. Est.), para transporte de estudantes entre Urussanga e Criciuma, conforme autorização de fretamento nº 1122/2006, com saída de Urussanga às 06:30 h e saída de Criciuma às 11:50 h, de segunda à sexta, com um veiculo por viagem. Validade 30/11/2006. Florianópolis 04 de Abril de 2006.

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 272/2006. DESTINATÁRIO: Empresa Auto Viação São Jose Ltda. ASSUNTO: PROCESSO Nº 813/060. SUPORTE LEGAL: Parágrafo único do Art. 66 da Lei complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o inicio do Serviço de Fretamento, contratado com o Sr. Samuel De Villa Torres (Rep. Est.), para transporte de estudantes entre Urussanga e Criciuma, conforme autorização de fretamento nº 1126/2006, com saída de Urussanga às 18:00 h e saída de Criciuma às 22:45 h, de segunda à sexta, com um veiculo por viagem. Validade 30/11/2006. Florianópolis 04 de Abril de 2006.

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 273/2006. DESTINATÁRIO: Empresa Auto Viação São Jose Ltda. ASSUNTO: PROCESSO Nº 814/067. SUPORTE LEGAL: Parágrafo único do Art. 66 da Lei complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o inicio do Serviço de Fretamento, contratado com o Sr. Fernando Capetti (Rep. Est.), para transporte de estudantes entre Urussanga e Criciuma, conforme autorização de fretamento nº 1127/2006, com saída de Urussanga às 18:00 h e saída de Criciuma às 22:45 h, de segunda à sexta, com um veiculo por viagem. Validade 30/11/2006. Florianópolis 04 de Abril de 2006.

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 274/2006. DESTINATÁRIO: Empresa Auto Viação São Jose Ltda. ASSUNTO: PROCESSO Nº 814/067. SUPORTE LEGAL: Parágrafo único do Art. 66 da Lei complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o inicio do Serviço de Fretamento, contratado com o Sr. Claudiomiro F. Zanelatto (Rep. Est.), para transporte de estudantes entre Urussanga e Criciuma, conforme autorização de fretamento nº 1130/2006, com saída de Urussanga às 12:30 h e saída de Criciuma às 17:45 h, de segunda à sexta, com um veiculo por viagem. Validade 30/11/2006. Florianópolis 04 de Abril de 2006.

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 302/2006. DESTINATÁRIO: Ijatai Transporte e Turismo Ltda. ASSUNTO: PROCESSO Nº 766/062. SUPORTE LEGAL: Parágrafo único do Art. 66 da Lei complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, e Art. 20, XX, do Decreto nº 4.830, de 24.05.02, DELIBERAÇÃO: Autoriza o inicio do Serviço de Fretamento, contratado com a Sra. Lucélia Montibeller da Silveira (Rep. Est.), para transporte de estudantes entre Itajaí e Blumenau, conforme autorização de fretamento nº 1119/2006, com saída de Itajaí às 17:30 h e saída de Blumenau às 22:00 h, de segunda à sexta, com um veiculo por viagem. Validade 05/12/2006. Florianópolis 10 de Abril de 2006.

Luiz Carlos Tamanini
Presidente

DEMP 13957/066

ESTADO DE SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA. DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E TERMINAIS. EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 13/2006. ORIGEM: Pregão nº 012/2006. **CONTRATANTE**: Departamento de Transportes e Terminais - DETER. **CONTRATADA**: Empresa Taf Distribuidora Ltda. **OBJETO** - Contrato de fornecimento aproximadamente de 8.100 (oito mil e cem) unidades de ÁGUA MINERAL COM GÁS; 2.700 (dois mil e setecentos) unidades de ÁGUA MINERAL SEM GÁS; 900 (novecentas) unidades de ÁGUA MINERAL SEM GÁS – BOMBONA e 1.350 (um mil e trezentos e cinqüenta) quilos de CAFÉ. **VALOR**: O preço unitário, de acordo com a proposta apresentada, é fixado em R$ 0,55 (cinqüenta e cinco centavos) a garrafa de Água Mineral com gás, importando o valor global do contrato em R$ 4.455,00 (quatro mil quatrocentos e cinqüenta e cinco centavos) ; R$ 0,45 (quarenta e cinco centavos) a garrafa de água mineral sem gás, importando o valor global do contrato em R$ 1.215,00 (um mil duzentos e quinze reais); R$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos) a Bombona de água mineral sem gás, importando o valor global do contrato em R$ 2.367,00 (dois mil trezentos e sessenta e sete reais) e R$ 7,85 (sete reais e oitenta e cinco centavos) o quilo do café, importando o valor global do contrato em R$ 10.597,50 (dez mil quinhentos e noventa e sete reais e cinqüenta centavos). **DOTAÇÃO**: As despesas correrão por conta do item orçamentário Ação: 4255, Elemento de Despesa: 339030, Fonte: 240. **PRAZO E VIGÊNCIA**: O prazo de vigência do Contrato dar-se-á a partir de sua assinatura até 31/12/2006. DATA: Florianópolis, 12 de abril de 2006.

Luiz Carlos Tamanini
Presidente -Deter

Isaque José de Abreu
Taf Distribuidora Ltda

DEMP 13969/064

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA – SIE - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E TERMINAIS – DETER - EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 14.162/2005-3. CONVENENTES : O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura – SIE, o Departamento de Transportes e Terminais - DETER e o Município de Palma Sola , com a interveniência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - SDR, de Dionísio Cerqueira. **OBJETO:** Construção do Terminal Rodoviário de Passageiros. **DO ADITAMENTO: "CLÁUSULA PRIMEIRA:** Fica alterada a Cláusula Segunda do Convênio Original, referente à Dotação Orçamentária, passando a ser Ação 0311 (Investimento em TRP'S e AP'S) Item 444042 (Auxílio) e Fonte de Recurso 240. **DA RATIFICAÇÃO: CLÁUSULA SEGUNDA:** Ficam mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do convênio ora aditado. **DATA:** Florianópolis, 12 de abril de 2006. **SIGNATÁRIOS:** Romualdo França Junior, pela Secretaria, Luiz Carlos Tamanini, pelo DETER, Claudiomar Crestani, pelo Município e José Carlos Zandoná, pela SDR.

DEMP 13973/061

FUNDAÇÕES ESTADUAIS

Portaria Nº 024/06 – FATMA de 06.04.2006

O Presidente da Fundação do Meio Ambiente – FATMA, em exercício, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo para comporem a Unidade de Coordenação Estadual – UCE/SC, no âmbito do Componente Gestão Integrada de Ativos Ambientais do Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA II.

Luiz Antonio Garcia Correa - Sub-Coordenador Estadual - UCE/SC
Cinthya Mônica da Silva Zanuzzi - Coordenadora de Componente de Gestão Integrada de Ativos Ambientais – PNMA II
Wilson Luiz Carneiro – Apoio Gerencial

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jânio Wagner Constante
Presidente, em exercício

DEMP 11715/065

Portaria Nº 025/06 – FATMA de 06.04.2006

O Presidente da Fundação do Meio Ambiente – FATMA, em exercício, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para comporem Equipe Técnica do Projeto Suinocultura Santa Catarina, Componente Gestão Integrada de Ativos Ambientais do Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA II.

Cinthya Mônica da Silva Zanuzzi - Coordenadora do Projeto
Wilson Luiz Carneiro – Apoio Gerencial
Cláudio Carvalho – Responsável pela prestação de contas
Djeovana Dias Scoz – Responsável Financeiro
Cláudio Carvalho – Presidente da Comissão de Licitação
Viviane Ramos Santos Correa – Membro da Comissão de Licitação
Rute Góes Nascimento – Membro da Comissão de Licitação
Henrique Morigutti – Apoio Técnico Bacia Lajeado dos Fragosos
Carlos Regi Pereira – Apoio Técnico Bacia Lajeado dos Fragosos
Sincler Luiz Marchi – Apoio Técnico Bacia Coruja Bonito

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jânio Wagner Constante
Presidente, em exercício

Portaria Nº 026/06 – FATMA de 11.04.2006

Constitui Equipe Técnica de Análise do EIA e RIMA da Linha de Transmissão Barra Grande - Lages - Rio do Sul.

O Presidente da Fundação do Meio Ambiente - FATMA, em exercício, no uso de suas atribuições estatutárias.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **Daniel Vinicius Netto**, Gerente de Avaliação de Impacto Ambiental, **Gláucio Maciel Capelari**, Agente Técnico de Formação Superior I/Engº Agrônomo, **Mário Altamiro Vieira Alano**, ATA II/ Geólogo, **Marli Mari Joner da Silveira**, TCA/Bióloga, **Bárbara Lucas Pacheco**, TCA/Bióloga, **Márcia Regina Batista**, TCA/Geógrafa, **Maristela Aparecida Silva**, Advogada, sob a coordenação do primeiro para comporem a Equipe Técnica de Análise dos Estudos e Relatório de Impacto Ambiental da Linha de Transmissão Barra Grande - Lages - Rio do Sul.

Art. 2º - Os membros da Equipe Técnica exercerão a atividade com dedicação exclusiva, podendo recorrer, para informações técnicas, aos demais servidores da Fundação.

Art. 3º - A Coordenação da Equipe Técnica submeterá ao Diretor de Controle Ambiental **Luiz Antônio Garcia Corrêa,** o cronograma das etapas de análise e procedimentos decorrentes, à quem caberá a supervisão dos trabalhos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jânio Wagner Constante
Presidente, em exercício

DEMP 11790/067

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente
Fundação do Meio Ambiente - FATMA

SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 0013/2006

CONTRATANTE: Fundação do Meio Ambiente – FATMA.
CONTRATADO: TAF Distribuidora Ltda.
OBJETO: Fornecimento de água mineral e café em pó.
VIGÊNCIA: De 07/04/2006 até 31/12/2006.
PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão nº 0012/2006/SEA.
VALOR MENSAL A CONTRATAR: R$ 838,00 (oitocentos e trinta e oito reais).
DATA DE ASSINATURA: 07 de abril de 2006; pela FATMA: Jânio Wagner Constante; pelo Contratado: Isaque José de Abreu.

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 0014/2006

CONTRATANTE: Fundação do Meio Ambiente – FATMA.

CONTRATADO: Cesta Imperial Comércio de Alimentos Ltda.
OBJETO: Fornecimento de leite integral.
VIGÊNCIA: De 07/04/2006 até 31/12/2006.
PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão nº 0012/2006/SEA.
VALOR MENSAL A CONTRATAR: R$ 504,00 (quinhentos e quatro reais).
DATA DE ASSINATURA: 07 de abril de 2006; pela FATMA: Jânio Wagner Constante; pelo Contratado: Alexsandro Ávila de Oliveira.

Florianópolis, 17 abril de 2006

JÂNIO WAGNER CONSTANTE
Diretor de Administração

DEMP 13861/069

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA CIENTIFICA E TECNOLÓGICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA–FAPESC
GABINETE DO PRESIDENTTE
PORTARIA GPR N.º 002/06 – FAPESC
O Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa Cientifica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina – FAPESC, no uso de suas atribuições **RESOLVE**:
DELEGAR PODERES ao Diretor Técnico-Cientifico **EDGAR AUGUSTO LANZER,** matricula nº 351.136-7, para em conjunto com o Ordenador Primário assinar empenhos, ordens bancárias e balancetes da Fundação de Apoio a Pesquisa Cientifica e Tecnológica da Estado de Santa Catarina – FAPESC.
Esat portaria tem efeitos a contar a partir de 31 de março de 2006.
Florianópolis, 17 de abril de 2005.

Vladimir Álvaro Piacentini
Presidente – FAPESC

Home Page: http://www.fapesc.rct-sc.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA CIENTIFICA E TECNOLÓGICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA–FAPESC
GABINETE DO PRESIDENTTE
PORTARIA GPR N.º 003/06 – FAPESC
O Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa Cientifica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina – FAPESC, no uso de suas atribuições e de acordo com as disposições do Art.14º do Decreto Nº 1.674, de 12 de março de 1997 **RESOLVE**:
AUTORIZAR: Vladimir Álvaro Piacentini, Presidente, matricula, nº 295.622-5, Edgar Augusto Lanzer, Diretor Técnio-Cientifico, matricula nº 351.136-7, Zenório Piana, Diretor de Pesquisa Agropecuária, matricula nº 368.086-0, Mauro Figueredo de figueiredo, Procurador Juridico, matricula nº 368.636-1, Flávio Luiz Tessari da Silva, Oficial de Gabinete matricula nº 368.089-4, André Adriano Dick, Gerente de Administração, matricula nº 356.831-8, Ademir Dariva, Gerente de Planejamento e Avalição matricula nº 369.988-9, José Mauricio da Suilva Mathias, Gerente Financeiro matricula nº 368.001-0, Ramon Wollinger, Gerente de Tecnoiogia de Informação, matricula nº 368.193-9, Juarez Lopez, Gerente de Redes, matricula nº 368.085-1, João Afonso Zanini Neto, Gerente de Pesquisa Cientifica e Tecnologica matricula nº 368.087-8, Cesar Augusto Bettoni, Gerente de Suporte, matricula nº 368.200-5, Jair Artur da Sila, Supervisor de Administração Contabil, matricula nº 236.678-9, Tiara Juçanã de Oliveira, supervisora de Administração de pessoal, matricula nº 239.112-0, Marçal José de Oliveira, matricula nº 239.089-2, Mariza Souza, Supervisora de Planejamento, matricula nº 239.039-6, e Giovanni Augusto Ferreira da Silva, matricula nº 224.710-0, a conduzirem em serviço, os veiculos oficiais desta fundação,

Florianópolis, 17 de abril de 2006.

Vladimir Álvaro Piacentini
Presidente – FAPESC

Home Page: http://www.fapesc.rct-sc.br

DEMP 13758/063

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ÈSPECIAL

PORTARIA N.º 077 - FCEE - 10.04.2006
O Presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial-FCEE, no uso de suas atribuições, resolve **CONCEDER LICENÇA ESPECIAL**, de acordo com o art. 121, inciso III, da Lei nº 6.844/86, conforme Processo FCEE 2890/062, pelo período de 01 (um) ano, a **EUNICE KNAESEL ZIMMERMANN**, matrícula 333502-0-02, ocupante do cargo de Professor (701), nível MAG 01-A, em exercício na APAE de Joinvilie, respeitando a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 23/04/2006.
PEDRO DE SOUZA
PRESIDENTE

PORTARIA N.º 078 - FCEE - 10.04.2006
O Presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial-FCEE, no uso de suas atribuições, resolve **CONCEDER LICENÇA ESPECIAL**, de acordo com o art. 121, inciso III, da Lei nº 6.844/86, conforme Processo FCEE 1315/064, pelo período de 01 (um) ano, a **NOELI APARECIDA RODRIGUES FURTADO**, matrícula 214487-5-04, ocupante do cargo de Professor (701), nível MAG-10-A, em exercício na APAE de Campo Belo do Sul, respeitando a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 20/03/2006.
PEDRO DE SOUZA DEMP 11798/068
PRESIDENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

PORTARIA N.º 079 - FCEE - 11.04.2006
O Presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, no uso de suas atribuições, resolve **ALTERAR TEMPORARIAMENTE, EM VAGA TRANSITÓRIA EXCEDENTE**, conforme Processo FCEE 2265/060 , o regime de trabalho de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, de **NELLI DIBERNARDO CALZA**, matrícula 163595-6-01, ocupante do cargo de PROFESSOR (701), Nível MAG-03-G, lotada na Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE , em exercício na APAE de Coronel Freitas, no período de 01/02/2006 até 31/01/2007.

PEDRO DE SOUZA
PRESIDENTE

DEMP 13799/061

PORTARIA Nº 075/06 de 10/04/2006.
O Presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial, no uso de suas atribuições legais, resolve ADMITIR em Caráter Temporário, com base no artigo 3º da Lei nº 8391 de 13 de novembro de 1991, combinado com o artigo 3º da Lei Complementar nº 264 de 29 de janeiro de 2004, em vaga excedente, os professores abaixo relacionados:

NOME	MATRÍCULA	HABIL.	C.H.	VIGÊNCIA	MUNICÍPIO	DISC.
Adriana Lourdes da Silva	374.979-7-01	010	20	13/02/2006 a 30/12/2006	8093	005
Adriana Soares Lourenço dos Santos	360.632-5-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8291	005
Adrinéia Mafioleti	342.580-0-03	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8379	005
Alan Giovani Ceruti	354.083-9-02	100	10	06/02/2006 a 30/12/2006	9941	307
Alessandra Zonta	331.632-7-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8107	005
Ana Lucia Lenzi Piehowiak	315.240-5-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8291	005
Andréia Patrícia Schwartz	339.590-1-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8057	005
Andreza de Souza Maffei Araujo	353.699-8-02	010	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8013	005
Anelise Müller Brunn	367.235-2-01	010	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8003	005
Angelita de Fátima Zanatta	338.843-3-03	300	40	13/02/2006 a 30/12/2006	8093	005
Angelita Petry	290.080-7-04	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8167	005
Arlete Teresinha Fossatti Carniel	352.391-8-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8093	005
Beatrice Osellame João Schmitz	338.398-9-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8291	005
Bernadete Lourdes Mamenti Nesi	201.094-1-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8031	005
Carmelita Rosa da Silva	328.254-6-03	030	40	13/02/2006 a 30/12/2006	8093	005
Cátia Iara Abades da Costa	297.330-8-03	030	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8285	005
Cecilia Luckmann Scheidt	098.388-8-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8167	307
Cedany Lima Neto	375.162-7-01	100	10	06/02/2006 a 30/12/2006	8003	307
Chirles Veridiana Rath	374.749-2-01	100	10	01/03/2006 a 30/12/2006	8275	628
Cimara Batista da Silva	367.441-0-01	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8291	005
Cintia Colussi Graeff	278.919-1-04	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8057	005
Cláudia Adriana Antonio Leão	374.732-8-01	010	40	13/02/2006 a 30/12/2006	8093	005
Cláudia Mariza Turatto Becker	232.226-9-03	300	40	13/02/2006 a 30/12/2006	8093	005
Cléia Demarch	374.776-0-01	100	10	06/02/2006 a 30/12/2006	8269	307
Clenir Terezinha Gianluppi Rambo	359.949-3-02	010	20	20/02/2006 a 30/12/2006	8291	005
Cleosmar Bressanelli	351.604-0-03	300	10	06/02/2006 a 30/12/2006	8305	307
Cleusa Salete Scussiato	216.570-8-03	300	40	13/02/2006 a 30/12/2006	8093	005
Daniela Delavechia	313.210-2-02	030	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8057	005
Daniela Zimath	341.158-3-03	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8275	005
Daniele Rocha Cunha	370.681-8-02	030	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8305	005
Denilce Constantino	212.270-7-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8107	005
Denise Koerich Schmitz	282.596-1-04	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8377	005
Denise Müller	296.417-1-03	100	10	13/02/2006 a 30/12/2006	8365	307
Derize Maria Zago	207.253-0-03	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8107	005
Diana Paula Niquelatti	374.038-2-02	030	20	09/02/2006 a 30/12/2006	8283	005
Digelaine Heinzen Tomelin	312.132-1-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8301	005
Diniane Shisli dos Santos	359.314-2-02	010	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8013	005
Dirce Bernadete Grutzmann Magro	375.064-7-01	300	20	10/02/2006 a 30/12/2006	8031	005
Edite Schwarz Gomes	196.422-4-02	030	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8285	005
Edson Balak	361.647-9-03	100	30	06/02/2006 a 30/12/2006	8351	307
Edson Balak	361.647-9-04	100	10	06/02/2006 a 30/12/2006	8301	628
Eduardo Socha Prancio	358.826-2-03	300	30	06/02/2006 a 30/12/2006	8379	307
Edycleya Silvério	308.381-0-04	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8291	307
Elaine Ribeiro de Souza	362.632-6-02	030	20	20/02/2006 a 30/12/2006	8291	005
Elayne Pisetta Stolf	352.170-2-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8301	005
Eleonor Sita da Silva	332.521-0-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8057	005
Elfrida Rau	295.906-2-04	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8379	005
Eliane Andrzejevski	329.372-6-03	030	20	06/02/2006 a 30/12/2006	9957	005
Eliane do Prado	351.685-7-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8191	005
Eliane dos Santos de Souza Mezaroba	353.126-0-03	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8379	005
Eliane Regina de Oliveira Rocha Mattos	272.673-4-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8305	005
Eliane Ullirsch de Oliveira	368.701-5-01	010	20	13/02/2006 a 30/12/2006	8093	005
Eliete Alves da Silva Onofre	274.454-6-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8013	005
Eliete Corrente	348.098-4-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8351	005
Eliete Lopes de Souza	338.406-3-03	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8377	005
Elisabeth Rosa da Silva	313.496-2-03	300	40	13/02/2006 a 30/12/2006	8093	005
Elisabeth Salete Mendes	152.801-7-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8291	005
Eloi Cascodai Júnior	330.952-5-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8057	005
Elusa Furtado Quadros	335.460-1-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8275	005
Estela Aparecida Fuck Munsfeld	350.866-8-03	010	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8145	005
Estella Schreiber Belli	333.251-9-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8301	005
Feiruz Marian Saleh Dayeh	375.094-9-01	010	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8305	005
Fernanda da Silva	333.575-5-03	010	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8145	005
Franciele Suchara	367.212-3-02	010	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8057	005
Francieli da Silva	364.572-0-02	030	40	13/02/2006 a 30/12/2006	8093	005
Francisco de Assis Sousa	333.806-1-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8269	005
Genoveva dos Santos Sora	312.980-2-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8269	005

Gisiane Jacobi do Amaral	368.066-5-02	010	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8057	005
Glaucia Nascimento da Rocha Neuhaus	349.157-9-02	100	10	06/02/2006 a 30/12/2006	8013	307
Greice Dietrich	374.737-9-01	100	10	20/02/2006 a 30/12/2006	8381	307
Iara Aparecida Andrade Weber	253.864-4-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8107	005
Iliane Aparecida Scussiatto Rambo	311.523-2-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8353	005
Isolete Berri Martinelli	287.026-6-03	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8351	005
Isolete Possamai	341.209-1-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8285	005
Ivania Aparecida de Oliveira Schuck	351.696-2-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8379	628
Ivete Day	344.453-8-03	030	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8381	005
Ivonice Pasqualli Dalagnol	278.987-6-04	100	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8107	628
Jacqueline Antunes Dal Mas Belli	361.232-5-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8191	005
Jamile Elza Poffo	360.945-6-02	100	20	06/02/2006 a 14/02/2006	8275	307
Jamile Elza Poffo	360.945-6-02	300	20	15/02/2006 a 30/02/2006	8275	307
Janaina Fusinato	346.462-8-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	9941	005
Jaqueline Maria Meneguzzi	361.338-0-02	300	10	06/02/2006 a 30/12/2006	8031	307
Jaqueline Rabelo Maffei	360.825-5-02	010	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8013	005
Jeanete Aparecida Wosniak Eyng	308.703-4-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8285	005
Josefina Grzegozeski Schneider	295.905-4-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8379	005
Josi Schmitz Back	345.950-0-02	100	10	06/02/2006 a 30/12/2006	8377	307
Juarez Antonio Rodrigues	277.272-8-05	030	20	02/03/2006 a 30/12/2006	8283	005
Juliane Coelho de Avila	344.892-4-03	300	10	14/02/2006 a 30/12/2006	8093	307
Júlio César Bagattoli	367.890-3-01	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	9957	005
Jussara Aparecida da Silva	288.787-8-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8057	005
Jussara Aparecida Jombra	366.123-7-02	030	40	06/02/2006 a 31/03/2006	8057	005
Laci Guilhermina da Silva	314.623-5-02	100	10	06/02/2006 a 30/12/2006	8167	628
Leila Lucimar Gonçalves	339.618-5-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8057	005
Lenir Teresinha Angelo Locks	366.905-0-01	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8301	005
Leonor Aparecida Reato Fernandes	346.979-4-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8291	005
Lia Zomer	338.223-0-03	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8351	005
Licéia Lima Silverio	366.397-3-02	010	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8003	005
Lilian Faber	330.998-3-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8107	005
Loana Walzburger	354.633-0-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8381	005
Lourdes de Bortoli Webber	219.165-2-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8303	005
Lourdes Pereira	147.974-1-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	9957	005
Luciana Spolti Lorenzetti	370.363-0-01	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8353	005
Magali Aparecida Ribeiro	345.632-3-03	300	40	13/02/2006 a 30/12/2006	8093	307
Magali Terezinha Lopes	161.206-9-03	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8107	005
Marcela Cristina Voigt	330.358-6-03	010	20	06/02/2006 a 30/12/2006	9941	005
Marcelo Doutel da Silva	375.160-0-01	010	20	06/02/2006 a 30/12/2006	9941	005
Márcia Alves de Oliveira Marqueviski	366.949-1-02	030	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8057	005
Márcia Puluvarni	346.457-1-02	010	20	06/02/2006 a 30/12/2006	9941	005
Márcia Klaumann	360.775-5-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8291	005
Maria de Fátima Jatoba Crestani	309.371-9-03	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8057	005
Maria Helena Sawczen	254.516-0-03	030	20	09/02/2006 a 30/12/2006	8283	005
Maria Lucia Cachinski Padilha	297.931-4-03	030	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8057	005
Maria Lucimar Somensi Fragoso	349.395-4-02	030	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8057	005
Maria Zulamar Lago Dalagnol	303.776-2-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8107	005
Maribel Maria Pereira	361.715-7-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8291	005
Marildes Salete Biava	359.759-8-04	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8379	005
Mariléia Oderdinge	337.283-9-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	9957	005
Marilene José	360.824-7-04	030	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8013	005
Marilse Prigol	361.320-8-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8107	005
Marineli Giovana Fischer	274.627-1-03	300	20	13/02/2006 a 30/12/2006	8093	005
Marisete Looz	342.627-0-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8291	005
Marta Juraci Cipriani Slomski	364.794-3-01	010	20	06/02/2006 a 30/12/2006	9941	005
Marta Leoni Fregulia	366.906-8-02	030	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8351	005
Marta Leoni Fregulia	366.906-8-01	030	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8301	005
Micheli Marcolino	367.376-6-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8291	005
Miriam Minatti Martins	188.907-9-05	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8351	005
Mônica Cristine Fusinato	339.215-5-02	300	10	06/02/2006 a 30/12/2006	9957	307
Monica Denzer Martins	331.821-4-03	030	40	23/02/2006 a 30/12/2006	8291	005
Nara Rubens da Cunha	351.466-8-02	010	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8145	005
Neici Monteiro da Silva França	338.896-4-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8057	005
Nilofia Rodrigues das Neves	374.736-0-01	010	40	13/02/2006 a 30/12/2006	8093	005
Nilva Maria Miguel	338.156-0-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8291	005
Noemia Aparecida Gemelli Dias	338.842-3-03	030	20	13/02/2006 a 30/12/2006	8093	005
Omi Martinelli	351.310-6-03	030	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8351	005
Patrícia Rochi	362.487-0-02	010	40	13/02/2006 a 30/12/2006	8093	005
Raquel Viana Campos e Silva	368.639-6-02	030	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8057	005
Regiane Mazzimi Stollmeier	217.134-1-03	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	9957	005
Regilene Carlesso	375.063-9-01	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8379	005
Rita de Cássia dos Santos	375.493-6-01	100	10	13/02/2006 a 30/12/2006	8093	628
Rita de Cássia Rodrigues	293.492-2-04	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8305	005
Roberto Rivelino Lemos	361.380-1-03	300	30	06/02/2006 a 30/12/2006	8107	307
Rodrigo Machado Sordi	346.752-0-03	300	10	06/02/2006 a 30/12/2006	8191	307
Roseli Aparecida Chappi Soares	375.165-1-01	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8167	005
Rosemary Scheidt Goedert	351.497-8-02	100	10	06/02/2006 a 30/12/2006	8145	307
Rosides Maria Duarte Bresaneli	352.084-6-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8305	005
Rosilda de Fátima Macinsk Witte	324.848-8-03	300	10	06/02/2006 a 30/12/2006	8283	307
Rosilda Pinho	112.586-9-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8377	005
Rubia Nara Enter Krüeger	297.812-1-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8003	005
Sandra Aparecida de Oliveira	344.075-3-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8191	005
Selma Allein	318.723-3-03	030	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8275	005
Sheila Bridi	374.292-0-01	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8107	005
Sidnei Schörner	296.439-2-05	300	10	06/02/2006 a 30/12/2006	8285	307
Silvana Peters	362.085-9-01	010	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8269	005
Silvia Heidrscheidt	291.762-9-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8013	005
Simone Cyriaco de Lima	329.856-6-03	030	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8275	005
Sirene Burger	334.366-9-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8167	005
Sirley Lenita Wiese Braatz	359.315-0-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8275	005
Sônia Maria Rodrigues Dorigon	368.502-0-02	030	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8013	005
Sônia Maria Wagner	279.271-0-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8351	005
Sueli Salete Turke	286.186-0-02	030	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8283	005
Tatiane Diel	353.379-4-02	010	20	13/02/2006 a 30/12/2006	8305	005
Terezinha de Jesus Ransolin	149.113-0-03	030	20	13/02/2006 a 30/12/2006	8093	005
Terezinha Rodrigues	359.657-5-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8381	005
Valeica Cleia Bahr	331.117-1-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8107	005
Valmíria Longen	338.405-5-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8145	005
Vanessa Aparecida Ferreira	372.635-5-02	010	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8057	005
Vânia Scheid	375.065-5-01	030	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8031	005
Vânia Valquiria Krieck da Costa	281.223-1-02	030	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8003	005
Vanir Aparecida Novaes	336.139-0-04	100	20	21/02/2006 a 30/12/2006	8379	628
Vera Lúcia da Silva Ferreira	375.164-3-01	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8145	005
Vera Lucia dos Santos	094.927-2-03	030	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8057	005
Vera Lucia Muchinski	249.604-6-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8057	005
Vilma Carmen Müller	335.121-1-03	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8377	005

Pedro de Souza
Presidente da FCEE

DE 11/4/2006

PORTARIA Nº 080/06 de 11/04/2006.

O Presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial, no uso de suas atribuições legais, resolve ADMITIR em Caráter Temporário, com base no artigo 3º da Lei nº 8391 de 13 de novembro de 1991, combinado com o artigo 3º da Lei Complementar nº 264 de 29 de janeiro de 2004, em vaga excedente, os professores abaixo relacionados:

NOME	MATRÍCULA	HABIL.	C.H.	VIGÊNCIA	MUNICÍPIO	DISC.
Adilson Souza	313.947-6-03	100	10	08/02/2006 a 30/12/2006	8297	307
Ádria Hermes	325.012-1-02	300	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Adriana Venturi	361.175-2-02	300	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8147	005
Adriane Campregher	313.783-0-02	300	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Adriane Cristine Maurici	370.141-7-01	010	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Alessandra Moresco Vequi	370.542-0-01	010	20	16/03/2006 a 30/12/2006	8055	005
Ana C[illegible]a Joenk	362.674-1-01	010	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Ana Lucia Rodrigues Marques	316.241-9-01	010	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Ana Paula Schramm	374.901-0-01	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8117	005
Ana Paula Zunino	261.162-7-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8321	005
Andreza Boll	336.165-9-03	300	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Ângela de Fátima Floriano	367.936-5-01	030	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8117	005
Aparecida Sperandio	208.868-1-04	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8355	005
Arleide Schramm	369.140-3-01	100	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8117	628
Arlete Bruning Battisti Archer	362.765-9-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Aurino Piu Ventura Júnior	354.312-9-02	100	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8123	307
Beatriz M. Immianowsky Kolaga	270.826-4-03	030	30	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Carla Marilene Huber	364.696-3-01	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8123	005
Carla Regiane Vargas	374.746-8-01	100	10	06/02/2006 a 30/12/2006	8071	307
Carmen Dolores Floriani	346.647-7-03	030	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8357	005
Carmen Regina Ebele	316.908-1-03	100	10	06/02/2006 a 30/12/2006	8123	628
Caroline Cardoso dos Santos	346.655-8-02	010	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Catia Fernanda Tomio	362.171-5-01	300	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8297	005
Cátia Regina Gianesini de Mello	366.937-8-01	010	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Cátia Regina Picolli Cypriani	364.698-0-01	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8321	005
Catiane Vanatt	346.057-6-03	010	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Célia Maria Miranda	232.070-3-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8355	005
Cezar Giovani Michels	301.981-0-02	300	30	08/02/2006 a 30/12/2006	8147	307
Cibele Polido	375.759-5-01	010	20	14/03/2006 a 30/12/2006	8047	005
Cinara Regiane Cardoso	343.973-9-03	300	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8259	005
Cintia Luchini	374.738-7-01	010	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8132	005
Cirlene Martins de Lima	375.761-7-01	030	40	20/03/2006 a 30/12/2006	8047	005
Cirlene da Silva Amado	350.703-3-02	300	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Clarete de Souza Venera	367.428-2-01	010	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Claudia Regina Vargas Bertolini	351.357-2-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Cleide Aparecida Vinotti	325.033-4-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8225	005
Cristiane Porto Faria	232.446-6-04	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8355	005
Cristiane Rocha	338.166-8-02	030	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Daiane Eccel	364.697-1-01	010	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Dirléia Aparecida Bonacolsi	375.320-4-01	300	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8297	005
Edina Dors	346.152-1-02	010	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Elaine Valmorbida	330.863-4-02	300	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Elenita Lenzi da Silva	302.952-2-04	100	10	08/02/2006 a 30/12/2006	8357	628
Elenita Lenzi da Silva	302.952-2-03	100	10	08/02/2006 a 30/12/2006	8357	307
Eliane Aparecida Pedrini	375.168-6-01	010	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Eliane de Oliveira Roque	375.170-8-01	030	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Elisabeth A. dos S. da Luz Silva	366.934-3-01	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Elisanéia Sheila da Silva Seibt	323.125-9-02	030	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Elisiane Vanatt	347.033-4-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Fabiana Thurow Devigili	331.565-7-02	030	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8357	005
Fabiana Zilz	320.642-4-02	300	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8259	005
Fernanda Bizarri	344.361-2-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Fernanda Martins de Brito	365.156-8-01	100	10	29/03/2006 a 30/12/2006	8117	307
Fernanda Stofella	338.881-6-02	030	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Flávia Angélica Mendes	357.134-3-02	010	20	10/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Gabriela Yona Hoffmann	371.031-9-01	010	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8259	005
Giseli Analu Gioseli Vinotti	358.723-1-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8225	005
Indianara Venturi	331.090-6-03	300	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8297	005
Ítala Mara Eger	300.422-8-03	010	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Ivete Fiamoncini	181.157-6-03	030	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8297	005
Ivonete Stolfi Moretti	368.550-0-01	030	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Izabel Samavilla	186.969-8-02	030	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8117	005
Jane Elisabeth Kammer	374.815-4-01	010	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8147	005
Jane Soares Jansen	337.417-3-03	300	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Jassara Braga Ratzlaff	374.890-4-02	300	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8355	307
Jeane Mari dos Santos Feliciano	375.167-8-01	030	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8355	005
Jeovana Patel	375.325-5-01	010	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8147	005
Joici Rosa	374.739-5-01	010	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8123	005
Joscilda Guedes dos S. Zambon	262.161-4-02	010	20	14/03/2006 a 30/12/2006	8055	005
Juanita Graciela Bertoldi	339.999-0-03	300	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8259	005
Juceli Maria Armelini	370.641-9-01	100	10	06/02/2006 a 30/12/2006	8225	307
Juliane Brandes	317.603-7-02	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Juliane Costa	374.960-6-01	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8225	005

Juliane Michelli Frotscher	356.957-8-02	300	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8259	005
Jussara de Oliveira	291.544-8-03	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Juvelina Ebel	351.242-8-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8123	005
Kathia Simone Janke	301.131-3-03	030	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8357	005
Kátia Aparecida G. Campos	286.524-6-03	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8355	005
Kátia Regina Buschirolli	274.205-5-03	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Katia Vargas	302.808-9-03	300	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Lea Matilde G. P. de Andrade	286.006-6-04	030	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Leidi Daiani Comper Habitzreute	366.930-0-01	010	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8123	005
Lenira Hawerrot	319.737-9-02	300	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Lilian Maria Rieg da Silva	367.423-1-01	300	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Liliane do Rosário de O. Rodrigu	358.416-0-02	300	20	13/02/2006 a 30/12/2006	8357	307
Lorena Eltermann	354.863-5-03	300	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Lucia Flavia Pittigliani Martins	312.930-6-03	100	10	06/02/2006 a 30/12/2006	8355	628
Luciana Allas de Almeida	347.854-8-03	030	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Luciana Carlini	369.938-2-01	300	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8259	005
Luciana Habitzreiter Prange	375.768-4-01	010	20	20/03/2006 a 30/12/2006	8047	005
Luciana Regis	313.445-8-03	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Lucimar Regina Gern	374.902-9-01	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8117	005
Lurdes Maria Rodermel Schaefer	351.243-6-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8123	005
Mara Rubia Maas	351.311-4-02	100	10	08/02/2006 a 30/12/2006	8259	628
Maraci Conceição Pinho	364.695-5-01	030	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8147	005
Márcia Trindade	374.837-5-01	300	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Maria Aparecida Batista	342.487-1-03	300	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8147	005
Maria Aparecida Benincá Sgrott	273.858-9-04	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8071	005
Maria Balitski	362.138-3-02	010	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Maria da Luz Policeno Effting	365.651-9-01	010	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Maria de Lourdes Bogo Agostini	367.402-9-01	030	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8147	005
Maria de Lourdes dos Santos	271.662-3-04	030	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Maria de Lourdes P. Popper	312.170-4-03	100	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	628
Maria dos Passos Cardoso	329.961-9-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8355	005
Maria Fátima Barp	162.134-3-02	030	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8357	005
Maria Neide Mantau	313.053-3-03	030	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Maria Terezinha da Silva Narlok	257.028-9-04	030	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8357	005
Maria T. Farias dos Santos	358.251-5-02	030	40	13/02/2006 a 30/12/2006	8321	005
Marilda de Oliveira Vallim Mota	374.917-7-01	030	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8357	005
Marilene Benvenutti Müller	185.016-4-02	030	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Marilize Aparecida Wolf	328.122-1-03	010	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Marines Soares	331.869-9-03	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Maristela Immianowsky Kolaga	362.172-3-01	300	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	628
Maycon de Carvalho Santos	346.663-9-02	300	10	06/02/2006 a 30/12/2006	8117	307
Michele de Czekus	356.048-1-02	030	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Michelle Tatiane Caetano	346.190-4-02	030	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8117	005
Minna Maria Schipmann	362.168-5-01	010	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Nanci A. Leite de M. da Silva	374.949-5-01	030	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8147	005
Nerina de Sousa Oliveira	348.139-5-03	030	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8117	005
Neuse Maria Devigilli	331.671-8-03	010	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8357	005
Nilza Presa	036.229-8-03	030	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Rafaela Chierici	363.688-7-01	010	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Regiane Alves de Andrade	332.030-8-02	030	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Rodrigo Fuhrmann	349.984-7-03	100	20	13/02/2006 a 30/12/2006	8047	307
Rosa Inês N. Salsi Rezini	347.060-1-03	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Rosângela Aparecida S. Sgrott	212.875-6-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8071	005
Rosângela Ferreira da Silva	351.364-5-03	300	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Rosani Danielski Schmitz	336.794-0-02	030	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Roseli Matra	375.429-4-01	010	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Roseli Marafigo de Souza	362.669-5-01	010	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8357	005
Roseli Regina F. Bresciani	368.549-7-01	010	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Roseli Weingaertner	306.033-0-02	300	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	628
Rosemara Sanches	346.828-3-02	030	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Rosemeire A. dos S. Trapnauska	374.929-0-01	010	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8259	005
Rozani Matiola	362.139-1-01	300	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Saionara de Freitas	366.938-6-01	100	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	307
Salete Aurélio Gonzaga	346.375-3-02	010	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Sharly Menestrina Poltronieri	328.118-3-03	300	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8357	005
Simone dos Santos Silva	375.324-7-01	030	20	17/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Simone Pinho	363.867-7-02	030	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Simone Strey	346.485-7-02	300	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8297	005
Sirlene Rodrigues Souza	180.067-1-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8071	005
Solange Schlindwein	364.047-7-01	010	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8123	005
Solania Vogel Struk	365.092-8-02	030	40	08/02/2006 a 30/12/2006	8147	005
Sueli Tamanini	165.969-3-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8225	005
Susana da Veiga	342.507-0-03	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8117	005
Tania Marli Siewert	354.130-4-02	300	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8259	307
Tania Regina H. dos Santos	170.870-8-03	300	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8321	005
Tatiane de Sousa	367.870-9-01	030	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8117	005
Valdete Maria Heller Miranda	368.693-0-01	010	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8047	005
Vanda Maria de Oliveira	331.870-2-02	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Vanessa Schlindwein	366.935-1-01	010	40	06/02/2006 a 30/12/2006	8055	005
Vera Lucia de Oliveira	186.947-7-02	300	20	08/02/2006 a 30/12/2006	8259	005
Zélia dos Passo Melo	310.080-4-04	300	20	06/02/2006 a 30/12/2006	8355	005

Pedro de Souza

Presidente da FCEE

DEMP 13869/060

UDESC

Universidade do Estado de Santa Catarina

EXTRATO DE CONTRATOS

Empenho nº: 850/000 **Referência:** DL nº 52/2005 **Partes**: UDESC **Empresa** Paulo Roberto Ross **Objeto:** Contratação de palestrante para o Programa de Educação Inclusiva para Cegos. **Valor:** R$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais).

Florianópolis, 17 de Marco de 2005

Ivair de Lucca

Pró-Reitor de Administração

DEMP 11766/069

UDESC

Universidade do Estado de Santa Catarina

EXTRATO DE CONTRATOS

Empenho nº: 849/000 **Referência:** DL nº 51/2005 **Partes**: UDESC **Empresa** Débora de Carvalho Figueiredo **Objeto:** Contratação de Palestrante para Conferencia – Colóquio sobre Metodolofia e Pratica de Pesquisa em Ciências da Educação. **Valor:** R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).

Empenho 1088/000 **Referencia** IL n 660/2005 **Partes** UDESC. **Empresa** A Noticia S/A – Empresa Jornalística **Objeto** Assinatura de Jornal A Noticia para o CEAD/UDESC. **Valor** 468,00 (quatrocentos e sessenta e oito reais).

Empenho 863/000 **Referencia** IL n 50/2006 **Partes** UDESC **Empresa** Inês Berlanda Seidler **Objeto** Contratação de palestrante para o Prgrama de Educação Onclusiva para Cegos **Valor** 480,00 (quatrocentos e oitenta reais).

Florianópolis, 17 de Marco de 2005

Ivair de Lucça

Pró-Reitor de Administração

DEMP 11786/060

ECONOMIAS MISTAS

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina

Governo de Estado Santa Catarina www.sc.gov.br

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio nº 038609/06 – Adm. Central

Objeto: Cooperação Técnica visando desenvolver e implementar projeto de eficientização energética com redução do consumo e da demanda de energia elétrica na ponta do sistema, na UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí. **Convenente:** Centrais Elétricas de Santa Catarina - **Conveniado:** Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI - SC. **Valor:** R$107.256,00.**Adm. do Contrato:** Max Bayer Gomes. **Data da Assinatura:** 03/02//06.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio nº 036956/05 – Adm. Central

Objeto: Cooperação Técnica visando desenvolver e implementar projeto de eficientização energética com redução do consumo e da demanda de energia elétrica na ponta do sistema, na UNISUL – Fundação Universidade do sul de Santa Catarina. **Convenente:** Centrais Elétricas de Santa Catarina - **Conveniado:** UNISUL – Fundação Universidade do sul de Santa Catarina. **Valor:** R$137.986,00. **Adm. do Contrato:** Max Bayer Gomes. **Data da Assinatura:** 03/02//05.

DEMP 13790/064

EXTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 0510/2005 – Adm. Central

Objeto: Aquisição de Postes de Concreto. **Contrato(s)/Contratada(s)/Valor(es):** AF nº 0313/2006 – Ind. Postes Indaial Ltda. – R$ 90.390,42; **Administrador do Contrato:** Claudio May Delpizzo. **Data da Assinatura:** 13/04/2006. A **Diretoria.**

EXTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 0714/2005 – Adm. Central

Objeto: Aquisição de Cabo Multiplexado. **Contrato(s)/Contratada(s)/Valor(es):** AF nº 0314/2006 – Cordeiro Fios Cabos Elétricos Ltda. – R$ 11.212,69; **Administrador do Contrato:** Claudio May Delpizzo. **Data da Assinatura:** 13/04/2006. A **Diretoria.**

DEMP 13798/065

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 0137/2006 – Adm. Central

Objeto: Aquisição de Monitor de Vídeo **Contrato(s)/Contratada(s)/Valor(es):** AF0315/2006–Microsens Ltda. – R$ 39.549,00; **Administrador do Contrato:** Claudio May Delpizzo. **Data da Assinatura:** 13/04/2006. A **Diretoria.**

EXTRATO DE CONTRATO

Tomada de Preços nº 0087/2006 – Adm. Central

Objeto: Aquisição de Impressoras para Plotagem. **Contrato(s)/Contratada(s)/Valor(es):** AF 0309/2006–Teletex Computadores e Sistemas Ltda.- R$ 518.900,00; **Administrador do Contrato:** Amaro Valdevino Laureano. **Data da Assinatura:** 13/04/2006. A **Diretoria.**

DEMP 13794/069

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina

Governo de Estado Santa Catarina www.sc.gov.br

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio nº 038601/06 – Adm. Central

Objeto: Cooperação Técnica visando desenvolver e implementar projeto de eficientização energética com redução do consumo e da demanda de energia elétrica na ponta do sistema, nas delegacias de Santa Catarina. **Convenente:** Centrais Elétricas de Santa Catarina - **Conveniado:** Secretaria de Estado da Segurança e Defesa do Cidadão - SC. **Valor:** R$677.840,00. **Adm. do Contrato:** Max Bayer Gomes. **Data da Assinatura:** 03/02//06.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio nº 036960/05 – Adm. Central

Objeto: Cooperação Técnica visando desenvolver e implementar projeto de eficientização energética com redução do consumo e da demanda de energia elétrica na ponta do sistema, nas indústrias, através do IEL – Instituto Evaldo Lodi. **Convenente:** Centrais Elétricas de Santa Catarina - **Conveniado:** Instituto Evaldo Lodi – IEL - SC. **Valor:** R$1.535.515,35. **Adm. do Contrato:** Max Bayer Gomes. **Data da Assinatura:** 03/02//05.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio nº 038607/06 – Adm. Central

Objeto: Cooperação Técnica visando desenvolver e implementar

projeto de eficientização energética com redução do consumo e da demanda de energia elétrica na ponta do sistema, no laboratório de engenharia elétrica da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. **Convenente:** Centrais Elétricas de Santa Catarina - **Conveniado:** UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina - SC. **Valor:** R$148.851,58. **Adm. do Contrato:** Max Bayer Gomes. **Data da Assinatura:** 03/02//06.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio nº 038608/06 – Adm. Central

Objeto: Cooperação Técnica visando desenvolver e implementar projeto de eficientização energética com redução do consumo e da demanda de energia elétrica na ponta do sistema, no laboratório de mecânica da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. **Convenente:** Centrais Elétricas de Santa Catarina - **Conveniado:** UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina - SC. **Valor:** R$153.091,59. **Adm. do Contrato:** Max Bayer Gomes. **Data da Assinatura:** 03/02//06

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio nº 036958/05 – Adm. Central

Objeto: Cooperação Técnica visando desenvolver e implementar projeto de eficientização energética com redução do consumo e da demanda de energia elétrica na ponta do sistema, nos supermercados, através do IEL – Instituto Evaldo Lodi. **Convenente:** Centrais Elétricas de Santa Catarina - **Conveniado:** Instituto Evaldo Lodi – IEL - SC. **Valor:** R$550.000,00. **Adm. do Contrato:** Max Bayer Gomes. **Data da Assinatura:** 03/02//05.

DEMP 13802/062

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina

SANTA CATARINA
www.sc.gov.br

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo nº 38594 – Adm. Central

Objeto: O Termo Aditivo nº 38594 ao Contrato nº 37945 prorroga o prazo de execução em 60 dias. **Contratada:** Mastel Projetos e Construções Elétricas Ltda. **Data da Assinatura:** 24/02/2006.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo nº 38596 – Adm. Central

Objeto: O Termo Aditivo nº 38596 ao Contrato nº 37944 prorroga o prazo de execução em 60 dias. **Contratada:** Mastel Projetos e Construções Elétricas Ltda. **Data da Assinatura:** 27/02/2006.

DEMP 13806/068

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio nº 038610/06 – Adm. Central

Objeto: Cooperação Técnica visando desenvolver e implementar projeto de eficientização energética com redução do consumo e da demanda de energia elétrica na ponta do sistema, nos estabelecimentos escolares da redepública estadual. **Convenente:** Centrais Elétricas de Santa Catarina - **Conveniado:** Secretaria da Educação e Inovação - SC. **Valor:** R$3.045.740,00. **Adm. do Contrato:** Max Bayer Gomes. **Data da Assinatura:** 03/02//06.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio nº 036957/05 – Adm. Central

Objeto: Cooperação Técnica visando desenvolver e implementar projeto de eficientização energética com redução do consumo e da demanda de energia elétrica na ponta do sistema, na CIASC. **Convenente:** Centrais Elétricas de Santa Catarina - **Conveniado:** CIASC - SC. **Valor:** R$500.000,00. **Adm. do Contrato:** Max Bayer Gomes. **Data da Assinatura:** 03/02//05.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio nº 036959/05 – Adm. Central

Objeto: Cooperação Técnica visando desenvolver e implementar projeto de eficientização energética com redução do consumo e da demanda de energia elétrica na ponta do sistema, nas indústrias de cerâmica vermelha, através do IEL – Instituto Evaldo Lodi. **Convenente:** Centrais Elétricas de Santa Catarina - **Conveniado:** Instituto Evaldo Lodi – IEL - SC. **Valor:** R$600.000,00. **Adm. do Contrato:** Max Bayer Gomes. **Data da Assinatura:** 03/02//05.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio nº 038606/06 - Adm. Central

Objeto: Cooperação Técnica visando desenvolver e implementar projeto de eficientização energética com redução do consumo e da demanda de energia elétrica na ponta do sistema, nos estabelecimentos hospitalares e área da saúde da rede pública estadual. **Convenente:** Centrais Elétricas de Santa Catarina - **Conveniado:** Secretaria de Estado da Saúde - SC. **Valor:** R$3.393.030,00. **Adm. do Contrato:** Max Bayer Gomes. **Data da Assinatura:** 03/02//06.

DEMP 13810/065

CIASC
CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SANTA CATARINA

CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - CIASC

CNPJ/MF 83.043.745/0001-65

CAPITAL AUTORIZADO : R$ 20.238.274,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R$ 11.286.889,00
CAPITAL A SUBSCREVER : R$ 8.951.385,00

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária

Cumprindo determinações legais e estatutárias, convidamos V. Sa., na qualidade de acionista desta empresa, a participar da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária marcada para o dia 26/04/2006, às 14:00 horas, na Sede do CIASC, situada a Rodovia SC 404, Km 4, Bairro Itacorubi, Florianópolis, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1 – Leitura, exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, pareceres da Auditoria Externa Independente, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração;

2 – Eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus suplentes;

3 – Outros Assuntos de Interesse da Sociedade.

Florianópolis, 18 de abril de 2006.

Fábio Carpes da Costa
Presidente do Conselho de Administração

DEMP 13807/066

CIASC
CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SANTA CATARINA

RETIFICAÇÃO EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 050/2005. Cessionária: ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VITOR MIGUEL DE SOUZA. **Objeto do termo:** Cessão de uso gratuito pelo cedente de um equipamento impressora matricial, identificada e cadastrada no patrimônio sob nº 105296, e no INFO sob nº I3920105, para uso da cessionária. **Da Alteração: Objeto do termo: Onde se lê:** Cessão de uso gratuito pleo cedente de um equipamento impressora matricial, identificada e cadastrada no patrimônio sob nº 105296, e no INFO sob nº I3920105. **leia-se:** Cessão de uso gratuito pelo cedente de um equipamento impressora matricial, identificada e cadastrada no patrimônio sob nº 107215, e no INFO sob nº I3920219

EXTRATO DO CONTRATO Nº 303/2006. Contratada: FOCUS TELEINFORMÁTICCA LTDA. **Origem**: PCSI 265/063. **Objeto:** Prestação de serviços de instalação, manutenção e conserto de ramais e aparelhos de telefone, estando inclusa a colocação de canaletas e demais materiais e acessórios. **Valor:** O presente contrato tem um valor anual estimado de R$ 7.830,00 (sete mil oitocentos e trinta reais). **Vigência:** O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, a contar de 04 de abril de 2006. **Data**: Florianópolis, 13 de abril de 2006. **Signatário**: Alfredo Kleper Chaves Lavor – Diretor Administrativo e Financeiro.

DEMP 13856/065

Epagri
Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.

Governo do Estado
SANTA CATARINA

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S/A – Epagri
CNPJ/MF Nº 83.052.191/0001-62

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária

Cumprindo determinações legais e estatutárias, tornamos sem efeito a convocação anterior, e convidamos V. Sa., na qualidade de acionista desta empresa, a participar da **Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária** marcada para o dia **24/04/2006 às 15:30 horas** , na Sede da EPAGRI, situada na Rodovia Admar Gonzaga, 1.347, Bairro Itacorubi, Florianópolis, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1º) Leitura, exame, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras, pareceres do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2005.

2º) Aumento do capital social pelo aporte de mais recursos.

3º) Eleição do Conselho Fiscal.

4º) Eleição membro do Conselho de Administração.

5º) Fixação dos honorários da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

6º) Autorização para venda de imóvel.

7º) Nova redação do inciso XII do Art.13 do Estatuto Social para: "As receitas operacionais da exploração de *royalties*, de direitos autorais e serviços de produção e certificação de sementes e mudas".

Florianópolis, 10 de abril de 2006.

Murilo Xavier Flores
Conselho de Administração

DEMP 12150/062

CODISC
Companhia de Distritos Industrias de Santa Catarina - em liquidaçao
CGC: 83.042.325/000164

SANTA CATARINA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da CODISC – COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – em liquidação, com sede à Rua Saldanha Marinho, 392, 5º andar, em Florianópolis (SC), para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 28 de abril de 2006, às 15:00 horas a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

1) **Tomada de contas do Liquidante, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, e demais documentos referente ao exercício do ano 2005;**
2) **Eleger os Membros Efetivos e Suplentes do Conselho Fiscal, fixando a remuneração dos mesmos;**
3) **Apreciação dos Atos e Operações praticados pelo Liquidante;**
4) **Outros assuntos de interesse social.**

Florianópolis, 17 de abril de 2006.

MANOEL VITOR CAVALCANTI
Diretor Presidente – IAZPE
Liquidante da CODISC

DEMP 13791/060

SC PARCERIAS S/A.

SANTA CATARINA

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO
Nº 011/2006-SC PARCERIAS

PARTÍCIPES: SC Parcerias S.A e Fatma
O OBJETO: Cooperação técnica e científica entre os signatários, objetivando a realização e/ou contratação de estudos, projetos e trabalhos para o desenvolvimento e implementação da política ambiental para o Estado de Santa Catarina, bem como para atuarem em parceria na realização de projetos ambientais, inclusive nos licenciamentos de projetos.
VIGÊNCIA: este contrato tem sua vigência a partir da data de assinatura, vigorando até 12/04/2008.
SIGNATÁRIOS: Vinícius Lummertz Silva, Diretor Presidente da empresa SC Parcerias S.A, Glauco José Corte Filho, Diretor Administrativo-Financeiro da empresa SC Parcerias S.A e Jânio Wagner Constante, Presidente da Fatma.

Florianópolis, 18 de abril de 2006.

VINÍCIUS LUMMERTZ
Presidente da SC Parcerias

DEMP 11791/063

Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S/A
CGC: 00.124.055/0001-33
ZPE/SC

SANTA CATARINA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da IAZPE – IMBITUBA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO S/A, com sede a Rodovia BR 101, KM 282, em Imbituba (SC), para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 28 de abril de 2006, ás 16:00 horas, em seu escritório de Representação, situado Rua Saldanha Marinho 392, Centro, em Florianópolis SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

1) Tomada de contas dos Administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras, referente ao exercício de 2005;

2) Eleição dos Membros Efetivos e Suplentes do Conselho Fiscal e fixação de sua remuneração;

3) Fixação de Remuneração dos Administradores para o corrente exercício;

4) Outros assuntos de Interesse da Sociedade.

Florianópolis, 18 de abril de 2006.

OTTO ENTRES FILHO
Presidente do Conselho de Administração

DEMP 13795/066

CONCURSOS E LICITAÇÕES

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

RESULTADO DE LICITAÇÃO
Pregão: 013/2006
Vencedora(s) de Licitação: D' CLÍNICA COMERCIAL LTDA. foi considerada vencedora nos itens **01** pelo valor total de R$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais) e **02** pelo valor total de R$ 13.000,00 (treze mil reais) e a Empresa **ASTRAL CIENTÍFICA COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA LABORATÓRIO LTDA.** foi considerada vencedora nos itens **03** pelo valor total de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e **04** pelo valor total de R$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais). **Objeto: aquisição de kits de materiais para laboratório de Biologia, Física, Química e Matemática para atender as Unidades Escolares do Ensino Médio.** (PL 027/06)
Florianópolis, 10/04/06.
Elisabete Nunes Anderle
Secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia

DEMP 13993/062

Secretaria de Estado da Saúde - SES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
N.º 691/06/SUS

PSUS 11658/053

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de *Patologia Clínica* aos usuários do Sistema Único de Saúde, no município de *São Miguel do Oeste.*

PRESTADOR: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS JOÃO GABRIEL LTDA.

VALOR: Conforme o tipo de procedimento autorizado, constante da Tabela Descritiva de Procedimentos do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde - SIA/SUS.

JUSTIFICATIVA: Credenciamento para prestação de serviços remunerados pela Tabela Descritiva de Procedimentos do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde - SIA/SUS definido pelo MS (Inexigibilidade de Licitação). Artigo 25, da Lei 8.666/93 de 21.06.93.

Florianópolis, 10 de abril de 2006.

Carmen Emília Bonfá Zanotto
SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE

DEMP 13863/061

Secretaria de Estado da Saúde - SES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
N.º 692/06/SUS

PSUS 1939/068

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de *Medicina Nuclear / IN VIVO* aos usuários do Sistema Único de Saúde, no município de *Criciúma.*

PRESTADOR: NUCLEARMED CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR CATARINENSE LTDA.

VALOR: Conforme o tipo de procedimento autorizado, constante da Tabela Descritiva de Procedimentos do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde - SIA/SUS.

JUSTIFICATIVA: Credenciamento para prestação de serviços remunerados pela Tabela Descritiva de Procedimentos do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde - SIA/SUS definido pelo MS (Inexigibilidade de Licitação). Artigo 25, da Lei 8.666/93 de 21.06.93.

Florianópolis, 10 de abril de 2006.

Carmen Emília Bonfá Zanotto
SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE

Secretaria de Estado da Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina/Fundo Estadual da Saúde, torna público que realizará a abertura da licitação abaixo relacionada, cujas propostas deverão ser entregues, exclusivamente, no Setor de Protocolo da Comissão Permanente de Licitação - Rua Esteves Júnior, 160 - Edifício Halley - 2 º andar - Centro - Florianópolis – SC.

Licitação: Edital n.º 582/2006
Modalidade: CONVITE
Processo: PSUS n.º 12449/059
Objeto: Aquisição de Mesas e Cadeiras Plásticas, ao Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina (IPQ).
Abertura da Licitação: às 16h30min. do dia 27/04/2006.
Entrega dos Envelopes: até às 13h30min. do dia 27/04/2006.

*** OBS.:** O Edital estará disponível no endereço de entrega dos Envelopes acima citados e através do site: www.saude.sc.gov.br

Florianópolis, 12 de abril de 2006.

Renato Costa
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEMP 13865/064

Secretaria de Estado da Saúde

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o Resultado de Licitação n.º 848/2005, na modalidade de Concorrência, cujo objeto é a Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares E Matérias Permanentes (Carros de Emergência, Aspiradores de Uso Médico, Foco Cirúrgico, Macas Hospitalares, Camas Hospitalares, Laringoscópios, Estetoscópios, Negatoscópios, Esfigmomanômetros, Aparelhos de Otoscópio, Oftalmoscópios, Suportes de Soro, Cadeiras de Rodas, Marcapassos, Instrumentais e Outros), às Unidade da SES, referente ao Processo PSUS n.º 9476/059 como segue:.

NÃO COTADOS:
Itens: 13 e 15.
DESCLASSIFICAR A PROPOSTA DA EMPRESA, CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO:
Por não atender o edital, conforme Parecer Técnico (Inciso I, do Art. 48, da Lei 8.666/93 e alterações):
- Caobianco Mat. Méd. e Hosp. Ltda. – Item: 04.

Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8666/93 e Alterações):
- Caobianco Mat. Méd. e Hosp. Ltda – Item: 01.
- Zerbini Medical Com. de Prod. Méd. Ltda – Item: 08.
- Maquet do Brasil Equip. Méd. Ltda – Item: 03.
- Cir. Climaza Com. Repr. e Assist. Técn. Ltda – Item: 16.
- Polimedix Prod. Méd. Ltda – Item: 18.
- Hospimetal Ind. Met. de Equip. Hosp. Ltda – Itens: 19 e 23.

ANULAR POR ILEGALIDADE DE OFÍCIO (ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES) - Erro de especificação técnica:
Itens: 01 e 06.
EMPRESAS VENCEDORAS:
- Caobianco Mat. Méd. e Hosp. Ltda. – Itens: 20.
- Zerbini Medical Com. de Prod. Méd. Ltda. – Itens: 12, 14 e 25.
- Sul Brasileira de Raios X Ltda. – Itens: 17 e 26.
- Cir. Climaza Com. Repr. e Assist. Técn. Ltda. – Itens: 11, 21, 24 e 33.
- Com. de Mat. Méd. Hosp. Macrosul Ltda. – Itens: 05, 22, 27, 28, 29, 30, 31 e 32.
- Marte Equipamentos para Laboratório Ltda. – Item: 09.
- Olidef CZ Ind. e Com. de Apararelhos Hosp. Ltda. – Item: 02.
- Rhoma Prod. e Equip. Hosp. Ltda. – Item: 10.

Florianópolis, 12 de abril de 2006.

Renato Costa
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Secretaria de Estado da Saúde

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o Resultado de Licitação n.º 422/2006, na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é a Aquisição de Materiais para Uso em Diáslie (Kit de DPA), ao Hospital Governador Celso Ramos (HCR), referente ao Processo PSUS n.º 1811/061 como segue:.

"DECLARAR COMO VENCEDORA DA PRESENTE LICITAÇÃO A EMPRESA BAXTER HOSPITALAR LTDA."

Florianópolis, 12 de abril de 2006.

Renato Costa
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Secretaria de Estado da Saúde

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o Resultado de Licitação n.º 387/2006, na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é a Aquisição de Acessórios Compatível com Bisturi Harmônico Marca Ultracision, ao Hospital Governador Celso Ramos (HCR), referente ao Processo PSUS n.º 928/062 como segue:.

"DECLARAR COMO VENCEDORA DA PRESENTE LICITAÇÃO A EMPRESA TM MERCANTIL DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA."

Florianópolis, 12 de abril de 2006.

Renato Costa
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEMP 13864/040

Secretaria de Estado da Saúde

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o Resultado de Licitação n.º 533/2006, na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é a Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado, ao Hospital Regional de São José Dr. Homero de Miranda Gomes (HRSJ) e Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina (IPQ), referente ao Processo PSUS n.º 816/060 como segue:.

EMPRESAS VENCEDORAS:
- Reni Pasinato & Cia Ltda. – Itens: 01, 02 e 03.
- Cirúrgica Climaza Com. Repres. e Assist. Técnica Ltda. – Item: 04.

Florianópolis, 12 de abril de 2006.

Renato Costa
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Secretaria de Estado da Saúde

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna

público o Resultado de Licitação n.º 030/2006, na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é a Aquisição de Materiais de Enfermaria e Cirurgia, às Unidades da SES, referente ao Processo PSUS n.º 13584/057 como segue:.

ANULAR POR ILEGALIDADE DE OFÍCIO (ART. 49, CAPUT, DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES) – Por erro de especificação técnica.
Itens: 04 e 11.
DESCLASSIFICAR O ITEM DA EMPRESA, CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO:
Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8666/93 e Alterações):
- Dimaci/SC Mat. Cir. Ltda. – Item: 18.
Por não atender as especificações técnicas do edital, conforme Parecer Técnico (Art. 48, Inciso I, da Lei 8666/93 e Alterações):
- Com. de Mat. Méd. Hosp. Macrosul Ltda – Item: 15.
EMPRESAS VENCEDORAS:
- Laboratório B. Braun S/A. – Item: 03.
- Jusimed Imp. Com. de Prod. Méd. Ltda. – Item: 06.
- Tecno4 Prod. Hosp. Ltda. – Itens: 09 e 14.
- Helianto Farmacêurica Ltda. – Item: 10.
- Cointer Mat. Méd. Hosp. Ltda . – Item: 08.
- TM Mercantil de Equip. Méd. Hosp. Ltda . – Item: 07.
- Dimaci/SC Mat. Cir. Ltda . – Itens: 05 e 16.
- NDT Imp. e Exp. Ltda . – Item: 12.
- Com. de Mat. Méd. Hosp. Macrosul Ltda – Itens: 01, 02, 13 e 17.

Florianópolis, 11 de fevereiro de 2006.

Renato Costa
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Secretaria de Estado da Saúde

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o Resultado de Licitação n.º 539/2006, na modalidade de Convite, cujo objeto é a Contratação de Empresa para Fornecimento de Gás com Cedência de Cilindro: Nitrogênio Ultrapuro 5,0 e Hélio 6,0 Analítico, ao Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN), referente ao Processo PSUS n.º 2087/065 como segue:.

" DECLARAR COMO VENCEDORA DA PRESENTE LICITAÇÃO A EMPRESA WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA. "

Florianópolis, 11 de fevereiro de 2006.

Renato Costa
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEMP 13867/067

Secretaria de Estado da Saúde

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o Resultado de Licitação n.º 504/2006, na modalidade de Tomada de Preços, cujo objeto é a Contratação de Empresa na Prestação de Serviços de Exames de Apoio Diagnósticos em Recém-Nascidos, à Maternidade Darcy Vargas (MDV) – Joinville/SC, referente ao Processo PSUS n.º 8098/050 como segue:.

"NO ENTANTO, OBSERVOU A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, QUE NÃO ACUDIRAM INTERESSADOS EM LICITAR."

Florianópolis, 11 de fevereiro de 2006.

Renato Costa
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Secretaria de Estado da Saúde

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o Resultado de Licitação n.º 541/2006, na modalidade de Convite, cujo objeto é a Contratação de Empresa para Confecção de Móveis (Recursos da Fonte 228 – Portaria 1008/MS), à Diretoria de Vigilância Sanitária (DIVS), referente ao Processo PSUS n.º 8164/053 como segue:.

"DECLARAR COMO VENCEDORA DA PRESENTE LICITAÇÃO A EMPRESA VALCIR DOMINGOS DA SILVA EPP."

Florianópolis, 11 de fevereiro de 2006.

Renato Costa
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Secretaria de Estado da Saúde

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o Resultado de Licitação n.º 542/2006, na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é a Aquisição de Cabo de Externo de Comando para Serra de Osso, Compatível com a Marca Stryker, ao Instituto de Cardiologia de Santa Catarina (ICSC), referente ao Processo PSUS n.º 1989/065 como segue:.

"NO ENTANTO, OBSERVOU O PREGOEIRO QUE NÃO ACUDIRAM INTERESSADOS EM LICITAR

Florianópolis, 11 de fevereiro de 2006.

Renato Costa
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Secretaria de Estado da Saúde

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o Resultado de Licitação n.º 412/2006, na modalidade de Convite, cujo objeto é a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços e Cedência de Espaço Físico, Hospedagem, Equipamentos, Materiais Audiovisuais e Alimentação em Rio do Sul/SC (Recursos do Convênio: VIGISUS), à Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVE), referente ao Processo PSUS n.º 1552/066 como segue:.

"DECLARAR COMO VENCEDORA DA PRESENTE LICITAÇÃO A EMPRESA ENGENHARIA DE EVENTOS LTDA."

Florianópolis, 11 de fevereiro de 2006.

Renato Costa
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Secretaria de Estado da Saúde

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o Resultado de Licitação n.º 881/2005, na modalidade de Convite, cujo objeto é a Aquisição de Eletrodomésticos, Eletroeletrônicos, Móveis e Outros (Recurso do Convênio PPI/ECD e Portaria 1008/00), à Diretoria de Vigilância Sanitária (DIVS), Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVE) e Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN), referente ao Processo PSUS n.º 10826/050 como segue:.

DESCLASSIFICAR O(S) ITEM(NS) DA(S) EMPRESA(S), CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO:
Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8666/93 e Alterações):
- Mathomen Equipamentos Eletrônicos-ME – Item: 01.
EMPRESAS VENCEDORAS:
- Wolney Anderson Isidoro EPP – Itens: 15, 18 e 21.
- Max-Fer Comercial Ltda. – Item: 08.
- Ioja Ind. e Com. de Móveis Ltda.-ME – Itens: 17 e 23.
- Kiko Fornecedora Comercial Ltda.-ME – Itens: 03 e 05.
- LAU Comércio de Equip. Eletro-Eletrônicos Ltda. – Itens: 02 e 04.
- Lojas Magazine Luiza-Sul Ltda. – Itens: 09, 10, 11 e 13.
- Xiba Distribuidora de Produtos Ltda. – Itens: 12.
- Mathomen Equipamentos Eletrônicos-ME. – Itens: 06 e 07.
- Cademark Ltda. – Itens: 14, 16, 19, 20 e 22.

Florianópolis, 11 de fevereiro de 2006.

Renato Costa
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEMP 13868/067

Secretaria de Estado da Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina/Fundo Estadual da Saúde, torna público que realizará a abertura da licitação abaixo relacionada, cujas documentações e propostas deverão ser entregues, exclusivamente, no Setor de Protocolo da Comissão Permanente de Licitação - Rua Esteves Júnior, 160 - Edifício Halley - 2 º andar - Centro - Florianópolis – SC.

Licitação: Edital n.º 701/2006
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL INTERNACIONAL
Processo: PSUS n.º 3588/068
Objeto: Aquisição de Equipamento Médico-Hospitalar: Bomba de Infusão para Seringa, ao Hospital Doutor Jésser Amarante Faria (HDJAF) – Joinville/SC.
Abertura da Licitação: às 17h. do dia 08/05/2006.
Entrega dos Envelopes: até às 13h30min. do dia 08/05/2006.

* ***OBS.:*** O Edital estará disponível no endereço de entrega dos Envelopes acima citados e através do site: www.saude.sc.gov.br

Florianópolis, 11 de abril de 2006.

Renato Costa
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEMP 12061/069

Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 021/CPL/CPC/2006 Objeto: Aquisição de roupas especiais e coturno. **Revogado**.

Florianópolis, 17 de abril de 2006.
CHEFIA DA POLÍCIA CIVIL DEMP 11877/069

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ARARANGUÁ

RESULTADO FINAL – LICITAÇÃO Nº. 17/06 – CONVITE
Objeto: Fornecimento e colocação de divisórias e portas de eucatex, isolamento e revestimento de paredes e forro com lã de vidro, para a sede da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Araranguá. A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Araranguá classificou em primeiro lugar para a Licitação nº. 17/06, modalidade Convite, a empresa **LAURINDO MÓVEIS LTDA ME.**
Araranguá, 17 de Abril de 2006. DEMP 13775/065

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CHAPECÓ

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2006

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional – Chapecó, no uso de suas atribuições, resolve homologar o resultado da seguinte licitação: **Tomada de Preços nº 003/2006. Objeto:** Complementação das obras de ampliação da EEB. Pedro Maciel, no município de Chapecó/SC, com área total de 1.339 m2. **Vencedor:** Construtora Oliveira LTDA. **Valor Global: R$ 305.418,00** (trezentos e cinco mil, quatrocentos e dezoito reais).
Chapecó ,18 de abril de 2006.

Plínio Dallacorte
Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional - Chapecó

DEMP 13734/067

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DIONISIO CERQUEIRA - SC

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Dionísio

Cerqueira torna público o resultado do Processo Licitatório n. 06/2006, na Modalidade de Convite, cujo objeto é a aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para manutenção das 18 (dezoito) Unidades Escolares e 04 (quatro) Unidades de Educação Especial.
Empresas vencedoras: Dégis Lopes ME, Atacado Beal Ltda. e Rosa e Rosa Cia Ltda.
Valor Total – R$ 41.198,95 (quarenta e um mil, cento e noventa e oito reais e noventa e cinco centavos)
Dionísio Cerqueira (SC), 17 de abril de 2006.

José Carlos Zandoná- Secretário de Estado
Denise M R Zanella – Pres. da CPL DEMP 13779/060

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – JOINVILLE

SUSPENSÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 044/2005

Em razão de recurso interposto pela licitante HELPCON CONSTRUÇÕES, PROJETOS E SERVIÇOS LTDA contra o ato de classificação e julgamento das documentações referente à **Concorrência Pública nº 044/2005** fica suspensa a abertura dos envelopes de proposta marcada para o dia 18 (dezoito) de abril de 2006 às 14:00.
O recurso poderá ser impugnado pelas demais licitantes no prazo legal de 05 (cinco) dias úteis a contar da data desta publicação, consoante o § 3º do art. 109 da Lei 8.666/93, sendo que as suas razões encontram-se à disposição na sede desta SDR – Joinville.
Joinville, 17 de abril de 2006.

Manoel José Mendonça
Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional - Joinville

DEMP 13750/062

AVISO DE LICITAÇÃO

Licitação: EDITAL 020/2006
Modalidade: CONCORRÊNCIA
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL
Data de Entrega das Propostas e Documentação: 18/05/2006.
Horário: Até às 16:00 horas
Local: Protocolo Central da SDR-Maravilha, sito á Avenida Presidente Vargas, 430, Bairro Floresta – Maravilha/SC.
Objeto: Execução dos Trabalhos Rodoviários de Terraplanagem, Drenagem e Obras de Arte Correntes da Rodovia SC - 492, no trecho São Miguel da Boa Vista/Maravilha, subtrecho Km 11+900 ao Km 14+871,314, numa extensão de 2,971 Km. Aplicando subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666/93 com suas alterações introduzidas pela Lei nº 8.883 e Lei nº 9.648.
Tendo como fonte de recursos: Fonte: 0121, Projeto atividade: 1853 e Item de despesa: 44905199.
Abertura: 19/05/2006 às 14:00 horas
Local para obtenção do Edital: SDR-Maravilha, sito a Avenida Presidente Vargas, 430, Bairro Floresta – Maravilha.
A guia para o pagamento do edital será fornecida no site da Fazenda do Estado, no endereço www.sef.sc.gov.br, sistemas set, outras receitas, código 3816 – serviço de venda de editais, e recolhido no Besc S/A.
Custo: R$ 100,00 (cem reais).

Maravilha, 17 de abril de 2006.
ANTONIO GALINA
Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

Luciano De Marco
Gerente de Administração e Finanças

DEMP 11806/060

Secretaria de Estado da Infra-estrutura
Departamento Estadual de Infra-estrutura

COMUNICADO
RESULTADO DE PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS - EDITAL 006/06

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA – (DEINFRA), através da Consultoria de Licitações (COLIC), COMUNICA a quem interessar possa que **foi negado provimento** ao pedido de impugnação do Edital feito pela empresa **ÚNICA CONSULTORES DE ENGENHARIA URBANA S/S** (Processo Nº DEIP 3205/061) referente à **TOMADA DE PREÇOS - EDITAL 006/06**, cujo objeto é a seleção de Empresa de Consultoria para execução de serviços de **Adequação de Projeto, Coordenação, Supervisão, Controle e de Subsídios à Fiscalização de Obras Rodoviárias nas Rodovias SC-404, trecho Entroncamento SC-401 (Itacorubi) – Lagoa da Conceição** (km 0,0 ao km 6,1 = 6,1 km), **SC-405, trecho Entroncamento SC-401 (Trevo da Seta) – Entroncamento SC-406 (p/ Pântano do Sul)** (km 0,0 ao km 8,1 = 8,1 km), **SC-406, trecho Ingleses do Rio Vermelho – Barra da Lagoa** (km 0,4 ao km 18,1 = 17,7 km), **SC-406, trecho Lagoa da Conceição – Rio Tavares** (km 23,7 ao km 29,6 = 5,9 km) e **SC-406, trecho Entr. SC-405 (p/ Ribeirão da Ilha) – Pântano do Sul** (km 37,5 ao km 46,8 = 9,3 km), numa extensão total de **47,1km**.
Consultoria de Licitações do DEINFRA, em 12 de abril de 2006.

DEMP 13849/069

FESPORTE Fundação Catarinense de Desportos
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, TURISMO E ESPORTE

Resultado da Tomada de Preço 004/2006

O Presidente da Fundação Catarinense de Desportos – FESPORTE, torna público aos interessados o resultado da Tomada de Preço 004/2006, que tem por objetivo a contratação de empresa para o fornecimento de troféus, medalhas, pins e placas, destinados a utilização nos eventos da FESPORTE durante o corrente ano.

Foram vencedores do processo licitatório as empresas **Monumental Indústria e Comércio de Troféus Ltda.** no **Lote I**; **Arte Máxima Indústria e Comércio Ltda.**, no **Lote II**; e **Milton José Cavalli**, no **Lote III.**

Florianópolis, 13 de abril de 2006.

João Ghizoni
Presidente da FESPORTE DEMP 13981/064

UDESC
Universidade do Estado de Santa Catarina

RESULTADO DO RECURSO – CC 100/2005

Aos sete dias do mês de abril de dois mil e seis, o Magnífico Reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, homologou a decisão da Comissão Permanente de Licitação de Serviços e Obras - CPL de, não acolhimento dos Recursos impetrados pelas Empresas TRIÂNGULO LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA e ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA – permanecendo como vencedora do certame a empresa Plansul – Planejamento e Consultoria Ltda.
Florianópolis, 17 de abril de 2006.

Patrícia Anselmo dos Santos Lisowski
Presidente CPL/Serviços e Obras DEMP 13893/060

UDESC
Universidade do Estado de Santa Catarina

AVISO DE RELANÇAMENTO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação – Compras informa que o processo licitatório na modalidade Pregão - nº 115/2006, do tipo Menor preço que teve sua abertura realizada no dia 17/04/2006, não teve empresas participante, ficando assim DESERTO. Assim sendo após manifestação de interesse no prosseguimento segue LAUDA DE AVISO:
Licitação: Edital nº 0115/2006
Modalidade: PREGÃO
Tipo: Menor Preço
Data de entrega das propostas: 02/05/2006
Horário: até às 14:00 (quatorze) horas
Local: Protocolo da Reitoria – Avenida Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi – Florianópolis/SC - 88035-001.
Objeto: Aquisição de Piso para o Gabinete da Reitoria.
Abertura: 02/05/2006
Horário: a partir das 14:20 (quatorze e vinte) horas, no Plenarinho da Reitoria/UDESC, no mesmo endereço.
Local para obtenção do Edital: Mural enfrente do Protocolo/UDESC e através do *site* da UDESC: http://www.udesc.br.
Florianópolis, 17 de março de 2006.

Denise Maria de Espíndola
Presidente CPL/Compras
UDESC

DEMP 11787/062

BESC SEGUROS

BESC S/A Corretora de Seguros e Administradora de Bens
CNPJ/MF nº 82.514.472/0001-27
ERRATA AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade : Tomada de Preço 002/2006
A Comissão de Licitação da Besc Seguros, esta alterando parte da Tomada de Preço acima, dos anexos abaixo, publicada em 31/03/06, como segue:
Anexo I – **Montante "B"**
Onde se lê: ISS(5% sobre a Fatura)
Leia-se: ISS(2,5% sobre a Fatura)
Anexo II - Recepcionista
Onde se lê: Carga horária 06(oito) horas
Leia-se: Carga horária 06(seis) horas

Pedro Paulo Hings Colin
Presidente

DEMP 11759/062

CIASC

AVISO DE LEILÃO - **Processo**: PCSS nº 081/06-0 - **Modalidade**: Leilão nº 081/06 – **Tipo de Licitação**: Maior lance. - **Objeto**: Venda de bens móveis inservíveis: equipamentos de informática e mobiliários em geral.-**Data da Realização**: 04/05/2006 às 10:00 horas – **Local da Realização**: Sede do CIASC, situada na Rodovia SC 404 -Km 04- S/Nº - Bairro Itacorubi - Florianópolis/SC. DEMP 13797/062

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE ANULAÇÃO PARCIAL DOS EDITAIS DOS CONCURSOS Nºs 001/2006 – TCE-SC, 002/2006 – TCE-SC E 003/2006 – TCE-SC

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base na Informação nº 004/2006, da Comissão Coordenadora dos Concursos de que tratam os Editais Nº 001/2006 – TCE-SC, Nº 002/2006 – TCE-SC e Nº 003/2006 – TCE-SC, decide:

1. Anular o item 1.5, a alínea "b" do item 2.2, a expressão "para fins do disposto na letra b deste subitem" do subitem 2.2.1 e a expressão "desde que comprovem a escolaridade mínima exigida na forma dos itens 1.4 e 1.5" do subitem 6.16 do Edital nº 001/2006-TCE/SC, que abre inscrições e define normas para o concurso público destinado a prover vagas no cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

2. Anular a alínea "b" do item 2.2. e a expressão "para fins do disposto na letra b deste subitem" do subitem 2.2.1, do Edital nº 002/2006-TCE/SC, que abre inscrições e define normas para o concurso público destinado a prover vagas no cargo de Auditor Fiscal de Controle Externo de Contas (AFCE) do Estado de Santa Catarina.

3. Anular a alínea "b" do item 2.2. e a expressão "para fins do disposto na letra b deste subitem" do subitem 2.2.1, do Edital nº 003/2006-TCE/SC, que abre inscrições e define normas para o concurso público destinado a prover vagas no cargo de Técnico em Atividades Administrativas e de Controle Externo (TAACE) do Estado de Santa Catarina.

Florianópolis, 12 de abril de 2006.
Otávio Gilson dos Santos
Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

DEMP 13760/063

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E CONTRATOS

COMUNICADO
TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2006

O TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS, CONFORME ABAIXO:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA.

DAS PROPOSTAS :
ENTREGA: ATÉ ÀS 14:15 HORAS DO DIA 04 DE MAIO DE 2006.
ABERTURA: AS 14:30 HORAS DO DIA 04 DE MAIO DE 2006.
TIPO: MENOR PREÇO

CÓPIAS DE EDITAL: www.tce.sc.gov.br ou no Tribunal de Contas de Santa Catarina, à Rua Bulcão Viana, 90, Centro, Florianópolis-SC.
Florianópolis, 18 de abril de 2006.

José Roberto Queiroz
Diretor de Administração e Finanças
Tribunal de Contas de Santa Catarina DEMP 13751/061

casan
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

SANTA CATARINA

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2000

Abre inscrições e define normas para o concurso público destinado a prover vagas dos cargos constantes do ANEXO I – QUADRO TOTAL DE VAGAS, da COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - **CASAN** e dá outras providências.

A Diretoria da **COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN** no uso de suas atribuições, autorizada através da Resolução nº 18/2005, do Conselho de Política Financeira, homologada pelo Governador do Estado de Santa Catarina, comunica que se encontram abertas, no período compreendido entre **12 de abril de 2006 a 11 de maio de 2006,** as inscrições ao concurso público destinado a prover 136 vagas (cento trinta e seis) vagas dos cargos constantes do ANEXO I – QUADRO TOTAL DE VAGAS e formação de cadastro reserva de aprovados para os cargos que vagarem ou para novas vagas que forem criadas dentro do prazo de validade do concurso, que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e na legislação vigente.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O concurso público será realizado sob a responsabilidade da Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos – FEPESE, localizada no Campus Professor João David Ferreira Lima, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Trindade – telefones (48) 3233-0737, 3331-8992, 3331-8151 e 3331-9501, endereço eletrônico: **http://casan.fepese.ufsc.br/** e-mail **concursocasan@fepese.ufsc.br**, Florianópolis – SC.

1.2. A remuneração mensal inicial dos cargos obedecerá a tabela de salários da CASAN, ANEXO II.

1.3. A escolaridade exigida para o exercício do cargo deverá ser comprovada quando da convocação do candidato para contratação.

1.4. Os candidatos que preencherem os requisitos previstos na Lei Estadual nº 10.567/97 (isenção de inscrição para doadores de sangue), deverão entregar a cópia do Requerimento de Inscrição, pessoalmente, ou por intermédio de procurador, exclusivamente na FEPESE - Campus Professor João David Ferreira Lima da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Trindade – Florianópolis – SC, **até às 16h00min do dia 11 de maio de 2006,** impreterivelmente, anexando o documento que comprove a qualidade de doador, expedido pela entidade coletora, cuja doação não poderá ser inferior a 3 (três) vezes anuais.

1.5. Os candidatos aprovados neste concurso serão contratados, até o limite de vagas, por ordem de classificação por cargo e região de opção.

1.6. Aos ocupantes dos cargos objetos deste concurso público caberão as atribuições constantes no ANEXO III.

1.7. Os cargos existentes, as regiões, as habilitações, os pré-requisitos, o número de vagas e o salário, encontram-se descritos nos **ANEXOS I, II e III,** respectivamente.

1.8. Serão aplicadas, para todos os cargos, provas escritas, de caráter eliminatório e classificatório.

1.9 As provas escritas serão realizadas nas cidades de: Chapecó, Videira, Rio do Sul, Criciúma e Florianópolis.

1.10. Não havendo disponibilidade de locais adequados ou suficientes para todos os inscritos na cidade da realização das provas, conforme subitem 6.1, estas serão realizadas em outras cidades próximas.

1.11.A inscrição do candidato no presente Concurso Público implicará no seu conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

1.12.O concurso destina-se ao preenchimento das vagas por cargo e região conforme definido no ANEXO III deste edital.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. A participação no concurso iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo estabelecido neste edital.

2.1.1. No momento da inscrição, o candidato deverá optar pelo cargo ao qual pretende concorrer, bem como pela Região em que deverá ser lotado em caso de classificação no concurso, conforme ANEXO III.

2.1.2. A critério da CASAN, o candidato classificado no concurso poderá ser lotado em qualquer um dos municípios/cidades que compõem a área de abrangência da Região para a qual optou no ato da inscrição, descritas no ANEXO III.

2.2. No requerimento de inscrição, sob as penas da Lei, o candidato declarará:

a) ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1º, do artigo 12 da Constituição Federal;
b) estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar quando convocado para contratação;
c) gozar de boa saúde;
d) não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato de admissão, por meio da assinatura de regular termo de declaração;
e) não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
f) ter conhecimento das exigências contidas neste edital, no Manual do Candidato e nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente concurso;

2.2.1. O manual do candidato, contendo todas as informações e orientações para a realização das inscrições e prova, está disponível no endereço eletrônico: **http://casan.fepese.ufsc.br/**

2.3. A inscrição somente será efetuada mediante o preenchimento de Requerimento de Inscrição padronizado, via Internet, no endereço eletrônico: **http://casan.fepese.ufsc.br/**, no período compreendido entre **as 10h00min do dia 12 de abril de 2006 até as 18h00min do dia 11 de maio de 2006,** observadas as instruções constantes no Manual do Candidato, bem como as instruções específicas disponíveis no referido endereço.

2.4. Para realizar a inscrição, via Internet, o candidato deverá proceder da seguinte maneira:
a) preencher integralmente o Requerimento de Inscrição;
b) conferir os dados informados;
c) imprimir o Requerimento de Inscrição;
d) imprimir o Boleto Bancário referente a taxa de inscrição, e providenciar o pagamento, preferencialmente, em qualquer agência do BESC, em postos de auto-atendimento, via Internet ou em qualquer outro banco de sua preferência, até o **dia 11 de maio de 2006,** observado o horário bancário de cada agência.

2.5. As pessoas sem acesso à Internet poderão comparecer aos locais descritos no **ANEXO V,** e utilizar equipamento disponível, ou solicitar auxílio de pessoal autorizado pela FEPESE para orientar a sua inscrição.

2.6. A FEPESE não se responsabilizará por solicitação de inscrição via internet não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos relacionados no subitem 2.4.

2.7. A inscrição efetuada via Internet somente será confirmada após a FEPESE ser notificada, pelo banco, do pagamento da taxa de inscrição.

2.8. O valor da taxa de inscrição é de R$ 90,00 (noventa reais), para os Cargos de Nível Superior, de R$ 50,00 (cinqüenta reais), para os cargos de Nível Técnico e Médio e de R$ 40,00 (quarenta reais) para os Cargos de Nível Fundamental.

2.9. Será considerada cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem a provisão de fundos ou que cometer outra irregularidade que impossibilite o desconto do respectivo cheque, ou que fizer agendamento de pagamento sem a devida cobertura de fundos.

2.10. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste edital, terá sua inscrição cancelada e, em conseqüência, serão anulados todos os atos decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.11. A inscrição não poderá ser feita pelo correio ou por meio de fac-símile. Também não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.12. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alterações quanto ao candidato, quanto ao cargo e região de lotação, assim como quanto ao local de realização da prova escrita.

2.13. Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.14. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição somente será devolvido em caso de cancelamento do concurso por conveniência da CASAN.

2.15. O comprovante do pagamento da taxa de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado no seu local de realização das provas.

2.16. A adulteração de qualquer elemento constante da Cédula de Identidade ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do concurso público.

2.17. A veracidade das informações contidas no Requerimento de Inscrição é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante.

3. AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. À pessoa portadora de necessidades especiais, conforme disposto legislação, desde que preencha os requisitos exigidos pelo cargo e a sua deficiência seja compatível com as atribuições desse cargo, independente do número de vagas disponibilizadas para contratação por região e cargo, será garantida inscrição para qualquer dos cargos relacionados neste edital.

3.2. Serão consideradas necessidades especiais somente aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e Lei Estadual 12.870/04 e Instrução Normativa nº 11/04/SEA/DIRH.

3.3. Na sua inscrição, o portador de necessidades especiais deverá indicar no espaço apropriado, constante do Requerimento de Inscrição, as condições especiais que necessitar para realizar as provas.

3.4. O candidato portador de deficiência visual, que solicitar à FEPESE provas e o cartão-resposta com letras ampliadas, receberá os mesmos com tamanho de letra correspondente à fonte 24, cabendo ao candidato sua leitura e marcação das respostas no respectivo cartão-resposta.

3.5. A declaração de necessidades especiais, para efeito de inscrição e realização das provas, não substitui, em hipótese alguma, a avaliação para fins de aferição da compatibilidade ou não da deficiência em relação ao exercício e atribuições do cargo.

3.6. O candidato portador de necessidades especiais, após realizar sua inscrição pela Internet, no prazo previsto no item 2.3, deverá entregar o atestado médico com o respectivo enquadramento na CID (Classificação Internacional de Doenças), pessoalmente ou por intermédio de procurador,

na FEPESE, Campus Professor João David Ferreira Lima, da Universidade Federal de Santa Catarina, Trindade, Florianópolis - SC, **até às 15h00min do dia 11 de maio de 2006,** impreterivelmente.

3.6.1. Somente serão aceitos atestados médicos cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital.

3.6.2. Os portadores de necessidades especiais, quando convocados para a realização dos procedimentos pré-admissionais, deverão submeter-se a perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pela CASAN, que terá decisão sobre a qualificação como portador de necessidades especiais ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

3.7. O candidato portador de necessidades especiais participará deste concurso em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.8. O candidato portador de necessidades especiais que necessitar de tempo adicional para realização das provas, deverá requerê-lo à FEPESE, com justificativa, quando da sua inscrição.

3.9. A solicitação de condições diferenciadas será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.10. Ao candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais, desde que aprovado e classificado nesta condição, a cada 20 (vinte) contratações para o cargo e região de sua opção, será garantido 1 (uma) vaga, o que corresponde a proporção equivalente a 5% (cinco por cento) conforme legislação vigente.

3.11. Os candidatos portadores de necessidades especiais habilitados serão convocados para efeito de contratação, segundo a ordem especial de classificação, constante em lista separada, observada a ordem de classificação geral.

3.12. Na falta de candidatos classificados para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, estas serão preenchidas pelos demais classificados com estrita observância da ordem de classificação.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente e estarão disponíveis, por meio da Internet, no endereço eletrônico: **http://casan.fepese.ufsc.br/**

4.2. Será divulgada no endereço eletrônico: **http://casan.fepese.ufsc.br/** a relação das inscrições que forem indeferidas.

4.3. Em caso de incorreção na divulgação dos dados preenchidos pelo candidato no Requerimento de Inscrição, deverá ser solicitado pelo interessado a devida correção à FEPESE, até dois dias após a sua divulgação, exceto os relacionados no subitem 2.12.

4.4. A solicitação a que se refere o item anterior poderá ser efetivada por correspondência eletrônica, através do endereço eletrônico: **concursocasan@fepese.ufsc.br**, com menção expressa que se refere a este edital. O candidato deverá indicar obrigatoriamente o respectivo nome, cargo e região de lotação para o qual se inscreveu e número de inscrição, conforme modelo constante do Manual do Candidato.

5. DAS ETAPAS

5.1. O Concurso Público, objeto deste edital, constará de 2 (duas) etapas.

5.2. Na primeira etapa, de caráter eliminatório e classificatório, todos os candidatos serão submetidos, a uma prova escrita, contemplando questões de conhecimentos gerais e conhecimentos específicos.

5.2.1. A prova escrita será composta de questões objetivas com 5 (cinco) alternativas de respostas, com apenas uma alternativa correta.

5.3. A segunda etapa, será constituída por uma prova prática, de caráter classificatório e eliminatório a ser realizada somente para os candidatos às funções do cargo de Operador de Equipamento Pesado.

5.3.1. Para o cargo de Operador de Equipamento Pesado, a prova prática será aplicada conforme subitens 7.1 deste Edital.

6. DA PROVA

6.1. A prova escrita inclui questões objetivas de conhecimentos gerais e conhecimentos específicos. Será realizada em etapa única de 4 (quatro) horas, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta, no dia 21 de maio de 2006, com início às 14h00min horas (horário de Brasília), nas cidades de: Chapecó, Videira, Rio do Sul, Criciúma e Florianópolis, em local que será divulgado no endereço eletrônico: http://casan.fepese.ufsc.br/, com antecedência mínima de 4 (quatro) dias da data da prova.

6.2. O número de questões da prova escrita para todos os cargos está descrito nos subitens abaixo.

6.2.1. Para os cargos de Nível Superior, a prova terá 60 (sessenta) questões, assim distribuídas:
a) Conhecimentos Gerais – 30 questões;
b) Conhecimentos Específicos – 30 questões.

6.2.2. Para os cargos de Nível Médio e Técnico, a prova terá 50 (cinqüenta) questões, assim distribuídas:
a) Conhecimentos Gerais. 20 questões;
b) Conhecimentos Específicos – 30 questões.

6.2.3. Para os cargos de Nível Fundamental, a prova terá 40 (quarenta) questões, assim distribuídas:
a) Conhecimentos Gerais. 15 questões;
b)Conhecimentos Específicos – 25 questões.

6.3. O conteúdo programático das provas consta do ANEXO IV.

6.4. Para a realização da prova escrita, o candidato deverá dispor de caneta esferográfica, com tinta de cor azul ou preta, sendo as questões respondidas somente em cartão-resposta.

6.5. O candidato somente poderá retirar-se da sala de prova após 1(uma) hora de seu início.

6.5.1. Os dois últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se do local simultaneamente.

6.6. Para a entrada nos locais de prova, os candidatos deverão apresentar:
a) documento de identidade original, mencionada no Requerimento de Inscrição;
b) comprovante de pagamento da taxa inscrição original, autenticado pelo banco;

6.6.1. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

6.6.2. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

6.6.3. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.6.4. Não será aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.

6.6.5. Por ocasião da realização da prova, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 6.6, letra a, ou, excepcionalmente, o documento previsto no subitem 6.6.2 deste Edital, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do concurso.

6.7. No dia de realização da prova não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

6.8. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

6.9. Os candidatos poderão comparecer aos locais de prova com antecedência de 30 (trinta) minutos em relação ao início da mesma. Será vedado o acesso ao local de prova ao candidato que se apresentar após o seu início.

6.10. Durante a realização da prova escrita é vedada consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, ou, ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato no concurso. Os telefones celulares e outros equipamentos eletrônicos serão entregues desligados aos fiscais da sala antes do início da prova, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

6.11. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas, nem a realização de prova fora do horário e local marcado pela FEPESE para todos os candidatos.

6.12. Será atribuída nota 0 (zero) às respostas de questão(ões) que contenha(m):
a) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis), no cartão-resposta;
b) mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;
c) espaço não assinalado (s) no cartão-resposta;
d) cartão-resposta preenchido fora das especificações contidas no mesmo, ou seja, preenchido com caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta, ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

6.13. O candidato, ao encerrar a prova, e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala, o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de prova. Caso não o faça, será automaticamente eliminado do concurso.

6.14. A prova escrita será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), sendo, as notas expressas com 2 (dois) decimais, sem arredondamento.

6.15. Será considerado aprovado na prova escrita, o candidato que obtiver:
a) nota na prova escrita igual ou superior a 6,00 (seis), para cargos de Nível Superior;
b) nota na prova escrita igual ou superior a 5,00 (cinco) para cargos de Nível Técnico e Médio e Fundamental.

6.16. Ocorrendo empate na classificação, serão usados sucessivamente os seguintes critérios de desempate:
a) maior idade;
b) maior número de acertos em questões de conhecimentos específicos;
c) maior número de acertos em questões de conhecimentos gerais.

6.17. O preenchimento do cartão de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que procederá de acordo com as instruções nele contidas. Não haverá substituição do cartão de respostas por erro do candidato.

6.18. Todo candidato terá seu cartão-resposta corrigido por meio de processamento eletrônico.

6.19. O gabarito provisório e as provas aplicadas serão divulgados com até 04 horas após o

encerramento das provas, por intermédio da Internet, no endereço eletrônico: http://casan.fepese.ufsc.br/.

6.20. A FEPESE, visando preservar a veracidade e autenticidade do processo seletivo, poderá proceder, no momento da aplicação das provas, a autenticação digital nos cartões de resposta.

6.21. A FEPESE poderá utilizar nas dependências dos locais de prova durante a aplicação da mesma, sistema de segurança eletrônica, e detector de metais nos banheiros. A inscrição no concurso implica na aceitação e autorização expressa, pelo candidato, na utilização dos referidos equipamentos.

6.22. A CASAN e a FEPESE não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação, alojamento e outras despesas dos candidatos, quando da realização de todas as etapas deste concurso.

7. DA PROVA PRÁTICA EXCLUSIVAMENTE PARA O CARGO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO

7.1. Os 15 (quinze) primeiros candidatos aprovados na prova escrita, destinadas ao cargo de Operador de Equipamento Pesado, em cada região - Lotação/Município, serão submetidos a uma prova prática, conforme estabelecido no subitem 5.3 deste edital.

7.2. A prova prática, de caráter classificatório e eliminatório, será aplicada por 3 (três) profissionais habilitados, indicados pela FEPESE.

7.3. O candidato terá o seu desempenho avaliado em relação as atividades inerentes ao cargo de Operador de Equipamento Pesado.

7.3.1. Serão considerados aprovados aqueles que obtiverem na prova prática nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

7.4. A prova prática será realizada em cidades da região de opção do candidato quando da sua inscrição, conforme ANEXO III, na **semana seguinte após a homologação da lista dos candidatos aprovados** na prova de escrita, em local, data e horário a ser divulgado pela FEPESE, no endereço eletrônico: **http://casan.fepese.ufsc.br/**

7.5. Ocorrendo empate na colocação dos classificados serão adotados sucessivamente os critérios descritos no subitem 6.16.

8 PROVA DE TÍTULOS

8.1.A Prova de Títulos compreende apresentação de títulos que comprovem a efetiva realização de cursos de pós-graduação em compatibilidade com a área de formação profissional que o candidato se inscreveu.

8.2. O Subitem acima será aplicado, somente para os cargos de nível superior.

8.2.1 Para efeito de títulos, considera-se:
a) doutorado em curso credenciado pela CAPES;
b) mestrado em curso credenciado pela CAPES;
c) especialização em curso oferecido por instituição de ensino superior, de acordo com a Resolução CNE/CES nº 01, de 3 de abril de 2001.

8.3. Os títulos apresentados receberão notas, conforme a seguinte tabela:

ITEM	TÍTULO	NOTA
1	ESPECIALIZAÇÃO *(Lato Sensu)*	5,0
2	MESTRADO	7,0
3	DOUTORADO	10,0

8.4. A nota expressa na tabela acima será computada, não cumulativamente, por título, valendo apenas a nota atribuída ao maior título acadêmico.

8.5.Somente serão avaliados os títulos dos candidatos que foram aprovados na prova escrita.

8.6.Os títulos serão apreciados pela Comissão de Concurso, observado o respectivo gabarito de notas, de acordo com a tabela do subitem 8.3.

8.7.As fotocópias dos títulos deverão ser entregues em uma via, **até às 16h00min do dia 11 de maio de 2006**, pelo próprio candidato ou por intermédio de procurador, na secretaria da FEPESE, localizada no Campus Professor João David Ferreira Lima da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Trindade – Florianópolis - SC.

8.8. Para efeito de títulos, considera-se:
a) Certificado de conclusão de curso de pós-graduação em nível de especialização em compatibilidade com a área de formação profissional que o candidato se inscreveu, oferecido por Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC, acompanhado do histórico escolar, de acordo com a Resolução CNE/CES nº 01, de 3 de abril de 2001.
b) Diploma, devidamente registrado, de conclusão de mestrado em compatibilidade com a área de formação profissional que o candidato se inscreveu, credenciado pela CAPES, acompanhado do histórico escolar, do qual conste o número de créditos obtidos, as disciplinas cursadas e o resultado do julgamento da dissertação.
c) diploma, devidamente registrado, de conclusão de doutorado em compatibilidade com a área de formação profissional que o candidato se inscreveu, credenciado pela CAPES, acompanhado do histórico escolar, do qual conste o número de créditos obtidos, as disciplinas cursadas e o resultado do julgamento da tese.

8.8.1.Somente serão aceitas as cópias dos títulos autenticadas em cartório, não sendo aceitos os títulos originais.

8.8.2.A cópia autenticada dos títulos entregue, conforme subitem 8.7, para efeito de avaliação não serão devolvidas.

8.8.3.Não serão aceitos títulos encaminhados via postal, via fax e/ou via correio eletrônico.

8.9.Todo diploma, ou certificado de conclusão de curso expedido em língua estrangeira somente será considerado se traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado e desde que o curso seja reconhecido pelo MEC e validado por instituição federal de ensino superior.

8.10.Somente serão aceitos os títulos entregues pelo candidato ou por seu procurador, mediante apresentação de procuração simples do interessado, com firma reconhecida em cartório, acompanhada de cópia legível do documento de identidade do candidato.

8.11.Serão de inteira responsabilidade do candidato as informações prestadas pelo mesmo ou por seu procurador no ato de entrega dos títulos.

9. DOS RECURSOS

9.1. Será admitido recurso, que deverá ser interposto na FEPESE, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados após a data da divulgação da homologação das inscrições, da publicação do gabarito provisório da prova objetiva de conhecimento e do resultado final do concurso, impreterivelmente, até às 18h00min.

9.2. O recurso deverá obedecer ao padrão estabelecido no Manual do Candidato, devendo ser observados, entre outros, os seguintes requisitos:
a) ser datilografado ou digitado, em duas vias, assinadas;
b) ser fundamentado, com argumentação lógica e consistente;
c) ser apresentado em folhas separadas, para questões diferentes, quando do gabarito provisório.

9.3. Os recursos deverão ser entregues e protocolizados pessoalmente pelo candidato ou por seu procurador, na FEPESE, Campus Universitário da UFSC, Trindade – Florianópolis – SC, mediante comprovação do pagamento da "Taxa de Recurso", obtida no endereço eletrônico, **http://casan.fepese.ufsc.br/** recolhida em qualquer banco, no valor de R$ 40,00 (quarenta reais), para os cargos de nível superior; R$ 25,00 (vinte e cinco reais) para os cargos de nível médio e técnico e de R$ 15,00 (quinze reais) para os cargos de nível fundamental.

9.4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos.

9.5. Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, telex, Internet, ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo, constantes do Manual do Candidato, serão indeferidos.

9.6. Após o recebimento e análise de todos os recursos pela banca de provas, será publicado o gabarito definitivo do concurso.

9.7. Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que realizaram a prova objetiva.

9.8. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer, coletivamente no endereço eletrônico: **http://casan.fepese.ufsc.br/**

9.9. A Comissão de Concurso constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão recursos ou revisões adicionais.

10. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL AOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, NÍVEL TÉCNICO, NÍVEL MÉDIO E NIVEL FUNDAMENTAL.

10.1.Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final conforme estabelecido nos subitens 6.15, letras "a" e "b".

10.1.1 A classificação final – CF, para os cargos de nível superior será expressa com 2 (duas) decimais, e será determinada através da fórmula abaixo, onde: NPE – Nota da prova escrita e NPT – Nota da prova de título.

$$CF = \frac{4{,}0NPE + NPT}{5}$$

10.1.2. A classificação final – CF, para os cargos de nível técnico, médio e fundamental, exceto para aqueles que optaram para o cargo de Operador de Equipamento Pesado, se dará de acordo com o subitem 6.15, letra "b".

10.1.3. A classificação final – CF, para o cargo de Operador de Equipamento Pesado nível fundamental será expressa com 2 (duas) decimais, e será determinada através da fórmula abaixo, onde: NPE – Nota da prova escrita e NPP – Nota da prova prática.

$$CF = \frac{NPE + NPP}{2}$$

10.1.4.Ocorrendo empate na classificação, serão usados sucessivamente os critérios de descritos no subitem 6.16 deste edital.

10.2..Os candidatos serão classificados pela ordem decrescente da nota final por cargo e região de Lotação/Município conforme inscrição e geral por cargo de opção.

10.2.1.O candidato aprovado e classificado, quando convocado, deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
b) Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso;
c) Título de Eleitor válido;
d) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
e) Cédula de Identidade;
f) Cartão de Identificação do Contribuinte – CIC ou CPF válido;
g) Duas fotos 3x4;
h) Comprovante de formação e habilitação exigida para o cargo;
i) Registro no respectivo Conselho de Classe, bem como estar inteiramente quite com as demais exigências legais do órgão fiscalizador do exercício profissional, (para os

cargos de nível técnico e de nível superior);
j) Certidão de nascimento e carteira de vacinação de filhos menores de 14 anos de idade;
k) Número de conta corrente bancária a ser orientado pela CASAN;
l) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação pela Constituição;
m) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no Artigo 137 e seu Parágrafo Único, da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação dos Estados e Municípios;
n) Carteira de motorista habilitação de categoria "D" (para o cargo de Operador de Equipamento Pesado).
o) Comprovar idade mínima de 18 (dezoito) anos;
p) Os cargos que exigem comprovação de experiência mínima deverão comprová-la através de registro na Carteira Profissional e declaração do empregador com firma reconhecida em cartório e /ou certidão de atividades, com firma reconhecida quando servidor público;
q) Certificado de reservista, certificado de dispensa de incorporação, ou certidão de regularidade do serviço militar.

10.3 Não havendo candidatos inscritos ou aprovados em número suficiente para um determinado cargo e região conforme previsto no ANEXO III, excepcionalmente e após o preenchimento das vagas disponibilizadas neste edital, a CASAN considerando a necessidade de contratação poderá convocar candidatos constantes da classificação geral por cargo.

10.3.1 Neste caso, o candidato que não se interessar pela vaga oferecida, permanecerá com a sua classificação inicial de opção.

10.3.2. A classificação geral por cargo obedecerá ao estabelecido no item 6.16.

10.3.3. A convocação obedecerá as normas estabelecidas neste edital.

11 – DA HOMOLOGAÇÃO E VALIDADE DO CONCURSO

11.1. Será publicada, no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, e no endereço eletrônico: http://casan.fepese.ufsc.br/ a homologação do resultado final dos candidatos, que lograrem aprovação e classificação no concurso de que trata este edital.

11.1.1. A homologação do resultado do Concurso Público, objeto deste edital, será efetuada conforme previsto no subitem 10.2.

11.2. A convocação para contratação será feita por carta registrada (AR) ao endereço fornecido pelo candidato quando da sua inscrição e por meio de uma publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. O endereço fornecido no requerimento de inscrição para correspondência, bem como a sua atualização durante o prazo de vigência do concurso é de inteira responsabilidade do candidato.

11.3.O candidato convocado para contratação terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento (AR) da carta expedida pela CASAN ou da data da publicação da convocação no Diário Oficial do Estado, para submeter-se a uma avaliação de aptidão física, coordenada pelos Médicos do Trabalho da CASAN ou por seus representantes formalmente designados, para:

a) Avaliação clínica, abrangendo anamnese ocupacional e exame físico, visando compatibilizar o estado físico do candidato em relação às atividades que serão desenvolvidas no exercício da profissão.
b) Exames complementares previstos no PCMSO conforme Norma Regulamentadora (NR 7).
c) Outras avaliações especializadas, a critério médico.

11.3.1.Perderá o direito a vaga o candidato que for considerado INAPTO na avaliação de aptidão física para o exercício das atividades do cargo de opção.

11.4.O candidato considerado apto, deverá apresentar a documentação necessária para efetivação da contratação e iniciar as atividades no prazo máximo de até 7 (sete) dias úteis, contados da data da liberação do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO). Salvo por força de motivo justificado, este prazo poderá ser prorrogado mediante termo de ajuste, nunca superior a 30 (trinta) dias, contados da data da liberação do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), sob pena de perda do direito a vaga.

11.5. No caso de devolução da carta de convocação pelo Correio, por qualquer motivo, a CASAN não se responsabilizará pelo não recebimento da mesma e/ou pela perda da vaga.

11.6. Este concurso público terá validade de 02 (dois) anos a contar da data do ato de homologação do resultado, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do CASAN.

12. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

12.1. Delega-se competência à FEPESE para:
a) receber as inscrições e respectivos valores das inscrições e dos recursos;
b) deferir e indeferir as inscrições dos candidatos;
c) emitir os documentos de confirmação de inscrições;
d) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas a que se refere o presente concurso.
e) receber e apreciar os recursos administrativos previstos neste Edital.
f) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
g) constituir comissão interna do concurso e designar Banca Examinadora de provas.

13. DO FORO JUDICIAL

13.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público de que trata este edital é o de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A habilitação e classificação, neste Concurso Público, não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Pessoal da CASAN – Cia Catarinense de Águas e Saneamento. A decisão sobre a contratação é de competência do Presidente da CASAN, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

14.2. A jornada de trabalho para os cargos objeto deste Concurso Público é de 40 (quarenta) horas semanais, exceto para o cargo de Médico do Trabalho, que terá carga horária especial.

14.3. A utilização do cadastro reserva para contratação de candidatos fica condicionada a futuras necessidades de pessoal da CASAN e autorização do Governo do Estado, obedecendo rigorosamente, à ordem de classificação final, observados os critérios de desempate contidos no subitem 6.16 deste edital.

14.4.O contrato de trabalho será regido pela CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, observando-se rigorosamente o que dispõe o seu Artigo 445, Parágrafo Único. Antes do término do período de 90 (noventa) dias, o contratado será submetido a uma avaliação do contrato de experiência, onde deverá ser considerado apto caso contrário, terá seu contrato rescindido. O instrumento de avaliação a ser utilizado será específico para este fim e o vigente na CASAN na época da avaliação.

14.5. Uma vez contratado, o empregado terá que cumprir no mínimo dois anos de atividades no local de sua lotação inicial, podendo nesse período ser movimentado para outra unidade unicamente por estrita conveniência da empresa, obedecendo ao que determina a Norma Interna de Transferência ou Remanejamento.

14.6. O extrato deste edital (aviso de abertura) e os demais avisos serão publicados em jornal de circulação estadual, no Quadro de Avisos da sede do CASAN e disponibilizados, pela Internet, no endereço eletrônico http://casan.fepese.ufsc.br/

14.7. O inteiro teor deste edital e demais atos administrativos oficiais relativos ao aludido concurso, serão publicados no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, no Quadro de Avisos da sede da CASAN e disponibilizados, pela Internet, no endereço eletrônico: http://casan.fepese.ufsc.br/ .

14.8. A FEPESE não fornecerá exemplares dos cadernos de prova aos candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do concurso.

14.9. São declarados inabilitados para efeito de contratação no Quadro de Pessoal da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, os portadores de doenças graves, contagiosas ou incuráveis, especificadas no parágrafo primeiro do artigo 186 da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e das seguintes deficiências: tetraplegia, amputação dos membros superiores, lesão cerebral grave e definitiva ou lesões duradouras que prejudiquem de forma significativa o exercício profissional.

14.10. Será excluído do concurso, por ato da FEPESE, o candidato que:
a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
c) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;

14.11. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas neste edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

14.12. Os casos não previstos, no que tange à realização do concurso objeto deste edital, serão resolvidos, conjuntamente, pela FEPESE e pela Comissão do Concurso da CASAN.
Florianópolis, 10 de abril de 2006.

Presidente da Diretoria Colegiada
Walmor Paulo De Luca

ANEXOS

ANEXO I - QUADRO TOTAL DE VAGAS

Cargos	Escolaridade	Vagas
Agente Administrativo Operacional	Ensino Fundamental	20
Instalador Hidráulico Sanitário	Ensino Fundamental	16
Operador de Equipamento Pesado	Ensino Fundamental, com Carteira Nacional de Habilitação Categoria "D"	07
Operador de Eta/Ete III	Ensino Médio	12
Assistente Administrativo	Ensino Médio	08
Desenhista Projetista	Ensino Médio	01
Operador de Computador	Ensino Médio	01
Técnico de Contabilidade	Técnico em Contabilidade, com registro profissional no Órgão de classe.	05
Técnico de Saneamento	Técnico em Saneamento, com registro profissional no Órgão de classe.	04
Eletrotécnico	Técnico em Eletrotécnico, com registro profissional no Órgão de classe.	04
Técnico de Mecânica	Técnico em Mecânica, com registro profissional no Órgão de classe.	04
Técnico de Edificações	Técnico em Edificações, com registro profissional no Órgão de classe.	04
Técnico de Eletrônica	Técnico em Eletrotrônica, com registro profissional no Órgão de classe.	04
Técnico de Laboratório	Nível Médio profissionalizante em uma das áreas: Biologia, Química ou Ciências da Saúde , com registro profissional no Órgão de classe	03
Secretária	Nível Médio ou Técnico em Secretariado, com registro profissional no Órgão de classe/DRT	03
Auxiliar de Enfermagem do Trabalho	Curso Técnico, com qualificação de auxiliar de enfermagem do trabalho com registro profissional na DRT.	01
Médico do Trabalho	Superior em Medicina, com especialização em medicina do trabalho, em nível de pós-graduação com registro profissional na DRT	01

Economista	Superior em Economia, com registro profissional no Órgão de classe.	01
Advogado	Superior em Direito, com registro profissional no Órgão de classe.	04
Administrador	Superior em Administração de Empresa, com registro profissional no Órgão de classe.	03
Contador	Superior em Contabilidade, com registro profissional no Órgão de classe	03
*Analista de Sistemas *Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Analista de Sistemas conforme Plano de Cargos e Salários	a) Superior em Ciências da Computação, Sistemas de Informações, Engenharia de Computação e Administração com Habilitação em Sistemas de Informação. b) Superior em Engenharia, Matemática, Economia, Contabilidade ou Administração de Empresa com registro profissional no Órgão de classe e experiência mínima de 3 anos, comprovada, na área de computação.	02
*Analista de Sistemas *Suporte, Sistemas Operacionais e Rede. *Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Analista de Sistemas conforme Plano de Cargos e Salários	a) Superior em Ciências da Computação, Sistemas de Informações, Engenharia de Computação e Administração com Habilitação em Sistemas de Informação. b) Superior em Engenharia, Matemática, Economia, Contabilidade ou Administração de Empresa com registro profissional no Órgão de classe e experiência mínima de 3 anos, comprovada, na área de computação em Suporte de Sistemas Operacionais.	02
*Engenheiro *Engenharia Civil *Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Engenheiro conforme Plano de Cargos e Salários	Superior em Engenharia Civil, com registro profissional no Órgão de classe.	04
*Engenheiro *Engenharia Elétrica *Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Engenheiro conforme Plano de Cargos e Salários	Superior em Engenharia Elétrica, com registro profissional no Órgão de classe.	04
*Engenheiro *Engenharia Mecânica *Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Engenheiro conforme Plano de Cargos e Salários	Superior em Engenharia Mecânica, com registro profissional no Órgão de classe.	04
*Engenheiro *Engenharia Sanitária *Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Engenheiro conforme Plano de Cargos e Salários	Superior em Engenharia Sanitária, com registro profissional no Órgão de classe.	04
*Engenheiro *Engenharia Química *Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Engenheiro conforme Plano de Cargos e Salários	Superior em Engenharia Química, com registro profissional no Órgão de classe no Órgão de classe, devidamente reconhecido e registrado no MTb.	01
Químico	Superior em Química, com registro profissional no Órgão de classe.	03
Biólogo	Superior em Biologia, com registro profissional no Órgão de classe.	02
TOTAL DE VAGAS		136

ANEXO II – TABELA DE SALÁRIOS

Cargo	Nível	Referência	Salário inicial(r$)
Auxiliar de Enfermagem do Trabalho	1	9	614,06
Agente Administrativo Operacional	1	10	645,55
Instalador Hidráulico Sanitário	1	10	645,55
Operador de Eta/Ete III	1	10	645,55
Operador de Equipamento Pesado	1	10	645,55
Assistente Administrativo	1	10	645,55
Secretária	1	10	645,55
Operador de Computador	1	10	645,55
Desenhista Projetista	1	16	864,93
Técnico de contabilidade	1	16	864,93
Técnico de Saneamento	1	16	864,93
Eletrotécnico	1	16	864,93
Técnico de Mecânica	1	16	864,93
Técnico de Edificações	1	16	864,93
Técnico de Eletrônica	1	16	864,93
Técnico de Laboratório	1	16	864,93
Médico do Trabalho	1	27	1.477,94
Engenheiro (C, D, E, F e G)	1	29	1.629,09
Químico	1	29	1.629,09
Biólogo	1	29	1.629,09
Advogado	1	29	1.629,09
Economista	1	29	1.629,09
Administrador	1	29	1.629,09
Contador	1	29	1.629,09
Analista de sistemas (A e B)	1	29	1.629,09

Notas:
a) A remuneração básica mensal corresponde ao nível e salário inicial do cargo previsto na escala salarial constante do Plano de Cargos e Salários da CASAN, mais Vale Refeição/ Alimentação no valor/mês de R$ 297,00 (duzentos e noventa e sete reais), Auxílio Creche, Plano de Saúde (opcional) e Vale Transporte, conforme estabelecidos em Acordo Coletivo de Trabalho e/ou Legislação vigente.

b) O candidato admitido para ocupar cargo com **piso salarial profissional** estabelecido em Lei, cujo valor seja superior ao da Escala Salarial da CASAN, a contratação se dará de acordo com o salário oferecido neste edital, sendo a diferença paga em rubrica separada.

ANEXO III - QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS POR REGIÃO

Opção do candidato	Cidades/locais de abrangência	Cargos	Código Cargo	Vaga	Atividades sintéticas do cargo
REGIÃO 1	Colônia Santana Saco Grande Costa Sul Leste Ribeirão da Ilha Lagoa da Conceição Barra da Lagoa Campeche Costa Norte Canasvieiras Daniela Rio Vermelho Vargem Pequena Ingleses Jurerê Biguaçu Antônio Carlos Palhoça Praia de Fora Pinheira Santo Amaro da Imperatriz Aguas Mornas Rancho Queimado São Bonifácio Angelina São José Florianópolis	Agente Administrativo Operacional	-----	01	Executar atividades operacionais (abertura e fechamento de valas, limpeza e conservação de dependências da empresa, operar estações de água e esgoto – ETA/ETE, corte e ligação de redes de água e esgoto, reaterro e apiloamento de valas e repavimentação) e outras atividades internas inerentes ao cargo.
REGIÃO 2	Cabeçudas Praia do Sol Farol de Santa Marta Pescaria Brava Campos Verdes Imbituba Itapirubá Araçatuba Garopaba Praia da Gamboa Paulo Lopes Laguna	Agente Administrativo Operacional	-----	01	Executar atividades operacionais (abertura e fechamento de valas, limpeza e conservação de dependências da empresa, operar estações de água e esgoto – ETA/ETE, corte e ligação de redes de água e esgoto, reaterro e apiloamento de valas e repavimentação) e outras atividades internas inerentes ao cargo.
REGIÃO 3	Capivari de Baixo Treze de Maio Gravatal Braço Norte Armazém Santa Terezinha São Martinho Guabiroba Santa Rosa de Lima Rio Fortuna	Agente Administrativo Operacional	-----	01	Executar atividades operacionais (abertura e fechamento de valas, limpeza e conservação de dependências da empresa, operar estações de água e esgoto – ETA/ETE, corte e ligação de redes de água e esgoto, reaterro e apiloamento de valas e repavimentação) e outras atividades internas inerentes ao cargo.
REGIÃO 4	Siderópolis Forquilhinha Nova Veneza Morro da Fumaça Estação Cocal Lauro Muller Turvo Morro Chato Ermo Meleiro Sombrio Maracajá Praia Grande Cachoeira de Fátima Balneário Gaivota São João do Sul Criciúma	Agente Administrativo Operacional	-----	01	Executar atividades operacionais (abertura e fechamento de valas, limpeza e conservação de dependências da empresa, operar estações de água e esgoto – ETA/ETE, corte e ligação de redes de água e esgoto, reaterro e apiloamento de valas e repavimentação) e outras atividades internas inerentes ao cargo.
	Santa Isabel Boava Bom Jardim da Serra	Agente			Executar atividades operacionais (abertura e fechamento de valas, limpeza e conservação de

REGIÃO 5	Bom Retiro Urubici Urupema São Joaquim	Administrativo Operacional	-----	01	dependências da empresa, operar estações de água e esgoto – ETA/ETE, corte e ligação de redes de água e esgoto, reaterro e apiloamento de valas e repavimentação) e outras atividades internas inerentes ao cargo.
REGIÃO 6	Ilhota Pedra de Amolar Penha Santa Lídia São Cristovão Luiz Alves Piçarras Canelinha Botuverá Guabiruba Lageado Baixo Major Gercino Porto Belo Bombinhas Zimbro/Canto Grande	Agente Administrativo Operacional	-----	01	Executar atividades operacionais (abertura e fechamento de valas, limpeza e conservação de dependências da empresa, operar estações de água e esgoto – ETA/ETE, corte e ligação de redes de água e esgoto, reaterro e apiloamento de valas e repavimentação) e outras atividades internas inerentes ao cargo.
REGIÃO 7	Agrolândia Atalanta Imbuia Alfredo Wagner Petrolândia Aurora Leoberto Leal Vidal Ramos José Boiteux Presidente Getúlio Dona Emma Presidente Nereu Lontras Witmarsum Vitor Meirelles Apiuna Subida Agronômica Laurentino Rio do Oeste Pouso Redondo Aterrado Torto Trombudo Central - Taio Santa Terezinha Salete Mirim Doce Rio do Campo Taiozinho Ituporanga Ibirama Rio do Sul	Agente Administrativo Operacional	-----	01	Executar atividades operacionais (abertura e fechamento de valas, limpeza e conservação de dependências da empresa, operar estações de água e esgoto – ETA/ETE, corte e ligação de redes de água e esgoto, reaterro e apiloamento de valas e repavimentação) e outras atividades internas inerentes ao cargo.
REGIÃO 8	**Indaial Ascurra Benedito Novo Alto Benedito Rodeio Rio dos Cedros Dr. Pedrinho Salto Doner**	Agente Administrativo Operacional	-----	**01**	**Executar atividades operacionais (abertura e fechamento de valas, limpeza e conservação de dependências da empresa, operar estações de água e esgoto – ETA/ETE, corte e ligação de redes de água e esgoto, reaterro e apiloamento de valas e repavimentação) e outras atividades internas inerentes ao cargo.**
REGIÃO 9	**Irineópolis Major Vieira Três Barras Bela Vista do Toldo Santa Cruz do Timbó Porto União Itaiópolis Campo Alegre Bateias de Baixo Fragosos Monte Castelo Residencial Fuck Canoinhas Mafra**	Agente Administrativo Operacional	-----	**01**	**Executar atividades operacionais (abertura e fechamento de valas, limpeza e conservação de dependências da empresa, operar estações de água e esgoto – ETA/ETE, corte e ligação de redes de água e esgoto, reaterro e apiloamento de valas e repavimentação) e outras atividades internas inerentes ao cargo.**
	Araquari				
REGIÃO 10	Bal. Barra do Sul Itapoá Garuva Guaramirim Massaranduba Schroeder Corupá Barra Velha São João do Itaperiú	Agente Administrativo Operacional	-----	01	Executar atividades operacionais (abertura e fechamento de valas, limpeza e conservação de dependências da empresa, operar estações de água e esgoto – ETA/ETE, corte e ligação de redes de água e esgoto, reaterro e apiloamento de valas e repavimentação) e outras atividades internas inerentes ao cargo.
REGIÃO 11	Correia Pinto São José do Cerrito Painel Bocaina do Sul Anita Garibaldi Campo Belo do Sul Capão Alto Cerro Negro Palmeira Otacílio Costa	Agente Administrativo Operacional	-----	01	Executar atividades operacionais (abertura e fechamento de valas, limpeza e conservação de dependências da empresa, operar estações de água e esgoto – ETA/ETE, corte e ligação de redes de água e esgoto, reaterro e apiloamento de valas e repavimentação) e outras atividades internas inerentes ao cargo.
REGIÃO 12	Ponte alta Celso Ramos Ibian São Cristovão do Sul Monte Alegre Ponte Alta do Norte Santa Cecília Curitibanos	Agente Administrativo Operacional	-----	01	Executar atividades operacionais (abertura e fechamento de valas, limpeza e conservação de dependências da empresa, operar estações de água e esgoto–Eta/Ete, corte e ligação de redes de água e esgoto, reaterro e apiloamento de valas e repavimentação) e outras atividades internas inerentes ao cargo.
REGIÃO 13	Jaborá Peritiba Ipira Piratuba Irani Pres. Castelo Branco Seara Ipumirim Ita - Xavantina Lindóia do Sul Concórdia	Agente Administrativo Operacional	-----	01	Executar atividades operacionais (abertura e fechamento de valas, limpeza e conservação de dependências da empresa, operar estações de água e esgoto – ETA/ETE, corte e ligação de redes de água e esgoto, reaterro e apiloamento de valas e repavimentação) e outras atividades internas inerentes ao cargo.
REGIÃO 14	Taquara Verde Rio das Antas Ipoméia Gramados Timbó Grande Calmon Lebon Regis Macieira Anta Gorda Salto Veloso Arroio Trinta Iomere	Agente Administrativo Operacional	-----	01	Executar atividades operacionais (abertura e fechamento de valas, limpeza e conservação de dependências da empresa, operar estações de água e esgoto – ETA/ETE, corte e ligação de redes de água e esgoto, reaterro e apiloamento de valas e repavimentação) e outras atividades internas inerentes ao cargo.
	Pinheiro Preto Tangará Catanduvas Ibicaré Água Doce Treze Tílias Vargem Bonita Campina da Alegria Campina Redonda Erval velho Lacerdópolis Caçador Videira Matos Costas				
REGIÃO 15	Novo Horizonte Jupiá Galvão Coronel Martins Quilombo Formosa do Sul Campo Erê Jardinópolis São Lourenço do Oeste	Agente Administrativo Operacional	-----	01	Executar atividades operacionais (abertura e fechamento de valas, limpeza e conservação de dependências da empresa, operar estações de água e esgoto – ETA/ETE, corte e ligação de redes de água e esgoto, reaterro e apiloamento de valas e repavimentação) e outras atividades internas inerentes ao cargo.
	Faxinal dos Guedes				Executar atividades operacionais (abertura e

REGIÃO 16	Marema Xaxim Ponte Serrada Vargeão Passos Maia Abelardo Luz Ouro Verde São Domingos Vila Milane Ipuaçu Xanxerê	Agente Administrativo Operacional	-----	01	fechamento de valas, limpeza e conservação de dependências da empresa, operar estações de água e esgoto – ETA/ETE, corte e ligação de redes de água e esgoto, reaterro e apiloame nto de valas e repavimentação) e outras atividades internas inerentes ao cargo..
REGIÃO 17	Coronel Freitas Marechal Bormann Guatambú Nova Erechim Águas Frias Caxambú do Sul Chapecó	Agente Administrativo Operacional	-----	01	Executar atividades operacionais (abertura e fechamento de valas, limpeza e conservação de dependências da empresa, operar estações de água e esgoto – ETA/ETE, corte e ligação de redes de água e esgoto, reaterro e apiloame nto de valas e repavimentação) e outras atividades internas inerentes ao cargo.
REGIÃO 18	Cunha Porã Caibi Mondaí Riqueza Cambocica São Carlos Cunhataí Águas de Chapecó Palmitos	Agente Administrativo Operacional	-----	01	Executar atividades operacionais (abertura e fechamento de valas, limpeza e conservação de dependências da empresa, operar estações de água e esgoto – ETA/ETE, corte e ligação de redes de água e esgoto, reaterro e apiloame nto de valas e repavimentação) e outras atividades internas inerentes ao cargo.
REGIÃO 19	Romelândia Iraceminha Pinhalzinho Saltinho Bom Jesus D'oeste Modelo Maravilha	Agente Administrativo Operacional	-----	01	Executar atividades operacionais (abertura e fechamento de valas, limpeza e conservação de dependências da empresa, operar estações de água e esgôto – ETA/ETE, corte .e ligação de redes de água e esgoto, reaterro e apiloame nto de valas e repavimentação) e outras atividades internas inerentes ao cargo.
REGIÃO 20	Guaraciaba Iporã D'oeste Bandeirantes Barra Bonita Paraiso Descanso Dionísio cerqueira Barracão Palma Sola São José do Cedro Princesa Guarujá do Sul Padre Reus Mariflor Anchieta São Miguel do Oeste	Agente Administrativo Operacional	-----	01	Executar atividades operacionais (abertura e fechamento de valas, limpeza e conservação de dependências da empresa, operar estações de água e esgoto – ETA/ETE, corte e ligação de redes de água e esgoto, reaterro e apiloame nto de valas e repavimentação) e outras atividades internas inerentes ao cargo.
REGIÃO 21	Costa Sul Leste Costa Norte Florianópolis	Instalador Hidráulico Sanitário	-----	01	Desenvolver atividades de natureza operacional, sujeitas a orientação e execução sob supervisão, envolvendo instalações, consertos de adutoras e redes de distribuição, equipamentos hidráulicos sanitários, ramais prediais, consertos e desobstrução de redes coletoras de esgotos, interceptores, galerias, emissários, poços de visitas e outros serviços.
REGIÃO 22	Imbituba Garopaba Laguna	Instalador Hidráulico Sanitário	-----	01	Desenvolver atividades de natureza operacional, sujeitas a orientação e execução sob supervisão, envolvendo instalações, consertos de adutoras e redes de distribuição, equipamentos hidráulicos sanitários, ramais prediais, consertos e desobstrução de redes coletoras de esgotos, interceptores, galerias, emissários, poços de visitas e outros serviços.
REGIÃO 23	Capivari de Baixo Gravatal Braço Norte	Instalador Hidráulico Sanitário	-----	01	Desenvolver atividades de natureza operacional, sujeitas a orientação e execução sob supervisão, envolvendo instalações, consertos de adutoras e redes de distribuição, equipamentos hidráulicos sanitários, ramais prediais, consertos e desobstrução de redes coletoras de esgotos, interceptores, galerias, emissários, poços de visitas e outros serviços.
REGIÃO 24	Siderópolis Forquilhinha Nova Veneza Morro da Fumaça Lauro Muller Iturvo Criciúma	Instalador Hidráulico Sanitário	-----	01	Desenvolver atividades de natureza operacional, sujeitas a orientação e execução sob supervisão, envolvendo instalações, consertos de adutoras e redes de distribuição, equipamentos hidráulicos sanitários, ramais prediais, consertos e desobstrução de redes coletoras de esgotos, interceptores, galerias, emissários, poços de visitas e outros serviços.
REGIÃO 25	Bom Retiro Urubici São Joaquim	Instalador Hidráulico Sanitário	-----	01	Desenvolver atividades de natureza operacional, sujeitas a orientação e execução sob supervisão, envolvendo instalações, consertos de adutoras e redes de distribuição, equipamentos hidráulicos sanitários, ramais prediais, consertos e desobstrução de redes coletoras de esgotos, interceptores, galerias, emissários, poços de visitas e outros serviços.
REGIÃO 26	Penha Piçarras Canelinha Porto Belo Bombinhas	Instalador Hidráulico Sanitário	-----	01	Desenvolver atividades de natureza operacional, sujeitas a orientação e execução sob supervisão, envolvendo instalações, consertos de adutoras e redes de distribuição, equipamentos hidráulicos sanitários, ramais prediais, consertos e desobstrução de redes coletoras de esgotos, interceptores, galerias, emissários, poços de visitas e outros serviços.
REGIÃO 27	Lontras Apiuna Taio Ibirama Rio do sul Pouso Redondo	Instalador Hidráulico Sanitário	-----	01	Desenvolver atividades de natureza operacional, sujeitas a orientação e execução sob supervisão, envolvendo instalações, consertos de adutoras e redes de distribuição, equipamentos hidráulicos sanitários, ramais prediais, consertos e desobstrução de redes coletoras de esgotos, interceptores, galerias, emissários, poços de visitas e outros serviços.
REGIÃO 28	Ascurra Indaial Rodeio	Instalador Hidráulico Sanitário	-----	01	Desenvolver atividades de natureza operacional, sujeitas a orientação e execução sob supervisão, envolvendo instalações, consertos de adutoras e redes de distribuição, equipamentos hidráulicos sanitários, ramais prediais, consertos e desobstrução de redes coletoras de esgotos,

					interceptores, galerias, emissários, poços de visitas e outros serviços.
REGIÃO 29	Três Barras Campo Alegre Canoinhas Mafra	Instalador Hidráulico Sanitário	-----	01	Desenvolver atividades de natureza operacional, sujeitas a orientação e execução sob supervisão, envolvendo instalações, consertos de adutoras e redes de distribuição, equipamentos hidráulicos sanitários, ramais prediais, consertos e desobstrução de redes coletoras de esgotos, interceptores, galerias, emissários, poços de visitas e outros serviços.
REGIÃO 30	Itapoá Guaramirim Schroeder Corupá Barra Velha	Instalador Hidráulico Sanitário	-----	01	Desenvolver atividades de natureza operacional, sujeitas a orientação e execução sob supervisão, envolvendo instalações, consertos de adutoras e redes de distribuição, equipamentos hidráulicos sanitários, ramais prediais, consertos e desobstrução de redes coletoras de esgotos, interceptores, galerias, emissários, poços de visitas e outros serviços.
REGIÃO 31	Seara Concórdia	Instalador Hidráulico Sanitário	-----	01	Desenvolver atividades de natureza operacional, sujeitas a orientação e execução sob supervisão, envolvendo instalações, consertos de adutoras e redes de distribuição, equipamentos hidráulicos sanitários, ramais prediais, consertos e desobstrução de redes coletoras de esgotos, interceptores, galerias, emissários, poços de visitas e outros serviços.
REGIÃO 32	Catanduvas Caçador Videira	Instalador Hidráulico Sanitário	-----	01	Desenvolver atividades de natureza operacional, sujeitas a orientação e execução sob supervisão, envolvendo instalações, consertos de adutoras e redes de distribuição, equipamentos hidráulicos sanitários, ramais prediais, consertos e desobstrução de redes coletoras de esgotos, interceptores, galerias, emissários, poços de visitas e outros serviços.
REGIÃO 33	Campo Erê São Lourenço do Oeste	Instalador Hidráulico Sanitário	-----	01	Desenvolver atividades de natureza operacional, sujeitas a orientação e execução sob supervisão, envolvendo instalações, consertos de adutoras e redes de distribuição, equipamentos hidráulicos sanitários, ramais prediais, consertos e desobstrução de redes coletoras de esgotos, interceptores, galerias, emissários, poços de visitas e outros serviços.
REGIÃO 34	Xaxim Xanxerê	Instalador Hidráulico Sanitário	-----	01	Desenvolver atividades de natureza operacional, sujeitas a orientação e execução sob supervisão, envolvendo instalações, consertos de adutoras e redes de distribuição, equipamentos hidráulicos sanitários, ramais prediais, consertos e desobstrução de redes coletoras de esgotos, interceptores, galerias, emissários, poços de visitas e outros serviços.
					Desenvolver atividades de

REGIÃO 35	Chapecó	Instalador Hidráulico Sanitário	----	01	natureza operacional, sujeitas a orientação e execução sob supervisão, envolvendo instalações, consertos de adutoras e redes de distribuição, equipamentos hidráulicos sanitários, ramais prediais, consertos e desobstrução de redes coletoras de esgotos, interceptores, galerias, emissários, poços de visitas e outros serviços.
REGIÃO 36	Pinhalzinho Maravilha	Instalador Hidráulico Sanitário	----	01	Desenvolver atividades de natureza operacional, sujeitas a orientação e execução sob supervisão, envolvendo instalações, consertos de adutoras e redes de distribuição, equipamentos hidráulicos sanitários, ramais prediais, consertos e desobstrução de redes coletoras de esgotos, interceptores, galerias, emissários, poços de visitas e outros serviços.
REGIÃO 37	Chapecó Concódia Xanxerê	Operador de Equipamento Pesado	----	01	Operar máquinas, equipamentos e dirigir caminhões leves e pesados com equipamentos acoplados ou não.
REGIÃO 38	Curitibanos Caçador	Operador de Equipamento Pesado	----	01	Operar máquinas, equipamentos e dirigir caminhões leves e pesados com equipamentos acoplados ou não.
REGIÃO 39	Mafra	Operador de Equipamento Pesado	----	01	Operar máquinas, equipamentos e dirigir caminhões leves e pesados com equipamentos acoplados ou não.
REGIÃO 40	Rio do sul Indaial	Operador de Equipamento Pesado	----	01	Operar máquinas, equipamentos e dirigir caminhões leves e pesados com equipamentos acoplados ou não.
REGIÃO 41	Biguaçú Palhoça Florianópolis	Operador de Equipamento Pesado	----	01	Operar máquinas, equipamentos e dirigir caminhões leves e pesados com equipamentos acoplados ou não.
REGIÃO 42	Criciúma Laguna Imbituba	Operador de Equipamento Pesado	----	01	Operar máquinas, equipamentos e dirigir caminhões leves e pesados com equipamentos acoplados ou não.
REGIÃO 43	Piçarras Penha	Operador de Equipamento Pesado	----	01	Operar máquinas, equipamentos e dirigir caminhões leves e pesados com equipamentos acoplados ou não.
REGIÃO 44	Costa Sul Leste Costa Norte Florianópolis	Operador de Eta/Ete III	----	01	Operar, manter e controlar as estações de tratamento de água que façam tratamento completo sem limite de vazão. Operar, manter e controlar estações de tratamento de esgoto que operem através de processos aeróbios, anaeróbicos ou facultativos naturais.
REGIÃO 45	Imbituba Laguna Gravatal	Operador de Eta/Ete III	----	01	Operar, manter e controlar as estações de tratamento de água que façam tratamento completo sem limite de vazão. Operar, manter e controlar estações de tratamento de esgoto que operem através de processos aeróbios, anaeróbicos ou facultativos naturais.
REGIÃO 46	Sideropolis Morro da Fumaca Turvo Criciuma	Operador de Eta/Ete III	----	01	Operar, manter e controlar as estações de tratamento de água que façam tratamento completo sem limite de vazão. Operar, manter e controlar estações de tratamento de esgoto que operem através de processos aeróbios, anaeróbicos ou facultativos naturais.
	Picarras Guabiruba	Operador de	-----	01	Operar, manter e controlar as estações de tratamento de água que façam tratamento

REGIÃO 47	Porto Belo Bombinhas	Eta/Ete III			completo sem limite de vazão. Operar, manter e controlar estações de tratamento de esgoto que operem através de processos aeróbios, anaeróbicos ou facultativos naturais.
REGIÃO 48	Agrolândia Imbuia Presidente Getúlio Rio do Oeste Pouso Redondo Trombudo Central Ituporanga Rio do Sul Indaial	Operador de Eta/Ete III	-----	01	Operar, manter e controlar as estações de tratamento de água que façam tratamento completo sem limite de vazão. Operar, manter e controlar estações de tratamento de esgoto que operem através de processos aeróbios, anaeróbicos ou facultativos naturais.
REGIÃO 49	Três Barras Itaiópolis Campo Alegre Canoinhas Mafra	Operador de Eta/Ete III	-----	01	Operar, manter e controlar as estações de tratamento de água que façam tratamento completo sem limite de vazão. Operar, manter e controlar estações de tratamento de esgoto que operem através de processos aeróbios, anaeróbicos ou facultativos naturais.
REGIÃO 50	Bal. Barra do Sul Itapoá Guaramirim Massaranduba Barra Velha	Operador de Eta/Ete III	-----	01	Operar, manter e controlar as estações de tratamento de água que façam tratamento completo sem limite de vazão. Operar, manter e controlar estações de tratamento de esgoto que operem através de processos aeróbios, anaeróbicos ou facultativos naturais.
REGIÃO 51	Anita Garibaldi Otacílio Costa	Operador de Eta/Ete III	-----	01	Operar, manter e controlar as estações de tratamento de água que façam tratamento completo sem limite de vazão. Operar, manter e confrolar estações de tratamento de esgoto que operem através de processos aeróbios, anaeróbicos ou facultativos naturais.
REGIÃO 52	Piratuba Seara Concórdia	Operador de Eta/Ete III	-----	01	Operar, manter e controlar as estações de tratamento de água que façam tratamento completo sem limite de vazão. Operar, manter e controlar estações de tratamento de esgoto que operem através de processos aeróbios, anaeróbicos ou facultativos naturais.
REGIÃO 53	Quilombo Campo Erê São Lourenço do Oeste	Operador de Eta/Ete III	-----	01	Operar, manter e controlar as estações de tratamento de água que façam tratamento completo sem limite de vazão. Operar, manter e controlar estações de tratamento de esgoto que operem através de processos aeróbios, anaeróbicos ou facultativos naturais.
REGIÃO 54	Xaxim Xanxerê	Operador de Eta/Ete III	-----	01	Operar, manter e controlar as estações de tratamento de água que façam tratamento completo sem limite de vazão. Operar, manter e controlar estações de tratamento de esgoto que operem através de processos aeróbios, anaeróbicos ou facultativos naturais.
REGIÃO 55	São Miguel do Oeste	Operador de Eta/Ete III	-----	01	Operar, manter e controlar as estações de tratamento de água que façam tratamento completo sem limite de vazão. Operar, manter e controlar estações de tratamento de esgoto que operem através de processos aeróbios, anaeróbicos ou facultativos naturais.
REGIÃO 56	Seara Concordia Xaxim Abelardo Luz Xanxerê Chapeco	Assistente Administrativo	-----	01	Executar e desenvolver trabalhos de ordem administrativa em geral que envolvam serviços de redação, datilografia/digitação, recepção, expedição e arquivamento de documentos, interpretações de normas, regulamentos e instruções, bem como, fornecer subsídios e informações para elaboração de pareceres, relatórios, documentos e processos.
REGIÃO 57	São Lourenço do Oeste São Miguel do Oeste Dionísio Cerqueira Maravilha Palmitos São José do Cedro	Assistente Administrativo	-----	01	Executar e desenvolver trabalhos de ordem administrativa em geral que envolvam serviços de redação, datilografia/digitação, recepção, expedição e arquivamento de documentos, interpretações de normas, regulamentos e instruções, bem como, fornecer subsídios e informações para elaboração de pareceres, relatórios, documentos e processos.
REGIÃO 58	Otacílio Costa Correia Pinto Santa Cecília Curitibanos Catanduvas Caçador Videira	Assistente Administrativo	-----	01	Executar e desenvolver trabalhos de ordem administrativa em geral que envolvam serviços de redação, datilografia/digitação, recepção, expedição e arquivamento de documentos, interpretações de normas, regulamentos e instruções, bem como, fornecer subsídios e informações para elaboração de pareceres, relatórios, documentos e processos.
REGIÃO 59	Três Barras Itaiópolis Canoinhas Mafra Balneário Barra do Sul Itapoá Guaramirim Schroeder Barra Velha	Assistente Administrativo	-----	01	Executar e desenvolver trabalhos de ordem administrativa em geral que envolvam serviços de redação, datilografia/digitação, recepção, expedição e arquivamento de documentos, interpretações de normas, regulamentos e instruções, bem como, fornecer subsídios e informações para elaboração de pareceres, relatórios, documentos e processos.
REGIÃO 60	Ilhota Penha Piçarras Guabiruba Porto Belo Bombinhas	Assistente Administrativo	-----	01	Executar e desenvolver trabalhos de ordem administrativa em geral que envolvam serviços de redação, datilografia/digitação, recepção, expedição e arquivamento de documentos, interpretações de normas, regulamentos e instruções, bem como, fornecer subsídios e informações para elaboração de pareceres, relatórios, documentos e processos.
REGIÃO 61	Presidente Getúlio Ibirama Taío Ituporanga Rio do Sul Rodeio Ascurra Indaial Corupa	Assistente Administrativo	-----	01	Executar e desenvolver trabalhos de ordem administrativa em geral que envolvam serviços de redação, datilografia/digitação, recepção, expedição e arquivamento de documentos, interpretações de normas, regulamentos e instruções, bem como, fornecer subsídios e informações para elaboração de pareceres, relatórios, documentos e processos.
REGIÃO 62	São Joaquim Siderópolis Forquilhinha Nova Veneza Morro da Fumaça Lauro Muller Turvo Sombrio Criciúma	Assistente Administrativo	-----	01	Executar e desenvolver trabalhos de ordem administrativa em geral que envolvam serviços de redação, datilografia/digitação, recepção, expedição e arquivamento de documentos, interpretações de normas, regulamentos e

	Imbituba Garopaba- Laguna Capivari de Baixo Braço do Norte				instruções, bem como, fornecer subsídios e informações para elaboração de pareceres, relatórios, documentos e processos.
REGIÃO 63	Costa Sul Leste Costa Norte Biguaçú Palhoça Santo Amaro da Imperatriz Florianópolis São José	Assistente Administrativo	-----	**01**	Executar e desenvolver trabalhos de ordem administrativa em geral que envolvam serviços de redação, datilografia/digitação, recepção, expedição e arquivamento de documentos, interpretações de normas, regulamentos e instruções, bem como, fornecer subsídios e informações para elaboração de pareceres, relatórios, documentos e processos.
REGIÃO 64	Florianópolis	Desenhista Projetista	-----	**01**	Elaborar desenhos de projetos referentes a obras civis, equipamentos e instalações, baseando-se em especificações e outros.
REGIÃO 65	Florianópolis	Operador de Computador	-----	**01**	Programar, codificar e desenvolver atividades necessárias à produção de relatórios, computação matemática ou na manutenção de arquivos de informação.
REGIÃO 66	Concordia Chapecó São Lourenço do Oeste São Miguel do Oeste Palmitos	Técnico de Contabilidade	-----	**01**	Desenvolver atividades relacionadas com a área financeira e contábil para apurar os elementos necessários ao controle e apresentação da situação patrimonial, econômica e financeira da Companhia.
REGIÃO 67	Curitibamos Caçador Videira	Técnico de Contabilidade	-----	**01**	Desenvolver atividades relacionadas com a área financeira e contábil para apurar os elementos necessários ao controle e apresentação da situação patrimonial, econômica e financeira da Companhia.
REGIÃO 68	Canoinhas Mafra Guaramirim Piçarras Porto Belo Rio do Sul Indaial	Técnico de Contabilidade	-----	**01**	Desenvolver atividades relacionadas com a área financeira e contábil para apurar os elementos necessários ao controle e apresentação da situação patrimonial, econômica e financeira da Companhia.
REGIÃO 69	Imbituba Laguna Braço do Norte Criciúma	Técnico de Contabilidade	-----	**01**	Desenvolver atividades relacionadas com a área financeira e contábil para apurar os elementos necessários ao controle e apresentação da situação patrimonial, econômica e financeira da Companhia.
REGIÃO 70	Biguaçú Palhoça Florianópolis São José	Técnico de Contabilidade	-----	**01**	Desenvolver atividades relacionadas com a área financeira e contábil para apurar os elementos necessários ao controle e apresentação da situação patrimonial, econômica e financeira da Companhia.
REGIÃO 71	Criciúma	Técnico de Saneamento	-----	**01**	Executar tarefas de caráter técnico, relativas à execução de projetos, obras, operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários, sob supervisão de profissionais de nível superior.
		Eletrotécnico	-----	**01**	Executar tarefas de caráter técnico, projetadas e dirigidas por profissionais de nível superior na área de projetos, obras, operação e manutenção.
		Técnico de Mecânica	-----	**01**	Executar tarefas de caráter técnico relativos a manutenção, operação e aperfeiçoamento das instalações e equipamentos mecânicos.
			-----		Executar tarefas de caráter
		Técnico de Edificações		**01**	técnico relativos à área de eletrônica da Companhia.
		Técnico de Eletrônica	-----	**01**	Executar tarefas de caráter técnico relativos à área de eletrônica da Companhia.
		Técnico de Laboratório	-----	**01**	Coordenar e desenvolver atividades gerais de laboratório de análises físicas, químicas e bacteriológicas, envolvendo desde a coleta até a realização dos exames necessários para a adequada caracterização das amostras de água e esgotos.
REGIÃO 72	Rio do Sul	Técnico de Saneamento	-----	**01**	Executar tarefas de caráter técnico, relativas à execução de projetos, obras, operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários, sob supervisão de profissionais de nível superior.
		Eletrotécnico	-----	**01**	Executar tarefas de caráter técnico, projetadas e dirigidas por profissionais de nível superior na área de projetos, obras, operação e ma
	72	Técnico de Laboratório	-----	**01**	Coordenar e desenvolver atividades gerais de laboratório de análises físicas, químicas e bacteriológicas, envolvendo desde a coleta até a realização dos exames necessários para a adequada caracterização das amostras de água e esgotos.
		Técnico de Mecânica	-----	**01**	Executar tarefas de caráter técnico relativos a manutenção, operação e aperfeiçoamento das instalações e equipamentos mecânicos.
		Técnico de Edificações	-----	**01**	Executar tarefas de caráter técnico relativos à área de eletrônica da Companhia.
		Técnico de Eletrônica	-----	**01**	Executar tarefas de caráter técnico relativos à área de eletrônica da Companhia.
REGIÃO 73	Chapecó	Técnico de Saneamento	-----	**01**	Executar tarefas de caráter técnico, relativas à execução de projetos, obras, operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários, sob supervisão de profissionais de nível superior.
		Eletrotécnico	-----	**01**	Executar tarefas de caráter técnico, projetadas e dirigidas por profissionais de nível superior na área de projetos, obras, operação e manutenção.
		Técnico de Eletrônica	-----	**01**	Executar tarefas de caráter técnico relativos à área de eletrônica da Companhia.
		Técnico de Edificações	-----	**01**	Executar tarefas de caráter técnico relativos à área de eletrônica da Companhia
		Técnico de Mecânica	-----	**01**	Executar tarefas de caráter técnico relativos a manutenção, operação e aperfeiçoamento das instalações e equipamentos mecânicos.
					Coordenar e desenvolver atividades gerais de
		Técnico de Laboratório	-----	**01**	laboratório de análises físicas, químicas e bacteriológicas, envolvendo desde a coleta até a realização dos exames necessários para a adequada caracterização das amostras de água e esgotos.
		Técnico de Saneamento	-----	**01**	Executar tarefas de caráter técnico, relativas à execução de projetos, obras, operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários, sob supervisão de

					profissionais de nível superior.
REGIÃO 74	Palhoça Florianópolis São José	Eletrotécnico	----	01	Executar tarefas de caráter técnico, projetadas e dirigidas por profissionais de nível superior na área de projetos, obras, operação e manutenção.
		Técnico de Mecânica	----	01	Executar tarefas de caráter técnico relativos a manutenção, operação e aperfeiçoamento das instalações e equipamentos mecânicos.
		Técnico de Edificações	----	01	Executar tarefas de caráter técnico relativos à área de eletrônica da Companhia.
		Técnico de Eletrônica	----	01	Executar tarefas de caráter técnico relativos à área de eletrônica da Companhia.
REGIÃO 75	Chapecó	Secretária	----	01	Executar tarefas relativas a anotação, redação, datilografia, organização de arquivos de documentos e outros serviços de escritório.
REGIÃO 76	Criciúma	Secretária	----	01	Executar tarefas relativas a anotação, redação, datilografia, organização de arquivos de documentos e outros serviços de escritório.
REGIÃO 77	Rio do Sul	Secretária	----	01	Executar tarefas relativas a anotação, redação, datilografia, organização de arquivos de documentos e outros serviços de escritório.
REGIÃO 78	Florianópolis	Auxiliar de Enfermagem do Trabalho	----	01	Auxiliar a Enfermeira e o Médico do Trabalho nas atividades relacionadas à saúde ocupacional.
REGIÃO 79	Florianópolis	Médico do Trabalho	----	01	Praticar a medicina do trabalho proporcionando a promoção, prevenção e recuperação da saúde coletiva e individual dos trabalhadores.
REGIÃO 80	Florianópolis	Economista	----	01	Desenvolver e executar atividades de planejamento econômico-financeiro e sua implantação, estudando, pesquisando e analisando aspectos macro e microeconômico.
REGIÃO 81	Florianópolis	Advogado	----	01	Prestar assistência jurídica à Companhia, representando-a em juízo ou fora dele, por delegação da Diretoria.
REGIÃO 82	Chapecó	Advogado	----	01	Prestar assistência jurídica à Companhia, representando-a em juízo ou fora dele, por delegação da Diretoria.
REGIÃO 83	Rio do Sul	Advogado	----	01	Prestar assistência jurídica à Companhia, representando-a em juízo ou fora dele, por delegação da Diretoria.
REGIÃO 84	Criciúma	Advogado	----	01	Prestar assistência jurídica à Companhia, representando-a em juízo ou fora dele, por delegação da Diretoria.
REGIÃO 85	Criciúma Florianópolis Palhoça	Administrador	----	01	Orientar e executar atividades de administração relacionadas com planejamento, organização, coordenação, controle e supervisão, desenvolvendo pesquisas, estudos, análises, interpretações e implantação de trabalhos técnicos.
REGIÃO 86	Rio do Sul	Administrador	----	01	Orientar e executar atividades de administração relacionadas com planejamento, organização, coordenação, controle e supervisão, desenvolvendo pesquisas, estudos, análises, interpretações e implantação de trabalhos técnicos.
REGIÃO 87	Chapecó	Administrador	----	01	Orientar e executar atividades de administração relacionadas com planejamento, organização, coordenação, controle e supervisão, desenvolvendo pesquisas, estudos, análises, interpretações e implantação de trabalhos técnicos.
REGIÃO 88	Florianópolis	Contador	----	03	Desenvolver atividades técnicas referentes ao controle, organização e execução dos trabalhos das áreas financeiras e contábeis da Companhia.
REGIÃO 89	Florianópolis	*Analista de Sistemas * Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Analista de Sistemas conforme Plano de Cargos e Salários.	A	03	Analisar e estabelecer a utilização de sistemas de processamento automático de dados, estudando as necessidades, possibilidades e métodos referentes aos mesmos, para assegurar a exatidão e rapidez dos diversos tratamentos de informações.
		*Analista de Sistemas: Suporte, Sistemas Operacionais e rede. *Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Analista de Sistemas conforme Plano de Cargos e Salários.	B	02	Instalação e configuração de sistemas operacionais de servidores e clientes. Gerenciamento das contas e direitos de acesso dos usuários. Criação das políticas de acesso aos serviços disponibilizados.
REGIÃO 90	Florianópolis São José Palhoça	* Engenheiro Engenharia Civil * Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Engenheiro conforme Plano de Cargos e Salários.	C	01	Planejar, organizar e executar as atividades próprias da função de Engenheiro, de acordo com a área de formação e com os objetivos e necessidades da Companhia.
90		* Engenheiro Engenharia Elétrica *Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Engenheiro conforme Plano de Cargos e Salários.	D	01	Planejar, organizar e executar as atividades próprias da função de Engenheiro, de acordo com a área de formação e com os objetivos e necessidades da Companhia.
		* Engenheiro Engenharia Mecânica * Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Engenheiro conforme Plano de Cargos e Salários.	E	01	Planejar, organizar e executar as atividades próprias da função de Engenheiro, de acordo com a área de formação e com os objetivos e necessidades da Companhia.
		* Engenheiro Engenharia Sanitária * Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Engenheiro conforme Plano de Cargos e Salários.	F	01	Planejar, organizar e executar as atividades próprias da função de Engenheiro, de acordo com a área de formação e com os objetivos e necessidades da Companhia.
		* Engenheiro Engenharia Química * Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Engenheiro conforme Plano de Cargos e Salários.	G	01	Planejar, organizar e executar as atividades próprias da função de Engenheiro, de acordo com a área de formação e com os objetivos e necessidades da Companhia.
REGIÃO 91	Chapecó	Químico	----	01	Realizar pesquisas químicas no campo do tratamento de água efetuando estudos e análises, referentes às propriedades de composição das mesmas, a fim de criar

					ou aperfeiçoar normas, formulas, métodos e procedimentos para purificação da água e tratamento do esgoto.
91		*Engenheiro *Engenharia Sanitária * Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Engenheiro conforme Plano de Cargos e Salários.	F	01	Planejar, organizar e executar as atividades próprias da função de Engenheiro, de acordo com a área de formação e com os objetivos e necessidades da Companhia.
		*Engenheiro * Engenharia Civil Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Engenheiro conforme Plano de Cargos e Salários.	C	01	Planejar, organizar e executar as atividades próprias da função de Engenheiro, de acordo com a área de formação e com os objetivos e necessidades da Companhia.
		*Engenheiro * Engenharia Elétrica .Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Engenheiro conforme Plano de Cargos e Salários.	D	01	Planejar, organizar e executar as atividades próprias da função de Engenheiro, de acordo com a área de formação e com os objetivos e necessidades da Companhia.
		*Engenheiro * Engenharia Mecânica Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Engenheiro conforme Plano de Cargos e Salários.	E	01	Planejar, organizar e executar as atividades próprias da função de Engenheiro, de acordo com a área de formação e com os objetivos e necessidades da Companhia.
		Biólogo	-----	01	Formular e elaborar estudos, projetos ou pesquisas científicas básicas e aplicadas nos vários setores de biologia ou a ela ligadas, bem como, os que se relacionam à preservação, saneamento e melhoramento do meio ambiente, executando direta ou indiretamente as atividades resultantes destes trabalhos.
		Químico	-----	01	Realizar pesquisas químicas no campo do tratamento de água efetuando estudos e análises, referentes às propriedades de composição das mesmas, a fim de criar ou aperfeiçoar normas, formulas, métodos e procedimentos para purificação da água e tratamento do esgoto.
REGIÃO 92	Rio do Sul	* Engenheiro * Engenharia Sanitária * Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Engenheiro conforme Plano de Cargos e Salários.	F	01	Planejar, organizar e executar as atividades próprias da função de Engenheiro, de acordo com a área de formação e com os objetivos e necessidades da Companhia.
		* Engenheiro * Engenharia Civil *Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Engenheiro conforme Plano de Cargos e Salários.	C	01	Planejar, organizar e executar as atividades próprias da função de Engenheiro, de acordo com a área de formação e com os objetivos e necessidades da Companhia.
		* Engenheiro * Engenharia Elétrica *Recrutamento pela formação,	D	01	Planejar, organizar e executar as atividades próprias da função de Engenheiro, de acordo com a área de formação e com os
		para ocupar o cargo de Engenheiro conforme Plano de Cargos e Salários.			objetivos e necessidades da Companhia.
92		* Engenheiro * Engenharia Mecânica Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Engenheiro conforme Plano de Cargos e Salários	E	01	Planejar, organizar e executar as atividades próprias da função de Engenheiro, de acordo com a área de formação e com os objetivos e necessidades da Companhia.
REGIÃO 93	Criciúma	Químico	-----	01	Realizar pesquisas químicas no campo do tratamento de água efetuando estudos e análises, referentes às propriedades de composição das mesmas, a fim de criar ou aperfeiçoar normas, formulas, métodos e procedimentos para purificação da água e tratamento do esgoto.
		Biólogo	-----	01	Formular e elaborar estudos, projetos ou pesquisas científicas básicas e aplicadas nos vários setores de biologia ou a ela ligadas, bem como, os que se relacionam à preservação, saneamento e melhoramento do meio ambiente, executando direta ou indiretamente as atividades resultantes destes trabalhos.
		* Engenheiro *Engenharia Sanitária * Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Engenheiro conforme Plano de Cargos e Salários.	F	01	Planejar, organizar e executar as atividades próprias da função de Engenheiro, de acordo com a área de formação e com os objetivos e necessidades da Companhia.
93		* Engenheiro *Engenharia Civil Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Engenheiro conforme Plano de Cargos e Salários.	C	01	Planejar, organizar e executar as atividades próprias da função de Engenheiro, de acordo com a área de formação e com os objetivos e necessidades da Companhia.
		* Engenheiro * Engenharia Elétrica * Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Engenheiro conforme Plano de Cargos e Salários.	D	01	Planejar, organizar e executar as atividades próprias da função de Engenheiro, de acordo com a área de formação e com os objetivos e necessidades da Companhia.
		* Engenheiro * Engenharia Mecânica *Recrutamento pela formação, para ocupar o cargo de Engenheiro conforme Plano de Cargos e Salários.	E	01	Planejar, organizar e executar as atividades próprias da função de Engenheiro, de acordo com a área de formação e com os objetivos e necessidades da Companhia.

Nota: O candidato inscrito, com opção para região com vaga em Florianópolis, poderá também ser lotado na Matriz.

ANEXO IV - PROGRAMA

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO OPERACIONAL
HABILITAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL

CONHECIMENTOS GERAIS

LINGUA PORTUGUESA
Interpretação de texto; Sinônimos e antônimos; Singular, plural, masculino e feminino; Ortografia oficial; Acentuação Gráfica; Separação de silabas; Pontuação; Substantivo, adjetivo e pronome; Verbos: regulares, irregulares e auxiliares.
Emprego de pronomes, preposições e conjunções; Concordância verbal e nominal; Crase; Regência.

MATEMÁTICA
Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais:
representação fracionária e decimal: operações e propriedades; Razão e proporção;Porcentagem; Regra de três simples e composta; Equação do 1° grau; Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade; Relação entre grandezas: Raciocínio Lógico. Perímetros e áreas das principais figuras geométricas planas.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites, Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal.**Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado.

NOÇÕES DE NFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto e Microsoft Outlook.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Rede de distribuição de água: instalação, conserto, corte, ampliação e manutenção. Rede coletora de esgoto: instalação, conserto e manutenção. Operação e manutenção de Estações de Tratamento de Água e de Estação de Tratamento de Esgoto (ETA/ETE). Operação e manutenção de estações de bombeamento. Controle de materiais, equipamentos e produtos químicos. Monitoramento de poços.Transporte, guarda e armazenagem de materiais e equipamentos. Relações humanas. Noções de segurança e higiene do trabalho das tarefas realizadas.Noções de Controle Ambiental.

CARGO: INSTALADOR HIDRÁULICO SANITÁRIO
HABILITAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL
CONHECIMENTOS GERAIS

LINGUA PORTUGUESA
Interpretação de texto; Sinônimos e antônimos; Singular, plural, masculino e feminino; Ortografia oficial; Acentuação Gráfica; Separação de sílabas; Pontuação; Substantivo, adjetivo e pronome; Verbos: regulares, irregulares e auxiliares;
Emprego de pronomes, preposições e conjunções; Concordância verbal e nominal; Crase; Regência.

MATEMÁTICA
Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais:
representação fracionária e decimal: operações e propriedades; Razão e proporção;Porcentagem; Regra de três simples e composta; Equação do 1° grau; Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade; Relação entre grandezas: Raciocínio Lógico. Perímetros e áreas das principais figuras geométricas planas.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites, Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal.**Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Instalações domiciliares e prediais: instalações hidráulicas de água fria e quente, colocação e troca de tubos de ferro galvanizado, pvc roscável e soldável nas bitolas existentes, colocação e troca de registros, válvulas, bombas e acessórios, colocação e instalação de caixas d'água, cisternas e aquecedores, colocação e troca de tubos de cobre e pvc para água quente e acessórios, instalação e manutenção de redes de esgoto prediais; instalação, manutenção de tubos de queda, ventilação, ramais primários e secundários, caixas de inspeção e gordura; colocação e manutenção de peças sanitárias como vasos sanitários, lavatórios, mictórios, etc, e seus acessórios;leitura e interpretação de projetos específicos.
Sistema de redes de abastecimento de água: redes de distribuição de água; instalação dos equipamentos (registros, ventosas, válvulas e outros) necessários ao funcionamento das redes; noções sobre pressões (leitura de manômetro) e vazamentos, visíveis e invisíveis; execução de retirada de pavimentos, abertura, fechamento, reaterro e apiloamento de valas, pavimentações a lajotas, paralelepípedos e outros tipos de pavimentos, ferramentas e equipamentos utilizados nestas tarefas. Execução, instalação, conserto e manutenção de ligações domiciliares de águas, corte e religação de água; colocação e retirada de hidrômetros; equipamentos e procedimentos para executar essas tarefas; manobra de registros das redes; vistorias de consumo excessivo, vazamentos, ligações clandestinas, seus procedimentos e equipamentos. Operação de bombas, moto-bombas, moto-serras, furadeiras, esmerilhadeiras, bem como, limpeza e manutenção destes; colocação e retirada de bombas de poços artesianos; leitura e interpretação de projetos.
Sistema de redes coletoras de esgotos: instalação, conserto e manutenção de redes coletoras, interceptores, emissários, galerias, poços de visita, elevatórias e tubulações cerâmicas; procedimentos, ferramentas e tecnologia utilizadas nessas tarefas, bem como os tipos de traços de argamassas e concreto; operação de equipamentos mecânicos e manuais para desobstrução de redes de esgoto. Noções de segurança e higiene do trabalho das tarefas realizadas.Noções de Controle Ambiental. Relações humanas.

CARGO: OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO
HABILITAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL

CONHECIMENTOS GERAIS

LINGUA PORTUGUESA
Interpretação de texto; Sinônimos e antônimos; Singular, plural, masculino e feminino; Ortografia oficial; Acentuação Gráfica; Separação de sílabas; Pontuação; Substantivo, adjetivo e pronome; Verbos: regulares, irregulares e auxiliares;
Emprego de pronomes, preposições e conjunções; Concordância verbal e nominal; Crase; Regência.

MATEMÁTICA
Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais: representação fracionária e decimal: operações e propriedades; Razão e proporção; Porcentagem; Regra de três simples e composta; Equação do 1° grau; Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade; Relação entre grandezas: Raciocínio Lógico. Perímetros e áreas das principais figuras geométricas planas.
ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites, Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal.**Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Legislação (Código Nacional de Trânsito, seu regulamento e Resoluções do Contran). Regras gerais de circulação. Deveres e proibições. Infrações e penalidades. Dos veículos. Dos condutores de veículos. Direção defensiva. Prevenção de acidentes. Condição de adversa. Colisão. Distância. Cruzamento. Ultrapassagem. Hidroplanagem. Curvas. Rodovias. Placas de advertência. Placas de regulamentação. Placas de indicação de serviço auxiliar. Sinalização horizontal. Conhecimento básico de mecânica. Conhecimento teórico de primeiros socorros, restrito apenas às exigências do Contran ou órgão de trânsito regulamentador. Conhecimento básico de operação de retroescavadeira. Noções de segurança e higiene do trabalho das tarefas realizadas. Relações humanas.

CARGO: OPERADOR DE ETA/ ETE III
HABILITAÇÃO: ENSINO MÉDIO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Interpretação de texto; Sinônimos e antônimos; Singular, plural, masculino e feminino; Ortografia oficial; Acentuação Gráfica; Separação de sílabas; Pontuação; Substantivo, adjetivo e pronome; Verbos: regulares, irregulares e auxiliares;
Emprego de pronomes, preposições e conjunções; Concordância verbal e nominal; Crase; Regência.

MATEMÁTICA
Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais: representação fracionária e decimal: operações e propriedades; Razão e proporção; Porcentagem; Regra de três simples; Equação de 1°e de 2°grau; Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade; Relação entre grandezas: tabelas e gráficos; Raciocínio Lógico; Resolução de Situações-Problema. Geometria, Trigonometria.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto e Microsoft Outlook.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Dosadores de produtos químicos: identificar os dosadores em função dos produtos químicos a serem utilizados. Operar os diversos dosadores de ETA/ETE. Conhecimento de medidas como volume, peso, vazão, etc. Análises físico-químicas e bacteriológicas: conhecimento de análises laboratoriais de rotinas, tais como, pH, turbidez, cloro, cor, "Jar test", DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio), sólidos, temperatura. Equipamentos, reagentes e vidraria. Preparo de soluções: técnicas de diluição para o preparo de produtos químicos; técnicas de preparo de soluções dos produtos químicos utilizados nas análises de rotina. Controle de estoque de produto químicos: formas de armazenamento dos produtos químicos, tais como cloro, cal hidratada, sulfato de alumínio, flúor, etc; formas de transporte e manuseio dos produtos químicos; Manutenção de ETA/ETE: Maneiras de utilização dos materiais de expediente, limpeza e higiene. Noções de limpeza e conservação das instalações internas e externas da ETA/ETE. Equipamentos utilizados em ETAs e ETEs. Controle de vazões: medidores utilizados em ETAs e ETEs; diferentes formas de medição de vazões (vertedores, calha parshall, etc). Coleta de amostras: conhecimento da importância de executar corretamente uma coleta de amostra; identificação da unidades de uma ETA e ETE. Monitoramento e operação de ETA/ETE: tipos possíveis de estações de tratamento de água e esgotos. Processos físicos, químicos e biológicos em ETEs e ETAs. Noções de segurança e higiene do trabalho das tarefas realizadas. Noções de Controle Ambiental. Relações humanas.

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
HABILITAÇÃO: ENSINO MÉDIO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Interpretação de texto; Sinônimos e antônimos; Singular, plural, masculino e feminino; Ortografia oficial; Acentuação Gráfica; Separação de sílabas; Pontuação; Substantivo, adjetivo e pronome; Verbos: regulares, irregulares e auxiliares;
Emprego de pronomes, preposições e conjunções; Concordância verbal e nominal; Crase; Regência.

MATEMÁTICA
Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais: representação fracionária e decimal: operações e propriedades; Razão e proporção; Porcentagem; Regra de três simples; Equação de 1°e de 2°grau; Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade; Relação entre grandezas: tabelas e gráficos; Raciocínio Lógico; Resolução de Situações-Problema. Geometria, Trigonometria.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Noções de Direito Administrativo: Administração Pública. Conceito, natureza e fins. Princípios básicos: legalidade, moralidade, finalidade e publicidade. Poderes administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. Atos administrativos. Comunicação de dados: conceitos gerais, equipamentos, operacionalização. Organização, Sistemas e Métodos: Princípios de gerência: conceito e funções. Organização do trabalho: o ambiente e sua organização; rotinas de trabalho; organização e utilização do material de escritório, de consumo e permanente. O arquivo: conceito, tipos de arquivo, acessórios para arquivamento de papéis e fichas, sistemas de arquivamento, técnicas de arquivamento. A correspondência: conceito, tipos, estrutura da redação, abreviaturas mais usadas. O protocolo: recepção, classificação, registro e distribuição. A documentação: conceito e importância, processos, tramitação. Sigilo e ética profissional. Relacionamento Interpessoal: a importância do auto-conhecimento, temperamento, caráter, personalidade, superação de conflitos no relacionamento, capacidade de empatia. Comunicação: emissor e receptor, canais de comunicação, mensagens, códigos, interpretações, ruídos na comunicação.

CARGO: DESENHISTA PROJETISTA
HABILITAÇÃO: ENSINO MÉDIO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Interpretação de texto; Sinônimos e antônimos; Singular, plural, masculino e feminino;
Ortografia oficial; Acentuação Gráfica; Separação de sílabas; Pontuação; Substantivo, adjetivo e pronome; Verbos: regulares, irregulares e auxiliares;
Emprego de pronomes, preposições e conjunções; Concordância verbal e nominal; Crase;
Regência.

MATEMÁTICA
Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais: representação fracionária e decimal: operações e propriedades; Razão e proporção; Porcentagem; Regra de três simples; Equação de 1°e de 2°grau; Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade; Relação entre grandezas: tabelas e gráficos; Raciocínio Lógico; Resolução de Situações-Problema. Geometria, Trigonometria.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Desenho Técnico: Projeto de arquitetura, Métodos e técnicas de desenho e projeto de arquitetura, Leitura e interpretação de desenho, Utilização de materiais, Projeção ortogonal, Plantas, Cortes, Fachadas, Escalas, Implantação, Projeto de criação, Desenho de interiores, Perspectivas, Layout. Estudos de revestimentos e fachadas, aplicabilidade do AutoCAD. Informática aplicada à arquitetura. Projetos complementares: Estrutural, Elétrico e Paisagismo. Instalações elétricas e hidrossanitárias. Telefonia. Prevenção contra incêndio. Coberturas, fechamentos e revestimentos: Métodos e técnicas de desenho de coberturas metálicas e de madeira. Esquadrias. Pisos e revestimentos. Normas de desenho técnico da CASAN. Calculo de área e volume de construções. Informática: Desenvolvimento de projetos no sistema AutoCAD.
CARGO: OPERADOR DE COMPUTADOR
HABILITAÇÃO: ENSINO MÉDIO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Interpretação de texto; Sinônimos e antônimos; Singular, plural, masculino e feminino;
Ortografia oficial; Acentuação Gráfica; Separação de sílabas; Pontuação; Substantivo, adjetivo e pronome; Verbos: regulares, irregulares e auxiliares;
Emprego de pronomes, preposições e conjunções; Concordância verbal e nominal; Crase;
Regência.

MATEMÁTICA
Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais: representação fracionária e decimal: operações e propriedades; Razão e proporção; Porcentagem; Regra de três simples; Equação de 1°e' de 2°grau; Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade; Relação entre grandezas: tabelas e gráficos; Raciocínio Lógico; Resolução de Situações-Problema. Geometria, Trigonometria.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

ONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Conhecimento em sistemas operacionais Windows e Linux. Configuração e operação de impressoras. Configuração de rede. Operação de sistemas de backup. Configuração de softwares. Instalação de softwares. Configuração e instalação de hardware em micro-computadores. Conhecimentos básicos de informática:Planilhas eletrônicas, Processadores de texto, Softwares de apresentação (Power-Point), Internet, E-mail.

CARGO: TÉCNICO DE CONTABILIDADE
HABILITAÇÃO: ENSINO TÉCNICO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Interpretação de texto; Sinônimos e antônimos; Singular, plural, masculino e feminino;
Ortografia oficial; Acentuação Gráfica; Separação de sílabas; Pontuação; Substantivo, adjetivo e pronome; Verbos: regulares, irregulares e auxiliares;
Emprego de pronomes, preposições e conjunções; Concordância verbal e nominal; Crase;
Regência.

MATEMÁTICA
Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais: representação fracionária e decimal: operações e propriedades; Razão e proporção; Porcentagem; Regra de três simples; Equação de 1°e de 2°grau; Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade; Relação entre grandezas: tabelas e gráficos; Raciocínio Lógico; Resolução de Situações-Problema. Geometria, Trigonometria.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Conceitos e Campo de Aplicação de Contabilidade. Patrimônio. Origem a Aplicação de Recursos. Contase lançamentos. Balancetes. Operações com Contas Patrimoniais e Diferenciais. Operações com Mercadorias. Contabilização de Inventários. Depreciação de Ativos Fixos. Demonstração de Resultado e Balanço Patrimonial. Ética Profissional.
CARGO: TÉCNICO DE SANEAMENTO
HABILITAÇÃO: ENSINO TÉCNICO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Interpretação de texto; Sinônimos e antônimos; Singular, plural, masculino e feminino;
Ortografia oficial; Acentuação Gráfica; Separação de sílabas; Pontuação; Substantivo, adjetivo e pronome; Verbos: regulares, irregulares e auxiliares;
Emprego de pronomes, preposições e conjunções; Concordância verbal e nominal; Crase;
Regência.

MATEMÁTICA
Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais: representação fracionária e decimal: operações e propriedades; Razão e proporção; Porcentagem; Regra de três simples; Equação de 1°e de 2°grau; Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade; Relação entre grandezas: tabelas e gráficos; Raciocínio Lógico; Resolução de Situações-Problema. Geometria, Trigonometria.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Ciclo hidrológico. A água na transmissão de doenças. Mananciais de água. Captação de água subterrânea e superficial. Padrões de potabilidade - Portaria Nº 518/04 do Ministério da Saúde. Análise e controle de qualidade da água. Materiais e equipamentos. Parâmetros de projeto e dimensionamento (adução, reservação e distribuição). Tratamento de água. Construção e desinfecção de poços e reservatórios. Importância do tratamento dos esgotos sanitários. Soluções individuais e coletivas de tratamento dos esgotos sanitários. Noções de saúde púbica. Noções de

desenho técnico. Noções de segurança do trabalho. Sistemas de Abastecimento de Agua e Sistemas de Esgotamento sanitário: unidades constituintes, processos de tratamento, especificações técnicas, equipamentos, dimensionamento, orçamento, obras e operação. Noções de educação sanitária. Noções de qualidade ambiental e de preservação do meio ambiente. Ecologia e poluição ambiental. Uso sustentado de recursos naturais. Licenciamento ambiental: LAP, LAI e LAO. Estudo de Impacto Ambiental - EIA. O Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Resolução CONAMA 001/86 e 357/05. Decreto Estadual Nº 14.250, de 5 de junho de 1981.

CARGO: ELETROTÉCNICO
HABILITAÇÃO: ENSINO TÉCNICO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Interpretação de texto; Sinônimos e antônimos; Singular, plural, masculino e feminino;
Ortografia oficial; Acentuação Gráfica; Separação de sílabas; Pontuação; Substantivo, adjetivo e pronome; Verbos: regulares, irregulares e auxiliares;
Emprego de pronomes, preposições e conjunções; Concordância verbal e nominal; Crase;
Regência.

MATEMÁTICA
Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais: representação fracionária e decimal: operações e propriedades; Razão e proporção; Porcentagem; Regra de três simples; Equação de 1°e de 2°grau; Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade; Relação entre grandezas: tabelas e gráficos; Raciocínio Lógico; Resolução de Situações-Problema. Geometria, Trigonometria.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Eletricidade: Eletromagnetismo. Corrente alternada, monofásica, trifásiça, potência em corrente alternada. Correção de Fator de Potência. Análise de circuitos. Instrumentos de medição de corrente, tensão e potência. Medição de isolamento e resistência de terra. Multímetros e osciloscópios. Máquinas e Instalações Elétricas: circuitos de comando de iluminação e força, lâmpadas de descarga, dispositivos de proteção, quadros de distribuição, Transformadores de força, auto-transformadores, transformadores de corrente e de tensão. Motores de indução monofásicos trifásicos. Ligação de motores monofásicos e trifásicos. Circuitos de comando, proteção e sinalização, contatores. Chaves de partida de motores com tensão reduzida. Projeto luminotécnico. Projetos de instalações prediais. projetos de instrumentação e controle. Conhecimento de materiais industriais de baixa tensão e alta tensão, Análise de diagramas elétricos de força e de comando, Análise de projetos elétricos. Simbologia elétrica. Conhecimento das normas de baixa tensão – NBR 5410 – e de alta tensão – NBR 6979, Desenho: uso de escala e simbologia, Projeto de sistemas de comando e proteção de quadros de comando de motores de indução, medidor de vazão, sensor de pressão, sensor de nível, Especificação de cabos de força, de comando e eletrodutos, iluminação interna e externa. Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento sanitário: Equipamentos eletromecânicos utilizados, projetos elétricos, especificações técnicas, equipamentos de comunicação, rádio comunicação e telefonia, quadro de comando, consumo de energia, elaboração e fiscalização de projetos elétricos, dimensionamento e orçamento, coordenação e supervisão de obras, operação e manutenção preventiva e corretiva. Consumo de energia elétrica.

CARGO: TÉCNICO DE MECÂNICA
HABILITAÇÃO: ENSINO TÉCNICO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Interpretação de texto; Sinônimos e antônimos; Singular, plural, masculino e feminino;
Ortografia oficial; Acentuação Gráfica; Separação de sílabas; Pontuação; Substantivo, adjetivo e pronome; Verbos: regulares, irregulares e auxiliares;
Emprego de pronomes, preposições e conjunções; Concordância verbal e nominal; Crase;
Regência.

MATEMÁTICA
Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais: representação fracionária e decimal: operações e propriedades; Razão e proporção; Porcentagem; Regra de três simples; Equação de 1°e de 2°grau; Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade; Relação entre grandezas: tabelas e gráficos; Raciocínio Lógico; Resolução de Situações-Problema. Geometria, Trigonometria.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Instalação de equipamentos e sistemas mecânicos – normas técnicas, procedimentos, ferramentas utilizadas, leitura e interpretação de projetos e catálogos e normas de segurança. Sistemas e instalações mecânicas cálculos, medições, resistência dos materiais, processos de fabricação, pesquisa, bem como os aparelhos e equipamentos para realizá-las. Desenho Técnico – esboços, plantas, projetos, especificações, normas técnicas, escalas, leitura e interpretação de projetos inerente ao cargo. Manutenção e inspeção de equipamentos mecânicos e hidráulicos: sistemas térmicos, manutenção mecânica, equipamentos industriais, solda, máquinas hidráulicas, elementos de máquina, ajustagem, ensaios mecânicos, fundamentos de sistemas hidráulico-pneumáticos. Manutenção e controle de arquivo técnico pareceres e laudos técnicos, organização e normas, suprimento, verificação de qualidade e especificações técnicas. Metrologia, equipamentos de pitometria e macromedição – instalação aferição, medição e cálculos correlatos. Utilização de equipamentos de rádio-comunicação, rádio e terminais de computadores. Noções de segurança e higiene do trabalho.

CARGO: TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES
HABILITAÇÃO: ENSINO TÉCNICO

CONHECIMENTOS GERAIS
LÍNGUA PORTUGUESA
Interpretação de texto; Sinônimos e antônimos; Singular, plural, masculino e feminino;
Ortografia oficial; Acentuação Gráfica; Separação de sílabas; Pontuação; Substantivo, adjetivo e pronome; Verbos: regulares, irregulares e auxiliares;
Emprego de pronomes, preposições e conjunções; Concordância verbal e nominal; Crase;
Regência.

MATEMÁTICA
Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais: representação fracionária e decimal: operações e propriedades; Razão e proporção; Porcentagem; Regra de três simples; Equação de 1°e de 2°grau; Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade; Relação entre grandezas: tabelas e gráficos; Raciocínio Lógico; Resolução de Situações-Problema. Geometria, Trigonometria.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Edificações: Controle tecnológico de concreto e materiais constituintes e controle tecnológico de solos. Conhecimento e interpretação de ensaios. Fundações e estruturas. Sondagens de solo. Movimentação de terra, formas, escoramento, armação e concretagem. Fundações superficiais e profundas. Tipos. Execução. Controle. Estruturas Pré-moldadas. Terraplenagem, drenagem, arruamento e pavimentação. Serviços topográficos. Execução e controle. Edificações. Materiais de construção. Instalações prediais: (hidráulicas, sanitárias e elétricas) e serviços complementares. Leitura e interpretação de projetos de instalações prediais e de plantas de locação, forma e armação. Noções de desenho em AutoCAD. Saneamento. Construção Civil. Controle e acompanhamento de obras, Levantamento quantitativo, planejamento, cronograma físico-financeiro, orçamentos. Conhecimentos Básicos de Informática. Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento sanitário: unidades constituintes, projeto arquitetônico, elétrico, estrutural e paisagismo, especificações técnicas, equipamentos, dimensionamento, orçamento, obras e operação.

CARGO: TÉCNICO DE ELETRÔNICA
HABILITAÇÃO: ENSINO TÉCNICO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Interpretação de texto; Sinônimos e antônimos; Singular, plural, masculino e feminino;
Ortografia oficial; Acentuação Gráfica; Separação de sílabas; Pontuação; Substantivo, adjetivo e pronome; Verbos: regulares, irregulares e auxiliares;
Emprego de pronomes, preposições e conjunções; Concordância verbal e nominal; Crase;
Regência.

MATEMÁTICA
Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais: representação fracionária e decimal: operações e propriedades; Razão e proporção; Porcentagem; Regra de três simples; Equação de 1°e de 2°grau; Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade; Relação entre grandezas: tabelas e gráficos; Raciocínio Lógico; Resolução de Situações-Problema. Geometria, Trigonometria.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Noções básicas de gerenciamento de projeto, Noções de desenho técnico assistido por computador. AUTOCAD para aplicação eletro/eletrônica e projetos. Eletricidade básica, Eletro-eletrônica básica, Básico de sistemas de Aterramento e Proteção de Descargas Atmosféricas, Conhecimentos básicos sobre medição de vazão, pressão e nível, Princípios básicos de

Hidráulica, Conhecimentos de Eletrônica Digital, CLP's: arquitetura, aplicações, linguagens de programação, integração de CLP's com eletropneumática/hidráulica, técnicas de instalação e procedimentos de manutenção, Meios de transmissão, Níveis hierárquicos de redes industriais, Conhecimentos básicos de Malhas de Controle, Conhecimentos de WORD e EXCEL, Noções de planejamento e controle em manutenção corretiva e preventiva. Sistema Métrico de Unidades e Conversão de Unidades. Conhecimentos básicos de Windows – instalação, configuração, procedimentos backup, gerenciamento e segurança de rede. Conhecimentos básicos de Redes de Dados: arquitetura, topologias, meios físicos de transmissão.

CARGO: TÉCNICO DE LABORATÓRIO
HABILITAÇÃO: ENSINO TÉCNICO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Interpretação de texto; Sinônimos e antônimos; Singular, plural, masculino e feminino;
Ortografia oficial; Acentuação Gráfica; Separação de sílabas; Pontuação; Substantivo, adjetivo e pronome; Verbos: regulares, irregulares e auxiliares;
Emprego de pronomes, preposições e conjunções; Concordância verbal e nominal; Crase;
Regência.

MATEMÁTICA
Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais: representação fracionária e decimal; operações e propriedades; Razão e proporção; Porcentagem; Regra de três simples; Equação de 1°e de 2°grau; Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade; Relação entre grandezas: tabelas e gráficos; Raciocínio Lógico; Resolução de Situações-Problema. Geometria, Trigonometria.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Coleta, acondicionamento, armazenamento e transporte de amostas. Lavação e esterilização de material. Utilização dos equipamentos mais frequentemente encontrados nos laboratórios. Vidraria utilizada em laboratório: nomenclatura e utilização. Biologia: noções gerais sobre microorganismos (vírus, bactérias, fungos e outros parasitas intestinais do homem). Estrutura da célula. Doenças de veiculação hídrica mais frequentes: etiologia, mecanismos de transmissão e principais sintomas. Principais agentes poluidores de mananciais do Estado de Santa Catarina. Análises laboratoriais dos parâmetros relacionados ao tratamento de água e de esgotos. Conceito e dos parâmetros físico-químicos: pH, cor, turbidez, DBO, DQO, Oxigênio dissolvido, coliformes totais e fecais. Padrões de potabilidade - Portaria Nº 518/04 do Ministério da Saúde. Noções sobre processo de captação e tratamento de águas e esgotos. Normas e equipamentos de Biossegurança. Noções de controle ambiental. Licenciamento ambiental. LAP, LAI e LAO. Estudo de Impacto Ambiental - EIA. O Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Resolução CONAMA 001/86 e 357/05. Decreto Estadual Nº 14.250, de 5 de junho de 1981.

CARGO: SECRETÁRIA
HABILITAÇÃO: ENSINO MÉDIO/ TÉCNICO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Interpretação de texto; Sinônimos e antônimos; Singular, plural, masculino e feminino;
Ortografia oficial; Acentuação Gráfica; Separação de sílabas; Pontuação; Substantivo, adjetivo e pronome; Verbos: regulares, irregulares e auxiliares;
Emprego de pronomes, preposições e conjunções; Concordância verbal e nominal; Crase;
Regência.

MATEMÁTICA
Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais: representação fracionária e decimal: operações e propriedades; Razão e proporção; Porcentagem; Regra de três simples; Equação de 1°e de 2°grau; Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade; Relação entre grandezas: tabelas e gráficos; Raciocínio Lógico; Resolução de Situações-Problema. Geometria, Trigonometria.
NOÇÕES DE INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Língua Portuguesa: Redação Empresarial.
Sistemas e Métodos.Princípios de gerência: conceito e funções. Organização do trabalho: o ambiente e sua organização; rotinas de trabalho; organização e utilização do material de escritório, de consumo e permanente. O arquivo: conceito, tipos de arquivo, acessórios para arquivamento de papéis e fichas, sistemas de arquivamento, técnicas de arquivamento.A correspondência: conceito, tipos, estrutura da redação, abreviaturas mais usadas. O protocolo: recepção, classificação, registro e distribuição. A documentação: conceito e importância, processos, tramitação. Relacionamento Interpessoal. Ética profissional.

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM DO TRABALHO
HABILITAÇÃO: ENSINO MÉDIO/ TÉCNICO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Interpretação de texto; Sinônimos e antônimos; Singular, plural, masculino e feminino;
Ortografia oficial; Acentuação Gráfica; Separação de sílabas; Pontuação; Substantivo, adjetivo e pronome; Verbos: regulares, irregulares e auxiliares;
Emprego de pronomes, preposições e conjunções; Concordância verbal e nominal; Crase;
Regência.

MATEMÁTICA
Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais: representação fracionária e decimal: operações e propriedades; Razão e proporção; Porcentagem; Regra de três simples; Equação de 1°e de 2°grau; Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade; Relação entre grandezas: tabelas e gráficos; Raciocínio Lógico; Resolução de Situações-Problema. Geometria, Trigonometria.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Normas regulamentadoras do trabalho (NR(s).Cuidados elementares de enfermagem. Primeiros socorros. Saúde ocupacional. Noções de legislação trabalhista. Ética profissional. Noções de estatística e informática. Noções de segurança e higiene do trabalho das tarefas realizadas. Relações Humanas.

CARGO: MÉDICO DO TRABALHO
HABILITAÇÃO: ENSINO SUPERIOR

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Linguagem como instrumento de ação e interação presente em todas as atividades humanas; Funções da linguagem na comunicação; Diversidade lingüística (língua padrão, língua não-padrão). -Leitura: Capacidade de compreensão e interpretação do contexto social, econômico e cultural (leitura de mundo). -Texto: Os versos textos que se apresentam no cotidiano das pessoas, escritos nas mais diferentes linguagens verbais e não-verbais (jornais, revistas, fotografias, esculturas, músicas, vídeos, entre outros). -Estrutura textual: Organização e hierarquia das idéias:idéia principal e idéias secundárias ; Relações lógicas e formais entre elementos do texto: a coerência e a coesão textual; Defesa do ponto de vista: a argumentação e a intencionalidade; Elementos da narrativa; discurso direto; discurso indireto e indireto livre; Semântica - o significado das palavras e das sentenças : linguagem denotativa e conotativa; Sinonímia, antonímia e polissemia.
Obs: Questões de gramática estarão inseridas no conteúdo programático.

INGLÊS
A prova de Inglês avaliará essencialmente a capacidade de compreensão de textos, o que implica necessariamente, o domínio de um vocabulário de nível básico e o conhecimento de aspectos gramaticais da referida língua. As questões da prova serão baseadas em textos autênticos e didáticos, extraídos de livros ou revistas, devidamente adaptados, se necessário. Do candidato serão exigidos diferentes níveis de compreensão: global, de pontos principais e detalhada. Já a gramática solicitada exercerá o papel de acessório para sua compreensão dos textos. Sob esse enfoque, a prova de inglês exigirá do candidato capacidade de identificar diferentes tipos de texto; reconhecer temas centrais e secundários e palavras-chave; utilizar estratégias de leitura para identificar informações específicas e o significado geral do texto; estabelecer relações entre idéias contidas no texto; inferir a significação de uma palavra ou expressão a partir do contexto; reconhecer a significação de elementos lingüísticos.
responsáveis pela coesão textual; considerar os recursos visuais existentes para auxiliar na compreensão dos textos; reconhecer palavras e expressões equivalentes entre a língua inglesa e a língua portuguesa; associar informações objetivando a complementação dos textos; Aplicar à compreensão dos textos, o conhecimento dos aspectos gramaticais da língua inglesa.

INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Introdução à Segurança e Medicina do Trabalho: histórico; relações com outras atividades profissionais; aspectos éticos dos exercícios da Saúde Ocupacional. Organização e funcionamento do serviço de medicina do trabalho: descrição das atividades; organização; equipe multiprofissional; equipamentos básicos; exames admissionais, periódicos e demissionais; vacinas de interesse ocupacional; controle estatístico do Serviço de Medicina do Trabalho. Avaliação e controle de riscos ocupacionais. Doenças Profissionais e do Trabalho: aspectos clínicos das primeiras doenças ocupacionais e do trabalho; principais agentes das doenças profissionais e do trabalho. Noções básicas de Saneamento do Meio. Psicologia do Trabalho.

Controle médico dos trabalhadores e diferentes grupos etários. Nutrição do trabalhador. A legislação vigente (NRs) na Área da Saúde Ocupacional: previdenciária; celetista; estatutária. Introdução à Segurança do Trabalho: acidentes do trabalho; CIPA e a motivação na prevenção de acidentes do trabalho; mapas de risco; árvore de causas, EPI e EPC. Aspectos médicos da Higiene do Trabalho.

CARGO: ECONOMISTA
HABILITAÇÃO: ENSINO SUPERIOR

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Linguagem como instrumento de ação e interação presente em todas as atividades humanas; Funções da linguagem na comunicação; Diversidade lingüística (língua padrão, língua não-padrão). -Leitura: Capacidade de compreensão e interpretação do contexto social, econômico e cultural (leitura de mundo). -Texto: Os versos textos que se apresentam no cotidiano das pessoas, escritos nas mais diferentes linguagens verbais e não-verbais (jornais, revistas, fotografias, esculturas, músicas, vídeos, entre outros). -Estrutura textual: Organização e hierarquia das idéias:idéia principal e idéias secundárias ; Relações lógicas e formais entre elementos do texto: a coerência e a coesão textual; Defesa do ponto de vista: a argumentação e a intencionalidade; Elementos da narrativa; discurso direto; discurso indireto e indireto livre; Semântica - o significado das palavras e das sentenças : linguagem denotativa e conotativa; Sinonímia, antonímia e polissemia.
Obs: Questões de gramática estarão inseridas no conteúdo programático.

INGLÊS
A prova de Inglês avaliará essencialmente a capacidade de compreensão de textos, o que implica necessariamente, o domínio de um vocabulário de nível básico e o conhecimento de aspectos gramaticais da referida língua. As questões da prova serão baseadas em textos autênticos e didáticos, extraídos de livros ou revistas, devidamente adaptados, se necessário. Do candidato serão exigidos diferentes níveis de compreensão: global, de pontos principais e detalhada. Já a gramática solicitada exercerá o papel de acessório para sua compreensão dos textos. Sob esse enfoque, a prova de inglês exigirá do candidato capacidade de identificar diferentes tipos de texto; reconhecer temas centrais e secundários e palavras-chave; utilizar estratégias de leitura para identificar informações específicas e o significado geral do texto; estabelecer relações entre idéias contidas no texto; inferir a significação de uma palavra ou expressão a partir do contexto; reconhecer a significação de elementos lingüísticos.
responsáveis pela coesão textual; considerar os recursos visuais existentes para auxiliar na compreensão dos textos; reconhecer palavras e expressões equivalentes entre a língua inglesa e a língua portuguesa; associar informações objetivando a complementação dos textos; Aplicar à compreensão dos textos, o conhecimento dos aspectos gramaticais da língua inglesa.

MATEMÁTICA
Trigonometria; Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, Intervalos; Funções: Definição, Gráficos, Operações, Funções Elementares: Constante, do 1° Grau, Modular; Quadrática, Polinomial e Racional; Funções Especiais: Exponencial, Logarítmica e Trigonométrica.

INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Planejamento e análise econômico-financeira de investimentos e financiamentos. Mercado financeiro e de capitais. Perícias. Auditoria Interna. Matemática Financeira e Estatística. Estrutura e interpretação de Balanços. Fontes de Financiamento. Elaboração de Orçamento. Projetos de estudo e preparo para financiamento. Economia Monetária. Ética Profissional.

CARGO: ADVOGADO
HABILITAÇÃO: ENSINO SUPERIOR

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Linguagem como instrumento de ação e interação presente em todas as atividades humanas; Funções da linguagem na comunicação; Diversidade lingüística (língua padrão, língua não-padrão). -Leitura: Capacidade de compreensão e interpretação do contexto social, econômico e cultural (leitura de mundo). -Texto: Os versos textos que se apresentam no cotidiano das pessoas, escritos nas mais diferentes linguagens verbais e não-verbais (jornais, revistas, fotografias, esculturas, músicas, vídeos, entre outros). -Estrutura textual: Organização e hierarquia das idéias:idéia principal e idéias secundárias ; Relações lógicas e formais entre elementos do texto: a coerência e a coesão textual; Defesa do ponto de vista: a argumentação e a intencionalidade; Elementos da narrativa; discurso direto; discurso indireto e indireto livre; Semântica - o significado das palavras e das sentenças : linguagem denotativa e conotativa; Sinonímia, antonímia e polissemia.
Obs: Questões de gramática estarão inseridas no conteúdo programático.

INGLÊS
A prova de Inglês avaliará essencialmente a capacidade de compreensão de textos, o que implica necessariamente, o domínio de um vocabulário de nível básico e o conhecimento de aspectos gramaticais da referida língua. As questões da prova serão baseadas em textos autênticos e didáticos, extraídos de livros ou revistas, devidamente adaptados, se necessário. Do candidato serão exigidos diferentes níveis de compreensão: global, de pontos principais e detalhada. Já a gramática solicitada exercerá o papel de acessório para sua compreensão dos textos. Sob esse enfoque, a prova de inglês exigirá do candidato capacidade de identificar diferentes tipos de texto; reconhecer temas centrais e secundários e palavras-chave; utilizar estratégias de leitura para identificar informações específicas e o significado geral do texto; estabelecer relações entre idéias contidas no texto; inferir a significação de uma palavra ou expressão a partir do contexto; reconhecer a significação de elementos lingüísticos.
responsáveis pela coesão textual; considerar os recursos visuais existentes para auxiliar na compreensão dos textos; reconhecer palavras e expressões equivalentes entre a língua inglesa e a língua portuguesa; associar informações objetivando a complementação dos textos; Aplicar à compreensão dos textos, o conhecimento dos aspectos gramaticais da língua inglesa.

INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Direito Administrativo (Contratos, Convênios, Licitações). Direito Trabalhista. Direito Civil. Direito Empresarial (Securidade Social, Sindical, Eleitoral, Sociedades Anônimas). Direto Ambiental. Direito Comercial. Direito Constitucional. Direito do Consumidor. Direito Tributário.

CARGO: ADMINISTRADOR
HABILITAÇÃO: ENSINO SUPERIOR

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Linguagem como instrumento de ação e interação presente em todas as atividades humanas; Funções da linguagem na comunicação; Diversidade lingüística (língua padrão, língua não-padrão). -Leitura: Capacidade de compreensão e interpretação do contexto social, econômico e cultural (leitura de mundo). -Texto: Os versos textos que se apresentam no cotidiano das pessoas, escritos nas mais diferentes linguagens verbais e não-verbais (jornais, revistas, fotografias, esculturas, músicas, vídeos, entre outros). -Estrutura textual: Organização e hierarquia das idéias:idéia principal e idéias secundárias ; Relações lógicas e formais entre elementos do texto: a coerência e a coesão textual; Defesa do ponto de vista: a argumentação e a intencionalidade; Elementos da narrativa; discurso direto; discurso indireto e indireto livre; Semântica - o significado das palavras e das sentenças : linguagem denotativa e conotativa; Sinonímia, antonímia e polissemia.
Obs: Questões de gramática estarão inseridas no conteúdo programático.

INGLÊS
A prova de Inglês avaliará essencialmente a capacidade de compreensão de textos, o que implica necessariamente, o domínio de um vocabulário de nível básico e o conhecimento de aspectos gramaticais da referida língua. As questões da prova serão baseadas em textos autênticos e didáticos, extraídos de livros ou revistas, devidamente adaptados, se necessário. Do candidato serão exigidos diferentes níveis de compreensão: global, de pontos principais e detalhada. Já a gramática solicitada exercerá o papel de acessório para sua compreensão dos textos. Sob esse enfoque, a prova de inglês exigirá do candidato capacidade de identificar diferentes tipos de texto; reconhecer temas centrais e secundários e palavras-chave; utilizar estratégias de leitura para identificar informações específicas e o significado geral do texto; estabelecer relações entre idéias contidas no texto; inferir a significação de uma palavra ou expressão a partir do contexto; reconhecer a significação de elementos lingüísticos.
responsáveis pela coesão textual; considerar os recursos visuais existentes para auxiliar na compreensão dos textos; reconhecer palavras e expressões equivalentes entre a língua inglesa e a língua portuguesa; associar informações objetivando a complementação dos textos; Aplicar à compreensão dos textos, o conhecimento dos aspectos gramaticais da língua inglesa.

MATEMÁTICA
Trigonometria; Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, Intervalos; Funções: Definição, Gráficos, Operações, Funções Elementares: Constante, do 1° Grau, Modular, Quadrática, Polinomial e Racional; Funções Especiais: Exponencial, Logarítmica e Trigonométrica.

INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Processos de tomada de decisão. Técnicas de análise e planejamento financeiro e administração do capital de giro. Sistemas de Informações Gerenciais. Técnicas de gestão de qualidade; matemática financeira. Projetos de estudo e preparo para financiamento. Estrutura e interpretação de Balanços. Sistemas de suprimentos. Controle de Materiais. Elaboração de Orçamento. Auditoria Interna. Implantação de métodos e processos. técnicas de treinamento e desenvolvimento de pessoas e carreiras. Ética profissional. Planejamento estratégico.

CARGO: CONTADOR
HABILITAÇÃO: ENSINO SUPERIOR

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Linguagem como instrumento de ação e interação presente em todas as atividades humanas; Funções da linguagem na comunicação; Diversidade lingüística (língua padrão, língua não-padrão). -Leitura: Capacidade de compreensão e interpretação do contexto social, econômico e

cultural (leitura de mundo). -Texto: Os versos textos que se apresentam no cotidiano das pessoas, escritos nas mais diferentes linguagens verbais e não-verbais (jornais, revistas, fotografias, esculturas, músicas, vídeos, entre outros). -Estrutura textual: Organização e hierarquia das idéias:idéia principal e idéias secundárias ; Relações lógicas e formais entre elementos do texto: a coerência e a coesão textual; Defesa do ponto de vista: a argumentação e a intencionalidade; Elementos da narrativa; discurso direto; discurso indireto e indireto livre; Semântica - o significado das palavras e das sentenças : linguagem denotativa e conotativa; Sinonímia, antonímia e polissemia.
Obs: Questões de gramática estarão inseridas no conteúdo programático.

INGLÊS
A prova de Inglês avaliará essencialmente a capacidade de compreensão de textos, o que implica necessariamente, o domínio de um vocabulário de nível básico e o conhecimento de aspectos gramaticais da referida língua. As questões da prova serão baseadas em textos autênticos e didáticos, extraídos de livros ou revistas, devidamente adaptados, se necessário. Do candidato serão exigidos diferentes níveis de compreensão: global, de pontos principais e detalhada. Já a gramática solicitada exercerá o papel de acessório para sua compreensão dos textos. Sob esse enfoque, a prova de inglês exigirá do candidato capacidade de identificar diferentes tipos de texto; reconhecer temas centrais e secundários e palavras-chave; utilizar estratégias de leitura para identificar informações específicas e o significado geral do texto; estabelecer relações entre idéias contidas no texto; inferir a significação de uma palavra ou expressão a partir do contexto; reconhecer a significação de elementos lingüísticos.
responsáveis pela coesão textual; considerar os recursos visuais existentes para auxiliar na compreensão dos textos; reconhecer palavras e expressões equivalentes entre a língua inglesa e a língua portuguesa; associar informações objetivando a complementação dos textos; Aplicar à compreensão dos textos, o conhecimento dos aspectos gramaticais da língua inglesa.

MATEMÁTICA
Trigonometria; Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, Intervalos; Funções: Definição, Gráficos, Operações, Funções Elementares: Constante, do 1º Grau, Modular, Quadrática, Polinomial e Racional; Funções Especiais: Exponencial, Logarítmica e Trigonométrica.

INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Estrutura e análise de demonstrações contábeis. Contabilidade Orçamentária e Gerencial. Contabilidade de Custos. Auditoria Interna. Mercado de Capitais. Legislação fiscal (federal, estadual e municipal). Contabilidade Societária. Técnicas de análise e planejamento financeiro. Legislação tributária. Balanço Social. Matemática Financeira. Ética profissional.

CARGO: ANALISTA DE SISTEMAS/ Analista de Sistemas (A)
HABILITAÇÃO: ENSINO SUPERIOR

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Linguagem como instrumento de ação e interação presente em todas as atividades humanas; Funções da linguagem na comunicação; Diversidade lingüística (língua padrão, língua não-padrão). -Leitura: Capacidade de compreensão e interpretação do contexto social, econômico e cultural (leitura de mundo). -Texto: Os versos textos que se apresentam no cotidiano das pessoas, escritos nas mais diferentes linguagens verbais e não-verbais (jornais, revistas, fotografias, esculturas, músicas, vídeos, entre outros). -Estrutura textual: Organização e hierarquia das idéias:idéia principal e idéias secundárias ; Relações lógicas e formais entre elementos do texto: a coerência e a coesão textual; Defesa do ponto de vista: a argumentação e a intencionalidade; Elementos da narrativa; discurso direto; discurso indireto e indireto livre; Semântica - o significado das palavras e das sentenças : linguagem denotativa e conotativa; Sinonímia, antonímia e polissemia.
Obs: Questões de gramática estarão inseridas no conteúdo programático.

INGLÊS
A prova de Inglês avaliará essencialmente a capacidade de compreensão de textos, o que implica necessariamente, o domínio de um vocabulário de nível básico e o conhecimento de aspectos gramaticais da referida língua. As questões da prova serão baseadas em textos autênticos e didáticos, extraídos de livros ou revistas, devidamente adaptados, se necéssário. Do candidato serão exigidos diferentes níveis de compreensão: global, de pontos principais e detalhada. Já a gramática solicitada exercerá o papel de acessório para sua compreensão dos textos. Sob esse enfoque, a prova de inglês exigirá do candidato capacidade de identificar diferentes tipos de texto; reconhecer temas centrais e secundários e palavras-chave; utilizar estratégias de leitura para identificar informações específicas e o significado geral do texto; estabelecer relações entre idéias contidas no texto; inferir a significação de uma palavra ou expressão a partir do contexto; reconhecer a significação de elementos lingüísticos.
responsáveis pela coesão textual; considerar os recursos visuais existentes para auxiliar na compreensão dos textos; reconhecer palavras e expressões equivalentes entre a língua inglesa e a língua portuguesa; associar informações objetivando a complementação dos textos; Aplicar à compreensão dos textos, o conhecimento dos aspectos gramaticais da língua inglesa.

MATEMÁTICA
Trigonometria; Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, Intervalos; Funções: Definição, Gráficos, Operações, Funções Elementares: Constante, do 1º Grau, Modular, Quadrática, Polinomial e Racional; Funções Especiais: Exponencial, Logarítmica e Trigonométrica.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Projeto e análise orientada a objetos, Linguagem de modelagem unificada (UML). Projeto e programação Orientada a Objeto, SQL, XML, SOAP. Concepção de projetos. Sistema operacional UNIX. Linguagem de programação Delphi. Conceitos de geoprocessamento. Banco de dados: Fundamento de Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados (SGBD), Modelos SGBD, Modelo Relacional, Linguagens de definição e manipulação de dados, SQL, Arquitetura Cliente-Servidor. Modelo Entidade-Relacionamento, Restrições de Integridade, Desempenho e Segurança SQL-Server. Banco de Dados ORACLE. Conceito de Data Warehousing. Conceito de XML e Meta-dados, Tunning, Análise de desempenho, Triggers, Stored procedures. Ferramentas de modelagem, Modelagem de dados, Modelo de dados, Backup e Recovery. Projeto de sistema ambiente WEB, Java. Conhecimento básico de estruturas nativas. Aplication Program Interface (API's). Pacotes, Frames, Enterprise Java Beans (EJBs), Servlets, JSP, Dot Net, PHP, ASP.

CARGO: ANALISTA DE SISTEMAS/ Suporte, Sistemas Operacionais e Rede (B).
HABILITAÇÃO: ENSINO SUPERIOR
CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Linguagem como instrumento de ação e interação presente em todas as atividades humanas; Funções da linguagem na comunicação; Diversidade lingüística (língua padrão, língua não-padrão). -Leitura: Capacidade de compreensão e interpretação do contexto social, econômico e cultural (leitura de mundo). -Texto: Os versos textos que se apresentam no cotidiano das pessoas, escritos nas mais diferentes linguagens verbais e não-verbais (jornais, revistas, fotografias, esculturas, músicas, vídeos, entre outros). -Estrutura textual: Organização e hierarquia das idéias:idéia principal e idéias secundárias ; Relações lógicas e formais entre elementos do texto: a coerência e a coesão textual; Defesa do ponto de vista: a argumentação e a intencionalidade; Elementos da narrativa; discurso direto; discurso indireto e indireto livre; Semântica - o significado das palavras e das sentenças : linguagem denotativa e conotativa; Sinonímia, antonímia e polissemia.
Obs: Questões de gramática estarão inseridas no conteúdo programático.

INGLÊS
A prova de Inglês avaliará essencialmente a capacidade de compreensão de textos, o que implica necessariamente, o domínio de um vocabulário de nível básico e o conhecimento de aspectos gramaticais da referida língua. As questões da prova serão baseadas em textos autênticos e didáticos, extraídos de livros ou revistas, devidamente adaptados, se necessário. Do candidato serão exigidos diferentes níveis de compreensão: global, de pontos principais e detalhada. Já a gramática solicitada exercerá o papel de acessório para sua compreensão dos textos. Sob esse enfoque, a prova de inglês exigirá do candidato capacidade de identificar diferentes tipos de texto; reconhecer temas centrais e secundários e palavras-chave; utilizar estratégias de leitura para identificar informações específicas e o significado geral do texto; estabelecer relações entre idéias contidas no texto; inferir a significação de uma palavra ou expressão a partir do contexto; reconhecer a significação de elementos lingüísticos.
responsáveis pela coesão textual; considerar os recursos visuais existentes para auxiliar na compreensão dos textos; reconhecer palavras e expressões equivalentes entre a língua inglesa e a língua portuguesa; associar informações objetivando a complementação dos textos; Aplicar à compreensão dos textos, o conhecimento dos aspectos gramaticais da língua inglesa.

MATEMÁTICA
Trigonometria; Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, Intervalos; Funções: Definição, Gráficos, Operações, Funções Elementares: Constante, do 1º Grau, Modular, Quadrática, Polinomial e Racional; Funções Especiais: Exponencial, Logarítmica e Trigonométrica.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Rede de Computadores: Topologia de Redes, Protocolo TCP/IP, Modelo OSI.
Gerenciamento, Segurança e Desempenho de Redes: Políticas de acesso (Usuários, e-mail's, Internet e VPN), Gerenciamento SNMP, Políticas de Segurança, antivirus, firewall (IPtables), ferramentas de detecção de intrusão,criptografia, VPN(Ipsec freeswan), QoS em .IPV4 e MPLS.Sistema Operacional Linux: Instalação e administração Linux (RED HAT), GNU/KDE, Samba, Shell-script (bash e POSIX), Perl 5, DNS, proxy (Squid), e-mail (Send-mail), WEB(Apache c/ php) e outros serviços.Sistema Operacional Windows: Instalação e Administração de sistema operacional Windows, Configuração de domínio Microsoft (DC), DNS, DHCP, gerenciador de eventos, WTS, gerenciamento de performance e Active Directory. Gerenciamento e administração de Link's: HDLC Frame Relay, MPLS.

CARGO: ENGENHEIRO/ Engenharia Civil (C)
HABILITAÇÃO: ENSINO SUPERIOR

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Linguagem como instrumento de ação e interação presente em todas as atividades humanas; Funções da linguagem na comunicação; Diversidade lingüística (língua padrão, língua não-padrão). -Leitura: Capacidade de compreensão e interpretação do contexto social, econômico e cultural (leitura de mundo). -Texto: Os versos textos que se apresentam no cotidiano das pessoas, escritos nas mais diferentes linguagens verbais e não-verbais (jornais, revistas, fotografias, esculturas, músicas, vídeos, entre outros). -Estrutura textual: Organização e hierarquia das idéias:idéia principal e idéias secundárias ; Relações lógicas e formais entre elementos do texto: a

coerência e a coesão textual; Defesa do ponto de vista: a argumentação e a intencionalidade; Elementos da narrativa; discurso direto; discurso indireto e indireto livre; Semântica - o significado das palavras e das sentenças : linguagem denotativa e conotativa; Sinonímia, antonímia e polissemia.
Obs: Questões de gramática estarão inseridas no conteúdo programático.

INGLÊS
A prova de Inglês avaliará essencialmente a capacidade de compreensão de textos, o que implica necessariamente, o domínio de um vocabulário de nível básico e o conhecimento de aspectos gramaticais da referida língua. As questões da prova serão baseadas em textos autênticos e didáticos, extraídos de livros ou revistas, devidamente adaptados, se necessário. Do candidato serão exigidos diferentes níveis de compreensão: global, de pontos principais e detalhada. Já a gramática solicitada exercerá o papel de acessório para sua compreensão dos textos. Sob esse enfoque, a prova de inglês exigirá do candidato capacidade de identificar diferentes tipos de texto; reconhecer temas centrais e secundários e palavras-chave; utilizar estratégias de leitura para identificar informações específicas e o significado geral do texto; estabelecer relações entre idéias contidas no texto; inferir a significação de uma palavra ou expressão a partir do contexto; reconhecer a significação de elementos lingüísticos.
responsáveis pela coesão textual; considerar os recursos visuais existentes para auxiliar na compreensão dos textos; reconhecer palavras e expressões equivalentes entre a língua inglesa e a língua portuguesa; associar informações objetivando a complementação dos textos; Aplicar à compreensão dos textos, o conhecimento dos aspectos gramaticais da língua inglesa.

MATEMÁTICA
Trigonometria; Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, Intervalos; Funções: Definição, Gráficos, Operações, Funções Elementares: Constante, do 1º Grau, Modular, Quadrática, Polinomial e Racional; Funções Especiais: Exponencial, Logarítmica e Trigonométrica.

INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações. alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Topografia: fundamentos de Topografia (medições, cálculos e representações de ângulos e distâncias). Planimetria. Altimetria. Curvas de nível. Escalas. Instrumentos topográficos. Taqueometria. Desenho topográfico. Nivelamento. Cálculo de áreas e volumes. Locação de projetos. Mecânica dos fluidos. Estática dos fluidos. Cinemática dos fluidos. Escoamento dos fluidos incompressíveis. Quantidade de movimento. Escoamento dos fluidos reais. Semelhança e análise dimensional. Cálculo de condutos. Escoamento permanente em canais. Medidas de escoamento. Escoamento de fluidos ideais compressíveis. Recursos hídricos. Ciclo hidrológico. Balanço hídrico. Meteorologia. Métodos hidrológicos. Cheias. Estiagens. Obras hidráulicas (barragens e vertedouros). Saneamento ambiental. A biosfera e seu equilíbrio. Fatores que comprometem a salubridade ambiental. Efeitos da tecnologia sobre o equilíbrio ecológico. A preservação dos recursos naturais. Estruturação e reestruturação sanitária das cidades. Qualidade da água. Noções de tratamento de água para abastecimento. Dimensionamento de sistemas públicos de abastecimento de água para zona rural e urbana. Sistemas de tratamento de esgoto. Estruturas. Diagramas de esforços em vigas e pórticos planos de estruturas isoestáticas. Dimensionamento de estruturas de concreto aramado (flexão de vigas, torção de vigas, flexão de lajes, torção de lajes, pilares). Patologia das estruturas de concreto armado. Técnicas de recuperação e reforço de estruturas de concreto. Manutenção preventiva das estruturas. Estruturas metálicas. Estruturas de madeira. Estruturas de concreto pretendido. Estruturas pré-moldadas. Fundações: tipos de fundações. Dimensionamento, aplicação e execução de fundações. Rebaixamento do lençol freático e recalque de fundações. Mecânica dos solos. Geologia. Investigações geotécnicas. Análise granulométrica. Índices físicos. Compactação dos solos. Classificação dos solos. Distribuição de pressão nos solos. Permeabilidade dos solos. Resistência ao cisalhamento dos solos. Empuxos de terra e contenções. Estabilidade de taludes. Noções de Direito Civil (desapropriações, servidão, posse, propriedade, indenização), Noções de Direito Processual (prova pericial, perito, assistente técnico, laudo pericial, quesitos), Noções de Perícias judiciais. Avaliações de imóveis. Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento sanitário: unidades constituintes, projeto arquitetônico, elétrico, estrutural e paisagismo, especificações técnicas, equipamentos, dimensionamento, orçamento, obras e operação.

CARGO: ENGENHEIRO/ Engenharia Elétrica (D)
HABILITAÇÃO: ENSINO SUPERIOR

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Linguagem como instrumento de ação e interação presente em todas as atividades humanas; Funções da linguagem na comunicação; Diversidade lingüística (língua padrão, língua não-padrão). -Leitura: Capacidade de compreensão e interpretação do contexto social, econômico e cultural (leitura de mundo). -Texto: Os versos textos que se apresentam no cotidiano das pessoas, escritos nas mais diferentes linguagens verbais e não-verbais (jornais, revistas, fotografias, esculturas, músicas, vídeos, entre outros). -Estrutura textual: Organização e hierarquia das idéias:idéia principal e idéias secundárias ; Relações lógicas e formais entre elementos do texto: a coerência e a coesão textual; Defesa do ponto de vista: a argumentação e a intencionalidade; Elementos da narrativa; discurso direto; discurso indireto e indireto livre; Semântica - o significado das palavras e das sentenças : linguagem denotativa e conotativa; Sinonímia, antonímia e polissemia.
Obs: Questões de gramática estarão inseridas no conteúdo programático.

INGLÊS
A prova de Inglês avaliará essencialmente a capacidade de compreensão de textos, o que implica necessariamente, o domínio de um vocabulário de nível básico e o conhecimento de aspectos gramaticais da referida língua. As questões da prova serão baseadas em textos autênticos e didáticos, extraídos de livros ou revistas, devidamente adaptados, se necessário. Do candidato serão exigidos diferentes níveis de compreensão: global, de pontos principais e detalhada. Já a gramática solicitada exercerá o papel de acessório para sua compreensão dos textos. Sob esse enfoque, a prova de inglês exigirá do candidato capacidade de identificar diferentes tipos de texto; reconhecer temas centrais e secundários e palavras-chave; utilizar estratégias de leitura para identificar informações específicas e o significado geral do texto; estabelecer relações entre idéias contidas no texto; inferir a significação de uma palavra ou expressão a partir do contexto; reconhecer a significação de elementos lingüísticos.
responsáveis pela coesão textual; considerar os recursos visuais existentes para auxiliar na compreensão dos textos; reconhecer palavras e expressões equivalentes entre a língua inglesa e a língua portuguesa; associar informações objetivando a complementação dos textos; Aplicar à compreensão dos textos, o conhecimento dos aspectos gramaticais da língua inglesa.

MATEMÁTICA
Trigonometria; Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, Intervalos; Funções: Definição, Gráficos, Operações, Funções Elementares: Constante, do 1º Grau, Modular, Quadrática, Polinomial e Racional; Funções Especiais: Exponencial, Logarítmica e Trigonométrica.

INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Luminotécnica: iluminação interna e externa, método do fluxo total, método das cavidades zonais, método das cavidades luminosas, principais tipos de fontes luminosas. Instalação elétrica de edifícios de uso coletivo: distribuição de circuitos, quadro de medição, prumadas, dimensionamentos, subestação. Instalação elétrica industrial: principais configurações, subestações, dimensionamento. Proteção de instalações elétricas: principais dispositivos, dimensionamento, seletividade. Instalações telefônicas prediais: distribuição de pontos, distribuidor geral, centrais, cabiamento. Correção de fator de potência: capacitores, configuração de bancos de capacitores, dimensionamento. Distribuição de energia elétrica: principais configurações, subestação de distribuição, redes de distribuição. Máquinas elétricas: princípio de funcionamento, máquinas girantes, seleção. Instalações complementares: pára-raios, antena coletiva, alarmes anti-roubo e anti-incêndio, comunicação interna. Normas nacionais, regionais e estaduais. Orçamento de obras, quantitativas, custos, BDI. Custos, apropriação e controle das construções. Avaliações. Legislação profissional. Fundamentos de Mecânica dos Fluídos. Fundamentos de termodinâmica e transferência de calor. Psiconometria. Condições de conforto. Cargas térmicas de aquecimento e refrigeração. Instalações de refrigeração e suas aplicações. Sistemas de Condicionamento do Ar e suas aplicações. Dutos e ventiladores. Controle em ar condicionado. Manutenção de maquinário, veículos e equipamentos rodoviários. Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento sanitário: Equipamentos eletromecânicos utilizados, projetos elétricos, especificações técnicas, equipamentos de comunicação, rádio comunicação e telefonia, elaboração e fiscalização de projetos elétricos, dimensionamento e orçamento, coordenação e supervisão de obras, operação e manutenção preventiva e corretiva. Consumo de energia elétrica.

CARGO: ENGENHEIRO/ Engenharia Mecânica (E)
HABILITAÇÃO: ENSINO SUPERIOR

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Linguagem como instrumento de ação e interação presente em todas as atividades humanas; Funções da linguagem na comunicação; Diversidade lingüística (língua padrão, língua não-padrão). -Leitura: Capacidade de compreensão e interpretação do contexto social, econômico e cultural (leitura de mundo). -Texto: Os versos textos que se apresentam no cotidiano das pessoas, escritos nas mais diferentes linguagens verbais e não-verbais (jornais, revistas, fotografias, esculturas, músicas, vídeos, entre outros). -Estrutura textual: Organização e hierarquia das idéias:idéia principal e idéias secundárias ; Relações lógicas e formais entre elementos do texto: a coerência e a coesão textual; Defesa do ponto de vista: a argumentação e a intencionalidade; Elementos da narrativa; discurso direto; discurso indireto e indireto livre; Semântica - o significado das palavras e das sentenças : linguagem denotativa e conotativa; Sinonímia, antonímia e polissemia.
Obs: Questões de gramática estarão inseridas no conteúdo programático.

INGLÊS
A prova de Inglês avaliará essencialmente a capacidade de compreensão de textos, o que implica necessariamente, o domínio de um vocabulário de nível básico e o conhecimento de aspectos gramaticais da referida língua. As questões da prova serão baseadas em textos autênticos e didáticos, extraídos de livros ou revistas, devidamente adaptados, se necessário. Do candidato serão exigidos diferentes níveis de compreensão: global, de pontos principais e detalhada. Já a gramática solicitada exercerá o papel de acessório para sua compreensão dos textos. Sob esse enfoque, a prova de inglês exigirá do candidato capacidade de identificar diferentes tipos de texto; reconhecer temas centrais e secundários e palavras-chave; utilizar estratégias de leitura para identificar informações específicas e o significado geral do texto; estabelecer relações entre idéias contidas no texto; inferir a significação de uma palavra ou expressão a partir do contexto; reconhecer a significação de elementos lingüísticos.
responsáveis pela coesão textual; considerar os recursos visuais existentes para auxiliar na compreensão dos textos; reconhecer palavras e expressões equivalentes entre a língua inglesa e a língua portuguesa; associar informações objetivando a complementação dos textos; Aplicar à compreensão dos textos, o conhecimento dos aspectos gramaticais da língua inglesa.

MATEMÁTICA
Trigonometria; Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, Intervalos; Funções: Definição, Gráficos, Operações, Funções Elementares: Constante, do 1º Grau, Modular, Quadrática, Polinomial e Racional; Funções Especiais: Exponencial, Logarítmica e

Trigonométrica.

INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Termodinâmica. Transmissão de Calor. Geradores. Motores elétricos. Acoplamentos. Quadros de comando, controle e proteção. Sistema de refrigeração de motores. Lubrificantes e lubrificação industrial. Resistência de materiais. Análise de vibração. Balanceamento estático e dinâmico. Alinhamento. Dimensionamento de eixos, mancais e rolamentos. Elementos de máquinas. Transmissão por correias e engrenagens. Tecnologia mecânica. Conceitos e fundamentos aplicados à manutenção de instalações e sistemas mecânicos. Critério de manutenção. Materiais de construção mecânica. Aços carbono e aços liga. Metais não ferrosos. Materiais não metálicos. Plástico. Borracha. Tratamentos térmicos e de superfície. Ensaios mecânicos. Processos de soldagem. Ensaios não destrutivos. Operação e manutenção de elevadores e montacargas. Manutenção de esteiras transportadoras, balanças e escadas rolantes. Operações e manutenção de sistema central de ar condicionado. Conceitos e fundamentos aplicados à manutenção de instalações industriais (manutenção preventiva e corretiva). Administração de materiais técnicos de consumo. Planejamento e controle da manutenção (planejamento anual de atividades, sistema de ordem de serviço, histórico de intervenções em equipamentos, componentes principais e em instalações, custos aplicados à manutenção etc.). Programação e execução de serviços de manutenção. Organização da manutenção em sistemas produtivos contínuos. Administração de contratos. Liderança e gerenciamento de recursos. Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento sanitário: Equipamentos eletromecânicos utilizados, projetos elétrico-mecênicos, especificações técnicas. Elaboração e fiscalização de projetos, dimensionamento e orçamento, coordenação e supervisão de obras, operação e manutenção preventiva e corretiva.

CARGO: ENGENHEIRO/ Engenharia Sanitária (F)
HABILITAÇÃO: ENSINO SUPERIOR
CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Linguagem como instrumento de ação e interação presente em todas as atividades humanas; Funções da linguagem na comunicação; Diversidade lingüística (língua padrão, língua não-padrão). -Leitura: Capacidade de compreensão e interpretação do contexto social, econômico e cultural (leitura de mundo). -Texto: Os versos textos que se apresentam no cotidiano das pessoas, escritos nas mais diferentes linguagens verbais e não-verbais (jornais, revistas, fotografias, esculturas, músicas, vídeos, entre outros). -Estrutura textual: Organização e hierarquia das idéias:idéia principal e idéias secundárias ; Relações lógicas e formais entre elementos do texto: a coerência e a coesão textual; Defesa do ponto de vista: a argumentação e a intencionalidade; Elementos da narrativa; discurso direto; discurso indireto e indireto livre; Semântica - o significado das palavras e das sentenças : linguagem denotativa e conotativa; Sinonímia, antonímia e polissemia.
Obs: Questões de gramática estarão inseridas no conteúdo programático.

INGLÊS
A prova de Inglês avaliará essencialmente a capacidade de compreensão de textos, o que implica necessariamente, o domínio de um vocabulário de nível básico e o conhecimento de aspectos gramaticais da referida língua. As questões da prova serão baseadas em textos autênticos e didáticos, extraídos de livros ou revistas, devidamente adaptados, se necessário. Do candidato serão exigidos diferentes níveis de compreensão: global, de pontos principais e detalhada. Já a gramática solicitada exercerá o papel de acessório para sua compreensão dos textos. Sob esse enfoque, a prova de inglês exigirá do candidato capacidade de identificar diferentes tipos de texto; reconhecer temas centrais e secundários e palavras-chave; utilizar estratégias de leitura para identificar informações específicas e o significado geral do texto; estabelecer relações entre idéias contidas no texto; inferir a significação de uma palavra ou expressão a partir do contexto; reconhecer a significação de elementos lingüísticos.
responsáveis pela coesão textual; considerar os recursos visuais existentes para auxiliar na compreensão dos textos; reconhecer palavras e expressões equivalentes entre a língua inglesa e a língua portuguesa; associar informações objetivando a complementação dos textos; Aplicar à compreensão dos textos, o conhecimento dos aspectos gramaticais da língua inglesa.

MATEMÁTICA
Trigonometria; Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, Intervalos; Funções: Definição, Gráficos, Operações, Funções Elementares: Constante, do 1° Grau, Modular, Quadrática, Polinomial e Racional; Funções Especiais: Exponencial, Logarítmica e Trigonométrica.

INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Sistema Público de Abastecimento de Água: barragens, captação e adução, ER (Estação e Recalque), ETA' (Estação de Tratamento de Água). Reservatórios. Rede de Distribuição. Dimensionamento e Orçamento. Sistema de Esgoto Sanitário: coletores, interceptores, emissários, processos de tratamento de esgotos: lodos ativados, filtros biológicos, lagoas de estabilização, outros, dimensionamento, orçamento. Saúde Pública e Meio Ambiente: a ecologia, os ecossistemas, cadeia alimentar, ciclos biogeoquímicos da natureza, a biodegradação, nutrição, respiração e fotossíntese, os impactos ambientais, a poluição e contaminação, as doenças relacionadas com a falta de saneamento, os aspectos epidemiológicos, indicadores de saúde. Hidráulica: Hidrologia. Ecologia: ecossistemas – conceitos e componentes. Cadeia alimentar. Ciclos biogeoquímicos da natureza: água, carbono, oxigênio, nitrogênio e fósforo. Processos de depuração biológica das águas: autodepuração dos cursos d'água. Parâmetros biológicos. Tratamento de águas residuárias domésticas e industriais. Processos físico-químicos de tratamento de efluentes e de água de abastecimento: Parâmetros físico-químicos. Tratamento físico-químicos de águas. Importância do abastecimento de água. A água na transmissão de doenças. Qualidade, impurezas e características físicas, químicas e biológicas da água, padrões de potabilidade, controle da qualidade da água. Consumo de água, estimativa de população. Captação de águas superficiais e subterrâneas: tipos de captação, materiais e equipamentos, dimensionamento, proteção. Adução de água: tipo de adutoras, dimensionamento, materiais empregados, bombas e estações elevatórias. Reservatórios de distribuição: tipos, localização, dimensionamento. Redes de distribuição: traçado, métodos de dimensionamento, materiais empregados. Tratamento de água de abastecimento para pequenas e grandes comunidades: coagulação/floculação, decantação, filtração, oxidação/desinfecção, fluoretação/desfluoretação, aeração – tecnologias, dimensionamento e composição do tratamento em função da qualidade da água bruta. Sistemas de coleta de esgotos sanitários: traçado, materiais e equipamentos, dimensionamento, operação e manutenção. Tratamento coletivo e individual de águas residuárias domésticas: características dos esgotos, processos e grau de tratamento, tratamento preliminar, tratamento secundário e terciário, tratamento do lodo, reuso da água e disposição no solo. Tratamento de efluentes industriais: características dos efluentes, tipos de tratamento, dimensionamento, recuperação de materiais. Drenagem urbana: traçado, materiais, dimensionamento, manutenção. Resíduos sólidos: conceito, classificação, acondicionamento, coleta, transporte e destino final, limpeza pública. Resíduos hospitalares: armazenamento, coleta, destino final, normas técnicas aplicáveis. Ecologia e poluição ambiental. Consciência ecológica. A problemática ambiental e o ambiente de negócios. Uso sustentado de recursos naturais. Licenciamento ambiental. LAP, LAI e LAO. Estudo de Impacto Ambiental - EIA. O Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Resolução CONAMA 001/86 e 357/05. Decreto Estadual Nº 14.250, de 5 de junho de 1981.

CARGO: ENGENHEIRO/ Engenharia Química (G)
HABILITAÇÃO: ENSINO SUPERIOR

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Linguagem como instrumento de ação e interação presente em todas as atividades humanas; Funções da linguagem na comunicação; Diversidade lingüística (língua padrão, língua não-padrão). -Leitura: Capacidade de compreensão e interpretação do contexto social, econômico e cultural (leitura de mundo). -Texto: Os versos textos que se apresentam no cotidiano das pessoas, escritos nas mais diferentes linguagens verbais e não-verbais (jornais, revistas, fotografias, esculturas, músicas, vídeos, entre outros). -Estrutura textual: Organização e hierarquia das idéias:idéia principal e idéias secundárias ; Relações lógicas e formais entre elementos do texto: a coerência e a coesão textual; Defesa do ponto de vista: a argumentação e a intencionalidade; Elementos da narrativa; discurso direto; discurso indireto e indireto livre; Semântica - o significado das palavras e das sentenças : linguagem denotativa e conotativa; Sinonímia, antonímia e polissemia.
Obs: Questões de gramática estarão inseridas no conteúdo programático.

INGLÊS
A prova de Inglês avaliará essencialmente a capacidade de compreensão de textos, o que implica necessariamente, o domínio de um vocabulário de nível básico e o conhecimento de aspectos gramaticais da referida língua. As questões da prova serão baseadas em textos autênticos e didáticos, extraídos de livros ou revistas, devidamente adaptados, se necessário. Do candidato serão exigidos diferentes níveis de compreensão: global, de pontos principais e detalhada. Já a gramática solicitada exercerá o papel de acessório para sua compreensão dos textos. Sob esse enfoque, a prova de inglês exigirá do candidato capacidade de identificar diferentes tipos de texto; reconhecer temas centrais e secundários e palavras-chave; utilizar estratégias de leitura para identificar informações específicas e o significado geral do texto; estabelecer relações entre idéias contidas no texto; inferir a significação de uma palavra ou expressão a partir do contexto; reconhecer a significação de elementos lingüísticos.
responsáveis pela coesão textual; considerar os recursos visuais existentes para auxiliar na compreensão dos textos; reconhecer palavras e expressões equivalentes entre a língua inglesa e a língua portuguesa; associar informações objetivando a complementação dos textos; Aplicar à compreensão dos textos, o conhecimento dos aspectos gramaticais da língua inglesa.

MATEMÁTICA
Trigonometria; Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, Intervalos; Funções: Definição, Gráficos, Operações, Funções Elementares: Constante, do 1° Grau, Modular, Quadrática, Polinomial e Racional; Funções Especiais: Exponencial, Logarítmica e Trigonométrica.

INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Aspectos Teóricos Gerais: Reações e equações químicas: representação e ajuste de coeficientes. Concentração das espécies químicas das soluções: grau de ionização/dissociação e concentração das espécies químicas. Conversões, diluições, misturas de soluções. Neutralizações e hidrólises. Produtos de solubilidade e precipitação. Indicadores químicos. Análises volumétricas. Análises eletrométricas. Laboratório Químico e Operações Básicas: Estrutura de um laboratório de análise química (águas). Uso de vidraria e aparelhagem básica e equipamentos de laboratório químico.

Tipos e requisitos da água para uso laboratorial. Limpeza e secagem do material de laboratório. Preparação de soluções, tampões, indicadores, reativos e padrões. Amostragem, coleta e preservação de amostras, preparação e dissolução de amostras. Regras de segurança, primeiros socorros e higiene. Pesagem e medidas de volume. Separações: filtração, cristalização, destilação, cromatografia, extração, troca iônica. Métodos Analíticos: Escalas de trabalho em química analítica. Métodos gravimétricos. Métodos volumétricos: ácido-base, redox e complexométricos. Métodos eletrométricos: potenciometria (elétrodos íon-seletivos), eletrogravimetria, contidutometria coulometria, amperometria, polarografia, voltametria. Métodos óticos: fotometria de chama (emissão), colorimetria, fotocolorimetria e espectrofotometria visível, UV e absorção atômica, turbidimetria/nefelometria. Automação em química analítica: autoanalisadoras e FIA. Identificação de minerais através das suas propriedades físico-químicas. Tratamento estatístico, avaliação e interpretação dos dados analíticos. Emissão de boletins de análise, laudos e parece.es fundamentados. Análises de solos. Fundamentos da Química da Água: propriedades físicas e químicas da água pura. Tipos de água: naturais: da chuva, superficiais e subterrâneas; de abastecimento: urbano e industrial, águas residuárias: urbanas (esgotos) e industriais, águas de recreação: piscinas. Águas Naturais: Composição básica das águas naturais: Materiais em dispersões grosseiras (suspensões). Dispersões coloidais. Materiais dissolvidos. Contaminantes das águas naturais: Materiais de origem natural, Materiais ligados a atividade humana (doméstica, industrial e agrícola); Parâmetros para Qualificação das Águas:. Características Físicas: Cor, turbidez, sabor e odor, temperatura, condutividade elétrica, calor específico, densidade; Características Químicas: acidez (gás carbônico livre), pH, alcalinidades, ferro e manganês, cloretos, fluoreto, sulfetos e sulfatos, sólidos dissolvidos, sólidos em suspensão, sólidos totais, impurezas orgânicas, nitritos e nitratos, oxigênio consumido (matéria orgânica), demanda química de oxigênio - DQO, fenóis e detergentes, substância tóxicas e pesticidas, fosfatos, agentes desinfetantes: cloro residual. Características Biológicas: Contagem do número total de bactérias, pesquisa de coliformes totais e fecais, características hidrobiológicas, doenças de veiculação hídrica, a questão vírus. Uso e Qualidade das Águas: padrões de notabilidade e requisitos para águas industriais. Tratamento das Águas: Separações mecânicas preliminares; Processos de Aeração. Floculação: agentes coagulantes; Sedimentação ou decantação. Processos de filtração. Desinfecção: agentes desinfetantes. Assuntos Complementares: Elaboração e testagem de metodologia de análise, elaboração de normas, especificações e método de ensaio técnico; Orientação e supervisão e avaliação dos trabalhos de equipes profissionais. Organização e avaliação de programas de treinamento profissional. Adaptação de materiais para uso em novas atividades, com novas funções: Operação de equipamentos de comunicação, rádio-comunicação e terminais de computadores com software básico; elaboração de croquis ou layouts, elaboração e análise de projetos de pesquisa, publicações e divulgação técnico-científicas em relatórios. Erros, exatidão e precisão das medidas: uso dos algarismos significativos. Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento sanitário: unidades constituintes, projetos, especificações técnicas, equipamentos, dimensionamento, orçamento, obras e operação. Hidráulica.Controle Ambiental: O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental. O zoneamento ambiental. A avaliação de impacto ambiental – EIA. O relatório de impacto ambiental – RIMA. O licenciamento ambiental e a revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras – LAP, LAI, LAO. A criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelos Poderes Públicos, Federal, Estadual e Municipal, denominadas áreas naturais protegidas. O Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente. Os cadastros Técnicos Federais a) de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental; b) de Atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais. As penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimentos das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental. O Relatório de Qualidade do meio Ambiente e sua divulgação pelo IBAMA. A legislação pertinente.

CARGO: QUÍMICO
HABILITAÇÃO: ENSINO SUPERIOR

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Linguagem como instrumento de ação e interação presente em todas as atividades humanas; Funções da linguagem na comunicação; Diversidade lingüística (língua padrão, língua não-padrão). -Leitura: Capacidade de compreensão e interpretação do contexto social, econômico e cultural (leitura de mundo). -Texto: Os versos textos que se apresentam no cotidiano das pessoas, escritos nas mais diferentes linguagens verbais e não-verbais (jornais, revistas, fotografias, esculturas, músicas, vídeos, entre outros). -Estrutura textual: Organização e hierarquia das idéias: idéia principal e idéias secundárias; Relações lógicas e formais entre elementos do texto: a coerência e a coesão textual; Defesa do ponto de vista: a argumentação e a intencionalidade; Elementos da narrativa; discurso direto; discurso indireto e indireto livre; Semântica - o significado das palavras e das sentenças: linguagem denotativa e conotativa; Sinonímia, antonímia e polissemia.
Obs: Questões de gramática estarão inseridas no conteúdo programático.

INGLÊS
A prova de Inglês avaliará essencialmente a capacidade de compreensão de textos, o que implica necessariamente, o domínio de um vocabulário de nível básico e o conhecimento de aspectos gramaticais da referida língua. As questões da prova serão baseadas em textos autênticos e didáticos, extraídos de livros ou revistas, devidamente adaptados, se necessário. Do candidato serão exigidos diferentes níveis de compreensão: global, de pontos principais e detalhada. Já a gramática solicitada exercerá o papel de acessório para sua compreensão dos textos. Sob esse enfoque, a prova de inglês exigirá do candidato capacidade de identificar diferentes tipos de texto; reconhecer temas centrais e secundários e palavras-chave; utilizar estratégias de leitura para identificar informações específicas e o significado geral do texto; estabelecer relações entre idéias contidas no texto; inferir a significação de uma palavra ou expressão a partir do contexto; reconhecer a significação de elementos lingüísticos.
responsáveis pela coesão textual; considerar os recursos visuais existentes para auxiliar na compreensão dos textos; reconhecer palavras e expressões equivalentes entre a língua inglesa e a língua portuguesa; associar informações objetivando a complementação dos textos; Aplicar à compreensão dos textos, o conhecimento dos aspectos gramaticais da língua inglesa.

MATEMÁTICA
Trigonometria; Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, Intervalos; Funções: Definição, Gráficos, Operações, Funções Elementares: Constante, do 1º Grau, Modular, Quadrática, Polinomial e Racional; Funções Especiais: Exponencial, Logarítmica e Trigonométrica.

INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Aspectos Teóricos Gerais: Reações e equações químicas: representação e ajuste de coeficientes. Concentração das espécies químicas das soluções: grau de ionização/dissociação e concentração das espécies químicas. Conversões, diluições, misturas de soluções. Neutralizações e hidrólises. Produtos de solubilidade e precipitação. Indicadores químicos. Análises volumétricas. Análises eletrométricas. Laboratório Químico e Operações Básicas: Estrutura de um laboratório de análise química (águas). Uso de vidraria e aparelhagem básica e equipamentos de laboratório químico. Tipos e requisitos da água para uso laboratorial. Limpeza e secagem do material de laboratório. Preparação de soluções, tampões, indicadores, reativos e padrões. Amostragem, coleta e preservação de amostras, preparação e dissolução de amostras. Regras de segurança, primeiros socorros e higiene. Pesagem e medidas de volume. Separações: filtração, cristalização, destilação, cromatografia, extração, troca iônica. Métodos Analíticos: Escalas de trabalho em química analítica. Métodos gravimétricos. Métodos volumétricos: ácido-base, redox e complexométricos. Métodos eletrométricos: potenciometria (elétrodos íon-seletivos), eletrogravimetria, contidutometria coulometria, amperometria, polarografia, voltametria. Métodos óticos: fotometria de chama (emissão), colorimetria, fotocolorimetria e espectrofotometria visível, UV e absorção atômica, turbidimetria/nefelometria. Automação em química analítica: autoanalisadoras e FIA. Identificação de minerais através das suas propriedades físico-químicas. Tratamento estatístico, avaliação e interpretação dos dados analíticos. Emissão de boletins de análise, laudos e pareceres fundamentados. Análises de solos. Fundamentos da Química da Água: propriedades físicas e químicas da água pura. Tipos de água: naturais: da chuva, superficiais e subterrâneas; de abastecimento: urbano e industrial, águas residuárias: urbanas (esgotos) e industriais, águas de recreação: piscinas. Águas Naturais: Composição básica das águas naturais: Materiais em dispersões grosseiras (suspensões). Dispersões coloidais. Materiais dissolvidos. Contaminantes das águas naturais: Materiais de origem natural, Materiais ligados a atividade humana (doméstica, industrial e agrícola); Parâmetros para Qualificação das Águas: Características Físicas: Cor, turbidez, sabor e odor, temperatura, condutividade elétrica, calor específico, densidade; Características Químicas: acidez (gás carbônico livre), pH, alcalinidades, ferro e manganês, cloretos, fluoreto, sulfetos e sulfatos, sólidos dissolvidos, sólidos em suspensão, sólidos totais, impurezas orgânicas, nitritos e nitratos, oxigênio consumido (matéria orgânica), demanda química de oxigênio - DQO, fenóis e detergentes, substância tóxicas e pesticidas, fosfatos, agentes desinfetantes: cloro residual. Características Biológicas: Contagem do número total de bactérias, pesquisa de coliformes totais e fecais, características hidrobiológicas, doenças de veiculação hídrica, a questão vírus. Uso e Qualidade das Águas: padrões de notabilidade e requisitos para águas industriais. Tratamento das Águas: Separações mecânicas preliminares; Processos de Aeração. Floculação: agentes coagulantes; Sedimentação ou decantação. Processos de filtração. Desinfecção: agentes desinfetantes. Assuntos Complementares: Elaboração e testagem de metodologia de análise, elaboração de normas, especificações e método de ensaio técnico; Orientação e supervisão e avaliação dos trabalhos de equipes profissionais. Organização e avaliação de programas de treinamento profissional. Adaptação de materiais para uso em novas atividades, com novas funções: Operação de equipamentos de comunicação, rádio-comunicação e terminais de computadores com software básico; elaboração de croquis ou layouts, elaboração e análise de projetos de pesquisa, publicações e divulgação técnico-científicas em relatórios. Erros, exatidão e precisão das medidas: uso dos algarismos significativos.Controle Ambiental: O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental. O zoneamento ambiental. A avaliação de impacto ambiental – EIA. O relatório de impacto ambiental – RIMA. O licenciamento ambiental e a revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras – LAP, LAI, LAO. A criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelos Poderes Públicos, Federal, Estadual e Municipal, denominadas áreas naturais protegidas. O Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente. Os cadastros Técnicos Federais a) de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental; b) de Atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais. As penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimentos das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental. O Relatório de Qualidade do meio Ambiente e sua divulgação pelo IBAMA. A legislação pertinente.

CARGO: BIÓLOGO
HABILITAÇÃO: ENSINO SUPERIOR

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA
Linguagem como instrumento de ação e interação presente em todas as atividades humanas; Funções da linguagem na comunicação; Diversidade lingüística (língua padrão, língua não-padrão). -Leitura: Capacidade de compreensão e interpretação do contexto social, econômico e cultural (leitura de mundo). -Texto: Os versos textos que se apresentam no cotidiano das pessoas, escritos nas mais diferentes linguagens verbais e não-verbais (jornais, revistas, fotografias, esculturas, músicas, vídeos, entre outros). -Estrutura textual: Organização e hierarquia das idéias:idéia principal e idéias secundárias ; Relações lógicas e formais entre elementos do texto: a coerência e a coesão textual; Defesa do ponto de vista: a argumentação e a intencionalidade; Elementos da narrativa; discurso direto; discurso indireto e indireto livre; Semântica - o significado das palavras e das sentenças : linguagem denotativa e conotativa; Sinonímia, antonímia e polissemia.
Obs: Questões de gramática estarão inseridas no conteúdo programático.

INGLÊS
A prova de Inglês avaliará essencialmente a capacidade de compreensão de textos, o que implica necessariamente, o domínio de um vocabulário de nível básico e o conhecimento de aspectos gramaticais da referida língua. As questões da prova serão baseadas em textos autênticos e didáticos, extraídos de livros ou revistas, devidamente adaptados, se necessário. Do candidato serão exigidos diferentes níveis de compreensão: global, de pontos principais e detalhada. Já a gramática solicitada exercerá o papel de acessório para sua compreensão dos textos. Sob esse enfoque, a prova de inglês exigirá do candidato capacidade de identificar diferentes tipos de texto; reconhecer temas centrais e secundários e palavras-chave; utilizar estratégias de leitura para identificar informações específicas e o significado geral do texto; estabelecer relações entre idéias contidas no texto; inferir a significação de uma palavra ou expressão a partir do contexto; reconhecer a significação de elementos lingüísticos.
responsáveis pela coesão textual; considerar os recursos visuais existentes para auxiliar na

compreensão dos textos; reconhecer palavras e expressões equivalentes entre a língua inglesa e a língua portuguesa; associar informações objetivando a complementação dos textos; Aplicar à compreensão dos textos, o conhecimento dos aspectos gramaticais da língua inglesa.

MATEMÁTICA
Trigonometria; Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, Intervalos; Funções: Definição, Gráficos, Operações, Funções Elementares: Constante, do 1° Grau, Modular, Quadrática, Polinomial e Racional; Funções Especiais: Exponencial, Logarítmica e Trigonométrica.

INFORMÁTICA
Conceitos de hardware. Softwares: Conhecimentos de planilhas eletrônicas, editores de texto, Microsoft PowerPoint, Microsoft Access e Microsoft Outlook.Internet.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA
Elementos básicos da Geografia de Santa Catarina. Posição geográfica; Limites; Municípios e microrregiões geográficas; Relevo; Hidrografia; Clima; Cobertura Vegetal; Meio ambiente; População. **Elementos básicos da História de Santa Catarina.** Os primeiros visitantes e povoadores europeus; O povoamento Vicentista: a fundação das primeiras vilas; O povoamento Açoriano e Madeirense; A invasão espanhola em 1777; A conquista o povoamento do Planalto; A República Catarinense (Juliana); Colonizações alemã, italiana e polonesa; A Revolução Federalista; A Guerra do Contestado. Santa Catarina atual (acontecimentos atuais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Sistema de Esgoto Sanitário: Processos de tratamento de esgotos: lodos ativados, filtros biológicos, lagoas de estabilização, outros. Microbiologia de Lodos ativados e lagoas de estabilização. Tratamento coletivo e individual de águas residuárias domésticas: características dos esgotos, processos e grau de tratamento, tratamento preliminar, tratamento secundário e terciário, tratamento do lodo, reuso da água e disposição no solo. Tratamento de efluentes industriais: características dos efluentes, tipos de tratamento. Sistemas de Abastecimento de Água: Importância do abastecimento de água. A água na transmissão de doenças. Qualidade, impurezas e características físicas, químicas e biológicas da água, padrões de potabilidade - Portaria Nº 518/04 do Ministério da Saúde, controle da qualidade da água. Tratamento físico-químicos de águas: coagulação/floculação, decantação, filtração, oxidação/desinfecção, fluoretação/desfluoretação, aeração – tecnologias. Saúde Pública e Meio Ambiente: Noções de ecologia geral, Ecologia de ambientes aquáticos e terrestres, Eutrofização, Ficologia geral. Ciclos biogeoquímicos da natureza: água, carbono, oxigênio, nitrogênio e fósforo. Processos de depuração biológica das águas: autodepuração dos cursos d'água. Parâmetros biológicos. Métodos analíticos de identificação e contagem de cianobactérias. Técnicas laboratoriais: microscopia, preparação de lâminas, coleta e dissecação de materiais, etc. Seres vivos: classificação, características, estrutura e funções. Dinâmica dos ecossistemas. Populações e comunidades. Biosfera e os biociclos. Seres vivos e suas relações. Regiões fitogeográficas de Santa Catarina e do Brasil. Parques florestais e reservas biológicas de Santa Catarina e do Brasil. Desequilíbrios ecológicos: poluentes e poluição, tipos doenças, etc. Conferências mundiais sobre o meio ambiente. Controle Ambiental: O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental. O zoneamento ambiental. O método científico. Licenciamento ambiental. LAP, LAI e LAO. Estudo de Impacto Ambiental - EIA. O Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Resolução CONAMA 001/86 e 357/05. Decreto Estadual Nº 14.250, de 5 de junho de 1981. A criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelos poderes públicos, federal, estadual e municipal, denominadas áreas naturais protegidas. O Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente. Os cadastros técnicos federais: a) de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental. b) de Atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais. As penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimentos das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental. O Relatório de Qualidade do meio Ambiente e sua divulgação pelo IBAMA.

ANEXO V-AUXÍLIO DE PESSOAL AUTORIZADO PARA ORIENTAÇÃO DE INSCRIÇÃO.

CIDADES/AGÊNCIAS	ENDEREÇO
FLORIANÓPOLIS – CASAN/Agência Regional Florianópolis	Rua XV de Novembro nº 230 Bairro: Balneário Estreito - Florianópolis Telefone: (48) 271- 5729
RIO DO SUL – CASAN/Agência Regional Rio do Sul	BR 470- km 141 Bairro: Canta Galo – Rio do Sul Telefone: (47) 3525-2555
VIDEIRA – CASAN/Agência Regional Videira	Rua Veneriano dos Passos nº 430 Bairro: Centro - Videira Telefone: (49) 3551- 70 00
CRICIÚMA – CASAN/Agência Regional Criciúma	Avenida Centenário nº 1220 Bairro: Centro - Criciúma Telefone: (48) 3461- 70 00
CHAPECÓ – CASAN/Agência Regional Chapecó	Avenida Getúlio Vargas nº 990-S Bairro: Centro - Chapecó Telefone: (49) 3321- 27 00

DEMP 11801/069

Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural
Epagri Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.

RESULTADO DE LICITAÇÃO
A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A – Epagri, comunica aos interessados a anulação da Tomada de Preços nº 0030/2006, Objeto: selecionar propostas de **empresas prestadoras de serviços de internet a rádio para os 15 municípios da Gerencia Regional de Araranguá/SC, – Motivo**: **houve vício na elaboração do Edital -Florianópolis, 17 de abril de 2006- Valmor Luiz Dall'Agnol.**

DEMP 11860/065

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL CONVITE 002/FCFFC/2006. A Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que irá realizar na modalidade de CONVITE, no dia 26 de abril de 2006, às 14:00 horas, licitação objetivando **aquisições de equipamentos para iluminação cênica, do Teatro da UBRO**, de conformidade com a Lei 8666/93, tipo MENOR PREÇO. O Edital completo poderá ser retirado na Rua Antônio Luz nº 260, Forte Santa Bárbara, Centro, no horário das 14:00hs às 18:00hs, mediante a apresentação de carimbo do CNPJ da empresa interessada.

DEMP 11882/060

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
Secretaria Municipal de Obras
CONCORRÊNCIA N.° 302/SADM/DLCC/2006 - A Prefeitura Municipal de Florianópolis, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, torna público aos interessados cadastrados na Prefeitura Municipal de Florianópolis que até o dia 19 de maio de 2006 às 14:00 (quatorze) horas, estará recebendo propostas objetivando aquisição de material para pavimentação, material de construção, emusão RM-1C, CAUQ e rejeito de britagem, tipo menor preço, regido pela lei federal n.° 8.666/93. O edital completo poderá ser consultado e retirado, na internet, no endereço www.pmf.sc.gov.br.

DEMP 11779/063

Estado de Santa Catarina
Município de Antônio Carlos
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 002/2006
O Município de Antônio Carlos torna público que se acham abertas as inscrições ao Concurso Público, para preenchimento de vagas de Cargos constantes do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, conforme Quadro Demonstrativo:

CARGOS	*N° de vagas*	*Carga horária semana*
Engenheiro Civil	01	40
Assistente Social	01	40
Bibliotecária	01	40
Técnico em Educação	01	40
Professor III (1 a 4 séries)	02	20
Professor I – Ed. Infantil	01	20
Prof I - Educação Física	01	20
Assistente Administrativo I	01	40
Auxiliar Administrativo I	02	40
Auxiliar Administrativo II	01	40
Técnico em Contabilidade	01	40
Técnico em Vigilância Sanitária	02	40
Oficial de Manutenção e Conservação	01	40
Auxiliar de Manut. e Conservação	10	40
Agente de Serviços Gerais	03	20
Motorista	02	40
Motorista	02	40
Motorista	01	40
Operador de Máquina	01	40
Zelador	01	40
Animador da 3ª Idade	01	20
Fiscal de Obras	01	40

Inscrições: Serão realizadas no período de 17 a 28 de abril de 2006 das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal, ou pelo correio, nos termos do Edital.
Provas: Serão realizadas no dia 07 de maio de 2006, às 14:00 horas (provas escritas, e na seqüência práticas), nas dependências da Escola Estadual Altamiro Guimarães, sito a rua Daniel Petry, nº 678 - no centro da cidade de Antônio Carlos.
O Regulamento Geral e Edital completos estão afixados no mural oficial das publicações da Prefeitura Municipal. O Edital está disponível no Site: www.lutzconcursos.com.br
Informações para inscrição pelo correio: (047) 9998-2949
Antônio Carlos, em 11 de abril de 2006
Ivens Antônio Scherer - Prefeito Municipal

NFF 5422/060 DEMP 11177/063

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BAL. BARRA DO SUL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
EDITAL 053/2006.

Governo do Município

O Município de Balneário Barra do Sul, leva ao conhecimento dos interessados que, com fulcro na Lei n.º 8.666/93 e posteriores alterações, em seu Art. 24, inciso II, dispensou o Processo Licitatório a favor da empresa Acentral Desinsetizadora Ltda - ME., referente à limpeza de fossas e filtros nas escolas, no valor de R$ 3.040,00.

Balneário Barra do Sul, 06 de Abril de 2006.
Ademir Yunes Rosa

NFF 5478/065 DEMP 11827/060

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
PRAÇA PAPA JOÃO PAULO I, 320 - FONE 3261-4596
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2006 - FUMREBOM
OBJETO: Contratação de empresa(s) para fornecimento de 12.000 (doze mil) litros de Gasolina Comum; e 5.000 (cinco mil) litros de Óleo Diesel, inclusos os serviços de frentista, pelo período contratual de 12 (doze) meses, destinados ao abastecimento da frota de viaturas do Corpo de Bombeiros Municipal - FUMREBOM.
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO **(por item)**.
REGIMENTO: Leis Federais nºs. 8.666 de 21/06/93, **LEI Nº 10.520, de 17.07.02 (DOU de 18.07.2002)** e demais alterações posteriores, regulado pelos Decretos Municipais nºs 3608/03, de 21.02.2003, e 3614/03, de 6.03.2003.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: **as 13:30 horas do dia 03 (três) de maio de 2006**, na sala de reuniões desta Prefeitura (prédio novo).
MAIORES INFORMAÇÕES: Pessoalmente, no endereço acima ou pelo telefone 3261-4596.
LEITURA E/OU RETIRADA DO EDITAL: no endereço acima citado, em dias úteis, **das 12h:00 às 17h:00.**
Custo do Edital: R$ 15,00 – se retirado no balcão do Deptº de Compras.
Balneário Camboriú, 17 de abril de 2006.
EDUARDO KREWINKEL
Secretário da Administração
ISIS BRAGA DE SOUZA
Assessora do Deptº de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
PRAÇA PAPA JOÃO PAULO I, 320 - FONE 3261-4596
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2006 - FUMTUR

OBJETO: Locação de Mesas e Cadeiras, inclusos o transporte, serviços e demais necessários para as montagens nos locais, datas e horários estabelecidos, para os eventos promovidos pela Secretaria de Turismo, conforme Cronograma de eventos.
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO **(global)**.
REGIMENTO: Leis Federais nºs. 8.666 de 21/06/93, **LEI Nº 10.520, de 17.07.02 (DOU de 18.07.2002)** e demais alterações posteriores, regulado pelos Decretos Municipais nºs 3608/03, de 21.02.2003, e 3614/03, de 6.03.2003.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: **as 15:00 horas do dia 03 (três) de maio de 2006**, na sala de reuniões desta Prefeitura (prédio novo).
MAIORES INFORMAÇÕES: Pessoalmente, no endereço acima ou pelo telefone 261-4596.
LEITURA E/OU RETIRADA DO EDITAL: no endereço acima citado, em dias úteis, **das 12h:00 às 17h:00.**
Custo do Edital: R$ 15,00 – se retirado no balcão do Deptº de Compras.
Balneário Camboriú, 17 de abril de 2006.
EDUARDO KREWINKEL
Secretário da Administração
ISIS BRAGA DE SOUZA
Assessora do Deptº de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
PRAÇA PAPA JOÃO PAULO I, 320 - FONE 3261-4596
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2006 - FUMTUR

OBJETO: Aquisição de Selos Adesivos; Banners; Adesivos; Faixas; Fotos impressas em adesivo; Lonas para painéis Front; Folder Livreto, Envelopes especiais; Revistas Manual de Vendas; Pastas Turísticas; Sacolas Balneário Camboriú; e Folders Turísticos, incluindo fotolitos, sendo que toda criação/arte final serão fornecidos pelo Município.
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO **(POR ITEM)**.
REGIMENTO: Leis Federais nºs. 8.666 de 21/06/93, **LEI Nº 10.520, de 17.07.02 (DOU de 18.07.2002)** e demais alterações posteriores, regulado pelos Decretos Municipais nºs 3608/03, de 21.02.2003, e 3614/03, de 6.03.2003.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: **as 15:30 horas do dia 04 (quatro) de maio de 2006**, na sala de reuniões desta Prefeitura (prédio novo).
MAIORES INFORMAÇÕES: Pessoalmente, no endereço acima ou pelo telefone 3261-4596.
LEITURA E/OU RETIRADA DO EDITAL: no endereço acima citado, em dias úteis, **das 12h:00 às 17h:00.**
Custo do Edital: R$ 15,00 – se retirado no balcão do Deptº de Compras.
Balneário Camboriú, 17 de abril de 2006.
EDUARDO KREWINKEL
Secretário da Administração
ISIS BRAGA DE SOUZA
Assessora do Deptº de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
PRAÇA PAPA JOÃO PAULO I, 320 - FONE 3261-4596
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2006 - FUMDEMA

OBJETO: Aquisição de Madeiras (pés direito em "Eucalipto"), destinados à recuperação das áreas degradadas, das Praias do Estaleiro e do Estaleirinho – FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – FUMDEMA.
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO **(UNITÁRIO)**.
REGIMENTO: Leis Federais nºs. 8.666 de 21/06/93, **LEI Nº 10.520, de 17.07.02 (DOU de 18.07.2002)** e demais alteraçoes posteriores, regulado pelos Decretos Municipais nºs 3608/03, de 21.02.2003, e 3614/03, de 6.03.2003.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: **as 13:30 horas do dia 04 (quatro) de maio de 2006**, na sala de reuniões desta Prefeitura (prédio novo).
MAIORES INFORMAÇÕES: Pessoalmente, no endereço acima ou pelo telefone 261-4596.
LEITURA E/OU RETIRADA DO EDITAL: no endereço acima citado, em dias úteis, **das 12h:00 às 17h:00.**
Custo do Edital: R$ 15,00 – se retirado no balcão do Deptº de Compras.
Balneário Camboriú, 17 de abril de 2006.
EDUARDO KREWINKEL
Secretário da Administração
ISIS BRAGA DE SOUZA
Assessora do Deptº de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
PRAÇA PAPA JOÃO PAULO I, 320 - FONE 3261-4596
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2006 - FUMTRAN

OBJETO: Contratação de empresa especializada, pra fornecimento e Implantação de Sistema de Radiocomunicação em "VHF" (Estação fixa, Repetidora e 19 rádios), incluindo fornecimento e projeto de engenharia para legalização (ANATEL), **destinada às atividades ligadas à operacionalização e fiscalização do trânsito deste Município, por parte do BCtran - FUMTRAN.**
TIPO: MENOR PREÇO **(global).**
REGIMENTO: Lei Federal Nº. 8.666 de 21/06/93 e demais alterações posteriores.
PRAZO PARA CADASTRAMENTO: **até às 17:00 horas do dia 02 (dois) de maio de 2006.**
ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: **às 13:30 horas do dia 05 (cinco) de maio de 2006,** na sala do Dep. de Compras (anexo II) desta Prefeitura.
INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou pelo telefone (47) 32614596.
RETIRADA DO EDITAL: No endereço acima citado, diariamente, **das 12h:00 às 17h:00, ao preço de R$ 20,00.**
Balneário Camboriú, 17 de abril de 2006.
EDUARDO KREWINKEL
Secretário da Administração
ISIS BRAGA DE SOUZA
Assessora do Deptº de Compras

DEMP 11176/067
NFF 5421/063

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA
Secretaria de Administração

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2006

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883/94 de 08 de junho de 1994 e suas respectivas alterações, torna público a situação de Inexigibilidade de Licitação referente o **Fornecimento e instalação de 100(cem) jogos de boca de lobo com dispositivo de fechamento basculante, destinados a colocação em Ruas diversas do Município, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras, requisição em anexo.**
Fundamentação Legal: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93, que reconhecendo a inviabilidade de competição, confere ao Fornecedor detentor da Carta Patente nº MU7201963-8, do INPI, a exclusividade de produção e comercialização do produto objeto da contratação.
CONTRATADA: INDÚSTRIA E COMÈRCIO MANSKE LTDA.
VALOR: 27.700,00 (Vinte e sete mil e setecentos reais).
Data: 20/03/2006.

Valter Marino Zimmermann
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 016/2006
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 016/2006
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA
CONTRATADA: INDÚSTRIA E COMÉRCIO MANSKE LTDA
OBJETO: Fornecimento e instalação de 100(cem) jogos de boca de lobo com dispositivo de fechamento basculante, destinados a colocação em Ruas diversas do Município, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras.
VALOR TOTAL: R$ 27.700,00 (vinte e sete mil e setecentos reais). **DATA**: 20/03/2006
FORO: COMARCA DE BARRA VELHA
Valter Marino Zimmermann
Prefeito Municipal

DEMP 11166/061
NFF 5434/068

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 73/2006-PMB

Objeto: Aquisição de medalhas e troféus para todas as modalidades praticadas e desenvolvidas pela Secretaria de Organização e Lazer.
Abertura da Documentação e Proposta: dia 02 de maio de 2006, às 14:00 horas.
Local para obtenção do Edital: Prefeitura Municipal de Biguaçu – Setor de Licitação.
Endereço: Praça Nereu Ramos, n. 90, Centro-Biguaçu/SC.
OBS: Somente poderão retirar o Edital, mediante a apresentação do carimbo do CNPJ.
Biguaçu, 17 de abril de 2006.
Vilmar Astrogildo Tuta de Souza
Prefeito Municipal
Por delegação – Jane Maria Guilherme Trierweiler
Secretária de Administração

NFF 5479/061 DEMP 11226/064

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA DE SUPRIMENTOS
CNPJ 83.108.357/0001-15
Praça Victor Konder, 02 – Centro – Sala 27 - 89010-904 – BLUMENAU - SC
Telefones: (47) 326-7505/326-6884 - Fac-simile: (47) 326-6724/326-6888

TOMADA DE PREÇOS Nº 02-004/06

OBJETO: Execução de obras para construção de 03 (três) elevatórias para o sistema de esgotamento sanitário, compreendendo o fornecimento de materiais, equipamentos, mão-de-obra e montagem, atendidas às especificações e os projetos que integram o edital - SAMAE
ABERTURA DOS ENVELOPES: no endereço acima, no dia 05 de maio de 2006, às 09:00 hrs.
EDITAL COMPLETO: no endereço acima, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 hrs.
AS EMPRESAS NÃO CADASTRADAS INTERESSADAS DEVERÃO CADASTRAR-SE ATÉ 02/05/06.
VALOR DO EDITAL: R$20,00 (trinta reais).
BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e alterações, e legislação complementar.
Blumenau, 17 de abril de 2006.
FERNANDO CÉSAR LENZI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

NFF 5469/066 DEMP 11221/062

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Rua Bahia, 1530 - Cep: 89031-001 - Blumenau-SC
Fone: 047-3331-8444 – Fax: 47-3331-8430
www.samae.com.br

ERRATA PREGÃO ELETRÔNICO 06-024/06

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de querosene, óleos, shampoo, silicine (automotivo), graxa e fluido de freio para uso nos veículos da autarquia, com frete, conforme descrições e especificações apresentadas no Termo de Referência constante no Anexo I do Edital, pelo período de 12 (doze) meses.
ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO E EMBALAGEM DOS ITENS 1, 2 E 10 E PRORROGAÇÃO DA ABERTURA.
Início Acolhimento de Propostas: 25/04/2006 – **Limite de Acolhimento de Propostas:** 28/04/2006 – 09:00 horas – **Data Abertura das Propostas:** 28/04/2006 – 09:15 horas – **Data do Pregão:** 28/04/2006 – 10:00 horas.
Edital completo: Encontra-se disponível no site www.licitacoes-e.com.br opção **"Acesso Identificado"**, Pesquisa Avançada, Modalidade: Pregão, Comprador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, Situação: Publicada, bem como poderá ser retirado, mediante o prévio depósito de R$ 10,00 no Banco do Brasil, Agência 0095-7, Conta Corrente 15.437-7 , na Divisão de Compras e Licitações, localizada na sede do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, sito na Rua Bahia, n.º 1530, em dias úteis, no horário das 10:00 às 16:00 horas (horário bancário).
Base legal: Lei 10.520/2002, Decreto Municipal 7.732/2004 e Lei 8.666/93 e alterações.
Blumenau, 13 de abril de 2006.
Fernando César Lenzi
Secretário Municipal de Administração

NFF 5442/060 DEMP 11191/066

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE SUPRIMENTOS
CNPJ 83.108.357/0001-15
Praça Victor Konder, 02 – Centro – Sala 27 - 89010-904 – BLUMENAU - SC
Telefones: (47) 3326-7505/3326-6884 - Fac-símile: (47) 3326-6724/3326-6888

PRORROGAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 03-006/06

OBJETO: Prestação de serviços destinados à inteligência fiscal, através da disponibilização contínua de ferramentas informatizadas de última geração, em ambiente "WEB", a todas as empresas sediadas no Município, incluso de acompanhamento e manutenção permanente, assessoria e consultoria na modernização administrativa, tributária e econômico-fiscal, que permita o Cadastro Mobiliário para geração de controles financeiros, bem como promover o desenvolvimento econômico, pelo período de 12 (doze) meses – SEFAZ.

ABERTURA DOS ENVELOPES: no endereço acima, dia 05 de junho de 2006, às 09:00 horas.

EDITAL COMPLETO: no endereço acima, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

VALOR DO EDITAL: R$ 20,00 (vinte reais).

BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e alterações, e legislação complementar.

Blumenau, 13 de abril de 2006.
FERNANDO CÉSAR LENZI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEMP 11190/060

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
Estado de Santa Catarina

Bom Retiro 18 de abril de 2006.

EDITAL Nº 23

Representante Legal, Prefeito Jair José Farias, torna público o Edital de Tomada de Preços para Contratar empresa para prestar serviços na reciclagem de lixo urbano da cidade de Bom Retiro, e dar destinação final do mesmo, conforme especificações no anexo. Os interessados deverão apresentar proposta em envelope fechado na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Avenida Major Generoso nº 19, centro até o dia 11/05/06 as 15:00 horas.
A abertura dos envelopes contendo as propostas será dia 11/05/06 as 15:00 horas.
Maiores informações sobre o presente edital, bem como copia do mesmo, podem ser obtidas na Prefeitura Municipal de Bom Retiro – SC sito Av. Major Generoso,19 Centro Bom Retiro – SC Fone/Fax: (0xx49) 32770183 em horário de expediente das 9:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00 horas junto ao setor de compras e licitações. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente Edital para que surta seu jurídico e legal efeito.

Jair José Farias
Prefeito Municipal

DEMP 11201/061
NFF 5451/060

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
ALTERAÇÃO DO EDITAL
PROCESSO N.º FMS 27/2006.
PREGÃO ELETRÔNICO N.º FMS 11/2006

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, comunica que efetuou alterações nas especificações técnicas dos equipamentos constantes nos lotes 01, 02, 03 e 05-item 03. Ficam alteradas também as datas do pregão. Disputa dos lotes dia 09/05/2006 às 14:00 horas. Cadastro das propostas no site até às 09:00 hs. do dia 09/05/2006. Os Elementos, informações serão fornecidos em horário de expediente, através do telefone n.º (047) 3621-7705. Cópia do edital: http://www.licitacoes-e.com.br. Local do pregão: www.licitacoes-e.com.br "Acesso identificado".

LEOBERTO WEINERT
Presidente do Fundo

DEMP 11228/067

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 68/2006
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 08/2006

O Município de Canoinhas-SC, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público que fará realizar no dia 05 de maio de 2006, às 14:15 horas, na sede da prefeitura, a abertura das propostas, relativamente ao edital de Tomada de Preços para aquisição de granilha, brita 01, brita 02, areia e pó brita, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Os Elementos e esclarecimentos relativos à licitação, serão fornecidos em horário de expediente, de segunda à sexta-feira, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, através do telefone n.º (047) 3621-7705.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

NFF 5480/060 DEMP 11229/063

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO N.º FMS 30/2006.
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º FMS 14/2006

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Canoinhas-SC, fará realizar no dia 05 de maio de 2006, às 14:00 hs, pregão eletrônico para Registro de Preços para aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia da Policlínica, Pronto Atendimento Municipal e Unidades de Saúde do Município, durante o ano de 2006, tipo menor preço por lote. Cadastro de propostas no site até às 09:00 horas do dia 05/05/2006.

PROCESSO N.º FMS 31/2006.
PREGÃO ELETRÔNICO N.º FMS 15/2006

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Canoinhas-SC, fará realizar no dia 05 de maio de 2006, às 15:00 hs, pregão eletrônico para aquisição de 01 motocicleta nova, com baú, ano e modelo 2006. Cadastro de propostas no site até às 09:00 horas do dia 05/05/2006.

OS ELEMENTOS, INFORMAÇÕES SERÃO FORNECIDOS NO HORÁRIO DAS 08:00 ÀS 12:00 HORAS E DAS 13:30 ÀS 17:30 HORAS, ATRAVÉS DO TELEFONE N.º (047) 3621-7705. CÓPIA DOS EDITAIS: http://www.licitacoes-e.com.br. Local dos pregões: www.licitacoes-e.com.br "Acesso identificado".

Leoberto Weinert
Prefeito/Presidente do Fundo

DEMP 11199/067
NFF 5450/063

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 0110/06FS

O Município de Campo Erê SC, torna público a todos os interessados que estará recebendo propostas para aquisição de Medicamentos, para o Fundo Municipal de Saúde, até ao dia 04 de maio de 2006, às 10:00 horas na sala do Departamento de Licitações e Contratos no Centro Administrativo Municipal, sito a rua Primeiro de Maio 736, este edital poderá ser adquirido na integra no Setor de Tributação em horário de expediente no endereço acima citado, informações Tel. ***49 36551238.
Campo Erê, 17 de abril de 2006.
NORMÉLIO DANELUZ – Prefeito Municipal

DEMP 2009/064

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 0014/2006 - PMC

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de reforma da Escola Básica Municipal Romeu de Sisti, localizada no Distrito de Planalto, neste Município, de acordo com o projeto básico constante no Anexo "E" deste Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DA FASE CLASSIFICATÓRIA

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento e classificação da fase classificatória da licitação em epígrafe, que dá-se da seguinte forma: a licitante CRIVELATTI ENGENHARIA LTDA, sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe, cotando o preço global de R$ 124.849,60 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos); a licitante DARTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, ficou na segunda colocação, com o preço global de R$ 134.823,30 (cento e trinta e quatro mil, oitocentos e vinte e três reais e trinta centavos); a licitante EHZ CONSTRUÇÕES LTDA, ficou na terceira colocação, com o preço global de R$ 143.494,24 (cento e noventa e três mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos); a licitante ESDRAS CONSTRUÇÕES LTDA, ficou na quarta colocação, com o preço global de R$ 146.172,10 (cento e quarenta e seis mil, cento e setenta e dois reais e dez centavos); a licitante CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA, ficou na quinta colocação, com o preço global de R$ 150.777,14 (cento e cinqüenta mil, setecentos e setenta e sete reais e quatorze centavos); a licitante CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA, ficou na sexta colocação, com o preço global de R$ 154.680,54 (cento e cinqüenta e quatro mil, seiscentos e oitenta reais e cinqüenta e quatro centavos); a licitante PALUDO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, ficou na sétima colocação, com o preço global de R$ 155.159,95 (cento e cinqüenta e cinco mil, cento e cinqüenta e nove reais e noventa e cinco centavos); a licitante CONSTRUCAL – CONSTRUTORA CALVI LTDA, ficou na oitava colocação, com o preço global de R$ 157.762,37 (cento e cinqüenta e sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e trinta e sete centavos); a licitante CONSTRUTORRES ENGENHARIA LTDA, ficou na nona colocação, com o preço global de R$ 160.167,31 (cento e sessenta mil, cento e sessenta e sete reais e trinta e um centavos); e a licitante PRUMO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, ficou na décima colocação, com o preço global de R$ 170.570,14 (cento e setenta mil, quinhentos e setenta reais e quatorze centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso administrativo.

Concórdia, SC, 17 de abril de 2006.

RUTINEIA ROSSI
Vice-Presidente da C.P.L.

NFF 5424/062 DEMP 11178/060

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0008/2006

O Secretário Municipal de Administração torna público que ratificou o ato do Senhor Marcos Luiz Folle, Diretor de Compras, que dispensou a licitação, nos termos do Inciso IV do Artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, para a aquisição de passes para idosos com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, para as linhas regulares do interior do Município de Concórdia, conforme disposto na Lei Municipal nº 3.087, de 04 de setembro de 1998, a favor da empresa: TRANSPORTES COLETIVOS ZONTA LTDA, no valor total de R$ 2.122,80 (dois mil cento e vinte e dois reais e oitenta centavos) e VIAÇÃO SÃO LUIZ LTDA – EPP, no valor total de R$ 1.028,16 (um mil e vinte e oito reais e dezesseis centavos).

Concórdia, SC, 12 de abril de 2006.

HEDO GOSENHEIMER
Secretário Municipal de Administração

NFF 5423/066 DEMP 11175/060

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO Nº 0013/2006 - FMAS

Objeto: Aquisição de jogos pedagógicos para serem utilizados nas atividades de ludoterapia no Programa de Proteção Social às Crianças e Adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual.
Forma de Pregão: Presencial
Tipo: Menor Preço Por Item.
Recebimento das propostas: até as 08:15 do dia 04/05/2006.
Abertura: dia 04/05/2006, às 08:30.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na *home page* **www.concordia.sc.gov.br**, *link* **"Licitações"**. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3441-2125.

Concórdia, SC, 13 de abril de 2006.

Genair Lourdes Bogoni de David
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

DEMP 11169/060
NFF 5437/067

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: CARTA CONVITE N.º 023/06

CARLOS DIETER WERNER, Prefeito Municipal de Corupá em Exercício, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, na conformidade da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, que às 09:30 horas do dia 25 de abril de 2006, realizará licitação para aquisição de placas de

sinalização turística, no Município de Corupá.
A licitação e demais informações poderão ser retiradas na Divisão de Administração, sito a Av. Getúlio Vargas, 443, no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 08:00 as 12:00 horas e das 14:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (0xx) 47 3375-1171.
Corupá, 18 de abril de 2006.
CARLOS DIETER WERNER
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DEMP 11202/068
NFF 5453/062

PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA EMMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº. 029/2006

PRORROGA PERÍODO DE INSCRIÇÃO PARA CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO, E TRANSFERE DATA DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

ALISIO WILHELM, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do Art. 79 da Lei Orgânica do Município de Dona Emma de 31 de março de 1990, combinado com o § 1º do Art. 8º da Lei Complementar nº. 02/91 de 16 de abril de 1991 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Dona Emma, e considerando o reduzido número de candidatos inscritos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado até o dia 4 de maio de 2006, o período de inscrições para o **Concurso Público** e para o **Processo Seletivo**, de que trata o Edital de Concurso Público nº. 01/2006 e o Edital de Processo Seletivo nº. 01/2006, respectivamente, de 30 de março de 2006.
Art. 2º - A data e o horário das provas ficam transferidos das 9 horas do dia 22 de abril de 2006, para às **9 horas do dia 13 de maio de 2006**, nas dependências da Escola de Educação Básica Lindo Sardagna, à Rua Alberto Koglin nº. 3712, no centro da Cidade de Dona Emma.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dona Emma (SC), 17 de abril de 2006.

ALÍSIO WILHELM
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e seis.

GILBERTO TASSI
Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

NFF 5468/060 DEMP 11220/066

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0002/2006 - PMF

Objeto: Concessão de pontos de estacionamento e transporte de passageiros a carros de aluguel pelo prazo de 5 (cinco) anos.
Tipo: Maior Oferta.
Protocolo: até as **9:00 horas** do dia **22/05/2006**.
Abertura: mesmo dia às **9:15 horas**.
Informações Complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na *home page* www.fraiburgo.sc.gov.br, link "Editais". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, situada na Av. Rio das Antas nº 185, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (49) 3251-3000, ramais 3023/3039.
Fraiburgo (SC), 17 de abril de 2006.

Nelmar Pinz - Prefeito Municipal

DEMP 11210/060
NFF 5461/065

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
EXTR. DE CONT. 70/2006–Pregão Presenc 02/2006

OBJETO: Tem por objeto o presente contrato a aquisição de uma retroescavadeira nova, conforme Pregão Presencial 02/2006. **CONTRATADA:** LINCK SA EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS E INDUSTRIAIS. **VALOR:** R$ 209.990,00(duzentos e nove mil, novecentos e noventa reais). **PRAZO:** 17/04/2006 à 17/04/2007. **ASSINATURA:** Pelo Município, Airton Fontana - Prefeito Municipal; e pela Contratada, Leandro Câmara.

Guaraciaba – SC, 17 de abril de 2006.
AIRTON FONTANA - Prefeito Municipal

DEMP 11197/064
NFF 5449/065

PRORROGAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 25/2006, EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 5/2006-TP, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ

Considerando o Decreto Municipal n. 007/2006, de 12 de abril de 2006, que decretou Ponto Facultativo, nas repartições público-municipais, a data de 13 de abril de 2006, data alusiva à Quinta-Feira Santa; considerando, ainda, as Cláusulas II (da participação) e III (dos prazos), do Edital de Tomada de Preços n. 5/2006-TP, a Comissão de Licitação do Município de Grão-Pará verificou que nenhuma empresa conseguiu fazer seu cadastro junto à Prefeitura Municipal de Grão-Pará, em atendimento ao que dispõe as cláusulas já mencionadas. Dessa forma, resolve prorrogar a data de abertura do Processo Licitatório n. 25/2006, Edital de Tomada de Preços n. 5/2006-TP, designando o dia **03 de maio de 2006**, o horário das **14:00 horas**, para recebimento dos Envelopes da Habilitação e da Proposta do Processo Licitatório acima identificado.
Grão-Pará, 17 de abril de 2006.

JOSELI VENITO PICKLER SCHMIDT
Presidente da Comissão de Licitação

DEMP 11205/067
NFF 5459/060

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval D'Oeste
Processo Licitatório nº 0057/2006
Dispensa de Licitação nº 0009/2006
Objeto: Aquisição de um aparelho de laboratório agitador de Kline.
Contratado: Biomarchesini Produtos Científicos Ltda
Valor: R$ 881,50 (oitocentos e oitenta e um reais e cinqüenta centavos)
Fundamentação legal: Artigo 24, inciso X da Lei Federal nº 8666/93.
Herval d'Oeste (SC), 17 de abril de 2006.
Claudete F. Fuzinatto Fiorentin
Secretária Municipal de Saúde

DEMP 11230/061
NFF 5481/066

Prefeitura Municipal de Imbituba
Fundo Municipal de Saúde
Errata

COMUNICAÇÃO: onde lê-se **"11 de janeiro de 2006"** da Tomada de Preços n.º 08/2006, ler-se-á **"11 de abril de 2006"**, e onde lê-se **"11 de janeiro de 2006"** da Tomada de Preços n.º 09/2006, ler-se-á **"12 de abril de 2006"**, publicado no Diário Oficial do Estado de SC, edição do dia 17 de abril de 2006.
Imbituba, 17 de Abril de 2006.

Graziela Fernandes Laureano
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

NFF 5482/062 DEMP 11231/068

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº008/2006
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2006

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna pública a dispensa de licitação nº 002/2006, para aquisição de medicamentos diversos conforme prescrição médica, não disponível na farmácia básica do Município e não licitados. Justifica-se a aquisição de medicamentos de caráter emergencial devido a impossibilidade de previsão do tipo de medicamento a ser prescrito por médicos por se tratar de medicação de uso próprio a determinadas enfermidades. Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratada: Farmácia Sapefarma Ltda. Valor total R$ 10.000,00 (dez mil reais). Fundamento legal: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93. Itá SC., 17 de abril de 2006.

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

NFF 5491/061 DEMP 12200/069

PREFEITURA DE ITAJAÍ
Secretaria de Administração
R. Alberto Werner, 100 – CEP 88.304-053
Fone: (47) 3341-6029 – Fax: (47) 3341-6035

EXTRATO 672 - AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/06

A Comissão de Licitações da Prefeitura de Itajaí – SC, informa que o julgamento da Proposta de Preços da Licitação na modalidade Concorrência Pública nº 003/06, cujo objeto consiste na Contratação de empresa para a execução das obras e serviços necessários à implantação e pavimentação da Via Expressa Portuária de Itajaí – SC, resultou na seguinte:

1ª colocada: Coneville Serviços e Construções Ltda., com o valor global de R$ 20.773.947,30;
2ª colocada: Construtora OAS Ltda., com o valor global de R$ 22.979.684,71;
3ª colocada: Uni Engenharia e Comércio Ltda., com o valor global de R$ 24.932.489,23;
4ª colocada: A.R.G. Ltda., com o valor global de R$ 25.589.308,81;
5ª colocada: C.R. Almeida S.A. Engenharia de Obras, com o valor global de R$ 25.765.114 e
6ª colocada: EIT – Empresa Industrial Técnica S.A., com o valor global de R$ 25.977.900,27.

Itajaí (SC), 12 de abril de 2006.

Lino Weise
Presidente da Comissão

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ITAJAÍ
RUA ALBERTO WERNER, 100 - FONE (47) 341-6000

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 005/2006-FCI
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**, Estado de Santa Catarina, sito à Rua Alberto Werner, 100, Vila Operária, através da Fundação Cultural de Itajaí, torna público, que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO, para a prestação de serviços hoteleiros de hospedagem, para os artistas e participantes de projetos culturais, por um período de 12 (doze) meses, no Município de Itajaí (SC)**, mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/02, 8.666/93 e alterações posteriores.

O edital encontra-se à disposição dos interessados para verificação no Departamento de Compras e Licitações da Secretaria de Administração, Rua Alberto Werner, 100, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou poderão fazer o download, através do site **www.itajai.sc.gov.br.**

Os interessados em adquirir cópia do edital e seus anexos, poderão fazê-lo mediante pagamento de R$ 10,00 (dez reais) junto a Secretaria de Fazenda, no mesmo horário e endereço.

As propostas serão abertas às **14:30 horas do dia 02 de maio de 2006,** na **Sala de Reuniões do Departamento de Licitações** da Prefeitura Municipal de Itajaí, no endereço acima mencionado, com participação aberta às proponentes e ao público.

Itajaí (SC), 17 de abril de 2006.

CARLOS ALBERTO PEIXER VINCI
Secretário de Administração

NFF 5454/069 DEMP 11200/065

MUNICIPIO DE JOINVILLE
SECRETATIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS–UNIDADE DE SUPRIMENTOS
RESUMO DO JULGAMENTO DAS DOCUMENTAÇÕES
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2005.

Objeto: Contratação de empresa de serviço para reforma e ampliação da Escola Municipal Saul Santana.
Após analise os membros da comissão julgaram e inabilitaram as empresas: Costa Azul Construtora Ltda., em função da não apresentação da exigência prevista no item 6.2 "t", JFP Construtora e Incorporadora Ltda., em função da apresentação do balanço patrimonial em desacordo com a exigência do item 6.2 "m", Bauma Engenharia Ltda., em função da não apresentação da exigência do item 6.2 "s", Fabrício do Nascimento em função da apresentação do balanço patrimonial em desacordo com a exigência do item 6.2 "m" e habilitaram as empresas: DECC Construções Ltda., PEEC Engenharia Empreendimentos e Construções Ltda., BTN Construtora de Obras Ltda., Orbe Engenharia Ltda., CR Fernandes Engenharia Ltda., e Planecon Planejamento e Construções Ltda.

A ata de julgamento das documentações encontra-se à disposição dos interessados, na Unidade de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Joinville, sita a Avenida Hermann August Lepper n.º 10, no seguinte horário das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 17:00 h.

Joinville, 17 de abril de 2006.
Silvio Marques Emerim
Presidente da Comissão

DEMP 12193/062

NFF 5477/069

MUNICÍPIO DE JOINVILLE / SC
HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ
PREGÃO PRESENCIAL DE N.º 14/2006 - COMBUSTÍVEL

O Hospital Municipal São José torna público que fará realizar no dia 02/05/2006, às 09:00 (nove horas), em sua sede na rua Plácido Gomes, n.º 488 – Centro – Joinville/SC, um Pregão, tipo menor preço por item, para **contratação de empresa para fornecimento de combustíveis (gasolina, diesel e GNV)**. Os interessados poderão examinar os autos gratuitamente ou retirar o edital no endereço acima citado. Custo da cópia R$ 10,00 (dez reais).

Joinville (SC), 10 de abril de 2006.

Cláudio Gonçalves Lima – Pregoeiro
Marcos Martinez Fraiz – Diretor Executivo

DEMP 11225/068

NFF 5488/060

MUNICÍPIO DE JOINVILLE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

DISPENSA Nº 061/2006

Conforme preceitua a Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, está dispensada de licitação para contratação de associação de portadores de deficiência física, de acordo com o artigo 24, inciso XX.

Associação: ADEJ-Associação dos Deficientes Físicos de Joinville.
Objeto: Contratação de associação de portadores de deficiência física para controle e fiscalização do estacionamento da PMJ.
Verba: 412212.415-578-33903999.
Valor: R$ 34.208,40. Data: 17/04/2006.
Prazo: 12 meses Hom.: 17/04/2006.

Marco Antonio Tebaldi
Prefeito Municipal
Luiz Cláudio Gubert
Secretário Administração e Gestão de Pessoas

DEMP 11206/063

MUNICIPIO DE JOINVILLE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS – UNIDADE DE SUPRIMENTOS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO-PREGÃO Nº 049/2006

Homologo o processo licitatório levado a efeito através do Pregão nº 049/2006 para contratação de empresa para locação de veículos, bem como o julgamento efetuado pela Comissão de Licitação, adjudicando o objeto licitado, à empresa classificada, qual seja: Paulo Bez Batti – O Comerciante ME. R$ 47.750,00.
O ato de homologação encontra-se à disposição dos interessados, na Unidade de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Joinville, sita a Avenida Hermann August Lepper n.º 10, no seguinte horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

Joinville, 17 de abril de 2006.
Luiz Cláudio Gubert
Secretário de Administração e Gestão de Pessoas

NFF 5457/068 DEMP 11207/060

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – SC
EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS DE N. 08/2006

A Secretária da Saúde e do Bem Estar Social de Laurentino, Estado de Santa Catarina, de acordo com a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, tornam público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório na Modalidade TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS, às 15:00h (quinze horas) do terceiro dia do mês de maio do ano de 2006, tendo por local uma das salas da Secretaria de Administração, localizada a rua XV de Novembro, 408, Laurentino, SC, objetivando selecionar a melhor proposta, tipo menor preço para o Fornecimento de Gasolina comum destinado para a Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social. Poderão participar pessoas jurídicas estabelecidas no país, desde que satisfaçam as condições estabelecidas no edital. Os interessados poderão obter a integra do presente Edital e demais informações, diariamente das 7:30h às 11:30 e das 13:30 as 17:30, na Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal, ou pelo fone 3546 1346. Laurentino, 13 de abril de 2006.**Ivanir Salete Pinto – Secretária da Saúde e do Bem Estar Social.**

NFF 5467/063 DEMP 11213/060

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURENTINO – SC
EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS DE N. 25/2006

A Prefeita Municipal de Laurentino, Estado de Santa Catarina, de acordo com a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, tornam público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório na Modalidade TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS, às 14:30h (quatorze horas e trinta minutos) do terceiro dia do mês de maio do ano de 2006, tendo por local uma das salas da Secretaria de Administração, localizada a rua XV de Novembro, 408, Laurentino, SC, objetivando selecionar a melhor proposta, tipo menor preço para o Fornecimento de Óleo Diesel, Gasolina comum destinados para a frota municipal. Poderão participar pessoas jurídicas estabelecidas no país, desde que satisfaçam as condições estabelecidas no edital. Os interessados poderão obter a integra do presente Edital e demais informações, diariamente das 7:30h às 11:30 e das 13:30 as 17:30, na Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal, ou pelo fone 3546 1346. Laurentino, 13 de abril de 2006.**Ivete Terezinha Losi Dalpiaz- Prefeita.**

NFF 5435/064 DEMP 11167/068

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
RETIFICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N. º 029/2006.

O Município de Leoberto Leal, **RETIFICA** a publicação do Edital de Licitação nº 029/2006 publicado dia 17/04/2006 neste jornal, o que faz nos seguintes termos: **MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL**, ***Divisão de Licitações e Compras***, TOMADA DE PREÇOS N.º 029/2006, **TIPO:** Menor Preço Por Item **OBJETO:** *Aquisição parcelada de Combustíveis, para fornecimento no segundo quadrimestre de 2006, conforme a necessidade até o limite de 45.500 (quarenta e cinco mil e quinhentos) litros de Óleo Diesel, 16.800 (dezesseis mil e oitocentos) litros de Gasolina Comum e 1.000 (um mil) litros de Álcool Comum Hidratado, admitido um deslocamento máximo de 1000 metros da sede de Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, para abastecimentos dos veículos*. **LEGISLAÇÃO:** Lei 8666/93, Lei Orgânica e o Edital. **ABERTURA:** Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, ***às 10:00 (dez) hs, de 03/05/2006***. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 17/04/2006. **IVO SCHEIDT FILHO** - Prefeito Municipal.

NFF 5429/064 DEMP 11165/065

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA

Aviso de Licitação – Pregão Presencial 04/06 – F.M.A.S.

O Município de Morro da Fumaça torna público a todos os interessados, que estará recebendo até ás 14h00min horas do dia 02.05.2006, proposta para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CONVÊNIO PETI. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas diariamente, na Secretaria de Administração (setor licitações) das 08h30min AS 12h00min e dás 13h30min às 17h00min horas, sita à Rua 20 de Maio, nº 100 Fone (48) 3434-1145. Morro da Fumaça, 18 de abril de 2006.
CACILDA SMIELVSKI - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

NFF 5458/064 DEMP 11208/066

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA

Aviso de Licitação – Pregão Presencial 09/06 – F.M.S.

O Município de Morro da Fumaça torna público a todos os interessados, que estará recebendo até ás 09h00min horas do dia 28.04.2006, proposta para Aquisição de Serviços de Consultoria e assessoria para manutenção e desenvolvimento de Programa Pactuada Integrada (PPI), Sistema de Informações sobre Orçamento Publico em Saúde (SIOPS), Agenda Municipal de Saúde, Quadro de Metas e Relatórios de Gestão . A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas diariamente, na Secretaria de Administração (setor licitações) das 08h30min as 12h00min e dás 13h30min as 17h00min horas, sita à Rua 20 de Maio, nº 100 Fone (48) 3434-1145. Morro da Fumaça, 12 de abril de 2006.
CACILDA SMIELVSKI - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

NFF 5427/061 DEMP 11180/064

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO N° 07/2006 – PRESENCIAL

OBJETO: Aquisição de medicamentos para atender a Fundação Hospitalar até 30/09/2006.
Regimento: Lei Federal 10.520/2002 com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações.
Entrega dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 08/05/2006. Do credenciamento: as 09:05 horas do dia 08/05/2006. A sessão de abertura: as 09:00 horas do dia 09/05/2006, no setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Navegantes.
Informações: A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Navegantes, rua João Emílio nº 100 – centro – Navegantes/SC.

Navegantes, 17 de abril de 2006
Moacir Alfredo Bento
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO N° 09/2006 – PRESENCIAL

OBJETO: Aquisição de material ambulatorial para atender a Fundação Hospitalar até 30/09/2006.
Regimento: Lei Federal 10.520/2002 com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações.
Entrega dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 11/05/2006. Do credenciamento: as 09:05 horas do dia 11/05/2006. A sessão de abertura: as 09:00 horas do dia 12/05/2006, no setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Navegantes.
Informações: A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Navegantes, rua João Emílio nº 100 – centro – Navegantes/SC.

Navegantes, 17 de abril de 2006
Moacir Alfredo Bento
Prefeito Municipal

NFF 5441/064 DEMP 11171/065

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ERECHIM

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 027/2006

NÉDIO ANTONIO CASSOL, Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interesses, que fará realizar licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, do tipo Melhor Técnica, regida pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, para CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE EXPLORAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS DE NOVA ERECHIM. A abertura das propostas acontecerá às 14 horas do dia 05/06/2006, junto a Secretaria de Administração e Planejamento, sito à Avenida Francisco Ferdinando Losina nº 139, Fone 0xx49 3333-0166, na cidade de Nova Erechim – SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidos na Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal.

Nova Erechim (SC), em 17 de abril de 2006.

NÉDIO ANTONIO CASSOL
Prefeito Municipal

DEMP 11223/065

NFF 5465/060

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA
EDITAL DE PREGÃO Nº 27/2006

ALTAMIR JOSÉ PAES, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Lote, para Aquisição de ônibus escolar, modelo lotação, 0km, ano modelo 2006, para atender a demanda de alunos das localidades de Águas Paradas, Ilhéus, trecho da rodovia SC 470 e demais comunidades rurais próximas, conduzindo-os às unidades escolares do perímetro urbano de nosso município. O credenciamento e o recebimento dos envelopes da proposta e documentação dos interessados será às 09:00 horas do dia 02/05/2006 e a abertura da sessão também às 09:00 horas do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.leismunicipais.com.br/sc/otaciliocosta . Informações pelo fone: 0xx49- 275-2121 ramal 214. Otacílio Costa 03/04/2006.
ALTAMIR JOSÉ PAES - Prefeito Municipal.

NFF 5418/062 DEMP 11172/061

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 29/2006
Edital: TOMADA DE PRECOS P/COMPRAS E SERVICOS

Nº.: 29/2006
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto : AQUIS. DE RETROESCAVADEIRA E EQUIPAMENTO.
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia Tres de Maio de 2006.
Abertura dos Envelopes : 09:10 horas do dia Tres de Maio de 2006

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Irineu Bornhausen, 320, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, ou pelo fone (048)3532-0132.

PRAIA GRANDE, 18 de abril de 2006

ISABEL MARTINS LOPES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DEMP 11196/068
NFF 5448/064

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 44/2006
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2006
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 02/05/2006.
Abertura dos Envelopes : 09:10 horas do dia 02/05/2006.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Duque de Caxias, 165, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (049) 346-3242.

QUILOMBO, 17 de abril de 2006.

ANTONIO ROSSETTO
Prefeito Municipal

DEMP 11198/060
NFF 5456/061

Estado de Santa Catarina. Prefeitura Municipal de ROMELÂNDIA – SC. **EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2006.** CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NO QUADRO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ATIVIDADE TECNICA SUPERIOR, SERVIÇOS AUXILIARES, CORPO DOCENTE E ATIVIDADE TECNICA MEDIA, DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. O Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica Municipal TORNA PÚBLICO, que se encontram abertas as inscrições para o Concurso Público Municipal, visando a contratação para preenchimento de vagas no quadro permanente, para os cargos descritos neste Edital, mediante as condições que seguem: 1. DAS VAGAS: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO: Auxiliar Administrativo – 02 vagas – 40 horas; Auxiliar de Dentista – 01 vaga – 40 horas; Fiscal de Tributos Municipais Externos – 01 vaga – 40 horas; SERVIÇOS GERAIS DE APOIO: Auxiliar de Serviços Gerais – 12 vagas – 40 horas; Vigia – 04 vagas – 40 horas; ATIVIDADE TECNICA SUPERIOR: Contador – 01 vaga – 40 horas; SERVIÇOS AUXILIARES: Operador de Máquinas – 04 vagas – 40 horas; CORPO DOCENTE: Professor de Educação Fundamental – 06 vagas – 20 horas; Professor de Educação Infantil – 06 vagas – 20 horas; ATIVIDADE TECNICA MEDIA: Técnico Administrativo I – 01 vaga – 40 horas; Técnico Administrativo III – 04 vagas – 40 horas; Técnico em Agropecuária – 01 vaga – 40 horas; Técnico em Enfermagem – 03 vagas – 40 horas; 2. DAS INSCRIÇÕES: As inscrições serão realizadas no horário das 13:30 às 17:30 horas, de 18/05/2.006 a 02/06/2.006, na Prefeitura Municipal de Romelândia (SC). As exigências para a realização das inscrições constam no edital. 3. DAS PROVAS: As provas serão aplicadas no dia 10/06/2.006. 4. INTEGRA DO EDITAL: Os candidatos poderão obter a íntegra do Edital e informações junto a Prefeitura Municipal de Romelândia (SC), no horário de expediente. Romelândia (SC), 17 de abril de 2006. RENI ANTONIO VILLA. Prefeito Municipal.

DEMP 11211/067
NFF 5462/061

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO DIA 13/03/2006 REFERENTE CONCORRÊNCIA 002/2006 – PROCESSO 3426/06

Objeto: Contratação de agências de propaganda, especializadas na prestação de serviços publicitários para a divulgação de atos, programas, obras, serviços e campanhas da Administração Pública Municipal de São José.
Onde se lê: A Prefeitura de São José, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, leva ao conhecimento dos interessados que está cancelada a Concorrência nº 002/2006.
Leia-se: A Prefeitura de São José, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, leva ao conhecimento dos interessados que está suspensa "sine die" a Concorrência nº 002/2006

Maiores informações na Comissão Permanente de Licitação, sita à rua Domingos André Zanini – 300 – Campinas – São José/SC. Fone: 3381-0073.

DEMP 11173/068
NFF 5419/069

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 066 / 2006

A Prefeitura de São José, por intermédio do Pregoeiro nomeado pela Portaria nº 001/2006, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de mão de obra para a manutenção das edificações da Policlínica e Centros de Saúde do Município de São José.

REGIMENTO: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 16.980/2005, de 07 de março de 2005, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14:00 horas do dia 02 de maio de 2006.
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 14:30 horas do dia 02 de maio de 2006.
OBTENÇÃO DO EDITAL: Na Comissão Permanente de Licitação da PMSJ, sita à rua Domingos André Zanini, 300 – Campinas – São José/SC, 2º andar, de segunda a sexta-feira das 13:00 às 17:00 horas. O custo da obtenção do Edital é de R$ 15,00 (quinze) reais.
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (048) 3381-0073.

Carlos Acelino Pereira
Secretário da Administração

DEMP 11170/069
NFF 5439/060

Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC – Aviso de Licitação:
A Prefeitura Municipal de Xanxerê-SC nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0046/2006, tendo como objeto Aquisição de Microcomputadores e Impressoras destinados a Séc. Mun. De Saúde, Vigilância Sanitária e CAPS. O recebimento das propostas será até ás 09:45 h, do dia 02/05/2006, no setor de protocolo, e a abertura será realizada às 10:00 h do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê, sito a Rua Dr. José de Miranda Ramos, 455 em Xanxerê-SC. Retirada do Edital mediante pagamento das custas do mesmo. Informações complementares no setor de licitações da Prefeitura Municipal ou no site www.xanxere.sc.gov.br,
Xanxerê-SC, 10/04/06 **Avelino Menegolla–Prefeito Municipal**

Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC – Aviso de Licitação:
A Prefeitura Municipal de Xanxerê-SC nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0047/2006, tendo como objeto Manutenção de Equip. Odontológicos. O recebimento das propostas será até ás 09:15 h, do dia 27/04/2006, no setor de protocolo, e a abertura será realizada às 09:30 h do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê, sito a Rua Dr. José de Miranda Ramos, 455 em Xanxerê-SC. Retirada do Edital mediante pagamento das custas do mesmo. Informações complementares no setor de licitações da Prefeitura Municipal ou no site www.xanxere.sc.gov.br, Xanxerê-SC, 11/04/2006. **Avelino Menegolla–Prefeito Municipal**

Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC
Processo nº 0075/2006 – Dispensa de Licitação nº 0005/2006.
A Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Avelino Menegolla, justifica a Dispensa de Licitação para locação de um sala, localizada na Rua Papa João XXIII, nº 715, para uso do Procon, de propriedade da Sra. Olga T. Ceccatto, durante o período de abril a dezembro de 2006. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, Inciso X.
Xanxerê/SC, 10/04/06 -**Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.**

Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul-SC
CONVITE Nº 04/2006 - **RESUMO DA ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO/PROPOSTA** - ***Data/Local: Câmara Vereadores SFS, em 06/04/06;*** **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE INFORMATIVO (JORNAL) MENSAL, do tipo menor preço, regida pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **Convidadas:** Jornal Nossa Ilha, Jornal A Notícia, Marketeria e Gazeta das Praias. Entregaram os envelopes de nºs 01 e 02 as empresas Jornal Nossa Ilha, Jornal A Notícia e Marketeria. Compareceram Jornal Nossa Ilha, Marketeria e Jornal A Notícia. Tendo todos os representantes renunciado expressamente ao prazo recursal, passou-se à abertura do envelope de nº 02 das habilitadas. Jornal Nossa Ilha: proposta em conformidade com o Edital, no valor mensal de R$ R$ 2.350,00. Marketeria: proposta em desconformidade com o Edital, e no valor de R$ R$ 3.179,00. VENCEDORA: Jornal Nossa Ilha (Vilma Aparecida Filippon – ME) CNPJ 02.995.095/0001-56. **Denise Cristina de Deus Inácio**
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEMP 1945/068

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICÍPIO -CRICIÚMA
CODEPLA – Companhia de Desenvolvimento Econômico e Planejamento Urbano - **EXTRATOS DE CONTRATOS**
CONTRATO Nº 005/2006; Edital de Convite Nº 006/2006; CONTRATADA: **LIESCH COMPUTADORES LTDA ME**; OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática devidamente montados e instalados, para uso da equipe técnica da CODEPLA; VALOR GLOBAL: R$10.089,00; VIGENCIA: 375 dias; ASSINATURA: 01/03/2006; SIGNATÁRIO: pela Codepla os Srs. Jorge Henrique C. Frydberg e Gelvânio Búrigo – Diretores e pela empresa o Sr. CÉSAR MORAES – Gerente.**CONTRATO Nº 007/2006;** Edital de Tomada de Preços Nº 005/2006; CONTRATADA: **COMERCIAL ELÉTRICA SÃO PEDRO LTDA - CELESP**; OBJETO: Aquisição de forma parcelada, de materiais elétricos, para uso na manutenção da Iluminação Pública do Município de Criciúma-SC (COSIP), correspondentes aos itens 2, 3, 4, 8, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24; VALOR GLOBAL: R$179.901,15; VIGENCIA: até 31/08/2006; ASSINATURA: 27/03/2006; SIGNATÁRIO: pela Codepla os Srs. Jorge H.C. Frydberg e Gelvânio Búrigo – Diretores e pela empresa a Srª. ALZIRA PREVI FRAGNANI DAGOSTIM – Sócia Gerente.
CONTRATO Nº 008/2006; Edital de Tomada de Preços Nº 005/2006; CONTRATADA: **COMERCIAL ELÉTRICA SÃO PEDRO LTDA - CELESP**; OBJETO: Aquisição de forma parcelada, de materiais elétricos, para uso na manutenção da Iluminação Pública do Município de Criciúma(COSIP), correspondentes aos itens 1, 5, 6, 7, 9, 11 e 14; VALOR GLOBAL: R$196.733,33; VIGENCIA: até 31/08/2006; ASSINATURA: 27/03/2006; SIGNATÁRIO: pela Codepla os Srs.Jorge H.C. Frydberg e Gelvânio Búrigo – Diretores e pela empresa o Sr. ROGÉRIO BERTO – Sócio Gerente.**CONTRATO Nº 009/2006;** Edital de Convite Nº 007/2006; CONTRATADA: **FORAUTO VEICULOS LTDA**; OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo de passeio, 4 portas, novo (OK) da Marca FORD/FOCUS, GLX, motor 1.6 8V, para uso da DIRETORIA; VALOR GLOBAL: R$ 48.950,00; PRAZO DE FORNECIMENTO: 5 dias; VIGENCIA: 370 dias; ASSINATURA: 27/03/2006; SIGNATÁRIO: pela Codepla os Srs. Jorge Henrique C. Frydberg e Gelvânio Búrigo – Diretores e pela empresa a Srª. Adriana Consoni Bortolotto – Gerente Administrativa/Financeira.

DEMP 11204/061
NFF 5485/061

MINUTA DE EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo nº 001/2005. Ratificando, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93 o ato que declarou inexigível a licitação nos termos do inciso I do artigo 25, do diploma legal invocado, para credenciamento de instituições para recebimento de faturas de água, no valor global de R$ 1.000,00, a favor da empresa:
Banco Itaú S/A;
Brusque, 13 de abril de 2006.

Juliano Montibeller
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

DEMP 1951/068

TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Comunicamos a quem interessar, de acordo com o artigo 249 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, aprovado pela Resolução TC-06/2001, que constará da Pauta da Sessão de 24/4/2006 o processo a seguir relacionado:

Processo	Origem	Interessado
MOACIR BERTOLI		

SPC-06/00147339	FUNDOSOCIAL	MAX ROBERTO BORNHOLDT

Além do processo acima relacionado, poderão ser incluídos na pauta da Sessão na data supra-referida os processos cujas discussões foram adiadas, nos termos dos arts. 214 e 215 do Regimento Interno deste Tribunal.

SEG/DIDEC, 17 de abril de 2006.

Rosilda de Faria
Secretária Geral

DEMG 257/060

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Comunicamos a quem interessar, de acordo com o artigo 249 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, aprovado pela Resolução TC-06/2001, que constarão da Pauta da Sessão de 3/5/2006 os processos a seguir relacionados:

Processo	Origem	Interessado
JOSÉ CARLOS PACHECO		
APE-00/05539307	SED	UBIRATAN SIMOES REZENDE, MARCOS LUIZ VIEIRA
PCA-03/06330369	FMEImbituba	DILSON LOPES DE JESUS
PCA-03/06419777	FASFImbitubense	CLAUDETE MARIA DOS SANTOS SOUZA
PCA-04/01414469	CMOCosta	WALDIR MUNIZ GALINDO
PCA-04/01643654	CMPTorres	ENIO SILVEIRA LUIZ
PCA-05/00933472	FMSBBombinhas	CLAUDIONOR CARLOS PINHEIRO
PCA-05/00933553	FMEBombinhas	CLAUDIONOR CARLOS PINHEIRO
PCA-04/01781291	CHPiratuba	VALTER FLORIANO SCHAFER
TCE-03/07745864	COMCAP	NELSON AMÂNCIO MADALENA
WILSON ROGÉRIO WAN-DALL		
PCA-04/04910211	FMDAurora	GIOVANIO DOMINGOS S.SCHNEIDER
RPA-03/03405864	PMOCosta	ALTAMIR JOSÉ PAES
PDI-01/01238657	LAGESPREVI	DÉCIO DA FONSECA RIBEIRO
PDI-01/05256960	EPAGRI	ADOLFO NUNES CORRÊA
PDI-05/00501505	PMOrleans	GELSON LUIZ PADILHA
PCA-03/06336642	FMASCNovos	ALEXANDRE ALVADI DI DOMENICO
MOACIR BERTOLI		
AOR-03/05706462	SIE	LEODEGAR DA CUNHA TISCOSKI, EDGAR ANTÔNIO ROMAN, MARCOS RICARDO DE ALMEIDA BRUSA, EDSON BEZ DE OLIVEIRA
TCE-0006904/71	TCE	PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA, OSCAR FALK, FERNANDO FERREIRA DE MELLO JUNIOR, PAULO SÉRGIO GALOTTI PRISCO PARAÍSO, FÁBIO BARRETO NAHOUM
SALOMÃO RIBAS JUNIOR		
RPL-05/04001779	PMItajaí	ANTONIO CARLOS ROSA ESTEVES JUNIOR, VOLNEI MORASTONI
SPE-01/01920695	PMItajaí	JANDIR BELLINI
REC-05/00883351	CELESC	JOSÉ FERNANDO XAVIER FARACO
REC-05/01019430	CELESC	FRANCISCO DE ASSIS KÜSTER
PCA-04/01661040	CMQuilombo	RILDO JOSE BEBER
PCA-04/01692272	CMFraiburgo	ORLI SESTREN
CÉSAR FILOMENO FONTES		
ALC-05/03912166	PMGCRamos	SAMUEL SILVA
LRF-05/04175416	CMXavantina	ARI PARIZOTTO
PCA-04/00293366	CMIbirama	VALDIR SCHMITZ
PCA-04/00878836	FMSSMOeste	ANA MARIA MARTINS MOSER
SPE-04/03709768	CRICIUPREV	MARIA DAL FARRA NASPOLINI
PCA-05/00848360	HMAnchieta	NILO JOSE PREVEDELLO

Além dos processos acima relacionados, poderão ser incluídos na pauta da Sessão na data supra-referida os processos cujas discussões foram adiadas, nos termos dos arts. 214 e 215 do Regimento Interno deste Tribunal.

SEG/DIDEC, 17 de abril de 2006.

Rosilda de Faria
Secretária Geral

DEMG 261/068

REPARTIÇÕES FEDERAIS

ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. Eletrosul

Ministério de Minas e Energia

CNPJ 00.073.957/0001-68

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os senhores Acionistas da ELETROSUL Centrais Elétricas S.A. a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária no dia 24 de abril de 2006, com início às 14 horas, na sede da Empresa, em Florianópolis - SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

- Relatório da Administração de 2005.
- Demonstrações Contábeis do Exercício de 2005.
- Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício e de Participação no Lucro Líquido do Exercício.
- Orçamento de Capital para o Exercício de 2006.
- Eleição de Membros Efetivos e Suplentes do Conselho Fiscal.
- Remuneração dos Administradores e Membros do Conselho Fiscal.

Florianópolis, 24 de março de 2006.
José Drumond Saraiva
Presidente do Conselho de Administração

DEMP 10977/066

NFF 5034/060

PREFEITURAS MUNICIPAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N. 4.055/06, DE 28 DE MARÇO DE 2006. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS PARA O EXERCÍCIO DE 2006. O Prefeito Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 6.910, de 21 de dezembro de 2005, DECRETA: Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), na dotação consignada no Orçamento da Prefeitura Municipal de Florianóp lis a seguir especificada: 1900 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. 1901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. 1901.12.365.00037.1.067 - Manutenção Predial dos Centros – Educ. Infantil 349 3.3.90.39.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Recursos Próprios R$ 300.000,00 Total deste Projeto R$ 300.000,00 1901.12.361.00036.1.063 - Manutenção Predial das Escolas – Ens. Fundamental 343 3.3.90.39.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Recursos Próprios R$ 500.000,00 Total deste Projeto R$ 500.000,00 Total do Órgão R$ 800.000,00 Total do Crédito Adicional Suplementar R$ 800.000,00 Art. 2º - Em atendimento ao Crédito Adicional Suplementar aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, fica anulada, a importância de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura Municipal de Florianópolis, a seguir especificadas: 1900 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 1901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 1901.12.365.00037.1.067 - Manutenção Predial dos Centros – Educ. Infantil 3607 4.4.90.39.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Recursos Próprios R$ 300.000,00 Total deste Projeto R$ 300.000,00 1901.12.361.00036.1.063 - Manutenção Predial das Escolas – Ens. Fundamental 3613 4.4.90.39.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Recursos Próprios R$ 500.000,00 Total deste Projeto R$ 500.000,00 Total do Órgão R$ 800.000,00 Total da Anulação R$ 800.000,00 Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal, em Florianópolis, aos 28 de março de 2006. DÁRIO ELIAS BERGER, Prefeito Municipal. GEAN MARQUES LOUREIRO, Secretário Municipal de Planejamento.

DECRETO N. 4.061/06, DE 31 DE MARÇO DE 2006. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS – FRANKLIN CASCAES, PARA O EXERCÍCIO DE 2006. O Prefeito Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 6.910, de 21 de dezembro de 2005, DECRETA: Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), na dotação consignada no Orçamento da Fundação Cultural de Florianópolis – Franklin Cascaes, a seguir especificada: 2800 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS – FRANKLIN CASCAES 2801 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS – FRANKLIN CASCAES 2801.04.122.0007.2.605 - Programa de Apoio Administrativo 1168 4.4.90.52.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R$ 25.000,00 Total desta Atividade R$ 25.000,00. Total do Órgão R$ 25.000,00 Total do Crédito Adicional Suplementar R$ 25.000,00. Art. 2º - Em atendimento ao Crédito Adicional Suplementar aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, fica anulada, a importância de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Fundação Cultural de Florianópolis – Franklin Cascaes, a seguir especificada: 2800 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS – FRANKLIN CASCAES 2801 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS – FRANKLIN CASCAES 2801.04.122.0007.2.605 - Programa de Apoio Administrativo 1167 3.3.90.39.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Recursos Próprios R$ 25.000,00. Total desta Atividade R$ 25.000,00. Total do Órgão R$ 25.000,00. Total da Anulação R$ 25.000,00 Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal, em Florianópolis, aos 31 de março de 2006. DÁRIO ELIAS BERGER, Prefeito Municipal. GEAN MARQUES LOUREIRO, Secretário Municipal de Planejamento.

DEMP 13013/062

comcap

Edital de Convocação
Assembléia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia 25 de abril de 2006, às 14:30 horas, na sede da Companhia Melhoramentos da Capital – Comcap, situada na rua Quatorze de Julho, nº 375 – Estreito, nesta capital, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Tomada de conta dos administradores: examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do ano de 2005;
2. Outros assuntos de interesse da Companhia.

Florianópolis, 17 de abril de 2006.

Conselho de Administração

DEMP 13013/062

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 141/PMC/2006; Edital de Concorrência Nº 017/PMC/2006; CONTRATANTE: Município de Criciúma; CONTRATADA: **AREIA BRANCA TRANSPORTES LTDA**; OBJETO: Contratação de serviços, de forma parcelada, de 01 caminhão carroceria, com motorista e manutenção, para transporte de pessoal da limpeza e de resíduos recicláveis sólidos (item 08); VALOR UNITÁRIO: R$ 29,40/hora; VALOR GLOBAL: R$ 58.800,00; VIGENCIA: Até 31/12/2006; ASSINATURA: 27/03/2006; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Anderlei Antonelli - Prefeito Municipal e pela empresa a Sra. Grasiela Ghisleri – Sócia-Administrativa.

CONTRATO Nº 142/PMC/2006; Edital de Concorrência Nº 017/PMC/2006; CONTRATANTE: Município de Criciúma; CONTRATADA: **CONFER – CONSTRUTORA FERNANDES LTDA**; OBJETO: Contratação de serviços, de forma parcelada, de 01 equipamento rodoviário (Drag-line), com operador e manutenção, na área de drenagem/dragagem de rios, valas e córrego (item 04); VALOR UNITÁRIO: R$ 158,00/hora; VALOR GLOBAL: R$ 79.000,00; VIGENCIA: Até 31/12/2006; ASSINATURA: 27/03/2006; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Anderlei Antonelli - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Moacir José Fernandes – Sócio-Administrador.

CONTRATO Nº 143/PMC/2006; Edital de Concorrência Nº 017/PMC/2006; CONTRATANTE: Município de Criciúma; CONTRATADA: **MAQTOM TERRAPLENAGEM LTDA**; OBJETO: Contratação de serviços, de forma parcelada, de equipamentos rodoviários (01 Trator de Esteira; 03 Pás Carregadeiras e 01 Cavalo mecânico + prancha), com operadores e manutenção, na área de pavimentação e drenagem; conservação, manutenção e limpeza de estradas, ruas, avenidas, rios, valas e córregos; VALORES UNITÁRIOS: R$112,00/hora, R$52,00/hora e R$194,99/viagem VALOR GLOBAL: R$ 425.398,00; VIGENCIA: Até 31/12/2006; ASSINATURA: 27/03/2006; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Anderlei Antonelli - Prefeito Municipal e pela empresa a Sra. Sirlei Tomasi – Sócia-Gerente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 145/PMC/2006; Edital de Concorrência Nº 017/PMC/2006; CONTRATANTE: Município de Criciúma;

CONTRATADA:**RIMOL TERRAPLENAGEM LTDA - ME**; OBJETO: Contratação de serviços, de forma parcelada, de 03 caminhões com basculante (03 eixos), com motoristas e manutenção, na área de pavimentação e drenagem; conservação, manutenção e limpeza de estradas, ruas, avenidas, rios, valas e córregos; VALOR UNITÁRIO: R$ 25,81/hora; VALOR GLOBAL: R$ 77.430,00; VIGENCIA: Até 31/12/2006; ASSINATURA: 27/03/2006; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Anderlei Antonelli - Prefeito Municipal e pela empresa a Sra. Florentina Ferreira de Medeiros – Sócia-Administrativa.

CONTRATO Nº 146/PMC/2006; Edital de Concorrência Nº 017/PMC/2006; CONTRATANTE: Município de Criciúma; CONTRATADA: **ROSSO TERRAPLENAGEM LTDA**; OBJETO: Contratação de serviços, de forma parcelada, de equipamento rodoviário (05 Retroescavadeiras), com operador e manutenção, na área de pavimentação e drenagem; conservação, manutenção e limpeza de estradas, ruas, avenidas, rios, valas e córregos; VALOR UNITÁRIO: R$ 32,90/hora; VALOR GLOBAL: R$ 355.320,00; VIGENCIA: Até 31/12/2006; ASSINATURA: 27/03/2006; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Anderlei Antonelli - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Paulo Sérgio Rosso – Sócio-Gerente.

CONTRATO Nº 147/PMC/2006; Edital de Concorrência Nº 017/PMC/2006; CONTRATANTE: Município de Criciúma; CONTRATADA: **SIDEK – SERVIÇOS DE ATERRO E ESCAVAÇÃO LTDA**; OBJETO: Contratação de serviços, de forma parcelada, de equipamentos rodoviários (04 Motoniveladoras), com operadores e manutenção, na área de pavimentação e conservação, manutenção e limpeza de estradas, ruas, avenidas; VALOR GLOBAL: R$ 425.398,00; VIGENCIA: Até 31/12/2006; ASSINATURA: 27/03/2006; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Anderlei Antonelli - Prefeito Municipal e pela empresa a Sra. Sirlei Tomasi – Sócia-Gerente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 164/PMC/2006; Edital de Tomada de Preços Nº 052/PMC/2006; CONTRATANTE: Município de Criciúma; CONTRATADA: **CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA**; OBJETO: Execução de forma parcelada, de recuperação de pavimentação com revestimento a base de blocos de concreto (lajotas) e de realinhamento de meio-fio de concreto pré-moldado, em ruas, avenidas, praças, parques e demais logradouros públicos municipais; VALOR GLOBAL: R$ 177.740,00; VIGENCIA: Até 31/12/2006; ASSINATURA: 03/04/2006; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Anderlei Antonelli - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Luciano Medeiros – Gerente.

CONTRATO Nº 165/PMC/2006; Edital de Tomada de Preços Nº 027/PMC/2006; CONTRATANTE: Município de Criciúma; CONTRATADA: **SIDEK – SERVIÇOS DE ATERRO E ESCAVAÇÃO LTDA**; OBJETO: Execução de forma parcelada, de galerias de águas pluviais e drenagem profunda com tubos de concreto, em ruas, avenidas, estradas e demais logradouros públicos; VALOR GLOBAL: R$ 327.375,00; VIGENCIA: Até 31/12/2006; ASSINATURA: 03/04/2006; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Anderlei Antonelli - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. José Vitorassi – Sócio-Gerente.

CONTRATO Nº 166/PMC/2006; Edital de Convite Nº 049/PMC/2006; CONTRATANTE: Município de Criciúma; CONTRATADA: **EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA CROCETA LTDA**; OBJETO: Prestação de serviços de mão-de-obra na construção de um galpão aberto em estrutura de madeira, com 583,00m², para instalação da oficina de mecânica pesada, no pátio de máquinas, localizado na Rua Artur Pescador; VALOR GLOBAL: R$ 17.496,20; PRAZO DE EXECUÇÃO: 45 dias; VIGENCIA: 105 dias; ASSINATURA: 03/04/2006; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Anderlei Antonelli - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Moacir Bágio – Diretor.

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 167/PMC/2006; Edital de Convite Nº 047/PMC/2006; CONTRATANTE: Município de Criciúma; CONTRATADA: **JUGASA COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA**; OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo de passeio, com 5 portas, novo (OK), da Marca Chevrolet/Vectra Elegance, Motor 2.0L 8V Flexpower, para uso do Gabinete do Prefeito; VALOR GLOBAL: R$ 70.900,00; PRAZO DE FORNECIMENTO: 05 dias úteis; VIGENCIA: 37 meses; ASSINATURA: 03/04/2006; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Anderlei Antonelli - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Ricardo Gaidzinski – Diretor-administrativo.

CONTRATO Nº 169/PMC/2006; Edital de Tomada de Preços Nº 048/PMC/2006; CONTRATANTE: Município de Criciúma; CONTRATADA: **CONCRESULCA ARTEFATOS DE CIMENTO SUL CATARINENSE LTDA**; OBJETO: Confecção e entrega, de forma parcelada, de 3.000 (três mil) tampas em concreto estrutural 25,0mpa, para caixas coletoras de águas pluviais tipo boca-de-lobo; VALOR UNITÁRIO: R$ 48,30; VALOR GLOBAL: R$ 144.900,00; VIGENCIA: Até 31/12/2006; ASSINATURA: 05/04/2006; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Anderlei Antonelli - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Manoel César de Silva Alexandre – Sócio-Administrador.

NFF 5379/067 DEMP 11183/063

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CRICIÚMA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CRICIUMA

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 004/FCC/2006; Edital de Convite Nº 004/FCC/2006; CONTRATANTE: Fundação Cultural de Criciúma; CONTRATADA: VALDECI PESSOA ME; OBJETO: Recuperação/reforma geral do revestimento interno e externo dos colchonetes das portas da sala de espetáculo e dos bancos de espera do saguão do Centro Cultural Santos Guglielmi; VALOR GLOBAL: R$ 10.952,00; PRAZO DE EXECUÇÃO: 10 dias; VIGENCIA: 40 dias; ASSINATURA: 16/03/2006; SIGNATÁRIO: pela Fundação a Srª. Iara Maria Silva Gaidizinski – Presidente e pela Empresa o Sr. Valdeci Pessoa – Sócio Gerente.

NFF 5378/060 DEMP 11184/060

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0070/2006
Contratante: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada.
Contratado: Antonietti & Antonietti Ltda
Valor: 2.019,94
Validade: 30/09/2006
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios.
Amparo Legal: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes e Processo Licitatório nº 0048/2006, Pregão nº 0032/2006.
Ponte Serrada, 06 de abril de 2006.
SANDRO LUIZ FAVERO
Prefeito Municipal

DEMP 11174/064
NFF 5420/067

DECRETO Nº 20.592/2006

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O **Prefeito Municipal** de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Considerando despachos exarados no Processo protocolado sob o nº 12.419/2003, de 09.12.2003; ***DECRETA: Art. 1º - FICA CONCEDIDA,*** *nos termos do Artigo 40, § 1º, da Constituição Federal c/c o art. 8º, da EC 20/1998, art. 3º, da EC 41/2003 e artigo 26, I, a, b da Lei Complementar Municipal nº 005/2002, aposentadoria proporcional ao Tempo de Serviço/Contribuição, com proventos proporcionais a* ***Senhora FANY WOJCIKIEWICZ****, matrícula nº 1.500, nível F, lotada na* ***Secretaria de Educação,*** *ocupante do cargo de* ***Oficial de Serviços Especializados,*** *criado através da Lei Municipal nº 2.123/1990, do Quadro Único de Pessoal Civil da Prefeitura Municipal, considerando-se a vacância do cargo ocupado nesta data.* ***Art. 2º*** *- Os proventos decorrentes deste benefício, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo da servidora, terão por valor inicial a quantia de R$ 613,70 (seiscentos e treze reais, setenta centavos), devendo ser arcado pelos Cofres Públicos do Município.*

Paço Municipal em São José (SC), 06 de março de 2006.
FERNANDO MELQUÍADES ELIAS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 20.786/2006
CONCEDE PENSÃO

O **Prefeito Municipal** de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal, **Considerando** despachos exarados no Processo protocolado sob o nº 06/2006 - ADM, de 02 de janeiro de 2006, ***DECRETA: Art. 1º*** *- Concede Pensão por Morte a* ***Dependente*** ***ODETE SEEMANN DEUCHER****, em decorrência do falecimento do Sr. ILÃO TEOFILO DEUCHER, servidor inativo, aposentado através do Decreto nº 33/1982, de 15.05.82, no cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 6.106.* ***Art. 2º*** *- Os proventos decorrentes deste benefício, deverão ser calculados sobre os proventos percebidos do servidor, tendo por valor inicial a quantia de R$ 482,58 (quatrocentos e oitenta e dois reais, cinqüenta e oito centavos), devida a partir da data do óbito, devendo ser arcada pelos Cofres Públicos do Município.* ***Art. 3º*** *- Este Decreto entrará em vigor na data de sua Publicação,* ***retroagindo seus efeitos a 11 de Dezembro de 2005,*** *revogadas as disposições em contrário.*

Paço Municipal em São José (SC), 27 de março de 2006.

FERNANDO MELQUÍADES ELIAS
Prefeito Municipal

NFF 5428/068 DEMP 11181/060

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEÃO
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEÃO SC
CONTRATADA: Associação Flash Dance
OBJETO: Prestar show artístico, por ocasião das festividades alusivas ao aniversário do Município.
Valor: R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)Amparo Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações e contrato de inexigibilidade nº 052/2006.
Vargeão SC, 13 de abril de 2006.
Valdemar Lorenzetti, Prefeito Municipal

DEMP 11193/069
NFF 5445/060

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEÃO
EXTRATO DE CONTRATO
O município de Vargeão,estado de Santa Catarina está contratando com o Grupo Portal do Sul , com o processo de inexigibilidade nº 0029/2006, o Baile de acompanhamento de Jantar da Ovelha, que ocorrerá no dia 20 de abril de 2006. O valor dos serviços contratados será de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). A inexigibilidade possui amparo legal no inciso III, do art. 25 da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes e contrato nº 053/2006.
Vargeão SC, em 17 de abril de 2006.
Valdemar Lorenzetti, Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEÃO
EXTRATO DE CONTRATO
O município de Vargeão,estado de Santa Catarina está contratando com a Banda Zatter, com o processo de inexigibilidade nº 0026/2006, o acompanhamento de Festival da canção eliminatória e Final com Baile, que ocorrerá nos dias 21 e 22 de abril de 2006. O valor dos serviços contratados será de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). A inexigibilidade possui amparo legal no inciso III, do art. 25 da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes e contrato nº 054/2006.
Vargeão SC, em 17 de abril de 2006.
Valdemar Lorenzetti, Prefeito Municipal

DEMP 11195/061
NFF 5446/066

Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC - Extrato de Contrato
Contratante: Prefeitura Municipal De Xanxerê
Contratado: TRIEL–HT Industria de Equip. Rodoviário Ltda
Objeto: Encarroçamento 3ª parte caminhão Corpo Bombeiros
Prazo: 30 (trinta) dias
Valor: R$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
Xanxerê-SC, 30/03/06 -Avelino Menegolla -Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC - Extrato de Contrato
Contratante: Prefeitura Municipal De Xanxerê
Contratada: Olga T. Ceccatto
Objeto: Locação sala Procon
Prazo: De abril a dezembro de 2006
Valor R$ 750,00 (setecentos e cinqüenta reais) p/ mês
Xanxerê-SC. 10/04/06 Avelino Menegolla -Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC
Extrato do 1º Termo Aditivo do Contrato nº 0049/2006
Contratante: Prefeitura Municipal De Xanxerê
Contratado: AX Comercio e Representações Ltda.
Objeto: Fica aditado ao contrato acima, 25% no numero de copias nas máquinas instaladas nos Setores de Tributação, Engenharia, Contabilidade, Protocolo, Agricultura e Assistência Social. Prazo: Até 31/12/2006.
Xanxerê-SC, 03/04/06 Avelino Menegolla -Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC
Extrato do 1º Termo Aditivo do Contrato nº 0050/2006
Contratante: Prefeitura Municipal De Xanxerê
Contratado: LJS Equipamentos p/ Escritório Ltda.
Objeto: Fica aditado ao contrato acima, 25% no numero de copias nas máquinas instaladas nas Escolas, PAM, Vigilância Epidemiológica, Sanitária e Controle e Avaliação.
Prazo: Até 31/12/2006.
Xanxerê-SC, 03/04/06-Avelino Menegolla -Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC - Extrato de Contrato
Contratante: Prefeitura Municipal De Xanxerê
Contratado: Instituto Faee S/C Ltda
Objeto: Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria Administrativa e Contábil.
Prazo: até 31/12/06 Valor R$ 8.000,00 (oito mil reais) p/ mês
Xanxerê-SC, 11/04/06 Avelino Menegolla -Prefeito Municipal.

DEMP 11179/066
NFF 5426/065

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

SANTINVEST SA – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS - CGC/MF Nº 00.122.327/0001-36
EXTRATO ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EM 10 DE MARÇO DE 2006.
DATA: 10.03.2006 **LOCAL**: Sede da Empresa, Rua Nereu Ramos, 19 – 8ºandar – Florianópolis, SC, foi instalada a Assembléia de acionistas da SANTINVEST S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, presente o representante da SANTINVEST S.A. - Participações. **DELIBERAÇÕES**: 1) Aprovado o aumento de capital de R$ 11.902.718,42 (Onze milhões, novecentos e dois mil, setecentos e dezoito reais e quarenta e dois centavos) para R$ 16.902.712,42 (Dezesseis milhões, novecentos e dois mil, setecentos e doze reais e quarenta e dois centavos) sem modificação do número ações emitidas, mediante a subscrição de R$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais) sendo no ato R$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais) e o saldo em até 60 dias. 2) Alteração do artigo 5º do Estatuto Social, passando a vigorar com a seguinte redação: O Capital Social é de R$ 16.902.712,42 (Dezesseis milhões, novecentos e dois mil, setecentos e doze reais e quarenta e dois centavos) representado por 222.000 (Duzentas e vinte e duas mil) ações ordinárias nominativas, indivisíveis em relação ao capital e sem valor nominal. Florianópolis, 10 de março de 2006. Assinaturas: Luiz Carlos Santiago – Presidente, Juarez Medeiros Gualberto – Secretário, Vicente Donini - Presidente/ SANTINVEST S.A. – Participações e representante do Acionista Controlador da SANTINVEST S.A. - Participações. O presente resumo foi extraído da ata em referência, arquivada na JUCESC sob nº 20060862890, em 12 de abril de 2006, o que certifico. (ass.) Juarez Medeiros Gualberto – Secretário da AGO.

DEMP 1944/061
NF 5396

USATI PARTICIPAÇÕES PORTUÁRIAS S/A
CNPJ Nº 02.810.599/0001-54
NIRE 42300024481
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam convidados os Senhores Acionistas da Usati Participações Portuárias S/A para comparecerem à Assembléia Geral Ordinária que se realizará no dia 24/04/2006, às 16h00, na sede social da Empresa, à Rodovia SC-401, Km 5, nº 4756, em Florianópolis, SC, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Tomar as contas da Diretoria, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2005. 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2005. 3. Eleger os integrantes da Diretoria. 4.Fixar o montante dos valores destinados à remuneração da Diretoria.
Florianópolis, 10 de abril de 2006.
Valério Gomes Neto
Presidente

NFF 5128/064 DEMP 11043/067

SANTINVEST S.A.–PARTICIPAÇÕES - CNPJ Nº 83.863.530/0001-90 - **EXTRATO ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**
CAP. SUBSCRITO R$ 14.752.229,70 CAP. INTEGRALIZADO R$ 14.752.229,70
DATA: 22.02.2006. **LOCAL**: Hotel Blue Tree Towers, rua Bocaiúva, 2.304, Florianópolis, SC – reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária os Acionistas da SANTINVEST S.A. – PARTICIPAÇÕES, presentes acionistas com direito a voto, conforme se verificou através das assinaturas constantes no livro de presenças, que correspondem a 64,89% do capital votante, observadas as prescrições do art. 124 da Lei nº 6.404, de,15/12/76. COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidência - Sr. Vicente Donini, secretário - Sr. Juarez Medeiros Gualberto. **DELIBERAÇÕES**: conforme temário do EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA AGO/E, publicado na forma da LEI. 1) Apreciação do Relatório da Diretoria, do Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes, e o item 2 - Destinação do resultado do exercício. O Sr. Presidente comunicou à Assembléia que o Conselho de Administração, reunido em sessão ordinária em 22.02.2006, tendo apreciado os documentos acima referidos, evidenciados no Relatório Anual, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, acompanhadas de Notas Explicativas, o parecer dos Auditores Externos e a proposta de destinação do lucro da Controladora e das Controladas C.F.I. e D.T.V.M., recomendou-os à aprovação desta AGO, a qual decidiu aprovar o relatório e as contas do exercício, deliberando sobre a destinação do resultado do exercício, como segue: 2.1) SANTINVEST S.A. Participações: a) 5% para constituição da reserva legal, no valor de R$ 270.704,62; 25% para pagamento dos dividendos, no valor de R$ 1.285.847,00, que poderão ser recebidos em espécie, em três parcelas, ou utilizados para integralização de capital, sendo que o saldo de R$3.857.570,75 será contabilizado na conta de reserva de aumento de capital; b) participação nos resultados , sendo atribuída gratificação de um salário nominal para o então Presidente do Conselho de Administração, Dr. Júlio Horst Zadrozny, e um salário nominal para o único funcionário da companhia 2.2) SANTINVEST S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos: 5% para Reserva Legal, no valor de R$ 254.914,39; Participação no Lucro Líquido aos seus dois Diretores, no valor de R$ 238.056,00, em conformidade com o artigo 152 e seus parágrafos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e 25% de dividendos no valor de R$ 1.210.848,07 a ser pago em 10 parcelas fixas; 2.3) SANTINVEST S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários: 5% para Reserva Legal, no valor de R$ 1.876,31; Participação no Lucro aos seus dois Diretores, no valor de R$ 4.169,58 e 25% de dividendos no valor de R$ 8.912,47. Fixação da remuneração dos Administradores: Decidiu a Assembléia aprovar a proposta do Conselho de Administração, constante da ata de sua reunião ordinária de 22.02.2006, bem como a instituição de pró-labore mensal aos membros do Conselho de Administração, aprovando, para tanto, a verba global anual de até R$ 300.000,00 para o exercício de 2006. 3) Aprovado como membro do Conselho de Administração, o Sr. Giorgio Rodrigo Donini, conforme indicação na reunião do Conselho de Administração realizada em 22.02.2006. ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. Deliberações: 1) Aumento de Capital: Aprovado o aumento de capital conforme aprovação em reunião do Conselho de Administração de 20/10/2005 e ratificado em reunião de 22/02/2006, nas seguintes condições: a) Posição atual de ações 176.387; b) A serem emitidas 23.613, perfazendo 200.000 ações; c) Valor Patrimonial em 31/12/2005 R$ 177,76 por ação, que com o deságio aprovado de 25% o valor de subscrição será de R$ 133,32 por ação, totalizando um aumento de capital de R$ 3.148.085,16; d) INTEGRALIZAÇÃO: d-1) Poderá ser utilizado o dividendo a que tem direito, prevalecendo também neste caso o valor de R$ 133,32 por ação. O prazo para exercício do direito de preferência será de 30 dias contados a partir da data da realização desta Assembléia Geral Extraordinária, o qual expira em 24.03.2006.d-2) A complementação da Integralização do aumento de capital será em espécie, com pagamento em três parcelas iguais e fixas.O presente resumo foi extraído da ata em referência, arquivada na JUCESC sob nº 20060791896, em 11 de Abril de 2006, o que certifico. (ass.) Juarez Medeiros Gualberto – Secretário da AGO.

DEMP 1947/060

RODOMAC TRATORES – PEÇAS E IMPLEMENTOS S/A
CNPJ. 91.359.927/0001-78
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO
Convidamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a se realizar na sede social à Rua Willy Barth, 4210, em São Miguel do Oeste- SC, às 9:00 horas do dia 25 de abril de 2006, com a maioria de seus acionistas, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:**
1) Apreciação do Balanço Patrimonial e das contas do exercício social encerrado em 31.12.05, bem como tomadas de contas da administração.
2) Assuntos gerais de interesse da Sociedade.
São Miguel do Oeste, 04 de abril de 2006.
BRUNO ROOS - Diretor Administrativo

DEMP 1923/064
NF 5051

CONURB
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DE JOINVILLE
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Convidamos os Senhores Acionistas a reunirem-se em Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 28/04/2006, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, Rua XV de Novembro, nº 1383, Joinville/SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
a) Prestação de contas do exercício de 2005;
b) Deliberação sobre a destinação do lucro do exercício De 2005;
c) Reforma do Estatuto Social;
d) Eleição do Conselho de Administração;
e) Eleição do Conselho Fiscal;
f) Outros assuntos de interesse social.
Joinville, 12 de abril de 2006.
José Francisco Payão
Presidente do Conselho de Administração
DO 370

NFF 5473/063 DEMP 11214/066

ELIANE S/A – REVESTIMENTOS CERÂMICOS
CNPJ 86.532.538/0001-62
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam convocados os Senhores Acionistas da **ELIANE S/A – REVESTIMENTOS CERÂMICOS,** para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia vinte e nove (29) de abril (4) de dois mil e seis (2006), às dez (10:00) horas, na sede da Sociedade, em Cocal do Sul, SC, na Rua Maximiliano Gaidzinski, 245, sala 02, a fim de deliberarem sobre a seguinte
ORDEM DO DIA:
a) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, relativos ao Exercício Social encerrado em 31.12.2005.
b) Aprovação e destinação do resultado do exercício.
c) Eleição do Conselho de Administração e fixação da remuneração dos Administradores.
O presente Edital de Convocação foi elaborado em conformidade com o Artigo 124 da Lei 6.404/76. Cocal do Sul, SC, 12 de abril de 2006.
NELSON BARRIZZELLI
Presidente Conselho de Administração
DEMP 2013/061

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DO BALNEÁRIO CAMBORIÚ -COMPUR-BC.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
A Diretoria da **COMPUR-BC** Companhia de Desenvolvimento e Urbanização do Balneário Camboriú, convida aos seus acionistas para a Assembléia Geral Ordinária que realizará no dia 28 de Abril de 2006, às 14:00 em sua sede social, à Av. Santa Catarina,701, Bairro dos Estados, em Balneário Camboriú-SC, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: A) Discussão,apreciação e votação do Balanço e demonstrativo da Conta de Resultado relativos ao exercício de 2005. B) Análise e aprovação mediante votação, das retiradas (remuneração) efetuadas pela Diretoria, Conselho Administrativo, bem como fixação dos valores limites para o exercício de 2006. C)Destituição do atual Conselho Administrativo e Fiscal. D) Eleição do novo Conselho Administrativo e Fiscal. E)Deliberação sobre a destinação do Lucro ou Prejuízo de cada exercício social. F) Reformulação e Alteração Estatutária dando nova redação ao Art. 2º e 3º do Capitulo I. G) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Balneário Camboriú, 10 de Abril de 2006. OBS: Ficam os Senhores acionistas informados de que se encontram à sua disposição no endereço acima, os documentos de que tratam os Art. 133 e seus incisos e Art. 135 da Lei 6.404/76.

DEMP 12194/069
NFF 5484/065

CAMPEÃ S/A INDÚSTRIA TÊXTIL
CNPJ 84.686.443/0001-78
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO: DATA E HORA: 27 de abril de 2006, às 20:30 horas. **LOCAL**: sede social, na Rua São Paulo, 305, Joinville, SC. **ORDEM DO DIA**: 1)Análise, discussão e deliberação sobre o Relatório da Diretoria, Demonstrações Financeiras e Parecer da Auditoria Externa, relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2005. 2)Destinação do resultado do exercício. 3) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. 4)Eleição da Diretoria e fixação de honorários para o exercício. 5)Outros assuntos de interesse da Sociedade.
Joinville, 17 de abril de 2006
A DIRETORIA

NFF 5254/060 DEMP 11139/064

CONDOR S.A.
CNPJ/MF Nº 86.046.448/0001-61
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária na sede social da Companhia, na Rua Augusto Klimmek, 325, São Bento do Sul-SC, no dia 27 de abril de 2006, às 11:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

1. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005;
2. Destinação do Lucro Líquido do Exercício e aprovação do orçamento de capital;
3. Distribuição de juros sobre o capital próprio já creditados imputados ao valor dos dividendos no montante de R$ 4.200.000,00 (líquido de IRRF, R$ 3.570.000,00);
4. Aumento do capital social mediante subscrição particular de 34.290 ações, sendo 21.576 de ações ordinárias nominativas e 12.714 de ações preferenciais nominativas, representando 5,2755% do capital, ao preço de R$ 39,37 por ação, nas condições a serem estabelecidas pela Assembléia Geral;
5. Eleição dos Membros do Conselho de Administração;
6. Remuneração dos Administradores;
7. Deliberar sobre a criação de um Conselho Consultivo, eleição e remuneração de seus membros, com conseqüente inclusão no Estatuto Social da Condor S.A. de um capítulo que o disciplinará, bem como renumeração de artigos do Estatuto e consolidação;
8. Outros assuntos de interesse social.

São Bento do Sul (SC), 11 de Abril de 2006.
VICENTE DONINI
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NF 5474 DEMP 11222/069

IGUAÇU ENERGIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados todos os sócios quotistas da empresa Iguaçu Distribuidora De Energia Elétrica Ltda., CNPJ-MF: 83.855.973/0001-30, para reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se em primeira convocação, no dia 25 de abril de 2006, às 13h30min, em sua sede social, sito à rua Dr. José de Miranda Ramos nº 51, em Xanxerê - SC, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
a) apreciação do relatório da administração, balanço patrimonial e demais demonstrações econômico financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2005 e do parecer dos auditores independentes; b) fixação da remuneração dos administradores; c) distribuição de juros sobre capital próprio; d) outros assuntos de interesse social..
Xanxerê (SC), 13 de abril de 2006.

A DIRETORIA

DEMP 11148/069
NFF 5290/066

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMERCIO SICOMERCIO
Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio
Comissão de Enquadramento e Registro Sindical do Comércio

AVISO

O Presidente da Comissão de Enquadramento e Registro Sindical do Comércio – CERSC comunica, para os fins constantes do art. 20 da Resolução SICOMÉRCIO-CNC Nº 02, de 18 de novembro de 1991, que o Sindicatos dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Xanxerê requereu registro no SICOMÉRCIO, contando, a partir da data da presente publicação, o prazo de 15 (quinze) dias, para que quaisquer interessados se manifestem.

A Comissão de enquadramento e Registro Sindical do Comércio funciona na Avenida General Justo, nº 307 – 6º andar, CEP: 20021-130, Rio de Janeiro, RJ, Fax: nº (21) 2524-7111.

Rio de janeiro, 3 de abril de 2006.

CARLOS FERNANDO AMARAL
Presidente da CERSC

DEMP 1942/069

FIRST S/A
CNPJ nº. 00.802.235/0001-05
NIRE 42300025577

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 26 de abril de 2006 as 10 horas, na sede da empresa na Av. Mauro Ramos, nº. 1.450, 11º andar, Centro, Florianópolis, a fim de deliberar sobre as seguintes Ordem do Dia:
a) Leitura, discussão e aprovação das contas dos administradores e demonstrações financeiras, bem como a destinação dos lucros;
b) Aumento do capital social da empresa;

Florianópolis/SC, 12 de abril de 2006.
NATANAEL SANTOS DE SOUZA
Presidente

DEMP 11138/068
NFF 5256/062

Convocação de Reunião de Sócios
Dou forma ao presente para, em vista a realidade societária, convocar/convidar os sócios da Exceler Consultores Associados S/C Ltda, com sede e foro na Cidade de Chapecó – SC, na rua Mal. Deodoro, 400-E, sala 806, na forma da legislação civil vigente, comparecer a reunião de sócios a realizar-se no próximo dia 24 de abril de 2006, às 09:00 horas (com cotistas que representem no mínimo três quartos do capital) em primeira convocação e, em segunda às 9:00 horas (com qualquer número) no dia 02 de maio do ano em curso, na sede da sociedade, objetivando deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1º Deliberar sobre a adequação do contrato social ao Novo Código Civil, consoante proposta já encaminhada e que será submetida à apreciação; 2º Deliberar sobre a Prestação de Contas e apresentação de inventário, balanço patrimonial e do resultado econômico relativamente ao último exercício; 3º Apreciar e deliberar sobre pretensão do sócio Luis Carlos Crema de retirar-se da sociedade e do teor de suas notificações; 4º Deliberar sobre a administração, atuação no mercado e custos da sociedade; 5º Outros assuntos de interesses dos sócios e a serem indicados, mas sem caráter deliberativo. Att. Edílson Jair Casagrande

NFF 5213/061 DEMP 11116/064

REFLORESTADORA CATARINENSE S/A
CNPJ nº 86.446.242/0001-29
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas desta Sociedade, para reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária à realizar-se no dia 28 de abril 2006 às 18 horas em sua sede social na Rua Dib Cherem, nº 2.628 - Capoeiras - Florianópolis/SC, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 01 - Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2005; 02 - Destinação dos resultados; 03 - Outros assuntos de interesse da Sociedade.
Florianópolis, 17 de abril de 2006.
Jayme Antunes Teixeira
Presidente do Conselho de Administração

DEMP 11185/066
NFF 5377/064

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados de Maravilha/SC, com endereço na Avenida 7 de Setembro, n.º 492, sala 103, Centro, na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.874-000, CONVOCA todos os membros da categoria dos trabalhadores empregados das empresas e cooperativas que tem por objeto de exploração empresarial e/ou social, a indústria de carnes e derivados do município de Maravilha/SC para a Assembléia Geral Extraordinária de ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA da entidade no pertinente a sua razão social e representação profissional ampla dos empregados no que diz respeito a constituição jurídica das indústrias de carnes e derivados incluindo, de forma expressa, a questão da representação dos trabalhadores nas cooperativas com objeto de exploração social a indústria de carnes e derivados, bem como ratificando a representação profissional, já exercida pela entidade sindical, dos empregados dessas cooperativas indústrias de carnes e derivados, do município de Maravilha/SC, a realizar-se às 15 h e 15 min. do dia 05 de maio de 2006, na área de lazer da Cooper Central "AURORA", Unidade de Maravilha/SC, na BR 282 - KM 610, Maravilha/SC, 27 de março de 2006. Adão Eichwald, Presidente do Sindicato.

DEMP 1939/068

GRAVATAL HOTÉIS DE TURISMO S/A
CNPJ 86.443.454/0001-52
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os senhores acionistas desta empresa, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se às 10:30 (dez horas e trinta minutos) do dia 28 de abril 2006, na sede na Av. Pedro Zappelini, 882 - Termas do Gravatal - Gravatal - SC, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1)Examinar, discutir e votar o relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativos ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2005. 2)Eleição do Conselho de Administração para o triênio 2006/2007/2008. 3)Fixação dos honorários dos Diretores e membros do Conselho de Administração. 4)Outros assuntos de interesse da sociedade. Gravatal, 10 de abril de 2006. José Agostinelli Neto - Diretor Presidente.

DEMP 11144/068

CIA DE ÁGUAS TERMAIS DO GRAVATAL
CNPJ 86.434.065/0001-60
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os senhores acionistas desta empresa, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se às 09:00 (nove horas) do dia 28 de abril de 2006, na sede na Av. Pedro Zappelini, 285 - Termas do Gravatal - Gravatal - SC, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1)Examinar, discutir e votar o relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativos ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2005. 2)Eleição do Conselho de Administração para o triênio 2006/2007/2008. 3)Fixação dos honorários dos Diretores e membros do Conselho de Administração. 4)Outros assuntos de interesse da sociedade. Gravatal, 10 de abril de 2006. José Agostinelli Neto - Diretor Presidente.

DEMP 11145/064

CIEFE – Centro Internacional de Eventos e Feiras S.A.

CNPJ 05.523.706/0001-51

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente ficam convocados os Senhores Acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 27 de abril de 2006 às 09 horas em primeira convocação e as 10 horas em segunda convocação, tendo por local o Auditório da ACIB – Associação Empresarial de Blumenau, situado na Rua Ingo Hering, 20 – 8º andar – Centro – Blumenau – SC., para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA:

1) Apresentação e discussão do Relatório da Administração;
2) Exame, discussão e votação do balanço patrimonial, demonstrações financeiras e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005;
3) Deliberação sobre a destinação do Resultado do Exercício;
4) Fixação da remuneração dos administradores;
5) Eleição dos membros do Conselho Fiscal;
6) Eleição dos membros do Conselho de Administração para os próximos três anos;

Continuam à disposição dos senhores acionistas os documentos a que se refere o item "1 e 2" da ordem do dia acima.

Blumenau, 11 de abril de 2006.
Hans Martin Meyer
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMP 1930/060
NF 5213

FÁBRICA DE MÓVEIS LEOFOLDO S/A
CONVOCAÇÃO

O Sr. Diretor Presidente da Fábrica de Móveis Leopoldo S/A convoca os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, à Rua José Cordeiro, 450 na cidade de São Bento do Sul, SC, às 14:00 horas do dia 28/Abril/2006, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Discutir e votar as demonstrações financeiras e demais documentos relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2005;
2. Outros assuntos de interesse social.

São Bento do Sul, 06 de Abril de 2006.
Udo José Zschoerper – Diretor Presidente

NFF 5253/060 DEMP 11057/063

AVELINO BRAGAGNOLO S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CNPJ: 84.586.833/0001-76
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Atendendo as diposições legais e estatutárias, é com satisfação que submetemos a apreciação de Vv.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2005, colocando-nos a vossa inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Faxinal dos Guedes SC., 31 de Dezembro de 2005. A DIRETORIA

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

ATIVO

	2004	2005
CIRCULANTE	21.372.636,11	25.355.563,64
DISPONIBILIDADE	6.656.459,14	7.069.243,64
Caixa	2.675,12	63.156,03
Bancos	1.318.553,88	947.161,90
Aplicações Financeiras	5.335.230,14	6.058.925,71
REALIZ. A CURTO PRAZO	14.716.176,97	18.286.320,00
Contas a Receber	12.599.696,37	14.647.196,48
Estoques	1.371.651,40	2.945.891,90
Impostos a Recuperar	156.049,19	32.677,33
Outros créditos	539.304,04	383.082,36
Adiantamentos	26.809,16	107.151,24
Cheques a receber	296,98	47.653,97
Despesas do Exerc. Seguinte	22.369,83	122.666,72
REALIZ.A LONGO PRAZO	2.815,61	2.815,61
Empréstimo Compulsório	2.815,61	2.815,61
PERMANENTE	9.702.045,37	9.041.566,85
INVESTIMENTOS	6.885,41	6.885,41
Outras Participações	6.885,41	6.885,41
IMOBILIZADO	9.695.159,96	9.034.681,44
Custo Corrigido	18.046.977,90	19.714.540,72
(-)Deprec. Acumulada	8.351.817,94	10.679.859,28
TOTAL DO ATIVO	31.077.497,09	34.399.946,10

PASSIVO

	2004	2005
CIRCULANTE	11.424.335,94	12.227.944,42
Fornecedores	6.822.464,50	7.650.006,16
Obrigações Sociais	742.541,51	534.090,95
Obrigações Tributárias	614.547,53	467.378,72
Adiantamentos	0,00	353.196,40
Instituições Financeiras	175.001,57	207.423,71
Provisões	1.081.695,81	775.106,78
Outras Obrigações	1.988.085,02	2.240.741,70
EXIG. A LONGO PRAZO	2.934.391,25	4.174.021,72
Instituições Financeiras	395.870,05	665.205,58
Prodec	2.538.521,20	3.508.816,14
PATRIMONIO LÍQUIDO	16.718.769,90	17.997.979,96
CAPITAL SOCIAL	15.000.000,00	15.000.000,00
RESERVA DE CAPITAL	-717.300,00	0,00
Ações em Tesouraria	-717.300,00	0,00
RESERVA DE LUCROS	243.649,00	311.744,50
Reserva Legal	238.019,00	306.114,50
Agio na Compra de Ações	5.630,00	5.630,00
LUCROS ACUMULADOS	2.192.420,90	2.686.235,46
TOTAL DO PASSIVO	31.077.497,09	34.399.946,10

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR AGREGADO

Receita da Venda de produtos	117.232.035,80	
IPI Faturado	4.627.532,14	
Receitas não Operacionais	89.732,61	
(-)Devolução de Produtos	1.147.196,88	
	120.802.103,67	
Custo das Mat.Primas e Materiais	78.751.769,92	
Depr.,Amortização e Exaustão	2.666.827,87	
	81.418.597,79	
Valor Adicionado Bruto	39.383.505,88	
Receitas Financeiras	1.076.590,11	
Valor Adicionado a Distribuir	40.460.095,99	Distr.%
Salários e Ordenados	9.057.901,74	22,387%
Encargos Sociais/Benefícios	3.075.191,38	7,601%
Imposto de Renda e CSLL	611.157,15	1,511%
Impostos e Taxas	23.706.412,76	58,592%
Despesas Financeiras	777.080,05	1,921%
Despesas Tributárias	521.581,19	1,289%
Juros S/capital Próprio	1.348.861,64	3,334%
Lucro a Disposição dos Acionistas	1.361.910,06	3,366%
	40.460.095,99	100,00%

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2004	2005
REC. OPERAC. BRUTA	104.661.017,43	121.859.567,94
Vendas Mercado Interno	101.662.131,17	118.647.113,96
Vendas Mercado Externo	2.998.886,26	3.212.453,98
DEDUÇÃO DE VENDAS	22.632.037,90	24.853.609,66
Imposto s/vendas	21.064.766,75	23.706.412,78
Cancelamentos e devoluções	1.567.271,15	1.147.196,88
RECEITA OPERAC.LÍQ.	82.028.979,53	97.005.958,28
CUSTO PROD.VENDIDOS	69.512.460,84	81.418.597,79
LUCRO BRUTO	12.516.518,69	15.587.360,49
DESPESAS OPERACIONAL	11.670.149,38	13.653.477,74
Despesas Comerciais	9.252.906,07	11.001.492,68
Despesas Administrativas	1.190.747,60	1.081.052,29
Despesas Tributárias	445.357,65	521.581,19
Despesas Financeiras	2.086.739,80	2.125.941,69
(-)Receitas Financeiras	1.305.601,74	1.076.590,11
OUTRAS RECEITAS OPERAC.	157.590,94	11.774,52
LUCRO OPERACIONAL	1.003.960,25	1.945.657,27
RECEITAS NÃO OPERAC.	1.561.556,68	89.732,61
DESPESAS NÃO OPERAC.	428,03	0,00
LUCRO ANTES DA CSSL	2.565.088,90	2.035.389,88
PROVISÃO PARA CSSL	230.858,00	183.185,09
LUCRO ANTES DO IR	2.334.230,90	1.852.204,79
PROVISÃO P/ IMP. DE RENDA	622.210,86	490.294,73
LUCRO LÍQ.DO PERÍODO	1.712.020,04	1.361.910,06

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

	2004	2005
I.ORIGEM DOS RECURSOS	5.859.731,56	7.246.898,25
1.1 DAS OPERAÇÕES	2.952.953,60	6.007.267,78
-Lucro do Exercício	1.712.020,04	1.361.910,06
-Depreciação/exaustão	1.234.121,53	2.666.827,87
-Perda na venda de Bens	428,03	0,00
-Custo Ctb dos Ativos Baixados	6.384,00	1.261.229,85
-Realização de Investimentos	0,00	717.300,00
1.2 DE TERCEIROS	1.850.006,25	1.239.630,47
-Aumento Pass Exig.a L.Prazo	1.850.006,25	1.239.630,47
1.3 DOS ACIONISTAS	1.056.771,71	0,00
-Integralização de Capital	1.051.141,71	0,00
-Agio na Compra de Ações	5.630,00	0,00
II APLIC. DOS RECURSOS	2.953.263,01	3.671.709,15
2.1 Aquis Dir.Ativo Permanente	2.235.963,01	2.786.108,15
-Imobilizado	2.235.963,01	2.786.108,15
-Compra de ações mat.Tesouraria	717.300,00	0,00
-Distribuição de Dividendos	0,00	885.601,00
III VARIAÇÃO DO CCL	2.906.468,55	3.575.189,10
DEMONSTR.DA VARIAÇÕES DO CCL		
-Ativo Circulante	21.072.488,38	25.355.563,64
-Passivo Circulante	11.520.058,26	12.227.944,42
TOTAIS	9.552.430,12	13.127.619,22

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS ACUMULADOS

	2004	2005
SALDO INICIAL	8.643.401,32	2.436.069,90
AUMENTO DE CAPITAL	7.948.858,29	0,00
LUCRO DISTRIB.NO EXERC.	0,00	885.601,00
AJUSTE DO EXERC.ANTERIOR	29.506,83	85.601,00
LUCRO LÍQ.DO EXERCÍCIO	1.712.020,04	1.361.910,06
SALDO FINAL	2.436.069,90	2.997.979,96

NOTAS EXPLICATIVAS ÁS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA I – SUMÁRIO DE PRÁTICAS CONTÁBEIS 1.1 – O regime de competência é observado para registar as receitas e despesas no exercício; 1.2 – Os estoques de matérias primas e de peças de manutenção estão avaliados pelo custo médio de aquisição. Os produtos acabados são valorizados nos termos do art. 296 do atual regulamento do Imposto de Renda. 1.3 O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são calculadas pelo método linear e são absorvidas como custeio da produção ou diretamente como despesas no exercício. 1.4 O passivo exigível a longo prazo teve acréscimo em função da captação de recursos do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense – PRODEC. 1.5 Os estoques estão representados por:

	2004	2005
Produtos Acabados	92.415,50	372.462,40
Matérias Primas	959.700,20	1.753.984,53
Peças de Manutenção	319.535,70	819.444,97
	1.317.651,40	2.945.891,90

NOTA II – IMOBILIZADO

Imóveis	411.421,18	64.534,85
Edificações	1.988.901,31	2.179.293,20
Máquinas e Equipamentos	13.080.381,44	15.329.915,95
Instal. Elétr.e Hidráulicas	583.037,02	601.963,30
Móveis e utensílios	347.708,84	385.686,32
Veículos	1.059.590,42	1.054.331,83
Direito de Quotas e Licenças	927,59	34.200,59
Florestas e Reflorestamentos	575.010,10	64.614,68
Custo Corrigido	18.046.977,90	19.328.854,42
(-)Depreciação Acumulada	8.351.817,94	10.679.859,28

NOTA III – CAPITAL SOCIAL O Capital está representado por 6.000.000 (seis milhões) de ações ordinárias, de R$ 2,50 (dois reais e cinqüenta centavos) cada uma perfazendo o total de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

. Faxinal dos Guedes SC., 31 de Dezembro de 2005.

AVELINO BRAGAGNOLO
Diretor Presidente
CPF 006.462.299 -15

JOSÉ ANGELO BRAGAGNOLO
Diretor Vice-Presidente
CPF 318.701.399 –68

MARCOS ANTONIO BRAGAGNOLO
Diretor Financeiro
CPF 521.968.609-72

SADIR BRANDALISE Tec. Cont. CRC/SC-11804/O-9 – CPF 295.329.069-91

DEMP 1997/068

PREZADO CLIENTE

A Diretoria de Gestão de Atos Oficiais da Secretaria de Estado da Administração informa que **não possui representantes** comerciais, nem revendedores autorizados. Portanto, **não** se **responsabiliza** por qualquer **serviço prestado por terceiros** ou pela autenticidade de documentos pertinentes, fornecidos pelos mesmos.

MAIORES ESCLARECIMENTOS PELO FONE: (48) 3239-6000/ FAX (48) 3239-6011

PRIMO TEDESCO SA

CNPJ.MF 83.056.804/0001-30 – Caçador-SC

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Senhores: Atendendo a determinações legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o relatório da Diretoria, das atividades correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005. Bem como as respectivas demonstrações contábeis, correspondentes ao período de 01.01.2005 a 31.12.2005. Colocamo-nos a disposição, para informações complementares.

Caçador, SC, 31 de Janeiro de 2006.

A DIRETORIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31/12/2005-R$	31/12/2004-R$
CIRCULANTE	**43.110.859,85**	**37.275.612,69**
DISPONÍVEL	**1.061.879,35**	**717.264,77**
Bens Numerários	83.693,99	81.220,47
Depósitos Bancários a Vista	978.185,36	184.994,17
Aplicações Financeiras	-	451.050,13
CRÉDITOS	**42.048.980,50**	**36.558.347,92**
Duplicatas a Receber	30.035.475,63	26.499.210,31
Estoques	11.630.942,62	9.595.303,75
Impostos a Recuperar	369.644,83	451.880,14
Créditos Diversos	12.917,42	11.953,72
REALIZÁVEL A L. PRAZO	**10.135.648,90**	**15.251.456,39**
Créditos c/empresas coligadas	1.869.877,80	1.803.458,39
Depósitos Compulsórios	2.607.168,78	2.855.923,80
Impostos de Renda e Contribuição Social a Recuperar	5.658.602,32	5.796.413,63
Outros Créditos	-	4.795.660,57
PERMANENTE	**119.994.122,49**	**114.744.630,27**
INVESTIMENTOS	**4.947.933,63**	**4.974,063,48**
Participações Societárias	4.759.728,58	4.785.858,43
Particip. em Outras Empresas	188.205,05	188.205,05
IMOBILIZADO	**115.046.188,86**	**109.770.566,79**
Valores Históricos Corrigidos	156.054.333,83	147.665.973,03
Depreciações Acumuladas	(41.008.144,97)	(37.895.406,24)
TOTAL DO ATIVO	**173.240.631,24**	**167.271.699,35**

PASSIVO	31/12/2005-R$	31/12/2004-R$
CIRCULANTE	**23.515.988,79**	**20.889.831,61**
Fornecedores	14.495.202,12	13.859.906,92
Débitos Sociais e Fiscais	2.612.312,91	2.342.651,71
Empréstimos e Financiamentos	4.626.054,57	2.994.174,64
Provisões Sociais	1.782.419,19	1.693.098,34
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**67.271.247,88**	**65.068.882,79**
Empréstimos e Financiamentos	11.456.732,77	9.737.727,22
Débitos Fiscais Parcelados	28.694.606,00	29.869.485,74
Refis - Débitos Fiscais Parcelados	27.119.909,11	25.461.669,83
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**82.453.394,57**	**81.312.984,95**
Capital Social	55.765.720,00	55.765.720,00
Reserva Legal	624.551,75	560.640,70
Res. Aumento Capital	2.054.243,02	2.054.243,02
Res. Incorporação/Fiscal	16.439.873,96	16.577.685,27
Lucros Acumulados	7.569.005,84	6.354.695,96
TOTAL DO PASSIVO	173.240.631,24	167.271.699,35

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	31/12/2005-R$	31/12/2004-R$
RECEITA OPERAC. BRUTA	**170.475.599,64**	**167.755.280,43**
Receita de Vendas de Produtos	170.475.599,64	167.755.280,43
Deduções de Vendas	(40.131.498,70)	(36.583.179,56)
Devoluções	(1.124.881,01)	(863.323,79)
Impostos Faturados	(39.006.617,69)	(35.719.855,77)
RECEITA OPERAC. LÍQUIDA	**130.344.100,94**	**131.172.100,87**
Custos dos Produtos Vendidos	95.896.976,13	84.643.387,07
LUCRO BRUTO	**34.447.124,81**	**46.528.713,80**
DESPESAS OPERACIONAIS	**32.842.957,65**	**39.039.518,57**
Despesas Administrativas	11.172.337,86	10.638.583,90
Despesas Comerciais	13.495.500,75	14.462.878,33
Despesas Financeiras	1.999.323,01	6.052.637,20
Receitas Financeiras	(2.004.190,76)	(4.167.665,94)
Despesas Tributárias	8.177.847,18	12.342.133,58
Outras Rec.Operacionais	2.139,61	(289.048,50)
RESULTADO OPERACIONAL	**1.604.167,16**	**7.489.195,23**
Resultado Não Operacional	86.312,39	748.065,10
Resultado Equiv. Patrimonial	(26.129,85)	132.857,89
RESULTADO ANTES DO I.R.	**1.664.349,70**	**8.370.118,22**
[-] Provisão p/Contrib. Social	108.563,50	400.393,56
[-] Provisão p/Imposto de Renda	277.565,27	1.088.204,34
RESULTADO LÍQ. FINAL	**1.278.220,93**	**6.881.520,32**
(Lucro por Ação)	0,39	2,09

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
Saldo em 31/12/2001	**55.765.720,00**	**34.862,61**	**18.086.456,17**	**662.389,51**	**74.549.428,29**
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL	-	87.193,58	-	-	-
RESERVAS DE INCORPORAÇÃO	-	-	-	-	-
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	-	-	(242.717,71)	-	-
RESERVA PARA AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	1.656.288,52	-
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	-	-	-	(662.000,00)	-
AJUSTES EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2002	**55.765.720,00**	**122.056,19**	**17.843.738,46**	**1.656.678,03**	**75.388.192,68**
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL	-	207.908,84	-	-	-
REALIZAÇÃO DE RESERVAS	-	-	(510.066,40)	-	-
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	-	-	-	-	-
RESERVA PARA AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	3.608.394,54	-
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	-	-	-	(1.394.785,67)	-
AJUSTES EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-	79.981,07	-
Saldo em 31/12/2003	**55.765.720,00**	**329.965,03**	**17.333.672,06**	**3.950.267,97**	**77.379.625,06**
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL	-	230.675,67	-	-	-
REALIZAÇÃO DE RESERVAS	-	-	(629.549,70)	-	-
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	-	-	-	-	-
RESERVA PARA AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-
RESERVA P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	-	-	1.927.805,93	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	6.650.844,65	-
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	-	-	-	(902.098,64)	-
AJUSTES EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-	(12.155,37)	-
PAGAMENTO JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO	-	-	-	(2.268.006,98)	-
PROVISÃO DE DISTRIB. DE DIVIDENDOS	-	-	-	(1.064.155,67)	-
Saldo em 31/12/2004	**55.765.720,00**	**560.640,70**	**18.631.928,29**	**6.354.695,96**	**81.312.984,95**
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL	-	63.911,05	-	-	-
REALIZAÇÃO DE RESERVAS	-	-	(137.811,31)	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	1.214.309,88	-
Saldo em 31/12/2005	**55.765.720,00**	**624.551,75**	**18.494.116,98**	**7.569.005,84**	**82.453.394,57**

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

	31/12/2005-R$	31/12/2004-R$
ORIGENS DE RECURSOS	**11.709.132,24**	**16.418.386,86**
Resultado do Exercício	1.304.350,78	6.748.662,43
Resultado Equivalência Patrimonial	(26.129,85)	132.857,89
Depreciação do Exercício	3.112.738,73	3.061.837,64
Reserva p/Futuro Aum. de Capital	-	1.927.805,94
Aumento do Exigível a LP	2.202.365,09	2.494.987,28
Redução do Realizável a LP	5.115.807,49	2.052.229,68
APLICAÇÕES DE RECURSOS	**8.500.042,26**	**14.768.391,21**
Aumento do Realizável a LP	2.393.730,05	-
Aumento do Ativo Permanente	8.362.230,95	9.892.424,84
Pagamento de dividendos	-	902.098,64
Ajuste exercício anterior	-	12.155,37
Realização reservas	137.811,31	629.549,71
Pagamento de Juros s/Cap. Próprio	-	2.268.006,98
Provisão de Dividendos à Pagar	-	1.064.155,67
VARIAÇÃO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**3.209.089,98**	**1.649.989,65**
CONTAS	**INICIAL**	**FINAL**
Ativo Circulante	37.275.612,69	43.110.859,85
Passivo Circulante	20.889.831,61	23.515.988,79
VARIAÇÃO	**16.385.781,08**	**19.594.871,06**

IMOBILIZADO

Avaliado pelo custo, monetariamente corrigido pela variação das UFIR pôr opção da sociedade até 31.12.96.

As depreciações foram calculadas pelas taxas legais vigente.

CONTAS	31/12/2005-R$	31/12/2004-R$
Imóveis	53.667.820,89	52.038.283,42
Máquinas e Equipamentos	28.214.078,81	27.632.046,23
Móveis e Utensílios	187.598,24	249.056,83
Veículos	796.412,22	821.874,72
Instalações industriais	50.840.498,38	46.177.260,20
Reflorestamentos	22.347.925,29	20.747.451,63
SOMA	**156.054.333,83**	**147.665.973,03**
(-) Depreciações acumuladas	(41.008.144,97)	(37.895.406,24)
TOTAL	115.046.188,86	109.770.566,79

RESULTADO FINANCEIRO E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Os empréstimos foram consolidados até a data do encerramento do exercício social, segundo os respectivos encargos contratuais.

Os impostos e contribuições parcelados, estão atualizados até a data do encerramento do balanço.

CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, inteiramente nacional e integralizado, está composto pôr ações nominativas, sem valor nominal e estão assim demonstradas:

	31/12/2005	31/12/2004
Quantidade de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal	3.293.000	3.293.000
Valor do Capital Social	R$ 55.765.720,00	R$ 55.765.720,00

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as diretrizes da Lei das Sociedades por Ações e representam as atividades desenvolvidas no exercício social de 2005.

IMPOSTOS A RECUPERAR

A empresa utilizou a Deliberação da CVN nº 273, para provisionar o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o montante dos Prejuízos Acumulados até a data do encerramento do Balanço Patrimonial encerrado em 21.12.2000. Esses impostos diferidos serão compensados com lucros tributáveis, com expectativa de realização para os próximos exercícios, no montante de R$ 7.178.747,44. No exercício atual foi compensado o montante de R$ 137.811,31.

REFIS

A empresa optou pelo programa de REFIS, atualizando o montante devido, pelo valor presente da dívida. A variação dos encargos, estão sendo contabilizados na conta de Despesas Tributárias.

ESTOQUES DE MATÉRIAS PRIMAS

Os estoques de produtos prontos foram avaliados pelo custo de produção e as matérias primas foram avaliados pelo custo médio de aquisição, sem os impostos. Os custos desses estoques não superam os valores de mercado e estão assim compostos:

CONTAS	31/12/2005-R$	31/12/2004-R$
Matérias Primas	5.042.153,14	4.420.400,24
Produtos Acabados	1.430.445,09	635.293,17
Almoxarifado	5.158.344,39	4.539.610,34
Soma	**11.630.942,62**	**9.595.303,75**

Julio André Ruas Tedesco – Diretor Presidente
Marco Antonio Tedesco – Diretor Vice Presidente
Elton Antonio Pigozzi – Diretor Financeiro
Marco Adami – Diretor
Julio Cezar Sardá Aramburú – Controller - Contador - CRC/RS 36.766/S-SC

NFF 5497/060 DEMP 12197/068

NOVELSUL®
Damos fio a sua imaginação

NOVELSUL S.A.

C.N.P.J. 75.283.424/0001-00

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Cumprindo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis correspondentes ao exercício de 2005 comparadas com o exercício anterior. Colocamo-nos a seu dispor para qualquer informação adicional que se fizer necessária.

Rio do Sul (SC), 25 de Fevereiro de 2006

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro (em reais um)

Ativo	2005	2004
Circulante:		
Caixa e bancos	59	8.694
Contas a receber de clientes	1.070.641	1.779.022
Adiantamentos a fornecedores	–	13.966
Outras contas a receber	70.888	92.877
Estoques	8.233	660.883
Despesas pagas antecipadamente	–	11.690
	1.149.821	2.567.132
Realizável a Longo Prazo:		
I.R. e C. social diferidos	3.727.075	3.727.075
Depósitos judiciais	2.000	6.121
Debêntures - Eletrobrás	13.069.528	13.069.528
	16.798.603	16.802.724
Permanente:		
Imobilizado	5.345.537	5.669.716
	5.345.537	5.669.716
Total	23.293.961	25.039.572

Passivo	2005	2004
Circulante:		
Empréstimos e financiamentos	–	412.494
Fornecedores	6.273.259	6.362.504
Salários e férias a pagar	10.138	114.631
Obrigações fiscais e previdenciárias	3.826.715	3.436.385
Parcelamento REFIS	397.697	388.522
Comissões e fretes a pagar	6.086	85.753
Outras contas a pagar	–	7.484
Adiantamento futuro aumento capital	628.438	628.438
	11.142.333	11.436.211
Exigível a Longo Prazo:		
Parcelamento REFIS	3.594.674	3.382.631
Empresas associadas	2.918.349	3.044.744
I.R. e C. social diferidos	1.541.688	1.541.688
	8.054.711	7.969.063
Patrimônio Líquido:		
Capital social	11.932.506	11.932.506
Correção monetária do capital	2.346	2.346
Reservas de reavaliação	2.467.338	2.615.694
Adiantamento p/aumento de capital	13.069.528	13.069.528
Lucros ou prejuízos acumulados	(23.374.801)	(21.985.776)
	4.096.917	5.634.298
Total	23.293.961	25.039.572

Demonstração do Resultado
Exercícios Findos em 31 de Dezembro (em reais um)

	2005	2004
Receita Operacional Bruta	2.305.939	5.812.109
Mercado interno	2.305.939	5.812.109
Impostos sobre vendas	(506.780)	(1.247.436)
Receita Operacional Líquida	1.799.159	4.564.673
Custo dos produtos vendidos	(1.806.391)	(4.537.527)
Lucro Bruto	(7.232)	27.146
Despesas/Receitas Operacionais		
Comerciais	(268.413)	(1.029.823)
Administrativas	(374.796)	(479.254)
Outras despesas/receitas operacionais	(14.672)	23.593
Resultado antes das Desp. Financeiras	(665.113)	(1.458.338)
Despesas financeiras - líquidas	(1.139.415)	(1.246.254)
Resultado Operacional	(1.804.528)	(2.704.592)
Resultado não operacional	267.148	–
Prejuízo Líquido do Exercício	(1.537.380)	(2.704.592)
Prejuízo líquido por ação	(0,01)	(0,01)

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
Exercícios Findos em 31 de Dezembro (em reais um)

Origens dos Recursos	2005	2004
Redução do realizável a longo prazo	4.174	–
Depreciação e amortização	75.877	316.167
Adiantamento p/aumento de capital	–	13.069.528
Total	80.051	13.385.695
Aplicações dos Recursos:		
Prejuízo líquido do exercício	1.537.380	2.704.592
Variação monetária dos itens de longo prazo	(319.885)	(314.560)
Vlr. resid. do ativo permanente baixado	(276.372)	–
Em imobilizado	28.074	–
No realizável a longo prazo	–	13.071.814
Em redução do exigível a longo prazo	234.287	328.430
Total	1.203.484	15.790.276
Redução do Capital Circulante Líquido	(1.123.433)	(2.404.581)
Variação do Capital Circulante Líquido		
Ativo Circulante		
No fim do exercício	1.149.821	2.567.132
No início do exercício	2.567.132	3.382.318
	(1.417.311)	(815.186)
Passivo Circulante		
No fim do exercício	11.142.333	11.436.211
No início do exercício	11.436.211	9.846.816
	(293.878)	1.589.395

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (em reais um)

	Capital Social Atualizado	Adiantamento p/Aumento de Capital	Correção Monetária do Capital	Reserva de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2003	11.932.506	–	2.346	2.759.432	(19.424.923)	(4.730.639)
Realização da reserva de reavaliação	–	–	–	(143.739)	143.739	–
Créditos p/aumento de capital	–	13.069.528	–	–	–	13.069.528
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	(2.704.592)	(2.704.592)
Saldos em 31 de dezembro de 2004	11.932.506	13.069.528	2.346	2.615.693	(21.985.776)	5.634.298
Realização da reserva de reavaliação	–	–	–	(148.355)	148.355	–
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	(1.537.380)	(1.537.380)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	11.932.506	13.069.528	2.346	2.467.338	(23.374.801)	4.096.917

Notas Explicativas da Diretoria sobre às Demonstrações Contábeis (em reais um)

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.** Os estoques estão demonstrados aos custos de aquisição e produção, não superando os valores de mercado. **3.** Em 31 de dezembro 2005 a empresa, mantinha registrado créditos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e de bases negativas da contribuição social, calculados pelas alíquotas de 9% para a contribuição social e 15% mais adicional de 10% para o imposto de renda. **4.** O imobilizado está representado pelo seu custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e mais reavaliação espontânea de bens, diminuído de depreciações, que é calculada pelo método linear, considerando o prazo de vida útil estimada dos bens, de acordo com as seguintes taxas: 10,0% (Máquinas, equipamentos e instalações, Móveis e utensílios, ferramentas), 15,0% (softwares), 20,0% (computadores e periféricos), e 2,8% (Edifícios e benfeitorias). **5. Obrigações a longo prazo: a)** Os impostos e contribuições sociais a longo prazo registram parcelamentos decorrentes dos Programas de Refinanciamento Fiscal dos governos Federal e Estadual. As referidas dívidas estão sujeitas à liquidação com base em 1,2% da receita bruta e atualizadas pela TJLP no caso do REFIS Federal, e amortizadas à taxa de 1% da média mensal da receita bruta do ano anterior atualizadas à taxa de 1% ao mês no caso do REFIS Estadual; **b)** O saldo de empresas associadas é representado por contratos de mútuos; **c)** É constituída provisão para Imposto de Renda (alíquota de 15%, mais adicional de 10%) e contribuição social (alíquota de 9%) diferidos sobre reservas de reavaliação não realizadas. **6. Obrigações ao portador Eletrobrás - Debêntures:** A empresa recebeu no ano de 2004 da sua controladora, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, 11 (onze) obrigações ao portador da Eletrobrás (Debêntures da Eletrobrás), representando conforme laudo da empresa Examiner do Brasil S.A. o valor de R$ 13.069.528 (Treze milhões, sessenta e nove mil, quinhentos e vinte e oito reais). **7.** O capital social, pertencente a acionistas domiciliados no país, no valor de R$ 25.002.034 é representado por 259.530.549 ações sem valor nominal, nominativas, sendo divididas em 98.867.569 ações ordinárias, 102.776.109 ações preferenciais classe A e 57.886.871 ações classe B.

Diretoria

Marcos Ney Erichsen	José Altino Comper
Diretor Comercial	Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente

Luiz Carlos Coradini - Contador CRC/SC - 016.835/O-8
C.P.F. 528.157.069-20

NFF 5472/067 DEMP 11[illegible]/060

Wiest

WIEST S/A

Companhia Aberta
CNPJ nº 79.313.086/0001-62 - NIRE 42.3.0002257-8
CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos o senhores acionistas da WIEST S/A, a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará às 10:00 horas do dia 04/05/2006, na sede social da Companhia, na Estrada Anaburgo, nº 3100, em Joinville (SC), para o fim de discutir e deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:**

1) Apresentação das contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2005;
2) Votação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2005;
3) Destituição e eleição de membros do Conselho de Administração;
4) Fixação da remuneração global anual dos administradores;
5) Alteração dos jornais em que ocorrem as publicações legais da companhia;
6) Alteração do art. 2º do Estatuto Social, para constar a mudança da sede social da companhia, a partir de 25/07/2005, para a Rua Anaburgo, nº 3100, bairro Vila Nova, em Joinville (SC).
7) Outros assuntos de interesse da companhia.

Informa-se que é de 10% (dez porcento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo.

Joinville/SC, 13 de abril de 2006.
Jamiro Wiest
Presidente do Conselho de Administração (17-18-19)

DEMP 1931/067
NF 5070

A NOTÍCIA S.A. EMPRESA JORNALÍSTICA
CNPJ Nº 84.687.003/0001-35
NIRE 42300000167
JOINVILLE – SANTA CATARINA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas desta Companhia para reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária no dia 28 de abril de 2006 às 10:00 horas, em sua sede social, na Rua Caçador, 112, Atiradores, em Joinville-SC, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Análise, discussão e deliberação sobre o Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, Parecer da Auditoria Externa e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2005;
2. Destinação do resultado do exercício;
3. Eleição da Diretoria;
4. Fixar remuneração global dos administradores;
5. Outros assuntos de interesse da sociedade.

Joinville-SC, 17 de abril de 2006.
Moacir G. Thomazi
Diretor Presidente

NFF 5492/068 DEMP 12199/060

CIA. INDUSTRIAL H. CARLOS SCHNEIDER
CNPJ 84.709.955/0001-02
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 26 de abril de 2006, às 9:30 horas, na sede social da empresa, na Rua Cachoeira, nº 70, Centro, nesta cidade de Joinville/SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I – Proposta de aumento de capital no valor de R$ 151.500.000,00 (cento e cinqüenta e um milhões e quinhentos mil reais) com a capitalização de Prêmio na Emissão de Debêntures, de parte da Reserva Especial de Ágio e parte dos lucros acumulados até 31/12/2004, sem a emissão de novas ações. II – Proposta de aumento de Capital Social no valor de R$ 4.740.000,00 (quatro milhões, setecentos e quarenta mil reais) com emissão de novas ações, pelo preço equivalente ao valor patrimonial da ação em 31/12/2005, o qual poderá ser feito em dinheiro ou crédito de dividendos a receber. III - Proposta de alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia que trata do valor do capital social. IV – Alteração do Artigo 10 do Estatuto Social, com a criação e o preenchimento de um novo cargo da Diretoria, e fixação da sua remuneração. V - Proposta de alteração do Parágrafo 7º do Artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, que trata do impedimento dos membros da Diretoria. Os documentos e informações pertinentes às matérias acima mencionadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

Joinville/SC, 17 de abril de 2006. **A DIRETORIA.**

NF 5187/060 DEMP. 11[illegible]/060

TEDESCO COMERCIAL EXPORTADORA SA

CNPJ.MF 01.994.877/0001-08 – Caçador-SC

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Senhores: Atendendo a determinações legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o relatório da Diretoria, das atividades correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.005, bem como as respectivas demonstrações contábeis, correspondentes ao período de 01.01.2005 a 31 de dezembro de 2005. Colocamo-nos à disposição, para informações complementares.

Caçador, SC, 31 de janeiro de 2.006

A DIRETORIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31/12/2005-R$	31/12/2004-R$
CIRCULANTE	1.941.840,59	3.004.096,49
DISPONÍVEL	13.143,91	8.082,04
Bancos c/Movimento	12.911,62	8.082,04
Aplicações Financeiras	232,29	0,00
CRÉDITOS	1.928.696,68	2.996.014,45
Duplicatas a Receber	42.617,04	497.329,01
Estoques	1.299.268,39	1.619.881,30
Impostos a Recuperar	586.811,25	158.976,10
Adiantamentos à Terceiros	0,00	719.828,04
PERMANENTE	4.439.201,72	4.467.765,96
INVESTIMENTOS	349.351,07	377.960,39
Participações em Empr. Coligadas	349.351,07	377.960,39
IMOBILIZADO	4.089.850,65	4.089.805,57
Valores Históricos Corrigidos	4.496.238,23	4.495.438,23
[-] Depreciações Acumuladas	(406.387,58)	(405.632,66)
TOTAL DO ATIVO	6.381.042,31	7.471.862,45

PASSIVO	31/12/2005-R$	31/12/2004-R$
CIRCULANTE	711.796,90	1.749.565,64
Fornecedores	7.707,30	157.197,92
Débitos Sociais e Fiscais	7.748,64	122.048,97
Provisão para Imposto de Renda	13.260,63	94.682,03
Contribuição Social Lucro Liquido	7.459,68	42.418,94
Provisão para Encargos Sociais	4.048,17	59.281,32
Empréstimos e Financiamentos	-	835.991,05
Débitos Diversos	671.572,48	437.945,41
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.313.288,25	1.314.694,19
Débitos com Participantes Sociais	19.549,84	12.641,64
Operações com colig. e controladas	2.293.738,41	1.112.161,09
Lucros a Distribuir	-	189.891,46
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.355.957,16	4.407.602,62
Capital Social	3.399.280,00	3.399.280,00
Reserva Legal	76.687,17	76.687,17
Reserva p/Futuro Aum. de Capital	189.891,46	-
Lucros / Prejuízos Acumulados	(309.901,47)	931.635,45
TOTAL DO PASSIVO	6.381.042,31	7.471.862,45

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

	31/12/2005-R$	31/12/2004-R$
RECEITA OPERAC. BRUTA	13.961.057,22	12.381.642,14
Receita de Prestação de Serviços	408.189,39	958.514,26
Receita de Venda de Produtos	13.555.878,07	11.315.325,14
Resultado da Equival. Patrimonial	(3.010,24)	107.802,74
[-] Dedução de Vendas	(35.226,74)	(46.870,70)
RECEITA OPERAC. LÍQUIDA	13.925.830,48	12.334.771,44
Custos dos Prod. Vendidos/Serviços	8.733.182,09	7.193.321,99
LUCRO BRUTO	5.192.648,39	5.141.449,45
DESPESAS OPERACIONAIS	6.003.212,78	3.243.166,14
Despesas Administrativas	5.536.266,22	2.865.184,64
Despesas Financeiras	250.696,99	705.392,24
[-] Receitas Financeiras	285.770,87	(251.598,06)
Despesas Tributárias	27.854,77	45.293,93
[-] Outras Receitas Operacionais	(97.376,07)	(121.106,61)
RESULTADO OPERACIONAL	(810.564,39)	1.898.283,31
RESULTADO ANTES DO IR	(810.564,39)	1.898.283,31
[-] Provisão p/Contribuição Social	153.771,13	156.361,91
[-] Provisão para Imposto de Renda	277.201,40	298.884,62
RESULTADO LÍQUIDO FINAL	(1.241.536,92)	1.443.036,78
(Lucro/Prejuízo por ação)	(0,37)	0,42

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
Saldo em 31/12/2001	3.399.280,00	4.535,33	(314.171,67)	3.089.643,66
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	5.996,92	-
AJUSTES EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	3.839,61	-
Saldo em 31/12/2002	3.399.280,00	4.535,33	(304.335,14)	3.099.480,19
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	57.248,89	-
AJUSTES EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	(2.271,78)	-
Saldo em 31/12/2003	3.399.280,00	4.535,33	(249.358,03)	3.154.457,30
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	1.370.884,94	-
CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS	-	72.151,84	-	-
(-) LUCROS A DISTRIBUIR	-	-	(189.891,46)	-
Saldo em 31/12/2004	3.399.280,00	76.687,17	931.635,45	4.407.602,62
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	(1.241.536,92)	-
RESERVA P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	-	189.891,46	-	-
Saldo em 31/12/2005	3.399.280,00	266.578,63	(309.901,47)	3.355.957,16

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

	31/12/2005-R$	31/12/2004-R$
ORIGENS DE RECURSOS	(24.442,08)	1.490.597,80
Resultado do exercício	(1.238.526,68)	1.335.234,04
Resultado da equival. patrimonial	(3.010,24)	107.802,74
Aumento do exigível a LP	998.594,06	47.561,02
Reserva p/Futuro Aum. de Capital	189.891,46	-
Diminuição em Investimentos	28.609,32	-
APLICAÇÃO DE RECURSOS	45,08	469.271,71
Aumento de Investimentos	-	103.301,34
Aumento do Imobilizado	45,08	176.078,91
Dividendos a Distribuir	-	189.891,46
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(24.487,16)	1.021.326,09

CONTAS	INICIAL	FINAL
ATIVO CIRCULANTE	3.004.096,49	1.941.840,59
PASSIVO CIRCULANTE	1.749.565,64	711.796,90
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE	1.254.530,85	1.230.043,69

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas de acordo com as diretrizes da Lei das Sociedades por ações e representam as atividades do exercício de 2.005.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Imobilizado

Os valores dos bens do permanente estão demonstrados ao custo de aquisição, não tendo sido atualizados monetariamente no período.

Os bens estão assim demonstrados:

CONTAS	31/12/2005-R$	31/12/2004-R$
Imóveis - Reflorestamento	40.814,60	40.814,60
Prédios e Instalações - Canoas	13.266,89	13.266,89
Ferramentas	11.785,30	-
Móveis e Utensílios	14.291,72	14.291,72
Equipamentos de Informática	11.517,34	11.517,34
Veículos	19.571,57	19.571,57
Prédios e Instalações - Madeireira	3.512.571,45	3.523.556,75
Terrenos	872.419,36	872.419,36
SOMA	4.496.238,23	4.495.438,23
[-] Depreciações acumuladas	(406.387,58)	(405.632,66)
SOMA	4.089.850,65	4.089.805,57

CAPITAL SOCIAL

O Capital Social e inteiramente nacional e integralizado, está composto por ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

	31/12/2005	31/12/2004
Quantidade ações ordinárias nominativas	3.399.280	3.399.280
Valor do Capital Social	R$ 3.399.280,00	R$ 3.399.280,00

JÚLIO ANDRÉ RUAS TEDESCO
Diretor Presidente

MARCO ANTÔNIO TEDESCO
Diretor Vice-Presidente

JULIO CEZAR SARDÁ ARAMBURÚ
Contador - CRC/RS 36.766-S-SC

H. CARLOS SCHNEIDER S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA
CNPJ 84.684.117/0001-21

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas desta Sociedade, para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 26 de Abril de 2006, às 10:45 horas, na Rua Cachoeira, nº 70, Centro, nesta cidade de Joinville/SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Proposta de alteração do Parágrafo 4° do Artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, que trata do impedimento dos membros da Diretoria. Os documentos e informações pertinentes às matérias acima mencionadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Informamos aos Srs. Acionistas que a Assembléia será realizada na Rua Cachoeira, n° 70, Centro, na Cidade de Joinville/SC, local diverso da sede da Companhia, em razão desta estar temporariamente indisponível.

Joinville/SC, 17 de abril de 2006. A DIRETORIA.

NF - 51821069 DEMP 11096068

CIA. INDUSTRIAL H. CARLOS SCHNEIDER
CNPJ 84.709.955/0001-02

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 26 de abril de 2006, às 9:00 horas, na sede social da empresa, na Rua Cachoeira, n° 70, Centro, nesta cidade de Joinville/SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - Examinar, discutir e aprovar, o relatório da administração, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativas ao exercício social findo em 31/12/2005; II – Deliberar sobre a proposta de destinação dos lucros e a distribuição de dividendos. III - Fixação da remuneração dos administradores. Os documentos e informações pertinentes às matérias acima mencionadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

Joinville/SC, 17 de abril de 2006. A DIRETORIA.

NF - 51801066 DEMP 11094060

CS PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A
CNPJ 80.503.972/0001-38

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 26 de abril de 2006, às 11:45 horas, na sede social da empresa, na Rua Cachoeira, n° 70, Centro, nesta cidade de Joinville/SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I – Proposta de alteração do Artigo 16 do Estatuto Social, com a criação e o preenchimento de um novo cargo da Diretoria e fixação da sua remuneração. II – Proposta de alteração do quorum para deliberações com a conseqüente alteração do Artigo 20 do Estatuto Social da Companhia. III – Proposta de alteração do Parágrafo 6° do Artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, que trata do impedimento dos membros da Diretoria. Os documentos e informações pertinentes às matérias acima mencionadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

Joinville/SC, 17 de abril de 2006. A DIRETORIA.

NF - 51811062 DEMP 11095067

SV INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ: 04.747.694/0001-86
BR. 470, Km 251 - parte - Curitibanos - SC
CEP 89520-000 - Cx. Postal 281
Fone: 49 241 0044 - Fax: 49 245 0175

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas.

Em cumprimento às disposições Legais e Estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sªs. o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, referente o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005.
Permanecemos ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas para qualquer esclarecimento necessário.
Curitibanos, SC, 12 de abril de 2006.
A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO (em Reais)

ATIVO

	2005	2004
CIRCULANTE	**75.474**	**84.999**
Bens Numerários	-	-
Depósitos Bancários	7.474	4.999
Aplicações Financeiras Liq.Imediata	68.000	80.000
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
PERMANENTE	**4.826.695**	**4.838.108**
Investimentos	4.826.695	4.838.108
Participação em Colig.e Controladas	7.132.296	7.143.710
(-) Deságio sobre Investimentos	-2.305.601	-2.305.601
TOTAL DO ATIVO	**4.902.169**	**4.923.107**

PASSIVO

	2005	2004
CIRCULANTE	-	-
Contas a Pagar	-	-
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**4.902.169**	**4.923.107**
Capital Social	5.400.000	5.400.000
Reserva de Capital	553.299	138.324
Resultados Acumulados	-1.051.130	-615.216
TOTAL DO PASSIVO	**4.902.169**	**4.923.107**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (em Reais)

	2005	2004
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	-	-
DEDUÇÕES SOBRE RECEITA BRUTA	-	-
Impostos Incidentes	-	-
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	-	-
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	**-9.525**	**-4.944**
Despesas Administrativas	-10.151	-3.944
Despesas Tributárias	-497	-373
Receitas Financeiras	1.191	-
Despesas Financeiras	-68	-626
OUTROS RESULT. OPERACIONAIS	**-426.388**	**-610.271**
Resultado da Equivalência Patrimonial	-426.388	-610.271
LUCRO OPERACIONAL	**-435.913**	**-615.216**
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	-	-
RESULTADO ANTES TRIBUTAÇÃO	**-435.913**	**-615.216**
Imposto de Renda	-	-
Contribuição Social	-	-
RESULTADO LÍQUIDO EXERCÍCIO	**-435.913**	**-615.216**
Qde.Ações ao Final do Exercício	**5.400.000**	**5.400.000**
RESULTADO LÍQ. LOTE MIL AÇÕES	**-0,08**	**-011**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (em Reais)

	Capital Social	Reservas Capital	Resultados Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2003	5.000			5.000
Integralização C.Social	5.395.000			5.395.000
Reserva de Reavaliação Reflexa		138.324		138.324
Resultado Exercício			-615.216	-615.216
Saldos em 31/12/2004	5.400.000	138.324	-615.216	4.923.107
Reserva de Reavaliação Reflexa		414.975		414.975
Resultado Exercício			-435.913	-435.913
Saldos em 31/12/2005	**5.400.000**	**553.299**	**-1.051.130**	**4.902.169**

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (em Reais)

	2005	2004
ORIGENS DE RECURSOS		
Das Operações	-9.525	-4.944
Lucro/Prejuizo do Exercício	-435.913	-615.216
Resultado da Equiv.Patrimonial	426.388	610.271
Redução nos Investimentos	-	-
Dos Acionistas	-	5.395.000
Integralização de Capital Social	-	5.395.000
TOTAL DAS ORIGENS	**-9.525**	**5.390.055**
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Das Operações	-	-
TOTAL DAS ORIGENS	-	-
AUMENTO/REDUÇÃO DO CAPITAL CIRC. LÍQUIDO	**9.525**	**-5.390.055**
REPRESENTADO POR:		
ATIVO CIRCULANTE	9.525	-79.999
Ao Início do Período	84.999	5.000
Ao Final do Período	75.474	84.999
PASSIVO CIRCULANTE	-	-5.310.055
Ao Início do Período	-	5.310.055
Ao Final do Período	-	-
CAP. CIRCULANTE LÍQUIDO	**9.525**	**-5.390.055**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ELABORADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

1. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas e emanadas da legislação societária brasileira.

2. INVESTIMENTOS: Os investimentos em Coligadas e Controladas estão ajustados pelo método da Equivalência Patrimonial e pela Variação Cambial.

3. CAPITAL SOCIAL: Totalmente subscrito e integralizado, é representado por 5.400.000 ações Ordinárias Nominativas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma.

DIRETORIA:
NELSON PEDRO POLLIS *Diretor presidente*

Paulo Cesar Dall'Alba *CRC/SC 14.829 - Contador*

DEMP 1938/061

H. CARLOS SCHNEIDER S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA
CNPJ 84.684.117/0001-21

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas desta Sociedade, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 26 de Abril de 2006, às 10:00 horas, na Rua Cachoeira, nº 70, Centro, nesta cidade de Joinville/SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - Examinar, discutir e aprovar, o relatório da administração, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativas ao exercício social findo em 31/12/2005; II – Deliberar sobre a proposta de destinação dos lucros e a distribuição de dividendos. III - Fixação da remuneração dos administradores.
Os documentos e informações pertinentes às matérias acima mencionadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.
Informamos aos Srs. Acionistas que a Assembléia será realizada na Rua Cachoeira, nº 70, Centro, na Cidade de Joinville/SC, local diverso da sede da Companhia, em razão desta estar temporariamente indisponível.
Joinville/SC, 17 de abril de 2006. **A DIRETORIA.**

NF- 5179/068 DEMP-11093/064

ECO TINTAS LTDA., torna público que requereu junto a Fundação do Meio Ambiente – FATMA, a LAO Licença Ambiental do Meio Ambiente, para atividade de fabricação de tintas, a ser desenvolvida à Avenida Marginal Lagoa Vermelha, C5, Nova Espença, na cidade de Balneário Camburiú/SC, informando que o prazo para impugnação ou manifestação de qualquer interessado, junto a FATMA é de 20 (vinte) dias corridos a partir da data desta publicação e o licenciamento será concedido se atendida a Legislação Ambiental.

DEMP 1948/067

MUELLER ELETRODOMÉSTICOS S/A
CNPJ Nº 86.375.912/0001-63
TIMBÓ – SC

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convidados os Acionistas desta sociedade, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se às 9:30 (nove horas e trinta minutos) do dia 27 de abril de 2006, na sede social à rua Fritz Lorenz nº1481, na cidade de Timbó-SC, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:**
1) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, do Balanço Geral e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2005;
2) Destinação do Resultado apurado no exercício encerrado em 31/12/2005;
3) Eleição de membro para compor o Conselho de Administração da Companhia;
4) Fixação da remuneração global a ser atribuída aos administradores da Companhia no exercício de 2006.

Timbó(SC), 10 de abril de 2006.
AMOS JOSÉ PACKER
Presidente do Conselho de Administração

NFF 5141/060 DEMP 11055/065

Siderúrgica Colina Ltda. requereu a FATMA, Licença Ambiental de Instalação de Prad-Plano de Recuperação do terreno c/1.748,00 m2.a R.Projetada esq.c/R.Ibraim Policarpi. Caravaggio, N.Veneza.

NFF 5493/064 DEMP 12198/064

Cia.Hering CNPJ/MF nº 78.876.950/0001-71
Companhia Aberta

Convocação - Assembléia Geral Ordinária

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 27 de abril de 2006, às 15:00 (quinze) horas, na sede social da empresa à Rua Hermann Hering nº 1790, Bairro Bom Retiro, em Blumenau, Estado de Santa Catarina, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2005. **2.** Destinação do Lucro Líquido de exercício. **3.** Eleição dos membros do Conselho de Administração. **4.** Fixação da verba para a remuneração global mensal dos Administradores. Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 165 de 11.12.91, modificada pela 282 de 26.06.98, informamos que é de 5% o percentual mínimo de participação no capital votante, necessário para requerer a adoção do processo de voto múltiplo, na eleição dos membros do Conselho de Administração. Esta faculdade deverá ser exercida pelos acionistas interessados até 48 horas antes da realização da assembléia. Blumenau, 12 de abril de 2006. **Hans Prayon - Presidente do Conselho de Administração.**

NFF 5165/067 DEMP 11085/061

COMUNICADO DE EXTRAVIO – MULTI PAPER PAPELARIA LTDA ME, CNPJ 07.110.821/0001-20, comunica o extravio de NF 01/250. FAC, contrato e alterações contratuais orig.

DEMP 2001/063

BROCHMANN POLIS - INDUSTRIAL E FLORESTAL S/A.
CNPJ/MF 83.750.604/0001-82 – CURITIBANOS-SC

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas.
Em cumprimento às disposições Legais e Estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sªs. o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, referente o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005.
Permanecemos ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas para qualquer esclarecimento necessário.
Curitibanos, SC, 12 de abril de 2006.
A Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO (em Reais)

ATIVO

	2005	2004
CIRCULANTE	**20.582.137**	**24.087.756**
Bens Numerários	2.210	2.523
Depósitos Bancários	395.544	983.867
Aplic.Financeira Liq.Imediata	11.424.018	13.929.487
Clientes	3.756.073	3.224.687
Provisão p/Cred.Liq.Duvidosa	-138.173	-32.429
Estoques	4.072.854	3.678.123
Despesas Exercício Seguinte	190.500	314.870
Créditos Tributários	112.568	1.601.815
Outros Créditos	766.541	384.810
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**2.611.025**	**503.802**
Depósitos Judiciais	65.413	76.788
Créditos Tributários	2.545.611	419.051
Emprést.Compulsório-DL 2288	0	4.614
Outros Créditos	0	3.347
PERMANENTE	**63.735.975**	**59.937.984**
Investimentos em Colig.e Control	42.053.149	38.259.324
Outros Investimentos	222.536	222.536
Imobilizado	21.460.288	21.456.122
TOTAL DO ATIVO	**86.929.138**	**84.529.542**

PASSIVO

CIRCULANTE	**2.284.174**	**2.225.228**
Fornecedores	1.171.411	1.263.223
Obrigações Trab.e Previdenciárias	116.190	117.570
Obrigações Fiscais	75.170	36.242
IRPJ e Contribuição Social	500.380	367.937
Provisões Trabalhistas	166.425	169.022
Obrigações com Financiamentos	0	30.000
Prêmios de Seguros	5.676	69.171
Adiantamento de Clientes	10.084	0
Outras Contas a Pagar	238.834	172.060
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**84.644.964**	**82.304.313**
Capital Social	60.000.000	27.563.000
Reservas de Lucros	4.287.426	4.012.503
Resultados Acumulados	20.357.537	50.728.810
TOTAL DO PASSIVO	**86.929.138**	**84.529.542**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em Reais)

	~~2005~~	~~2004~~
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**26.470.917**	**37.300.138**
DEDUÇÕES SOBRE REC.BRUTA	-237.023	-717.737
RECEITA LIQUIDA	**26.233.894**	**36.582.400**
Custo dos Produtos Vendidos	-18.977.333	-18.637.182
REULTADO OPERAC. BRUTO	**7.256.560**	**17.945.218**
Despesas Comerciais	-2.259.369	-2.597.481
Despesas Administrativas	-1453.239	-1.366.865
Despesas Tributárias	-854.897	-626.562
Receitas Financeiras	3.246.077	1.811.560
Despesas Financeiras	-879.535	-397.860
Resultado da Equiv.Patrimonial	1.301.560	3.044.541
Outros Resultados Operacionais	549.082	678.035
RESULTADO OPERACIONAL	**6.906.239**	**18.490.584**
Resultado não Operacional	39.229	-17.260
RESULTADO ANTES DA TRIBUT.	**6.945.469**	**18.473.324**
Imposto de Renda	-851.796	-995.421
Contribuição Social	-595.205	-619.902
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	**5.498.467**	**16.858.000**
Quantidade Ações ao Final Exercício	235.823.532	235.823.532
Lucro líquido por mil Ações Capital	**23,32**	**71,49**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ACUMULADOS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM (em Reais)

	2005	2004
SALDO INÍCIO DO EXERCÍCIO	**50.728.810**	**41.202.150**
Dividendos Distribuídos	-3.157.817	-6.474.738
Ajuste de Exercícios Anteriores	0	-13.702
Aumento de Capital	-32.437.000	0
Resultado do Exercício	5.498.467	16.858.000
Reserva Legal	-274.923	-842.900
SALDO NO FIM DO EXERCÍCIO	**20.357.537**	**50.728.810**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em Reais)

	2005	2004
ORIGENS DOS RECURSOS	**8.094.259**	**20.501.162**
Das Operações		
Lucro do Exercício	5.498.467	16.858.000
Depreciação/Exaustão	1.856.700	70.163
Redução nos Investimentos	707.817	3.474.738
Redução no Imobilizado	31.275	98.260
APLICAÇÕES DOS RECURSOS	**11.658.823**	**14.063.849**
Nas Origens		
Redução no Exigível a L.Prazo	0	30.000
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	13.702
Aumento no Realizável a Longo Prazo	2.107.223	194.216
Adições aos Investimentos	3.200.081	450.000
Aquisições de Bens do Imobilizado	1.884.900	3.856.651
Deprecição/Exaustão- Reversão	7.241	0
Equivalência Patrimonial	1.301.560	3.044.541
Dividendos Pagos	3.157.817	6.474.738
AUMENTO/REDUÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**-3.564.564**	**6.437.313**
REPRESENTADO POR:		
ATIVO CIRCULANTE	**3.505.618**	**-6.297.430**
Ao Início do Período	24.087.756	17.790.325
Ao Final do Período	20.582.137	24.087.756
PASSIVO CIRCULANTE	**-58.945**	**139.882**
Ao Início do Período	2.225.228	2.365.111
Ao Final do Período	2.284.174	2.225.228
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**-3.564.564**	**6.437.313**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ELABORADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005.

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa, constituída em 27 de fevereiro de 1960, é uma sociedade anônima de capital fechado, cujas atividades principais consistem na indústria, comércio e exportação de madeiras em geral; exploração da agricultura e pecuária; florestamento e reflorestamento; revenda, importação e comércio de veículos automotores; representação comercial, importação e exportação, compra e venda de imóveis; participação em outras sociedades como cotista ou acionista no país ou no exterior.

NOTA 02 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇAÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da empresa, em 31 de dezembro de 2005, foram elaboradas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

NOTA 03 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) APLICAÇÕES FINANCEIRAS – As receitas de aplicações financeiras em Títulos e Valores Mobiliários são apropriadas por ocasião de seu efetivo resgate.
b) CONTAS A RECEBER – As contas a receber estão deduzidas por provisão em montante suficiente para as eventuais perdas na realização das mesmas.
c) ESTOQUES – Os estoques de produtos semi-elaborados e produtos acabados, estão avaliados em 70% do preço de mercado. Os estoques de produtos em elaboração (toras de extração vegetal), foram avaliados ao preço de mercado. Os estoques de insumos e material de consumo (almoxarifado), estão avaliados pela média dos preços de compra.
d) SEGREGAÇÃO DE PRAZOS – Os ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis, com prazo de até 360 dias estão demonstrados como Circulante.
e) RESULTADO – É adotado, na apuração do resultado do exercício, o regime de competência de forma preponderante, exceto quanto às receitas de aplicações financeiras, que são reconhecidas apenas quando do seu resgate.
f) ATIVO PERMANENTE – Os bens do imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição ou formação, e as depreciações são calculadas de forma linear dentro da vida útil dos bens.
g) INVESTIMENTOS – Os investimentos em Coligadas e Controladas estão ajustados pelo método da Equivalência Patrimonial.

NOTA 04 – CAPITAL SOCIAL – O Capital Social em 2005 está representado por 235.823.523 (235.823.523 ações em 2004) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no país. Aos acionistas é assegurada participação nos lucros na proporção de sua participação no Capital Social.

DIRETORIA:

NELSON PEDRO POLLIS	*Diretor presidente*
NELSON BROCHMANN	*Diretor 1º vice presidente*
JOSÉ SCHREINER MIRI	*Diretor 2º vice presidente*
WOLNEY CESAR FELIPE	*Diretor superintendente*
PAULO CESAR DALL'ALBA	*Diretor financeiro*
	CRC/SC 14.829- Contador

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DAS DEMONSTRAÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005.

Aos Sócios e Administradores da
BROCHMANN POLIS – INDUSTRIAL E FLORESTAL S.A.
Curitibanos – SC.

1. Efetuamos revisão do balanço patrimonial da Brochmann Polis – Industrial e Florestal S.A. em 31 de dezembro de 2005 e das correspondentes demonstrações do resultado, dos resultados acumulados e das origens e aplicações de recursos para o período de meses findo naquela data.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as mesmas normas específicas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Contadores – IBRACON e consistiu, principalmente, nas aplicação de procedimentos de revisão analítica dos dados financeiros e na averiguação dos critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2005, junto aos responsáveis pelas áreas contábil e financeira. Além disso, conforme determinado pelo IBRACON, aplicamos também os procedimentos de auditoria adicionais à revisão, visto que as demonstrações contábeis anteriores da Entidade, não foram objeto de exame por auditores independentes.

3. Conforme mencionado na NOTA 03, item c), os estoques de produtos semi-acabados e produtos acabados, estão avaliados em 70% do preço de mercado, prática não recomendada pelas normas brasileiro de contabilidade, mas aceita pelo regulamento do Imposto de Renda, conforme artigos 295 e 296. O procedimento é consistente com o aplicado no exercício findo em 31 de dezembro de 2004.

4. Conforme mencionado na NOTA 03, it a), as receitas das aplicações financeiras são reconhecidas no resultado, por ocasião do seu efetivo resgate.

5. Com base em nossa revisão, exceto quanto aos efeitos decorrentes dos assuntos comentados nos parágrafos 3 e 4 acima, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feitas nas demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, para que as mesmas estejam de acordo com Princípios de Contabilidade adotados no Brasil.

6. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2004, cujos valores estão apresentados para fins de comparação, não foram certificadas por Auditores Independentes.

Curitibanos, 10 de fevereiro de 2006.

MOORE STEPHENS SFAI
Auditores Independentes & Associados

Antonio Carlos Pedroso de Siqueira
Contador CRD – PR 15.509/O-5 'S'-SC

Paulo Roberto de Castro Lobão
Contador CRC – ES 005.134/O-7 T 'S'-SC

DEMP 1937/065

CS PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A
CNPJ 80.503.972/0001-38
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 26 de abril de 2006, às 11:00 horas, na sede social da empresa, na Rua Cachoeira, nº 70, Centro, nesta cidade de Joinville/SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - Examinar, discutir e aprovar, o relatório da administração, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativas ao exercício social findo em 31/12/2005; II – Deliberar sobre a proposta de destinação dos lucros e a distribuição de dividendos. III – Eleição da Diretoria para o próximo triênio e fixação da sua remuneração. Os documentos e informações pertinentes às matérias acima mencionadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Joinville/SC, 17 de abril de 2006. A DIRETORIA.

NF-5178/061 DEMP. 1109/068

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 59 Processo: Concurso Público – Edital nº 001/2002. Sergio Ferreira de Aguiar, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, para comparecerem no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura no prazo de 05 dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

Class.	Inscr.	Nome do Candidato	Cargo
064	618	Zilma Gomes da Silva	Aux de Ser Gerais

Itapoá, 13/04/2006. SERGIO FERREIRA DE AGUIAR Prefeito Municipal.

VESUL S/A – VEÍCULOS
CNPJ/MF Nº 86.429.040/0001-79
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da empresa VESUL S/A VEÍCULOS, inscrita no CNPJ nº 86.429.040/0001-79, sediada no KM 333 da Rodovia BR 101, em Tubarão, Estado de Santa Catarina, para participarem da Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se às 16:30 horas do dia 26 de abril de 2006, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

a) Aprovação das contas dos exercícios de 2004 e 2005
b) Assuntos Diversos.

Tubarão, 17 de abril de 2006
Roberto Ghisoni – Diretor Financeiro

DEMP 1974/068

EXTRAVIO DE DOCUMENTOS

GELAMBA SORVETES LTDA. CNPJ 95.761.227/0001-66 I.E. 252.559.550, declara que foram extraviados os seguintes Documentos: FAC original, todos os livros fiscais e notas fiscais 001 a 250 série A1 AIDF nº 11.296.046, de 251 a 500 série A1 AIDF 12.381.055 e de 001 a 250 série 01 AIDF nº 12.459.089

DEMP 1943/065

Cerâmica Casagrande Ltda, CNPJ nº 82.919.507/0001-08, com sede ao Bairro São Simão, município de Criciúma, torna público que requereu à Fundação do Meio Ambiente – FATMA, pedido de Renovação da Licença Ambiental de Operação, relativo ao processo **FATMA MIN 456/CRS**, para a atividade de Extração de Argila na localidade de Esperança, Içara/SC.

DEMP 1946/064

abrasca companhia associada

ALTONA

ELECTRO AÇO ALTONA S.A.

COMPANHIA DE CAPITAL ABERTA - CNPJ 82.643.537/0001-34

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, com pareceres do Conselho de Administração, e Auditores Independentes, destacando os fatos relevantes do período.

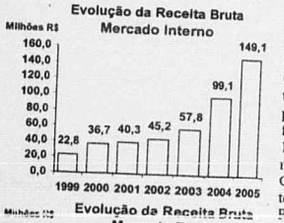
Vendas

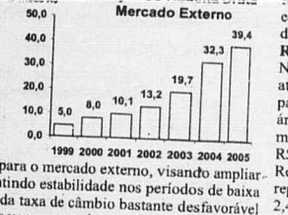
Em 2005 a Electro Aço Altona S.A., obteve um crescimento muito expressivo em seu faturamento bruto, passando de R$ 131,3 milhões para R$ 188,4 milhões, representando um crescimento de 43,5%. As vendas em toneladas aumentaram 21,5%, caracterizando uma importante agregação de valor, obtida pelo desenvolvimento de produtos mais elaborados, processos produtivos modernos e aplicação de engenharia avançada e investimentos constantes no parque fabril. Isto vem confirmando a correta priorização da rentabilidade como meta principal, diferenciando produtos, serviços e mantendo um estreito relacionamento com os clientes no Brasil e no exterior.

A Altona tem como política destinar uma parcela cada vez maior do seu faturamento para o mercado externo, visando ampliar sua presença no exterior, garantindo estabilidade nos períodos de baixa do mercado brasileiro. Apesar da taxa de câmbio bastante desfavorável ao exportador em 2005, a Altona vem mantendo os volumes. Seu esforço, que vem sendo recompensando pelo crescimento constante, envolve ações ativas nos mercados mundiais, com participação em feiras, nomeação de agentes, investimentos para melhoria da competitividade, obtidas por melhor performance da produtividade e qualidade. Como resultado, experimentou em 2005 um crescimento de 22,6%, número este que poderia ter sido substancialmente melhor, caso o câmbio fosse mais favorável.

A manutenção de seu direcionamento estratégico, que reforça aspectos como a agilidade, o bom atendimento aos clientes, a qualidade e a busca de valor agregado, vem fazendo com que a Altona conquiste avanços significativos também no mercado brasileiro, onde cresceu 50,3% em 2005.



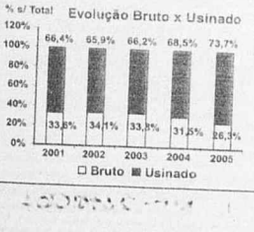




Investimentos e Capacitação Técnica

Continuando com sua política de atualização do parque fabril, ampliação da capacidade produtiva e aprimoramento técnico, através de novos equipamentos, treinamentos e processos produtivos avançados, a Altona investiu em 2005 um total de R$ 13,0 milhões. Nos últimos 5 anos, os investimentos totalizam R$39,5 milhões, demonstrando a inequívoca disposição da Altona em tornar-se uma companhia cada vez mais competitiva e global. Está em franco desenvolvimento o programa 6 Sigma, que tem capacitado vários profissionais, visando o atingimento de padrões internacionais de gestão de custos.





Na constante busca de maior valor agregado, a Altona tem buscado clientes que propiciem produtos mais elaborados e com maior grau de dificuldade de produção, como pode ser constatado pela melhoria constante dos itens usinados em relação aos itens brutos.

A Altona, que já era detentora da certificação ISO 9001/2000 (BVQI), está buscando a certificação ISO 14001/2004, ISO/TS 16949/2002 cuja pré-auditoria será realizada nos primeiros meses de 2006, bem como está buscando também a certificação da SA 8000.



Além disso, a Altona, pela sua alta capacitação técnica, possui qualificações nacionais e internacionais junto ao Lloyd's Register, Germanischer Lloyd, TÜV, DNV-Det Norske Veritas e Instituto Brasileiro da Qualidade Nuclear.

Produtividade e Custos

Os investimentos que a companhia vem fazendo continuamente em treinamento técnico avançado, têm possibilitado à Altona obter uma produtividade crescente a cada ano, traduzida pela relação de faturamento por colaborador. Em 2005 este crescimento foi da ordem de 18,7%, passando a representar R$ 183,6 mil, tendo havido um aumento muito substancial, de 17,2%, nos volumes produzidos.

Com referência ao Custo dos Produtos Vendidos (CPV), neste ano, em termos relativos, houve uma redução, passando para 70,3% sobre a Receita Operacional Líquida (ROL). Para o ano de 2006, com máquinas, equipamentos e colaboradores produzindo em níveis plenos, a perspectiva de atingir-se um CPV de 65% sobre a ROL são bastante grandes.

Recursos Humanos

Na Altona, as pessoas são a razão principal do sucesso e vêm recebendo atenção especial. A companhia conta com programas de capacitação, de participação e de premiação aos colaboradores. Os recursos destinados à área social, a títulos de remunerações fixas e variáveis, assistência médica e odontológica, alimentação, transporte, formação etc., somaram R$ 42,2 milhões em 2005. Para o PPR (Programa de Participação nos Resultados), foram distribuídos neste ano R$ 2,5 milhões, o que representa um aumento de 44,1% em relação a 2004 e uma média de R$ 2,4 mil por colaborador.

Valor Adicionado

No ano de 2005 a Altona gerou riqueza no valor de R$ 165,6 milhões, distribuída entre diversos setores da sociedade conforme mostra o gráfico.

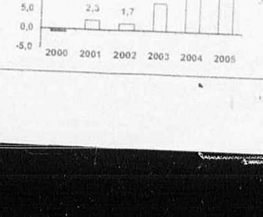


Resultados

Mesmo com o ônus representado pelo passivo fiscal acumulado da Altona, em razão dos prejuízos do passado, no ano de 2005 a Altona, demonstrando mais uma vez a força de seu processo de recuperação, realizou resultado operacional positivo da ordem de R$ 7,8 milhões. Este resultado é um marco, pois, representa 5,1% sobre a Receita Operacional Líquida. Significa que a companhia está caminhando em direção aos seus objetivos, gerando recursos para cobrir todos os seus custos e suas despesas, inclusive aquelas decorrentes das dívidas do passado e apresentar lucro.

Ao demonstrar-se o desempenho sem as despesas financeiras, (EBIT) os números deixam claro o excelente desempenho da Altona: R$ 22,4 milhões, representando uma evolução de 64,7% em relação ao ano anterior.

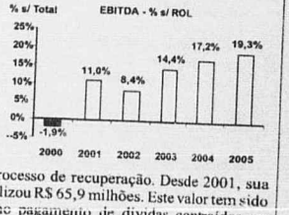




Considerando apenas as despesas financeiras correntes que são da ordem de R$ 5,5 milhões , chega-se a um lucro operacional de R$ 16,3 milhões, verificando-se uma evolução no desempenho da ordem 83,1%. As despesas financeiras totais são de R$ 14,6 milhões, sendo cerca de R$ 9,1 milhões o valor referente à despesa financeira com impostos.

EVA

O Valor Econômico Adicionado (EVA) da Altona, depois dos efeitos financeiros do passado, vem refletindo a recuperação da companhia. De um valor de R$ 3,9 milhões em 2004, o EVA em 2005 foi de cerca de R$ 9,3 milhões, já considerando uma valorização da companhia representada pelos lucros obtidos e pelos investimentos. Mesmo considerando-se que a cada ano a Altona busca um valor agregado maior, a cifra deixa claro que a Altona é uma companhia que já apresenta resultados acima das aplicações de mercado.



Geração de Caixa da Atividade (EBITDA)

No ano de 2005 a atividade da Altona gerou caixa (antes dos efeitos financeiros) no valor de R$ 29,6 milhões, demonstrando sua recuperação e o vigor de seu processo de recuperação. Desde 2001, sua geração acumulada de caixa totalizou R$ 65,9 milhões. Este valor tem sido aplicado em investimentos e no pagamento de dívidas contraídas no passado.

Perspectivas

Durantes estes últimos anos, a Altona vem realizando investimentos na sua área industrial, vem capacitando seus recursos humanos, vem desenvolvendo programas amplos de qualidade e produtividade e praticando ações no âmbito comercial nos mercados interno e externo que lhe permitem ter muita confiança no futuro. Hoje a companhia tem processos modernos, tecnologia, qualidade e produtividade em níveis internacionais, com preços adequados aos mercados em que atua. Contratos firmados com importantes empresas mundiais permitem esperar o ano de 2006 com excelentes resultados.

O trabalho é árduo e os desafios são constantes, mas a Altona se mantém firme em seus propósitos e valores, na busca do cumprimento de sua missão. Está determinada a continuar investindo fortemente em capacitação técnica e humana, engenharia, processos e modernização. Exemplo disso é a ampliação do programa 6 Sigma, que anualmente forma novos profissionais capacitados, que vem somar-se aos Grupos de CCQs (Círculos de Controle de Qualidade) e aos Grupos de Trabalhos de Melhorias, que têm apresentado um excelente resultado em termos de novas idéias para o aperfeiçoamento dos processos e redução de custos.

A Altona conta com um Comitê Trabalhista, através do qual debatem-se idéias e reivindicações, evitando-se insatisfações e conflitos, valorizando de forma concreta a ampla participação e envolvimento dos colaboradores. Também há preocupação com o meio ambiente, estando a Altona em processo de obtenção da certificação ISO 14001.

Estas ações, somadas às atividades da força de vendas, tanto no mercado interno quanto no externo, conduzirão a resultados ainda melhores, permitindo que a companhia equacione, com o tempo, os problemas financeiros gerados no passado. Por tudo isso, a Altona acredita firmemente que terá um ótimo desempenho no ano de 2006, com resultados operacionais ainda melhores que os deste ano, mesmo considerando as despesas financeiras do passado, juntamente com ótima geração de caixa, consolidando ainda mais seu papel no cenário econômico, como companhia sólida e pujante, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social sustentável do país.

Relacionamento com os auditores independentes.

As políticas da Companhia no que tange à contratação de serviços junto aos seus auditores independentes, não relacionados a serviços de auditoria externa, asseguram que não haja conflito de interesse, perda de independência ou objetividade. Ademais, todos os serviços contratados não vinculados à prestação de auditoria externa têm acompanhamento por parte da Administração da Companhia.

No exercício de 2005, foram contratados serviços relacionados à revisão da apuração do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro, bem como da declaração anual de imposto de renda pessoa jurídica.

A Administração
Alcantaro Corrêa - Diretor Presidente

continuação

continuação

ELECTRO AÇO ALTONA S.A.

CNPJ 82.643.537/0001-34

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de dezembro de 2005 e 2004 (Valores expressos em reais)

ATIVO	2005	2004
CIRCULANTE		
Caixa e bancos	2.814.298	1.661.937
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.393.549	730.697
Clientes (nota 4)	11.163.432	8.903.014
Estoques (nota 5)	8.570.488	9.478.700
Impostos a recuperar (nota 6)	912.544	1.082.297
Outras contas a receber	1.148.881	539.102
Despesas antecipadas	38.915	29.030
	26.042.107	**22.424.777**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	1.016.946	1.233.415
Impostos a recuperar (nota 6)	2.691.510	1.796.519
Depósitos judiciais (nota 10c)	2.985.960	1.107.112
Outros créditos	45.672	16.000
	6.740.088	**4.153.046**
PERMANENTE		
Investimentos	378.324	378.324
Imobilizado (nota 7)	44.682.420	39.510.976
	45.060.744	**39.889.300**
TOTAL DO ATIVO	**77.842.939**	**66.467.123**
PASSIVO A DESCOBERTO		
Capital social	(8.594.437)	(8.594.437)
Prejuízos acumulados	86.932.023	92.391.232
TOTAL DO ATIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	**78.337.586** / **156.180.525**	**83.796.795** / **150.263.918**

PASSIVO	2005	2004
CIRCULANTE		
Empréstimos (nota 8)	7.702.783	6.312.856
Fornecedores	7.235.086	10.810.098
Programa de recup. fiscal - REFIS (nota 9)	3.574.875	3.406.161
Impostos e contribuições (nota 10)	26.754.088	24.312.614
Adiantamentos de clientes	3.504.698	980.640
Provisão para férias e encargos	3.658.289	2.299.518
Obrigações sociais e outros	1.543.636	1.973.434
	53.973.455	**50.095.321**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Programa de recuperação fiscal REFIS (nota 9)	99.650.964	97.030.390
Impostos e contribuições parceladas	2.104.756	2.521.857
Provisão para contingências	451.350	616.350
	102.207.070	**100.168.597**
TOTAL DO PASSIVO	**156.180.525**	**150.263.918**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 de dezembro de 2005 e 2004
(Valores expressos em reais)

	2005	2004
Faturamento Bruto	**188.426.339**	**131.342.051**
(-) IPI	(2.221.315)	(1.724.337)
Receita Operacional Bruta	**186.205.024**	**129.617.714**
Deduções das Vendas	**(33.180.997)**	**(20.804.511)**
Receita Operacional Líquida	**153.024.027**	**108.813.203**
Custo dos Produtos Vendidos	(107.600.647)	(77.002.322)
Lucro Bruto	**45.423.380**	**31.810.881**
Receitas (Despesas) Operacionais		
Despesas com vendas	(10.935.235)	(9.414.736)
Despesas gerais e administrativas	(9.224.674)	(6.791.743)
Remuneração dos administradores	(2.580.000)	(2.238.564)
Outras receitas (despesas) operacionais	(239.688)	243.717
Despesas operacionais líquidas	**(22.979.597)**	**(18.201.326)**
Lucro operacional antes dos efeitos financeiros	**22.443.783**	**13.609.555**
Despesas financeiras	(14.841.735)	(13.376.360)
Receitas financeiras	220.034	473.928
Resultado Financeiro	**(14.621.701)**	**(12.902.432)**
Resultado Operacional	**7.822.082**	**707.123**
Receitas (Despesas) não operacionais	(1.401.786)	(1.983.843)
Provisões IRPJ e CSLL	(961.087)	(301.808)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**5.459.209**	**(1.578.528)**
Lucro (Prejuízo) por Ação	**2,43**	**(0,70)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(Valores expressos em reais)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2003	**8.594.437**	**(90.812.705)**	**(82.218.268)**
Prejuízo do exercício	-	(1.578.528)	(1.578.528)
Saldos em 31 de dezembro de 2004	**8.594.437**	**(92.391.232)**	**(83.796.795)**
Lucro líquido do exercício	-	**5.459.209**	**5.459.209**
Saldos em 31 de dezembro de 2005	**8.594.437**	**(86.932.023)**	**(78.337.586)**

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(Valores expressos em reais)

	2005	2004
Origens dos recursos		
Das operações sociais do exercício		
Lucro (prejuízo) do exercício	5.459.209	(1.578.528)
Itens que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	7.208.859	5.070.236
Baixas líquidas de ativo imobilizado e de investimentos	99.880	1.062.258
Lucro líquido ajustado	**12.767.948**	**4.553.966**
De terceiros:		
Transferência do passivo circulante para o exigível a longo prazo	2.038.473	2.035.706
Total das origens de recursos	**14.806.421**	**6.589.672**
Aplicações dos recursos		
Aumento do realizável a longo prazo	2.587.042	650.228
Adições no ativo imobilizado	12.480.183	11.752.969
Total de aplicações de recursos	**15.067.225**	**12.403.197**
Diminuição do Capital Circulante Líquido	**(260.804)**	**(5.813.525)**
Ativo Circulante		
No Início do Exercício	22.424.777	16.035.420
No Final do Exercício	26.042.107	22.424.777
	3.617.330	**6.389.357**
Passivo Circulante		
No Início do Exercício	50.095.321	37.892.439
No Final do Exercício	53.973.455	50.095.321
	3.878.134	**12.202.882**
Diminuição do Capital Circulante Líquido	**(260.804)**	**(5.813.525)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2005 e 2004 (Valores expressos em Reais)

1.CONTEXTO OPERACIONAL

A ELECTRO AÇO ALTONA S.A. é prestadora de serviços de tecnologia metalúrgica, nos setores de fundição e usinagem, fornecimento de peças fundidas em aços carbono e ligados (baixa, média e alta liga), em ferros ligados para aplicações especiais. A fabricação é sob encomenda, com fornecimento de peças em bruto ou usinadas, isoladas ou como partes de subconjuntos, ou ainda como constituintes de equipamentos completos, de acordo com especificações e projetos do cliente e normas técnicas de uso internacional.

2.APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são elaboradas em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e Normas da Comissão de Valores Mobiliários.

3.PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a)Apuração do resultado

As receitas e despesas estão apuradas obedecendo ao regime de competência.

b)Aplicações Financeiras

São atualizadas monetariamente e acrescidas de juros "pro-rata die", de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras.

c)Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base nas perdas estimadas e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

d)Estoques

Estão demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferior ao custo de reposição ou aos valores de realização.

e)Demais ativos circulantes e de longo prazo

Estão demonstrados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais ou monetárias auferidos.

f) Investimentos

Os investimentos estão avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para ajustá-los a seu provável valor de realização, quando aplicável.

g) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, conforme demonstrado na nota 7.

h) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos em base "pro-rata die".

i)Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de mútuo e são avaliadas pelos valores originais de cada transação, acrescidos de juros de 1% ao mês.

j) Plano de Participação nos Resultados

A companhia implementou programa anual de incentivo para seus colaboradores, denominado PPR-Plano de Participação nos Resultados, cujos pagamentos são determinados com base em metas financeiras e índices de performance, a serem obtidos e apurados pela Companhia em bases anuais, conforme demonstrado na nota 15.

4. CLIENTES

	2005	2004
Clientes Mercado Interno	7.562.771	5.171.486
Clientes Mercado Externo	6.900.633	7.327.622
Provisão para Devedores Duvidosos	(261.634)	(261.634)
Duplicatas Descontadas	(2.246.553)	(2.174.130)
Adiantamento de Contratos de Exportação	(791.785)	(1.160.330)
	11.163.432	**8.903.014**

5. ESTOQUES

	2005	2004
Produtos Acabados	886.041	412.156
Produtos em Elaboração	4.184.151	5.336.599
Matéria Prima	1.593.257	2.124.467
Materiais Auxiliares	1.298.218	1.101.113
Materiais Diversos	608.821	504.365
	8.570.488	**9.478.700**

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2005		2004	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
PIS e outros	450.631	-	501.449	-
FINSOCIAL	24.001	-	445.965	-
Imposto de renda	-	-	134.883	-
ICMS (Imobilizado)	-	2.691.510	-	1.796.519
IRPJ ad. temp.	273.695	-	-	-
CSLL ad. temp.	164.217	-	-	-
	912.544	**2.691.510**	**1.082.297**	**1.796.519**

7. IMOBILIZADO

	Taxa % ao Ano	2005 Custo Corrigido	2005 Depreciação Acumulada	2005 Líquido	2004 Líquido
Terrenos	-	5.528.469	-	5.528.469	5.528.469
Edifícios e Dependências	4 %	20.244.806	(12.455.086)	7.789.720	8.042.410
Equipamentos e Instalações	20 %	73.103.986	(52.062.515)	21.041.471	19.267.765
Móveis e Utensílios	10 %	5.339.177	(2.956.846)	2.382.331	1.934.287
Veículos	20 %	1.416.413	(1.211.439)	204.974	132.907

7. IMOBILIZADO - continuação

	Taxa % ao Ano	2005 Custo Corrigido	2005 Depreciação Acumulada	2005 Líquido	2004 Líquido
Modelos					
Caixa de Moldar	30%	6.947.659	(5.944.068)	1.003.591	805.558
Marcas / Patentes e Software	-	1.165.732	-	1.165.732	855.864
Adiantamento a Fornecedores	-	246.996	-	246.996	681.063
Obras em Andamento	-	5.319.136	-	5.319.136	2.262.654
		119.312.374	**(74.629.954)**	**44.682.420**	**39.510.976**

Devido ao aumento da produtividade e a utilização plena da capacidade em três turnos, os equipamentos passaram a ter maior desgaste e por isso a taxa de depreciação foi adequada a 20%.

8. EMPRÉSTIMOS

	2005	2004
Moeda Nacional		
Capital de Giro	7.702.783	6.312.856
	7.702.783	**6.312.856**

Os empréstimos para capital de giro estão sujeitos a juros que variam entre 2,5% à 5% ao mês, e vêm sendo amortizados regularmente, através de dação de duplicatas, estando garantidos por máquinas e equipamentos.

9. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

Em 31 de dezembro de 2005 e 2004 os débitos da Companhia têm a seguinte composição:

	2005		2004	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Refis Federal	2.262.164	94.728.296	2.135.577	90.995,116
Refis Estadual	1.312.711	4.922.668	1.270.584	6.035.274
	3.574.875	**99.650.964**	**3.406.161**	**97.030.390**

a)REFIS Federal

Amparada na Lei nº 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal REFIS.

Em 27 de setembro de 2001 a companhia foi notificada pelo INSS. Em função destas notificações, e objetivando evitar a sua exclusão do REFIS, a companhia ajuizou ação anulatória destas notificações, obtendo antecipação de tutela para obstar a exclusão baseada nestas notificações, antecipação esta confirmada no Tribunal Federal Regional em Porto Alegre, em recurso interposto pelo INSS contra a antecipação concedida.

A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no programa REFIS, vem sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor está sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no

continuação

continuação

ALTONA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS/ 31 de dezembro de 2005 e 2004 (Valores expressos em Reais)

a)REFIS Federal - continuação
valor da receita da companhia (base de pagamento), estima-se que o valor total desse passivo deverá ser quitado até meados de 2040.

b)REFIS Estadual
Em 2003, o Governo do Estado de Santa Catarina instituiu o Programa Catarinense de Revigoramento Econômico REVIGORAR, incentivando a regularização de créditos tributários relativo ao ICMS. Com a criação do Programa REVIGORAR, a companhia pediu, novamente, sua reinclusão no REFIS Estadual-SC, administrativamente, o que foi deferido em 2004, retornando desta forma, ao plano para pagamento em 120 (cento e vinte) meses. O prazo de liquidação está previsto para 2010, e o saldo devedor é atualizado com juros de 1% ao mês.

c) Em garantia foram oferecidos bens do ativo imobilizado

10.IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2005	2004
IPI	3.892.559	3.586.402
INSS	9.637.855	8.585.820
ICMS	8.075.729	7.304.029
COFINS	3.824.177	3.256.299
PIS	277.067	201.889
FGTS parcelado	345.698	418.639
Outros	701.003	959.536
	26.754.088	24.312.614

a)As obrigações fiscais e previdenciárias vencidas estão registradas por seus valores originais, acrescidos de variação monetária, juros e multa conforme legislação fiscal vigente.
b) A companhia protocolou pedido administrativo de créditos de IPI para compensação de impostos e contribuições federais em aberto.
c) Os débitos previdenciários em aberto estão sendo discutidos judicialmente e depositados em conta vinculada ao juízo. Os depósito judiciais, acumulados, somam em dezembro de 2005 R$2.985.965 (2004 - R$ 1.107.112).

11.PARTES RELACIONADAS

	Saldos Ativo		Receitas	
	2005	2004	2005	2004
Werner S.A.	-	102.944	6.739	12.251
Bellevue Produtos em PVC Ltda.	1.016.946	692.924	51.001	52.868
Calwadu Ind. e Com. Ltda.	-	437.547	8.795	50.254
	1.016.946	1.233.415	66.535	115.373

Os saldos referem-se a contratos de mútuo com partes relacionadas e são acrescidos de juros conforme mencionado na nota 3.i. As receitas e despesas referem-se, exclusivamente, aos encargos desses contratos de mútuos.

12..PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
A companhia, através de seus consultores jurídicos, está discutindo, inclusive judicialmente, a aplicação de certos procedimentos fiscais. Para aqueles assuntos, nos quais os assessores jurídicos consideram as chances de perda como prováveis, foi constituída a respectiva provisão.

13.PASSIVO A DESCOBERTO
O capital social pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país, e é constituído de 2.250.000 ações, sendo 975.000 ordinárias e 1.275.000 preferenciais, escriturais sem valor nominal.
As ações preferenciais, conforme Artigo 5º do Estatuto Social, passam a ter direito a voto após o terceiro exercício sem a distribuição de dividendos não cumulativos de 6% ao ano, calculados sobre o valor unitário de cada ação, que será o resultado da divisão do capital social realizado pela totalidade de ações em circulação.
O capital social poderá ser aumentado nos termos do Artigo nº 168 da Lei 6.404/76, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite máximo de 2.925.000 de ações, podendo emitir até 675.000 ações preferenciais da mesma classe existente.
De conformidade com o Estatuto Social, artigo 25, o lucro líquido do exercício de 2005, no montante de R$ 5.459.209, está sendo integralmente utilizado para absorver prejuízos acumulados.

14.PROVISÃO PARA IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE A RENDA
No exercício de 2005 foram constituídas provisões para imposto de renda e contribuição social, nos valores de R$ 771.349 (2004 - R$ 226.710) e R$ 189.738 (2004 - R$ 75.098). Em 2005 foram reconhecidos no ativo, na conta de impostos a recuperar, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, relativos às adições temporárias, sendo R$ 273.695 e R$ 164.217, respectivamente, no ativo circulante e R$ 136.867 e R$ 82.120, respectivamente, no realizável a longo prazo.
Os saldos de prejuízos fiscais para fins de apuração do imposto de renda montam, em 31 de dezembro de 2005, em R$ 29.269.040 (2004 - R$ 31.336.315).
O saldo da base de cálculo negativa da contribuição social, em 31 de dezembro de 2005, é de R$ 31.580.527 (2004 - R$ 33.657.078).

15.PLANO DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS
O Conselho de Administração da Companhia aprovou, com base na legislação em vigor, as novas metas do PPR - Plano de Participação nos Resultados. As premissas para cálculo e determinação do montante a ser pago pela Companhia a título de PPR é revista anualmente, com o envolvimento de representantes dos colaboradores e levam em consideração alguns aspectos de desempenho da Companhia como condições determinantes. Objetivando a aferição do desempenho e conseqüente divisão do montante a ser distribuído, foram estabelecidas, regras de performance globais que utilizam critérios de avaliação relacionados à qualidade, produtividade, assiduidade, segurança e reciclagem de materiais, determinadas e medidas em função do resultado de cada exercício findo em 31 de dezembro.
A companhia, com base no resultado alcançado e nas regras estabelecidas, contabilizou como despesas operacionais, classificado dentro de seus respectivos centros de custo, o montante de R$ 2.482.701 (2004 - R$ 1.715.987), relativo ao Programa de Participação nos Resultados.

16.INSTRUMENTOS FINANCEIROS
A companhia não possui qualquer contrato de troca de índices (SWAP) e não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como derivativos.
A companhia utilizou os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:
Disponibilidades: Os montantes divulgados no balanço patrimonial para disponibilidades, aproximam-se de seus valores de mercado.
Contas a receber e contas a pagar: Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber e contas a pagar, não foram ajustados a valor presente, porém aproxima-se de seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas e as ausências de atualizações monetárias sobre a parcela vencida do contas a receber.
Outras Contas: Segundo nosso conhecimento e julgamento, nenhuma outra conta contábil apresenta diferenças relevantes entre os valores registrados contabilmente pela companhia e seus valores prováveis de realização e valores de mercado em 31 de dezembro de 2005 e também não conhecemos nenhum fato relevante ou evento subseqüente a esta data que possa impactar de forma relevante os montantes registrados.
No passivo, os itens financeiros estão representados por empréstimos de capital de giro, cujas características e taxas de atualização estão descritas na nota 8, as quais também não representam riscos adicionais para a companhia, neste momento.

17.EQUACIONAMENTO FINANCEIRO E OPERACIONAL
A Administração da Companhia, continua empenhada na busca de um equacionamento para a reversão da situação de prejuízos e insuficiência de capital de giro, através de medidas de relacionamento com seus colaboradores internos e externos, inovações tecnológicas, alavancagem de resultados e otimização de gastos de caráter operacional, comercial e financeiro, através de :
a) Concentração de esforços no sentido de desenvolvimento e venda de produtos com maior valor agregado, e que possibilitem melhores margens de lucratividade;
b) Desenvolvimento de novos clientes no mercado nacional e internacional, objetivando o incremento no volume de vendas;
c) Investimento contínuo na atualização tecnológica do parque fabril, visando a redução dos custos de produção e aumento da produtividade;
d) Desenvolvimento e execução de programas contínuos de treinamento e de fins sociais, abrangendo principalmente o meio ambiente;
e) Aumento expressivo da força de vendas, tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo.
O resultado de todo esse esforço dispendido em diversos anos consecutivos, resultou no lucro líquido de R$ 5.459.209 no exercício de 2005.

18.COBERTURA DE SEGUROS
Em 31 de dezembro de 2005, a cobertura de seguros mantida pela companhia, considerando a natureza e grau de risco relacionado com seus ativos, era suficiente para cobrir eventuais sinistros.

19. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE

	2005	2004
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) do exercício	5.459.209	(1.578.528)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	7.208.859	5.070.236
Baixas líquidas de ativo imobilizado e de investimentos	99.880	1.062.258
Lucro líquido ajustado	**12.767.948**	**4.553.966**
Redução (aumento) nas contas do ativo:		
Clientes	(2.260.418)	(3.629.308)
Estoques	908.212	(2.367.318)
Impostos a recuperar	169.753	(91.599)
Outras contas a receber	(609.779)	433.605
Créditos de longo prazo - depósitos judiciais e outros	(2.587.042)	(650.228)
Despesas antecipadas	(9.885)	(6.797)
	(4.389.159)	(6.311.645)
Aumento (redução) nas contas do passivo:		
Fornecedores	(3.575.012)	6.002.702
Provisão para férias e encargos	1.358.771	281.901
Adiantamentos de clientes	2.524.058	-
Impostos e contribuições de curto prazo	2.441.474	1.912.851
Impostos e contribuições de longo prazo	(417.101)	382.839
Programa de recuperação fiscal - Refis de curto prazo	168.714	244.184
Programa de recuperação fiscal - Refis de longo prazo	2.620.574	1.743.867
Provisão para contingências e outras	(594.798)	909.946
	4.526.680	11.478.290
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**12.905.469**	**9.720.611**
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de bens de imobilizado	(12.480.183)	(11.752.969)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS (UTILIZADAS) DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(12.480.183)**	**(11.752.969)**
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos de curto prazo	1.389.927	2.760.297
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**1.389.927**	**2.760.297**
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	1.815.213	727.939
SALDO INICIAL	2.392.634	1.664.695
SALDO FINAL	4.207.847	2.392.634

DIRETORIA

ALCANTARO CORRÊA DIRETOR PRESIDENTE/ DIRETOR DE RELAÇÕES COM O MERCADO
DUNCAN RODERICK MC KAY DIRETOR DE VENDAS
CACIDIO GIRARDI DIRETOR INDUSTRIAL

OSMAR PAMPLONA - CONTADOR
CRC-SC 17.722/O-9 - CPF 167.959.979-87

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Atendendo ao que determina o artigo 9º, parágrafo 4º, do Estatuto Social, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da ELECTRO AÇO ALTONA S.A., para apreciação dos relatórios das Contas da Diretoria, expresso pelo Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. Após analisados e discutidos todos os pormenores, aprovaram-nos na sua integra e manifestaram-se favoravelmente quanto à sua aprovação pelos senhores acionistas por ocasião da Assembléia Geral Ordinária.

BERNARDO WOLFGANG WERNER
Presidente
ALCANTARO CORRÊA Conselheiro
WALTER WEIDLICH FILHO Conselheiro

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e Acionistas da
ELECTRO AÇO ALTONA S.A.
1.Examinamos os balanços patrimoniais da ELECTRO AÇO ALTONA S.A., levantados em 31 de dezembro de 2005 e 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas , elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2.Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3.Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ELECTRO AÇO ALTONA S.A. em 31 de dezembro de 2005 e 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu passivo a descoberto e as origens e aplicações de seus recursos, referentes aos exercícios findos naquelas datas , de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4.As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, conforme as práticas contábeis mencionadas na nota explicativa 3. A Companhia apurou lucro líquido no exercício de 2005, depois de ter sofrido contínuos prejuízos operacionais e está em situação de recuperação do seu capital de giro para a superação das dificuldades quanto à sua continuidade operacional. Os planos da administração, estão descritos na nota explicativa 17. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos, que poderiam ser requeridos no caso de insucesso desses planos administrativos.
5. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração do fluxo de caixa referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, apresentada para propiciar informações complementares sobre a Electro Aço Altona S/A, não é requerida como parte integrante das demonstrações obrigatórias. A demonstração do fluxo de caixa referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, está apresentada adequadamente em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Blumenau (SC), 20 de janeiro de 2006.
ACTUS AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
CRC-SC nº 001.059/0-7
Oldoni Pedro Floriani - Sócio Responsável
Contador CRC-SC nº 006.284/0-6

DEMP 1950/061

TELEVISÃO CULTURA S/A

C.N.P.J. – 83.900.050/0001-52 - Florianópolis - SC

Relatório da diretoria: Senhores Acionistas, em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.sas. as Demonstrações financeiras, correspondentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2004 e 2005. A diretoria permanece à disposição dos Senhores Acionistas para prestar os esclarecimentos necessários.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005.

Ativo	2004	2005
Circulante	1.077.185,05	1.596.986,89
Disponibilidades	253.884,55	459.388,99
Caixas e bancos	253.884,55	459.388,99
Direitos realizáveis	791.814,38	1.053.787,96
Clientes	511.130,16	720.193,93
Outros créditos	280.684,22	333.594,03
Valores a recuperar	5.405,40	9.253,00
Despesas do exer seguinte	26.080,72	74.556,94
Realizável a Longo Prazo	5.702,96	10.861,45
Depósitos Judiciais	5.702,96	10.861,45
Depósitos bancos oficiais	5.702,96	10.861,45
Permanente	2.052.381,48	2.147.230,75
Investimentos	2.542,50	2.542,50
Imobilizado	2.040.419,07	2.138.905,06
Diferido	9.419,91	5.783,19
Total do ativo	3.135.268,79	3.755.079,09
Passivo a descoberto		
Patrimônio Líquido	1.914.642,06	1.049.529,87
Capital Social	(1.104.704,70)	(1.104.704,70)
Reservas de capital	(494.675,09)	(494.675,09)
Prejuízos Acumulados	3.514.021,85	2.648.909,66
Total do Ativo + Passivo a Descoberto	5.049.910,85	4.804.608,96

Passivo	2004	2005
Circulante	1.438.949,70	1.206.247,49
Fornecedores	365.057,35	318.282,46
Empréstimos a pagar	-	349.424,88
Salários a pagar	62.352,83	77.438,26
Encargos Sociais	57.196,94	61.139,13
Tributos	38.334,95	28.406,06
Provisões	218.136,13	215.185,96
Outros créditos	697.871,50	156.370,74
Exigível a Longo Prazo	3.610.961,15	3.598.361,47
Parcelamentos	3.464.308,52	3.598.361,47
Mútuos	47.705,68	-
Outros débitos	98.946,95	-
Total do Passivo	5.049.910,85	4.804.608,96

DESMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2004	2005
Receita bruta de serviços	5.394.800,12	6.460.109,10
Cancelamento e impostos	(248.736,19)	(628.656,30)
Receita operacional líquida	5.146.063,93	5.831.452,80
Custo dos serviços prestados	(1.532.924,69)	(1.863.398,27)
Lucro operacional bruto	3.613.139,24	3.968.054,53
Despesas/rec operacionais	(2.815.632,73)	(3.105.100,59)
Despesas administrativas	(1.015.238,29)	(1.271.552,33)
Despesas com vendas	(1.582.471,17)	(1.472.174,46)
Despesas financeiras	(403.140,83)	(427.337,08)
Receitas financeiras	185.217,56	65.963,28
Receitas/desp não operacio	95.545,55	92.708,16
Result. Op. Antes das var monetarias	893.052,06	955.662,10
Variação monetária	(38.858,47)	(10.641,34)
Resultado antes da contribuição social	854.193,59	945.020,76
Contribuição social	(57.206,95)	(115.224,23)
Resultado líquido do exercício	796.986,64	829.796,53

Demontração das origens e aplicações de recursos

	2004	2005
Origens de recursos		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	796.986,64	829.796,53
Depreciação e amortização	161.239,05	440.198,78
Variação em resultado de receitas futuras	4.989,80	
Despesas fin de longo prazo	276.591,78	-
Receitas fin de longo prazo	(973,41)	-
Venda de imobilizado	27.740,00	1.832.038,09
Ajuste de exerc anteriores	(8.508,30)	35.315,66
Diminu do exig longo prazo	(317.992,68)	(12.599,68)
Total de origens de recursos	940.072,88	3.124,749,38
Aplicações		
Aum (dim)do ati realiz longo prazo	(10.493,32)	5.159,19
Aquisição de imobilizado	1.369.221,50	2.367.086,14
Diferido	-	-
Total das aplicações	1.358.728,18	2.372.245,33
Variação do capital circulante	(418.655,30)	752.504,05

VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

	2004	2005	Variação
Ativo circulante	1.077.185,05	1.596.986,89	519.801,84
Passivo Circulante	1.438.949,70	1.206.247,49	(232.702,21)
Capital circulante líquido	(361.764,65)	390.739,40	752.504,05

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reserva de capital	Prejuízos (Lucros) Acumulados	Total
Saldos em 31.12.03	1.104.704,00	494.675,09	(4.302.500,19)	(2.703,121,10)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(8.508,30)	(8.508,30)
Lucro do exercício	-	-	796.986,64	796.986,64
Saldos em 31.12.04	1.104.704,00	494.675,09	(3.514.021,85)	(1.914.642,76)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	35.315,66	35.315,66
Lucro do exercício	-	-	829.796,53	829.796,53
Saldos em 31.12.05	1.104.704,00	494.675,09	(2.648.909,66)	(1.049.530,57)

Anderson Laurentino da Silva - Diretor

Fabian Édson Garcia - Contador CRCSC 026281/O-1

NOTAS EXPLICATIVAS

1) Contexto operacional

A Televisão Cultura S/A tem por atividade principal serviços de Radiodifusão objetivando divulgar a cultura e a educação, bem como a exploração da propaganda comercial.

2) Apresentação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas com base nos Princípios Contábeis e em conformidade com a legislação societária, considerando os efeitos da correção monetária registrados até 31.12.95, sendo que a Lei n. 9.249/95 extingue a correção monetária de balanço a partir de 1996, para fins contábeis.

3) principais práticas contábeis.

As principais diretrizes contábeis adotadas na elaboração das demonstrações são as seguintes:

a) ativo circulante – aplicações financeiras: estão registradas pelo custo, acrescida das receitas auferidas até a data do balanço; - contas a receber: são contabilizados pelo regime de competência; - Perda na realização dos saldos de contas a receber: de acordocom a Lei 9.430/96 art. 9 a 12, considerada suficiente para cobrirpossíveis perdas na realização dos saldos do contas e receber.

b) Investimentos – as participações societárias estão registradas ao custo de aquisições, corrigido até 31.12.95.

c) Imobilizado – está registrado ao custo de aquisição ou construção corrgido monetariamente até 31.12.95. A depreciação é calculadapelo método linear, tomando-se por base a estimativa de vida útil econômica de bens.

d) Diferido – inclui os gastos incorridos relativos a gastos pré-operacionais com benfeitorias e eddificações, amortizados no período de vnte anos a partir de sua entrada em operação.

e) Passivo circulante e exigível a longo prazo – os fornecedores e credores diversos, estão registradas pelos alores realizáveis.

DEMP 2017/067

LOJAS HERING S.A. - CNPJ/MF 82.640.632/0001-84

Sede social: Rua 15 de Novembro, 759 - Blumenau - SC

BALANÇO PATRIMONIAL CONDENSADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004:

(Valores expressos em reais)

ATIVO	2005	2004
CIRCULANTE	544.227	458.405
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.343.227	3.346.617
PERMANENTE	8.193.181	8.535.824
Investimentos	63.436	61.246
Imobilizado	8.129.745	8.472.053
Diferido	-	2.525
TOTAL DO ATIVO	12.080.635	12.340.846

PASSIVO	2005	2004
CIRCULANTE	510.839	685.345
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	18.693.675	18.288.135
Divida Consolidada do Refis		
Federal e Estadual	15.786.050	15.209.258
Tributos s/reserva reavaliação	2.067.028	2.067.028
Partes relacionadas	542.418	577.968
Outras contas	298.179	433.881
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	1.777	-
PASSIVO A DESCOBERTO	(7.125.656)	(6.605.634)
Capital social realizado	17.359.612	17.359.612
Reserva de capital	450.872	450.872
Reserva de reavaliação	4.013.131	4.003.476
Prejuízos Acumulados	(28.949.271)	(28.419.594)
TOTAL DO PASSIVO	12.080.635	12.367.846

DEMONSTRAÇÃO SINTÉTICA DO RESULTADO

	2005	2004
Receita Operacional Bruta	1.733.785	1.476.489
Receita Operacional Líquida	1.511.167	1.322.957
Lucro Bruto	1.335.901	1.124.756
Despesas Operacionais	(2.108.338)	(2.169.098)
Receitas Financeiras	91.363	-
Resultado Operacional	(681.074)	(1.044.342)
Resultado Não Operacional	161.052	152.835
Resultado do Exercício	(520.022)	(891.507)
Prejuízo por Ação	(3,97)	(6,80)

NOTAS EXPLICATIVAS

1-Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária e, normas e procedimentos determinados pela C.V.M. 2 - Capital Social: O capital social nos exercícios de 2005 e de 2004, é de 46.272 ações ordinárias e 84.783 ações preferenciais da mesma classe, sem valor nominal.

Nota: Os balanços foram auditados por BDO Trevisan Auditores Independentes e estão disponíveis na íntegra no site www.lojasheringsa.com.br e na CVM, no site www.cvm.gov.br, icone "Participantes do Mercado", para onde foram remetidos.

Guenther A. Steinbach - Presidente e Diretor de Relações com Investidores - Dunamis Contab. e Auditores Ltda. CRC/SC 1.100 Claudinei da Silva - Contador CRC/SC 21.429

NFF 5464/064 DEMP 1121?/063

AGRÍCOLA FRAIBURGO S.A.

CNPJ(MF) nº 86.548.724/0001-90

NIRE 42 3 0000198 8

CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas convocados para a Assembléia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 27 de abril de 2006, às 08h30, na Avenida Beira Lago, 1893, no Município de Fraiburgo, SC com a finalidade de conhecer e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

Assembléia Ordinária:

a) Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, bem como a destinação do resultado do exercício;

b) Eleição dos Diretores e fixação de seus honorários;

c) Outros assuntos de interesse geral.

Os instrumentos de mandato outorgados por Acionistas deverão ser depositados na sede social até 3 (três) dias antes da data prevista para a realização da Assembléia Geral.

Fraiburgo, 10 de abril de 2006.

Jean Claude Lafuge

Diretor-Presidente

NFF 5137/063 DEMP 1105?/066

ATRIO HOTÉIS S.A.

RUA NOVE DE MARÇO, 806-A JOINVILLE/SC

CNPJ 80.732.928/0001-08

Demonstrações Financeiras do Exercício 2005 (Em R$)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações dos Resultados relativos ao exercício social encerrado, comparativamente ao encerramento em 31 de dezembro de 2004.

Joinville-SC, 31 de março de 2006.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31/12/2005	31/12/2004
Circulante	**8.586.759,73**	**6.544.574,61**
Disponibilidades	1.423.432,10	645.239,33
Clientes	1.961.892,55	2.098.507,01
Estoques	4.866.064,19	2.784.276,62
Outros Créditos	335.370,89	1.016.551,65
Permanente	**6.101.590,29**	**10.984.081,58**
Investimentos	178.890,64	104.873,25
Imobilizado	5.922.699,65	10.879.208,33
Total do Ativo	**14.688.350,02**	**17.528.656,19**

PASSIVO	31/12/2005	31/12/2004
Circulante	**5.061.061,22**	**4.927.086,94**
Fornecedores	822.881,58	586.947,65
Empréstimos e Financiamentos	1.623.265,53	102.831,63
Obrigações Trabalhistas e Sociais	222.477,51	160.568,17
Obrigações Fiscais	208.902,61	127.235,31
Obrigações Diversas	2.183.533,99	3.949.504,18
Resultados de Exercícios Futuros	**20.000,93**	**192.797,28**
Exigível a Longo Prazo	**6.004.979,97**	**6.895.771,86**
Empréstimos e Financiamentos	5.187.078,11	6.895.771,86
Fundo de Reserva	817.901,86	-
Patrimônio Líquido	**3.602.307,90**	**5.513.000,11**
Capital Social	805.604,00	805.604,00
C.M. do Capital	200,63	200,63
Reserva Reavaliação	1.908.606,75	4.195.658,81
Reserva de Lucros	887.896,52	511.536,67
Total do Passivo	**14.688.350,02**	**17.528.656,19**

Demonstração de Resultado do Exercício		
Receita Operacional Bruta	**31/12/2005**	**31/12/2004**
Receitas de aluguéis / serviços prestados	**15.480.598,94**	**11.984.493,17**
Receita de venda de imóveis / mercadorias / outras	10.449.570,07	5.681.353,20
(-) Devoluções de Vendas	5.031.028,87	6.303.139,97
(-) Impostos Incidentes	**0,00**	**(88.000,00)**
Receita Operacional Líquida	**(1.091.143,11)**	**(729.318,90)**
Custo Operacional	**14.389.455,83**	**11.167.174,27**
Custo dos serviços prestados	**(7.081.693,99)**	**(6.919.221,08)**
Custo de venda de imóveis / produtos vendidos	(4.431.543,30)	(2.511.604,09)
Lucro Operacional Bruto	(2.650.150,69)	(4.407.616,99)
Despesas Operacionais	**7.307.761,84**	**4.247.953,19**
Administrativas	**(7.644.309,60)**	**(4.441.375,80)**
Financeiras Líquidas	(3.187.195,80)	(2.562.395,45)
Distribuição de Aluguéis	(736.625,78)	(383.686,14)
Lucro Operacional Líquido	(3.720.488,02)	(1.495.294,21)
Receitas e Despesas Não Operacionais	**(336.547,76)**	**(193.422,61)**
Lucro Líquido Antes do I.Renda/ C.S.L.L.	**1.424.473,56**	**360.646,57**
Imposto de Renda	**1.087.925,80**	**167.223,96**
Contribuição Social	(369.798,49)	(35.584,13)
Resultado Líquido do Exercício	(141.767,46)	(21.350,48)
	576.359,85	**110.289,35**

As demonstrações contábeis foram auditadas por Audimaster Auditores Independentes SS – CRC-SC 005456/O-5

Ninfo Valtero Konig
Diretor Presidente

Diretores:
Aldemir Sebastião Dadalt, Paulo Roberto Caputo, Romeu Bohn Mendes

Marlene Heinzen do Rosário
Contadora CRC-SC 014664/O-0

DEMP 11187/069

NFF 5375/061

RENAR MAÇÃS S/A

EDITAL CONVOCAÇÃO

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas desta Sociedade, para reunirem-se para a 29ª Assembléia Geral Ordinária e 49ª Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 03 de Maio, às 15:00 horas em primeira convocação ou às 16:00 horas em segunda convocação, em sua sede social à Rua Nereu Ramos, 219 em Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:**

I - Assembléia Geral Ordinária

1) Aprovação das contas do Exercício de 2005.

2) Eleição dos membros do conselho de Administração, do conselheiro independente e do representante dos minoritários para o biênio 2006/2008.

3) Eleição dos membros do conselho Fiscal e seus suplentes para o biênio 2006/2008.

II - Assembléia Geral Extraordinária

4) Alteração do estatuto Social para atender as regras do novo mercado e outras alterações necessárias.

5) Assuntos Gerais.

Fraiburgo(SC), 17 de Abril de 2006.
Willy Egon Frey
Presidente Conselho Administração

NFF 5269/067 DEMP 11140/062

TETRAHEDRON S.A.

CNPJ/MF: 06.004.224/0001-58
NIRE: 423.00029416

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

(Retificação)

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Sociedade a comparecerem às Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, as quais se realizarão no próximo dia 25 de abril de 2006, às 10:00 horas, na sede da Sociedade, na Rua Saldanha Marinho, 116/3º andar (parte), Florianópolis, Santa Catarina, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Assembléia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar e discutir e votar as demonstrações financeiras e o parecer do auditor independente, relativos ao exercício findo em dezembro/2005; (ii) eleger os membros titulares e suplentes do Conselho de Administração, assim como fixar a remuneração global dos administradores da Sociedade. Assembléia Geral Extraordinária: (iii) aprovar a redução do capital social da Sociedade com base em exposição de motivos do Conselho de Administração e balanço a ser auditado com data base de 31/março/2006; (iv) aprovar a alteração do endereço do escritório administrativo da Sociedade, alterando o parágrafo único do artigo 2º do Estatuto Social da Sociedade; (v) outros assuntos de interesse geral.

Florianópolis, 07 de abril de 2006
Roberto Hesketh - Presidente do Conselho de Administração

NFF 5161/061 DEMP 11071/060

FEZER PARTICIPAÇÕES S/A.

CGC/MF – 79.830.493/0001-47

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Diretor presidente da Sociedade " **FEZER PARTICIPAÇÕES S/A.**", no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os senhores acionistas da companhia, para integrarem as Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, que se realizarão no dia 26 de Abril de 2.006, ás 14:00 horas, na sede social, na Rua Gerhard Fezer, nº 865 – Sala B, nesta cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina a fim de deliberar sobre a seguinte **ordem do dia: I – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA: 1.1** Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas pertinentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.005; **1.2** Destinação dos resultados verificados no exercício social em questão; **1.3** Eleição de membros da Diretoria e fixação das respectivas remunerações. **II- ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 2.1** Exame e deliberação a respeito da proposta da Diretoria para elevação do Capital Social de R$ 8.000.000,00 para R$ 8.500.000,00, mediante incorporação da Reserva estatutária para Aumento de Capital; **2.2** Alteração parcial do Estatuto Social, no tocante ao Capital Social; **2.3** Assuntos Gerais de interesse da sociedade. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.005. Cidade de Caçador (SC), 12 de abril de 2.006. **CARLOS ALBERTO FERNANDO FEZER – DIRETOR PRESIDENTE**

DEMP 1935/062

FEZER S/A INDÚSTRIAS MECÂNICAS

CGC/MF – 83.056.960/0001-09

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Diretor Presidente da Sociedade "**FEZER S/A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS**", no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os senhores acionistas da companhia, para integrarem as Assembléias Gerais Ordinária e extraordinária, que se realizarão no dia 26 de abril de 2.006, ás 09:00 horas, na sede social, na Rua Gerhard Fezer, nº 865, nesta cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina a fim de deliberar sobre a seguinte **ordem do dia: I – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA: 1.1** Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas pertinentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.005; **1.2** Destinação dos resultados verificados no exercício social em questão; **II – ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 2.1** Exame e deliberação a respeito da proposta da Diretoria para elevação do Capital Social de R$ 25.500.000,00 para R$ 26.500.000,00, mediante incorporação de Reservas de Capital. **2.3** Assuntos Gerais de interesse da sociedade. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 133 da lei nº 6.404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.005. Cidade de Caçador(SC), 12 de abril de 2.006. **CARLOS ALBERTO FERNANDO FEZER – DIRETOR PRESIDENTE**

DEMP 1936/069

Hadisa - Hadi Chemel S/A.

CNPJ 82.717.406/0001-54 - Itajaí - SC

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária Convocação

Convidamos os Senhores Acionistas desta Sociedade, a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia **28 de abril de 2006**, às 16:00 horas, na sede da empresa, na Rodovia BR 101, Km 114, Bairro Salseiros em Itajaí(SC), para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

1) Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2005;

2) Fixação do montante dos honorários para o exercício de 2006;

3) Aprovar a proposta da Diretoria para aumento do Capital Social;

4) Alterar a redação do artigo 5º do Estatuto Social.

Itajaí(SC), 10 de abril de 2006.
Lothar Schmidt - Presidente

NFF 5376/068 DEMP 11186/062

San Marcos Revestimentos Cerâmicos Ltda, torna público que está solicitando junto á FATMA – Fundação do Meio Ambiente a Licença Ambiental Prévia/Instalação. Para a atividade de extração de argila na localidade da Rod. SC 448 – KM 02 – Sanga Grande s/n – Município de Meleiro- SC. (DNPM 815.042/06 e FATMA MIN 582/CRS).

DEMP 2005/069

WANKE S.A.
CNPJ 84.228.105/0001-92

RELATÓRIO DA DIRETORIA
Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sa. o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e de Resultado e as Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005.

Indaial, SC, 20 de março de 2006.
A Diretoria.

Balanço Patrimonial de Dezembro de 2005 e 2004
(Valores expressos em R$)

ATIVO	2005	2004
CIRCULANTE	**4.301.898,07**	**3.975.401,19**
Disponibilidades	824.408,99	285.286,32
Direitos Realizáveis	1.806.360,21	1.620.421,26
Estoques	1.642.585,30	2.050.825,87
Despesas do Exercício Seguinte	28.543,57	18.867,74
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**31.009,85**	**27.364,13**
Direitos Realizáveis	31.009,85	27.364,13
PERMANENTE	**1.534.810,22**	**1.410.888,53**
Investimentos	-	-
Imobilizado	3.173.871,45	2.910.886,25
(-) Depreciação Acumulada	1.639.061,23	1.499.998,32
TOTAL DO ATIVO	**5.867.718,14**	**5.413.653,85**

PASSIVO	2005	2004
CIRCULANTE	**2.292.928,37**	**2.004.330,51**
Fornecedores	725.688,33	458.117,36
Instituições Financeiras	170.069,48	362.241,43
Obrigações Sociais e Previdenciárias	79.346,98	60.520,64
Obrigações Tributárias	940.885,16	846.205,55
Encargos c/ Pessoal	69.127,38	69.252,35
Provisão Férias com Encargos	127.671,38	106.820,86
Provisão Comissões s/ vendas	84.915,41	71.355,74
Provisão para Constribuição Social	25.521,30	0,00
Provisão para IRPJ	46.892,50	0,00
Obrigações Diversas	22.810,45	29.816,58
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**737.977,86**	**894.187,93**
Instituições Financeiras	0,00	198.202,42
Outras Obrigações	737.977,86	695.985,51
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.836.811,91**	**2.515.135,41**
Capital Social	3.000.000,00	3.000.000,00
Reserva Legal	209.223,39	209.223,39
Prejuízos Acumulados	(372.411,48)	(694.087,98)
TOTAL DO PASSIVO	**5.867.718,14**	**5.413.653,85**

NOTAS EXPLICATIVAS:

Contexto Operacional: A sociedade tem por objeto a fabricação de máquinas de lavar roupa de uso doméstico;

Demonstrações Financeiras: Elaboradas de conformidade com normas ditadas pela Lei das Sociedades por Ações, seguindo os princípios fundamentais da contabilidade;

Estoques: Apurados e avaliados de acordo com preceitos estabelecidos pela legislação aplicável;

Imobilizado: Demonstrado ao custo de aquisição, com a incorporação da correção monetária legal, adotando-se igual procedimento com relação às depreciações;

Capital Social: O capital social é de R$3.000.000,00 (três milhões de reais) dividido em 3.000.000 (três milhões) de ações ordinárias nominativas no valor unitário de R$1,00 (um real).

DIRETORIA: NORBERTO WANKE Dir. Presidente
ARTUR WANKE - Vice Pres. Financeiro
LOTHAR EHRAT - Vice Pres. Industrial
EDUARDO WANKE - Dir. Superintendente
INGO KANNENBERG: Téc. em Contabilidade
CRC-PR/6314/T-3-SC

DEMONSTRAÇÃO CONDENSADA DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS findos em 31 de dezembro (em reais)

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO	2005	2004
Receita bruta de vendas	**18.206.340,13**	**17.009.774,24**
Receita líquida de vendas	**12.598.647,80**	**11.812.123,93**
LUCRO BRUTO	**3.231.000,99**	**2.783.922,37**
Despesas Operacionais	(2.897.915,69)	(3.078.768,28)
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL LÍQUIDO	**333.085,30**	**(294.845,91)**
Resultado não Operacional	61.005,00	0,00
Impostos sobre a Renda Diferidos	(72.413,80)	0,00
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**321.676,50**	**(294.845,91)**
Lucro/Prejuízo líquido por ação	0,1072	(0,0983)

PARECER DO CONSELHO FISCAL
Os membros do Conselho Fiscal da Wanke S/A, cumprindo as atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31.12.2005, composto por Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório da Administração. Considerando as análises efetuadas, os membros abaixo assinados apinam no sentido de que tais demonstrações traduzem adequadamente a posição patrimonial e financeira da empresa e de que as mesmas estão em condições de merecer aprovação dos acionistas da sociedade, em Assembléia Geral. Indaial, 20 de março de 2006. Maro Marcos Hadlich Filho, Osvaldo Lanznaster.

NFF 5400/066 DEMP 11203/064

PREZADO CLIENTE

A Diretoria de Gestão de Atos Oficiais da Secretaria de Estado da Administração informa que **não possui representantes** comerciais, nem revendedores autorizados. Portanto, **não** se **responsabiliza** por qualquer **serviço prestado por terceiros** ou pela autenticidade de documentos pertinentes, fornecidos pelos mesmos.

MAIORES ESCLARECIMENTOS PELO FONE:
(48) 3239-6070 / FAX 3239-6090

FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE ENERGIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – FECOERUSC
Escritório: Rua Conselheiro Mafra, 220 – 8º andar Sala 803 – Ed. Arteiro de Assis – Fpolis/SC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente em exercício da Federação das Cooperativas de Energia do Estado de Santa Catarina - FECOERUSC, registrada no CGC/MF sob No. 82.997.974/0001-56, usando dos poderes que lhe confere o Estatuto Social, convoca os Senhores Delegados das Cooperativas, filiadas a esta Federação, para a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no dia 28 de abril de 2006, às 07:00 horas nas dependências do Cambirela Hotel, sito a Avenida Max Schramm, 2.199 – Estreito – Florianópolis – SC, em 1a. (primeira) Convocação, com o mínimo de 2/3 (dois terços) de seus associados, ou às 08:00 horas em 2a. (segunda) Convocação, com o mínimo da metade mais um de seus associados, ou às 09:00 horas em 3a. (terceira) Convocação, com no mínimo de 03 (três) Cooperativas associadas, na qual será discutida a seguinte ordem do dia:

I - Prestação de Contas do Conselho de Administração do Exercício de 2005, compreendendo: a) Relatório da Gestão; b) Balanço Patrimonial; c) Demonstrativo das Sobras e Parecer do Conselho Fiscal;
II - Destinação das Sobras do Exercício de 2005;
III - Eleição e posse dos Componentes do Conselho de Administração para o período de abril de 2006 a março de 2009 e Conselho Fiscal para o exercício de 2006;
IV - Fixação Pró-Labore do Presidente e Cédula de Presença para demais membros do Conselho de Administração e Fiscal;
V - Plano de trabalho e fixação da Contribuição Social e Estatutária de maio de 2006 a abril de 2007;
VI - Assuntos Gerais.

Florianópolis, 11 de abril de 2006.

Aldori Lázaro Reitz
Presidente em exercício

Obs.: a) Para efeito "quorum", esta Federação conta com 22 (vinte e duas) Cooperativas filiadas, com 66 delegados;
b) Os interessados em concorrer aos cargos sociais para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Federação, deverão compor chapas com declaração de anuência e qualificação dos participantes e se inscreverem na sede, sito a Rua Conselheiro Mafra, 220 – 8º Andar – Sala 803, até as 9h00m do dia 25/04/2006;
c) Para que os delegados exerçam o direito de votar e ser votado as filiadas a que pertencem, devem estar em dia com suas obrigações perante a Federação até 16 horas do dia 27/04/06 e comparecer a Assembléia com um documento que o identifique, acompanhado da credencial (cópia da ata da Assembléia que os elegeram);
d) A Assembléia Geral não se realizará na Sede Social, por não dispor de acomodações suficientes; e após encerramento das Assembléias das filiadas e coincidente com a AGO da OCESC.

DEMP 1952/064

APOENA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A
CNPJ.: 04.767.814/0001-07
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Atendendo as disposições legais e estatutárias, é com satisfação que submetemos a apreciação de Vv. Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, colocando-nos a vossa inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Joaçaba SC., 31 de Dezembro de 2005. **A DIRETORIA**

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005
ATIVO

	2004	2005
CIRCULANTE	261.996,97	342.598,31
Caixa, Bancos e Aplicações	257.132,96	338.254,59
Impostos a Recuperar	4.864,01	4.343,72
TOTAL DO ATIVO	**261.996,97**	**342.598,31**

PASSIVO

	2004	2005
CIRCULANTE	1.395,60	1.556,12
Obrigações Sociais e tributárias	1.395,60	1.556,12
PATRIMONIO LIQUIDO	260.601,37	341.042,19
CAPITAL SOCIAL e RESERVAS	260.601,37	341.042,19
TOTAL DO PASSIVO	**261.996,97**	**342.598,31**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	2004	2005
RECEITA FINANCEIRA	30.506,40	51.996,78
DESPESAS OPERACIONAIS	8.164,37	7.465,10
IMPOSTO DE RENDA E C SOCIAL	-	10.680,40
RESULTADO DO EXERCÍCIO	22.342,31	33.821,28

Joaçaba SC, 31 de Dezembro de 2005

Fabio Lazzarotti – Presidente
Sadir Brandalise – TC-CRC/SC 11.804-O/9

DEMP 1993/062

CÍRCULO S.A.

C.N.P.J. 84.043.009/0001-70

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis correspondentes ao exercício de 2005 comparadas com o exercício anterior. Colocamo-nos ao seu dispor para qualquer informação adicional que se fizer necessária.

Gaspar (SC), 25 de Fevereiro de 2006

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro (Em reais um)

Ativo	Controladora 2005	Controladora 2004	Consolidado 2005	Consolidado 2004
Circulante:				
Caixa e bancos	190.015	433.581	555.810	494.516
Aplicações financeiras	93.244	104.356	93.244	104.356
Contas a receber de clientes	18.969.858	15.987.546	20.794.028	18.115.469
Títulos e cambiais descontados	(2.749.549)	(2.532.114)	(2.749.549)	(2.532.114)
Outras contas a receber	2.046.003	1.103.219	2.131.428	1.212.190
Estoques	7.251.881	5.154.930	7.260.114	5.815.813
Despesas pagas antecipadamente	126.119	117.944	126.119	129.634
Impostos a recuperar	1.084.792	675.989	1.151.562	722.181
Adto. futuro aum. capital	628.438	628.438	–	–
	27.640.801	**21.673.889**	**29.362.756**	**24.062.045**
Realizável a longo prazo:				
I.R. e C. Social diferidos	5.754.401	5.754.401	9.481.476	9.481.476
Outros créditos	32.454	30.413	34.454	36.534
Debêntures - Eletrobrás	148.316.314	148.316.314	161.385.842	161.385.842
Impostos a recuperar	5.854.013	8.630.160	5.854.013	8.630.160
Empresas associadas	23.552.610	22.537.954	21.260.469	20.298.806
	183.509.792	**185.269.242**	**198.016.254**	**199.832.818**
Permanente:				
Investimentos				
Participação em controladas	4.722.055	6.532.285	–	–
Ágio em controladas	503.828	503.828	503.828	503.828
Outros investimentos	46.695	965.270	46.695	965.270
Imobilizado	24.045.096	21.749.843	29.858.721	27.883.921
	29.317.674	**29.751.226**	**30.409.244**	**29.353.019**
Total	**240.468.267**	**236.694.357**	**257.788.254**	**253.247.882**

Passivo	Controladora 2005	Controladora 2004	Consolidado 2005	Consolidado 2004
Circulante:				
Empréstimos e financiamentos	4.694.920	5.450.266	4.962.144	6.264.222
Fornecedores	6.220.301	6.096.920	13.406.593	12.744.121
Salários e férias a pagar	1.673.256	1.252.207	1.683.394	1.367.851
Obrigações fiscais e previdenciárias	14.031.687	12.869.958	17.862.209	16.310.535
Parcelamento REFIS	5.984.440	4.278.364	6.382.137	4.666.886
Comissões e fretes a pagar	1.592.349	1.445.917	1.679.105	1.590.232
Outras contas a pagar	899.410	925.497	944.954	955.119
	35.096.363	**32.319.129**	**46.920.536**	**43.898.966**
Exigível a longo prazo:				
I. de renda e C. Social diferidos	1.694.373	1.694.373	3.236.061	3.236.061
Parcelamento REFIS	64.006.412	60.346.829	67.601.086	63.729.460
Empresas associadas	–	–	357.985	47.818
	65.700.785	**62.041.202**	**71.195.132**	**67.013.339**
Participação minoritária	–	–	**1.467**	**1.551**
Patrimônio líquido:				
Capital social	18.957.834	18.957.834	18.957.834	18.957.834
Ações em tesouraria	(61.276)	(59.522)	(61.276)	(59.522)
Reservas de reavaliação	3.352.092	4.082.229	3.352.092	4.082.229
Adiantamento p/aumento de capital	161.385.842	161.385.842	161.385.842	161.385.842
Lucros ou prejuízos acumulados	(43.963.373)	(42.032.357)	(43.963.373)	(42.032.357)
	139.671.119	**142.334.026**	**139.671.119**	**142.334.026**
Total	**240.468.267**	**236.694.357**	**257.788.254**	**253.247.882**

Demonstração do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em reais um)

	Controladora 2005	Controladora 2004	Consolidado 2005	Consolidado 2004
Receita operacional bruta	**110.264.258**	**87.973.000**	**115.133.741**	**92.025.203**
Mercado interno	99.735.097	77.980.054	101.737.253	80.349.421
Mercado externo	10.529.161	9.992.946	13.396.488	11.675.782
Impostos sobre vendas	(20.331.895)	(15.738.015)	(20.863.465)	(17.145.575)
Receita operacional líquida	**89.932.363**	**72.234.985**	**94.270.276**	**74.879.628**
Custo dos produtos	(56.854.213)	(46.697.247)	(60.244.051)	(48.539.434)
Lucro Bruto	**33.078.150**	**25.537.738**	**34.026.225**	**26.340.194**
Despesas/receitas operacionais				
Despesas comerciais	(17.374.464)	(14.071.832)	(18.756.456)	(15.734.309)
Honorários da administração	(1.104.478)	(1.086.359)	(1.104.478)	(1.086.359)
Despesas administrativas	(4.753.485)	(3.943.941)	(5.177.597)	(4.428.771)
Outras receitas operacionais	329.308	950.370	314.636	993.299
Resultado antes das desp. financeiras	**10.175.031**	**7.385.976**	**9.302.330**	**6.084.054**
Despesas financeiras - líquidas	(1.763.208)	(2.390.622)	(2.245.082)	(3.025.029)
Atualização de impostos	(9.273.668)	(6.102.579)	(9.996.555)	(6.768.792)
Resultado após desp. financeiras	**(861.845)**	**(1.107.225)**	**(2.939.307)**	**(3.709.767)**
Equivalência patrimonial	(1.810.230)	(2.602.535)	–	–
Resultado operacional	**(2.672.075)**	**(3.709.760)**	**(2.939.307)**	**(3.709.767)**
Resultado não operacional	10.922	(2.851)	278.070	(2.851)
Prejuízo do exercício	**(2.661.153)**	**(3.712.611)**	**(2.661.237)**	**(3.712.618)**
Participação minoritária	–	–	84	7
Prejuízo líquido do exercício	**(2.661.153)**	**(3.712.611)**	**(2.661.153)**	**(3.712.611)**
Prejuízo líquido por ação	**(0,21)**	**(0,29)**	**(0,21)**	**(0,29)**

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em reais um)

	Controladora 2005	Controladora 2004	Consolidado 2005	Consolidado 2004
Origens dos recursos:				
Depreciação e amortização	1.420.545	1.427.938	1.497.426	1.745.778
Redução do realizável a longo prazo	3.500.637	–	3.684.198	–
Adiantamentos p/aumento de capital	–	148.316.314	–	161.385.842
Total	**4.921.182**	**149.744.252**	**5.181.624**	**163.131.620**
Aplicações dos recursos:				
Prejuízo líquido do exercício	2.661.153	3.712.611	2.661.153	3.712.611
Participação dos acionistas minoritários	–	–	84	7
Ações em tesouraria	1.754	59.522	1.754	59.522
Equivalência patrimonial	(1.810.230)	(2.602.535)	–	–
Provisão p/passivo a desc. em controlada	–	(4.798.550)	–	–
Variação mon. dos itens de longo prazo	(5.790.517)	(1.993.579)	(6.110.403)	(2.308.138)
Valor residual do ativo perm. baixado	(932.653)	(24.134)	(1.209.025)	(24.134)
Em imobilizado	3.729.876	871.729	3.762.680	876.594
Em investimentos	–	834.628	–	834.628
No realizável a longo prazo	–	146.019.743	–	158.893.008
Em redução do exigível a longo prazo	3.872.121	3.035.323	3.796.240	3.396.159
Total	**1.731.504**	**145.114.758**	**2.902.483**	**165.440.257**
Aumento/Redução capital circ. líquido	**3.189.678**	**4.629.494**	**2.279.141**	**(2.308.637)**
Variação do capital circulante				
Ativo circulante				
No fim do exercício	27.640.801	21.673.889	29.362.756	24.062.045
No início do exercício	21.673.889	18.514.043	24.062.045	17.245.748
	5.966.912	**3.159.846**	**5.300.711**	**6.816.297**
Passivo circulante				
No fim do exercício	35.096.363	32.319.129	46.920.536	43.898.966
No início do exercício	32.319.129	33.788.777	43.898.966	34.774.032
	2.777.234	**(1.469.648)**	**3.021.570**	**9.124.934**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em reais um)

	Capital social corrigido monetariamente	Reserva de reavaliação Controladora	Reserva de reavaliação Controlada	Adiantamentos p/ aumento de capital Controladora	Adiantamentos p/ aumento de capital Controlada	Lucros ou Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2003	**18.957.834**	**2.169.786**	**2.759.433**	–	–	**(39.166.736)**	**(15.279.683)**
Créditos p/aumento de capital	–	–	–	148.316.314	13.069.528	–	161.385.842
Ações em tesouraria	(59.522)	–	–	–	–	–	(59.522)
Realização da reserva de reavaliação	–	(703.251)	(143.739)	–	–	846.990	–
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(3.712.611)	(3.712.611)
Saldos em 31 de dezembro de 2004	**18.898.312**	**1.466.535**	**2.615.694**	**148.316.314**	**13.069.528**	**(42.032.357)**	**142.334.026**
Ações em tesouraria	(1.754)	–	–	–	–	–	(1.754)
Realização da reserva de reavaliação	–	(581.783)	(148.354)	–	–	730.137	–
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(2.661.153)	(2.661.153)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	**18.896.558**	**884.752**	**2.467.340**	**148.316.314**	**13.069.528**	**(43.963.373)**	**139.671.119**

Notas Explicativas da Diretoria sobre as Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 (Em reais um)

01. Contexto operacional: A Círculo S.A. atua na industrialização e comercialização de fios, linhas em geral, bordados, rendas, tecidos, agulhas e revistas voltadas para trabalhos manuais e industriais. **02. Apresentação das demonstrações contábeis:** Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de maneira uniforme em relação ao exercício anterior, estando em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76, Lei 9.457/97 e Lei 10.303/01). **03. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia, representativas de todas as transações efetuadas, são as seguintes: **(a) Aplicações financeiras:** Estão demonstradas pelos valores originais de aplicação acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras. **(b) Estoques:** Estão avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, e inferiores aos custos de reposição ou de realização. **(c) Investimentos:** Os investimentos relevantes em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 (nota 4). **(d) Imobilizado:** Está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 (art. 4º da Lei 9.249/95), acrescido de reavaliação espontânea em máquinas e equipamentos, e deduzido da depreciação, que é calculada pelo método linear, considerando o prazo de vida útil estimada dos bens, de acordo com as seguintes taxas: 10,0% (máquinas, equipamentos e instalações, móveis e utensílios, ferramentas), 20,0% (veículos), 15,0% (softwares), 20,0% (computadores e periféricos), e 2,8% (edifícios e benfeitorias). **(e) Demonstrações dos resultados:** As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo o regime de competência.

04. Investimentos em controladas

	Novelsul S.A. 2005	Círculo Coml. e Indl. S.A. 2005	Círculo Coml. e Indl. S.A. 2004	Coral Agro Indl. Ltda. 2005	Coral Agro Indl. Ltda. 2004
Quantidade de ações ON	80.754.019	31.317.976	31.317.976	–	–
Quantidade de ações PN	131.234.400	50.125.357	50.125.357	–	–
Quotas de capital	–	–	–	104.808	104.808
Participação direta	81,68%	100,00%	100,00%	99,82%	99,82%
Participação indireta	18,32%	–	–	–	–
Patrimônio líquido	4.096.917	561.237	1.069.338	815.942	862.319
Prejuízo líquido do exercício	(1.537.380)	(508.102)	(390.307)	(46.377)	(3.080)
Saldo inicial investimento	4.602.180	1.069.338	–	860.767	863.843
Resultado equivalência patrimonial	(1.255.835)	(508.102)	(390.307)	(46.294)	(3.076)
Saldo final investimento	3.346.345	561.237	1.069.338	814.473	860.767
Ágio	–	49.249	49.249	454.579	454.579

continua →

continuação

CÍRCULO S.A.

C.N.P.J. 84.043.009/0001-70

Notas Explicativas da Diretoria sobre as Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 (Em reais um)

O investimento da controlada direta Circulo Comercial e Industrial S.A. na controlada direta e indireta Novelsul S.A. está assim demonstrado:

	2005	2004
Quantidade de ações ON	18.113.550	18.113.550
Quantidade de ações PN	29.428.580	29.428.580
Participação direta	18,32%	18,32%
Patrimônio líquido	4.096.917	5.634.297
Prejuízo líquido do exercício	(1.537.380)	(2.704.592)
Saldo inicial investimento	1.032.119	–
Resultado equivalência patrimonial	(281.546)	(495.441)
Saldo final investimento	750.574	1.032.119

Os ágios em controladas (R$ 454.579 em 2005 e 2004 na Coral Ltda., e R$ 49.249 em 2005 e 2004 na CCI S.A.) decorrem de mais valia de seus ativos imobilizados (terrenos e florestas em formação), e serão amortizados proporcionalmente à realização desses ativos. **05. Parcelamento REFIS:** Durante o ano de 2000 foi aderido aos Programas de Refinanciamento Fiscal dos Governos Federal e Estadual. Os critérios adotados para a classificação de curto prazo foram para o Refis Federal o de aplicar 1,2% do faturamento do ano de 2005 e para o Refis Estadual correspondente a 12 vezes a parcela paga no mês de dezembro de 2005. **06. Capital social:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2005 é constituído de 12.936.420 ações sem valor nominal, sendo 4.312.356 ações ordinárias e 8.624.064 ações preferenciais. **07. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo e Passivo: (a) Ativo:** Em 31 de dezembro de 2005 a Controladora e sua controlada Novelsul S.A., mantinham registrados créditos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e de bases negativas da contribuição social, calculado pelas alíquotas de 9% para a contribuição social e 15% mais adicional de 10% para o imposto de renda. **(b) Passivo:** É constituída provisão para imposto de renda (alíquota de 15%, mais adicional de 10%) e contribuição social (alíquota de 9%) diferidos sobre reservas de reavaliação não realizadas, sendo o valor correspondente debitado no resultado do período e creditado no passivo exigível a longo prazo. **08. Obrigações ao portador Eletrobrás - Debêntures:** A Empresa recebeu no ano de 2004 de sua controladora, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, 44 (quarenta e quatro) obrigações ao portador da Eletrobrás, (Debêntures da Eletrobrás) representando conforme laudo da empresa Examiner do Brasil S.A. o valor de R$ 161.385.842 (Cento e sessenta e um milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e dois reais). **09. Seguros:** Os seguros contratados estão de acordo com a política da Companhia com relação à cobertura dos seus ativos, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas.

Diretoria

Marcos Ney Erichsen
Diretor

José Altino Comper
Diretor

Luiz Carlos Coradini
Contador - CRC/SC 016.835/O-8 - C.P.F. 528.157.069-20

NFF 5470/064 DEMP 11217/065

EXTRATO DO ESTATUTO

DENOMINAÇÃO: "ASCAPEN" (ASSOCIAÇÃO SOLIDÁRIA CARENTE DOS AMIGOS DE PENHA), é uma sociedade civil, de direito privado, de caráter sócio-filantrópico, sem fins lucrativos. DURAÇÃO: indeterminada; FUNDAÇÃO E SEDE: 23/11/2005, com sede provisória na Rua São Paulo, nº 427, Centro, Penha – SC. CONSTITUIÇÃO SOCIAL: A associação será composta de um número ilimitado de sócios, que dispunham a viver os fins sócio-filantrópicos e estatuários da entidade, não respondendo pelas obrigações sociais da ASCAPEN. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: São órgãos de administração da ASCAPEN: Assembléia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

DEMG 11277/060

EXTRAVIO DE DOCUMENTOS FISCAIS

Foram extraviados a seguinte documentação da empresa Teles e Cia Ltda Me, CNPJ 82.882.408/0001-07, End. Rua Assis Brasil, 5826, Ponta de Baixo - São José - SC, 05 bl de n/f série D-1 - n.º 001 a 250, AIDF n.º 12.819.484; 02 bl de n/f série 1, n.º 001 a 050, AIDF n.º 21.880.140; 05 bl de n/f série 1, n.º 051 a 175, AIDF n.º 11.883.146; 03 livros de registro de entradas, n.º de ordem 01,02 e 03; 03 livros de registro de saida, n.º de ordem 01,02 e 03;

DEMP 12011/065

EXTRAVIO DE DOCUMENTOS FISCAIS

CL Comércio de Máquinas de Costura Ltda., CNPJ nº. 85.308.492/0001-30 e Inscrição Estadual nº. 252.465.997, inoperante desde 10/1999, comunica para fins de baixa junto à Fazenda Estadual, o extravio do talão de notas fiscais, série B-1 – Mod. 1, numerado de 051 à 100. Florianópolis, 05 de abril de 2006.

DEMP 1940/066

Cerâmica São Jorge Ltda, CNPJ nº. 76.828.706/0001-08, com sede ao Distrito de Morro Grande, Sangão - SC, torna público que requereu à Fundação do Meio Ambiente – FATMA, pedido de Renovação da Licença Ambiental de Operação, relativo ao processo **FATMA MIN 496/CRS**, para a atividade de Extração de Argila na localidade de Santa Cruz, Içara/SC.

DEMP 1949/063

COMUNICADO DE ESTRAVIO

ALVORI LIMA DOS ANJOS ME, CNPJ Nº 81.849.010/0001-06, COMUNICA O ESTRAVIO DE 10 BLOCOS DE NOTAS FICAIS Nº 001 A 500, CFE BO Nº 27/06

DEMP 11182/067

COMUNICADO

Mudança de Endereço

A Secretaria de Estado da Administração - SEA informa que a Gerência de Gestão do Fundo de Materiais e Atos Oficiais, subordinada à Diretoria Geral, já está funcionando no ático do Centro Administrativo do Estado de Santa Catarina, situado na SC 401, km 5, nº 4.600, Saco Grande II, Florianópolis. Os novos telefones são (48) – 3221- 8500 / 3221-8600.

CIA. BOM SUCESSO DE ELETRICIDADE

CNPJ MF 83.053.736/0001-55 - Caçador - SC

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Senhores: Atendendo a determinações legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o relatório da Diretoria, das atividades correspondentes ao exercício social encerrado em 31de dezembro de 2.005, bem como as respectivas demonstrações contábeis, correspondentes ao período de 01.01.2005 a 31 de dezembro de 2005. Colocamo-nos a disposição, para informações complementares.

Caçador, SC, 31 de janeiro de 2.006

A DIRETORIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31/12/2005-R$	31/12/2004-R$	PASSIVO	31/12/2005-R$	31/12/2004-R$
CIRCULANTE	**147.472,51**	**80.015,95**	**CIRCULANTE**	**114.323,62**	**117.853,99**
DISPONÍVEL	**124.594,92**	**58.166,67**	Débitos Sociais e Fiscais	82.220,49	77.318,46
Dep. Bancários à vista	124.539,13	58.110,88	Provisões Sociais	19.685,16	21.015,20
Aplicações - merc. aberto	55,79	55,79	Débitos Diversos	7.645,57	15.506,29
CRÉDITOS	**22.877,59**	**21.849,28**	Dividendos a Pagar	4.772,40	4.014,04
Duplicatas a Receber	22.818,00	21.784,00	**EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**	**186.579,82**	**109.658,36**
Impostos a Recuperar	59,59	65,28	Impostos Parcelados	16.951,43	55.736,23
REALIZÁVEL A L. PRAZO	**1.356.952,69**	**1.352.991,53**	Débitos c/Participantes Sociais	80.812,91	53.922,13
Créditos com Participantes Sociais	1.356.952,69	1.352.991,53	Débitos c/Coligadas	88.815,48	-
PERMANENTE	**399.027,06**	**507.093,44**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**1.602.548,82**	**1.712.588,57**
INVESTIMENTOS	**147.678,67**	**36.135,60**	Capital Social	1.000.000,00	1.000.000,00
Participações em Outras Empresas	147.678,67	36.135,60	Reservas de Capital	0,25	0,25
IMOBILIZADO	**251.348,39**	**470.957,84**	Reserva Legal	42.640,87	42.342,26
Vl. históricos Corrigidos	2.446.521,04	2.422.085,04	Lucros Acumulados	559.907,70	670.246,06
Depreciações Acumuladas	(2.195.172,65)	(1.951.127,20)	**TOTAL DO PASSIVO**	**1.903.452,26**	**1.940.100,92**
TOTAL DO ATIVO	**1.903.452,26**	**1.940.100,92**			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
Saldo em 31/12/2001	**1.000.000,00**	**11.769,45**	**228.366,58**	**1.240.136,03**
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL	-	1.855,84	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	35.260,46	-
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	-	-	(109.796,90)	-
Saldo em 31/12/2002	**1.000.000,00**	**13.625,29**	**153.830,14**	**1.167.455,43**
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL	-	4.293,81	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	81.582,34	-
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	-	-	(8.815,11)	-
Saldo em 31/12/2003	**1.000.000,00**	**17.919,10**	**226.597,37**	**1.244.516,47**
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL	-	24.423,41	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	464.044,69	-
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	-	-	(20.396,00)	-
Saldo em 31/12/2004	**1.000.000,00**	**42.342,51**	**670.246,06**	**1.712.588,57**
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL	-	298,61	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	5.673,64	-
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	-	-	(116.012,00)	-
Saldo em 31/12/2005	**1.000.000,00**	**42.641,12**	**559.907,70**	**1.602.548,82**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	31/12/2005-R$	31/12/2004-R$
RECEITA OPERAC. BRUTA	**1.588.554,43**	**2.167.216,29**
Receita de serviços	1.588.554,43	2.167.216,29
Deduções de vendas	**(538.429,16)**	**(468.976,24)**
Impostos faturados	(538.429,16)	(468.976,24)
RECEITA OPERAC. LÍQUIDA	**1.050.125,27**	**1.698.240,05**
Custos dos serviços	684.585,53	642.950,48
LUCRO BRUTO	**365.539,74**	**1.055.289,57**
DESPESAS OPERACIONAIS	**384.712,36**	**333.461,04**
Despesas administrativas	375.709,31	329.924,98
Despesas financeiras	665,39	4.158,59
Receitas financeiras	(124,52)	(37.482,67)
Despesas tributárias	8.462,18	36.860,14
RESULTADO OPERACIONAL	**(19.172,62)**	**721.828,53**
Resultado não Operacional	**27.540,10**	-
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO RENDA	**8.367,48**	**721.828,53**
Contribuição social	898,21	66.536,59
Provisão para imposto de renda	1.497,02	166.823,84
RESULTADO LÍQUIDO FINAL	**5.972,25**	**488.468,10**
(lucro por ação)	**0,01**	**0,81**

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

	31/12/2005-R$	31/12/2004-R$
ORIGENS DE RECURSOS	**5.972,25**	**488.468,10**
Resultado do exercício	5.972,25	488.468,10
APLICAÇÕES DE RECURSOS	**(65.014,68)**	**837.747,77**
Aumento do realizável L. Prazo	3.961,16	489.124,53
Diminuição do exigível a L. Prazo	(76.921,46)	40.761,57
Aquisição de permanente	(108.066,38)	287.465,67
Distribuição de dividendos	116.012,00	20.396,00
VARIAÇÃO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**70.986,93**	**(349.279,67)**

VARIAÇÃO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

CONTAS	INICIAL	FINAL
Ativo circulante	80.015,95	147.472,51
Passivo circulante	117.853,99	114.323,62
VARIAÇÃO	(37.838,04)	33.148,89

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas de acordo com as diretrizes da Lei das Sociedades por ações e representam as atividades do exercício.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Imobilizado

Avaliado pelo custo e corrigidas até dezembro de 1.995, as depreciações foram calculadas pelo método linear, e os bens estão assim distribuídos:

CONTAS	31/12/2005	31/12/2004
Terrenos	13.227,67	13.227,67
Obras civis	127.710,59	127.710,59
Móveis e utensílios	30.768,17	30.768,17
Veículos	119.718,34	119.718,34
Ferramentas	8.922,48	8.922,48
Turbinas e geradores	1.141.373,50	1.141.373,50
Equipamentos elétricos	1.004.800,29	980.364,29
Soma	**2.446.521,04**	**2.422.085,04**
(-) Depreciações acumuladas	(2.195.172,65)	(1.951.127,20)
TOTAL	**251.348,39**	**470.957,84**

CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, inteiramente nacional, está assim composto:

tipo de ações	31/12/2005	31/12/2004
Quantidade ações ordinárias nominativas, sem valor nominal	604.000	604.000
Valor do capital social	R$ 1.000.000,00	R$ 1.000.000,00

JÚLIO ANDRÉ RUAS TEDESCO - Diretor Presidente

JOSÉ ADAMI NETO - Diretor

ANGELO BARRICHELLO - Diretor

JULIO CEZAR SARDÁ ARAMBURÚ - Controller-Contador - CRC/RS 36.766-S-SC

NFF 5495/067 DEMP 12195/065

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ / MF nº 03.984.987/0001-14 - NIRE 4230002545-3

Edital de Convocação de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os acionistas, a se reunirem **no dia 27/04/2006, às 16h, na sede da Cia., na Rua Adolfo Melo, 38 - 6º andar - cj. 601, na Cidade de Florianópolis/SC**, a fim de examinar, discutir e votar os seguintes assuntos: **a)** Relatórios da Diretoria, relativos ao exercício findo em 31/12/2005; **b)** Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31/12/2005; **c)** Destinação do lucro líquido apurado no exercício findo em 31/12/2005; **d)** Referendar e aprovar as matérias submetidas a esta Assembléia Geral de Acionistas conforme item 1 da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Cia. de 14/07/2004; e **e)** Eleição dos membros do Conselho de Administração, cujo mandato vigorará pelos próximos 3 anos. SP, 12/04/2006.

José Luiz de Godoy Pereira
Presidente do Conselho de Administração

NFF 5460/069 DEMP 11209/062

Investimentos e Participações Inpasa S.A. - CNPJ 82.640.616/0001-91 - **Convocação - Assembléia Geral Ordinária** - Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 27 de abril de 2006, às 8:30 (oito e trinta) horas, na sede social da empresa à Rua Hermann Hering nº 1790, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005; 2. Destinação do Resultado do Exercício de 2005 e de Reservas de exercícios anteriores; 3. Fixação da remuneração global mensal dos Administradores. Blumenau, 12 de abril de 2006. **Ivo Hering - Presidente do Conselho de Administração.**

NFF 5160/065 DEMP 11070/064

ITAGRES

ITAGRES REVESTIMENTOS CERÂMICOS S. A.

CNPJ n.º 82.584.764/0001-36

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 28 de abril de 2006, em primeira chamada às 8:30h, e em segunda chamada às 9:00h, com qualquer número de Acionistas presentes, na sede social da Companhia, na Rodovia BR – 101 km 341, s/n – Bairro São Cristóvão – Tubarão – SC., a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

A - Prestação de contas da Diretoria, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005.

B - Eleição do Diretor Presidente para o triênio 2006-2009

Tubarão - SC, 10 de abril de 2006.

A DIRETORIA

DEMP 1922/068
NF 50 58

CÍRCULO COMERCIAL E INDUSTRIAL S.A.

C.N.P.J. 52.221.157/0001-40

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Cumprindo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Contábeis correspondentes ao exercício de 2005 comparadas com o exercício anterior.Colocamo-nos ao seu dispor para qualquer informação adicional que se fizer necessária.

Gaspar (SC), 25 de Fevereiro de 2006.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro (em reais)

Ativo	2005	2004
Circulante	**1.200.179,15**	**517.222,09**
Caixa e bancos	365.635,75	51.694,73
Contas a receber de clientes	753.529,20	417.500,76
Impostos a recuperar	66.770,59	46.191,87
Outras contas a receber	14.243,61	1.834,73
Realizável a L. Prazo	**267.223,65**	**401.461,62**
Empresa coligada	267.223,65	401.461,62
Permanente	**757.492,30**	**1.035.311,75**
Investimentos	750.573,75	1.032.119,44
Imobilizado	6.918,55	3.192,31
Total	**2.224.895,10**	**1.953.995,46**

Passivo	2005	2004
Circulante	**1.310.271,21**	**840.656,71**
Fornecedores	913.033,25	353.296,87
Instituições financeiras	267.223,65	401.461,62
Obrigações fiscais e previdenciárias	3.799,89	4.184,32
Comissões e fretes a pagar	80.670,27	58.561,96
Outras contas a pagar	45.544,15	23.151,94
Exigível a L. Prazo	**353.386,81**	**44.000,00**
Empresas associadas	353.386,81	44.000,00
Patrimônio Líquido	**561.237,08**	**1.069.338,75**
Capital social	2.540.000,00	2.540.000,00
Reserva de capital	4.095,22	4.095,22
Créditos p/aum.capital em coligada	2.394.142,70	2.394.142,70
Reserva de reavaliação em coligada	472.754,85	479.156,08
Lucros ou prejuízos acumulados	(4.849.755,69)	(4.348.055,25)
Total	**2.224.895,10**	**1.953.995,46**

Demonstração do Resultado
Exercícios Findos em 31 de Dezembro (em reais)

	2005	2004
Receita Operacional Bruta	**2.867.326,51**	**2.004.639,34**
Venda de produtos e serviços	2.867.326,51	2.004.639,34
Deduções da Receita Bruta	–	**(8.370,07)**
Receita Operacional Líquida	**2.867.326,51**	**1.996.269,27**
Custo dos produtos e serviços	(1.912.020,46)	(1.220.959,73)
Lucro Bruto	**955.306,05**	**775.309,54**
Despesas/Receitas Operacionais	**(1.463.407,72)**	**(1.186.489,20)**
Com vendas	(1.113.578,27)	(632.653,32)
Gerais e administrativas	(3.277,26)	(5.932,77)
Financeiras	(65.006,50)	(52.462,10)
Equivalência patrimonial	(281.545,69)	(495.441,01)
Outras receitas operacionais	–	20.872,50
Resultado Operacional	**(508.101,67)**	**(390.307,16)**
Prejuízo Líquido do Exercício	**(508.101,67)**	**(390.307,16)**
Por ações	(0,01)	(0,00)

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (em reais)

Origens	2005	2004
Equivalência patrimonial	281.545,69	495.441,01
Provisão passivo descoberto	–	1.815.618,79
Redução do realizável a l. prazo	134.237,97	190.850,34
Aumento do exigível a l. prazo	309.386,81	–
Total	**725.170,47**	**2.501.910,14**
Aplicações: Prejuízo líq. do exercício	508.101,67	390.307,16
Redução do exigível a l. prazo	–	26.193,00
Em imobilizado	3.726,24	3.192,31
Total	**511.827,91**	**419.692,47**
Aumento/Redução Cap. Circulante	**(213.342,56)**	**(2.082.217,67)**
Demonstração Variação Capital Circulante		
Ativo Circulante: no final exercício	1.200.179,15	517.222,09
no início exercício	517.222,09	154.564,90
	(682.957,06)	(362.657,19)
Passivo Circulante: no final exerc.	1.310.271,21	840.656,71
no início exercício	840.656,71	2.560.217,19
	(469.614,50)	1.719.560,48

Demonstração dos Lucros/Prejuízos Acumulados (em reais)

	2005	2004
Saldo inicial	(4.348.055,25)	(5.486.698,84)
Realização reserva reav. coligada	6.401,23	26.330,88
Reversão reserva reav. coligada	–	553.583,33
Reversão prov.p/passivo descoberto	–	949.036,54
Prejuízo líquido do exercício	(508.101,67)	(390.307,16)
Saldo final	(4.849.755,69)	(4.348.055,25)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1 - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 2 - Os investimentos estão representados por 18,32% em ações da Novelsul S.A., cujo capital é de R$ 25.002.034 representado por 47.542.130 ações sem valor nominal, patrimônio líquido R$ 4.096.917 e resultado líquido do período (R$ 1.537.380). 3 - O capital social pertencente a acionistas domiciliados no país, é representado por 81.443.333 de ações sem valor nominal, nominativas, sendo 31.317.976 ordinárias e 50.125.357 preferênciais.

Diretoria

Angela Maria Schramm Koch - Presidente
Mauro Caobelli - Vice-Presidente
Gilson Irineu Isensee - Contador CRC/SC 024235/O-0

NIF 5471/06.0 DEMP 11218/061

PREZADO CLIENTE

A Diretoria de Gestão de Atos Oficiais da Secretaria de Estado da Administração informa que **não possui representantes** comerciais, nem revendedores autorizados. Portanto, **não** se **responsabiliza** por qualquer **serviço prestado por terceiros** ou pela autenticidade de documentos pertinentes, fornecidos pelos mesmos.

MAIORES ESCLARECIMENTOS PELO FONE:
(48) 3239-6070 / FAX 3239-6090

ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 85.131.993/0001-93 - MAFRA-SC

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

ATIVO

04	DEZ 05	DEZ
CIRCULANTE		1.565.289
1.152.275		
CAIXA		**1.669**
1.051		
BANCOS		**161.626**
40.275		
APLIC. FINANCEIRAS		**697.067**
593.562		
CONTAS A RECEBER		**263.798**
317.718		
(-) PROVISAO PARA PERDAS		**(28.862)**
(47.860)		
ESTOQUES		**99.586**
79.644		
IMPOSTOS A RECUPERAR		**49**
49		
OUTROS CRÉDITOS		**370.356**
167.836		
PERMANENTE		**2.014.987**
1.533.842		
INVESTIMENTOS		**2.133**
2.133		
IMOBILIZADO		**3.729.034**
3.069.254		
DEPREC.ACUMULADAS		**(1.716.180)**
(1.537.545)		
TOTAL DO ATIVO		**3.580.276**
2.686.117		

PASSIVO

04	DEZ 05	DEZ
CIRCULANTE		**410.311**
396.531		
FORNECEDORES		**112.174**
84.795		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		**57.156**
57.503		
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS		**18.601**
34.180		
PROVISÃO PARA FÉRIAS		**88.445**
91.900		
SERV. TERCEIRIZADOS		**22.890**
22.041		
OUTRAS OBRIGAÇÕES		**111.045**
106.112		
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**168.946**	**-**
TRIBUTOS SUB JUDICE	**168.946**	**-**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.001.019**
2.289.586		
PATRIMÔNIO SOCIAL		**1.79.350**
1.598.707		
DOAÇÕES, SUBVENÇÕES PATRIMONIAIS		**490.236**
490.236		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		**711.433**
200.643		
TOTAL DO PASSIVO		**3.580.276**
2.686.117		

BALANÇO DE RESULTADO ECONÔMIÇO
EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

04	DEZ 05	DEZ
RECEITAS OPERACIONAIS		**2.597.094**
2.313.210		
(-) DEDUÇÕES DE RECEITAS		**(56.411)**
(18.029)		
RECEITAS OP. LÍQUIDAS		**2.540.683**
2.295.181		
CUSTOS OPERACIONAIS		**(2.423.912)**
(2.117.776)		
RESULTADO OP. BRUTO		**116.771**
177.405		
DESP. /REC. OPERACIONAIS		**(433.662)**
(416.720)		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		**(59.837)**
(52.280)		
DESPESAS DE MANUTENÇÃO		**(279.058)**
(239.296)		
DESPESAS DE DEPRECIAÇÃO		**(191.635)**
(190.352)		
DESPESAS FINANCEIRAS		**(5.288)**
(3.531)		
RECEITAS FINANCEIRAS		**102.156**
68.739		
DEFICIT OPERACIONAL		**(316.891)**
(239.315)		
RESULT. NÃO OPERACIONAL		**1.028.324**
439.958		
SUPERÁVIT OP. LÍQUIDO		**711.433**
200.643		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM REAIS)

DISCRIMINAÇÃO	PAT. SOCIAL	DOAÇÕES E SUB. PAT.	SUPERÁVIT (DÉFICIT)	PAT. LÍQ.
SALDO EM 31/12/2003	1.542.068	490236	56.639	2.088.943
TRANSF. P/ PAT. SOCIAL	56.639	-	(56.639)	-
SUPERAVIT EXERCÍCIO	-	-	200.643	200.643
SALDO EM 31/12/2004	1.598.707	490236	200.643	2.289.586
TRANSF. P/ PAT. SOCIAL	200.643	-	(200.643)	-
SUPERAVIT DOEXERCÍCIO	-	-	711.433	711.433
SALDO EM 31/12/2005	1.799.350	490236	711.433	3.001.019

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES
DE RECURSOS (EM REAIS)

04	DEZ 05	DEZ
ORIGENS DE RECURSOS		**1.085.014**
390.995		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		711.433
200.643		
AUMENTO DO EXIGIVEL A LP	168.946	-
DEPRECIAÇÕES DO PERÍODO		191.635
190.352		
BAIXA DO ATIVO IMOBILIZADO	13.000	-
APLICAÇÕES DE RECURSOS		**685.780**
108.188		
AQUISIÇÕES DO IMOBILIZADO		672.780
108.188		
BAIXA DE DEP. DO IMOBILIZADO		13.000
13.000		
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		**399.234**
282.807		

DEMONTRAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM R$)

	DEZ 05	DEZ 04
ATIVO CIRCULANTE		
NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	1.152.275	806.642
NO FINAL DO EXERCÍCIO	1.565.289	1.152.275
VARIAÇÃO	413.014	345.633
PASSIVO CIRCULANTE		
NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	396.531	333.705
NO FINAL DO EXERCÍCIO	410.311	396.531
VARIAÇÃO	(62.826)	(13.780)
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**399.234**	**282.807**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação de Caridade São Vicente de Paulo foi fundada em 21 de fevereiro de 1943, sendo mantenedora do Hospital São Vicente de Paulo. Referido hospital foi inaugurado em 30 de julho de 1950 e tem como finalidade a manutenção e desenvolvimento de assistência hospitalar, operando sem fins lucrativos, reconhecida como entidade filantrópica pelo Conselho Nacional de Assistência Social, sendo que todos os recursos financeiros por ela gerados, bem como os eventuais superávits são reinvestidos em suas atividades assistenciais.

NOTA 02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, adaptadas às peculiaridades das entidades sem fins lucrativos (filantópicas). As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2004 e 2003, estão sendo apresentadas de acordo com a Lei nº 9249/95, que extinguiu a partir de 1996, a correção monetaria de balanço, e com as Resoluções nº 922 de 13/12/2001 e 926 de 19/12/2001 do Conselho Federal de Contabilidade.

NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Apuração do Superávit

As receitas e as despesas decorrentes das atividades da entidade são apropriadas de acordo com o regime de competência.

3.2 Ativo Circulante

Os ativos financeiros são apresentados pelo valor de realização , incluindo , quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização.

3.3 Ativo Permanente

Os bens do imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição ou construção corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzidos das depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base em taxas usuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

Os investimentos são demonstrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

3.4 Passivo Circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos ou variações monetárias incorridos.

3.5 Patrimônio Social

Está demonstrado pelo patrimônio inicial, acrescido dos superávits e das doações e subvenções patrimoniais, diminuído dos déficits apurados a cada ano, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

NOTA 04. Imobilizado (Em Reais)

O valor do Imobilizado está assim representado:

DESCRIÇÃO	31/12/05	31/12/04
TERRENOS	3.481	3.481
EDIFICAÇÕES	764.821	764.821
INSTALAÇÕES	269.819	247.294
MÁQ., APAR. E EQUIPOS	2.006.658	1.623.560
BENF. E MELHORAM.	460.695	255.399
VEÍCULOS	30.809	13.000
COLCHÕES E SIMILARES	126.466	116.908
UTENSÍLIOS DIVERSOS	49.285	43.591
IMOB. EM ANDAMENTO	17.000	1.200
TOTAL CUSTO CORRIGIDO	**3.729.034**	**3.069.254**
(-) DEPR. ACUMULADAS	(1.716.180)	(1.537.545)
TOTAL ATIVO IMOBILIZADO	**2.012.854**	**1.531.709**

NOTA 05. ESTOQUES (Em Reais)

A composição do estoque é a seguinte:

CONTAS	31/12/05	31/12/04
GÊN. ALIMENTÍCIOS	941	847
IMP. E MAT. EXPEDIENTE	3.807	3.875
DROGAS E MEDICAMENTOS	24.904	26.654
MATERIAIS A PACIENTES	66.929	46.019
MAT. DE LIMP. E LAVANDERIA	3.005	2.249
TOTAL EM ESTOQUE	**99.586**	**79.644**

NOTA 06. APLICAÇÕES FINANCEIRAS (EM REAIS)

	31/12/05	31/12/04
A)CADERNETA POUPANÇA CAIXA	23	21
B. DO BRASIL S/A	30.506	17.765
C) C.E.F.	103.105	-
C) BRADESCO S/A – FRF	872	968
D) B. DO BRASIL EMP MAX	96.373	350.535
E) CREDINORTE	48.683	103.334
F) BESC PRIME	132.083	111.017
G) BESC FIX CAM LUZ	65.054	9.099
H) ITAUVEST PLUS FAC	875	823
I) BESC VENDA MADEIRA	155.223	-
J) BCO DO BRASIL SUB PARL	40.169	-
L) BCO DO BRASIL SUB FNS	24.101	-
TOTAL	**697.867**	**593.562**

NOTA 07. SEGUROS

Os seguros contratados, estão de acordo com a política da Associação em relação à cobertura de seus ativos, a qual é baseada no grau de risco do sinistro a que estão sujeitos os ativos. A especificação por ramo de seguro e data de vigência está assim demonstrada:

ESPECIFICAÇÃO	VIGÊNCIA	INDENIZAÇÃO
Incêndio	29/10/05 à 29/10/06	3.660.000
Automóveis	21/09/05 à 21/09/06	135.000

NOTA 08. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS

Em atendimento ao parágrafo único, artigo 4 do Decreto nº 2.536, são demonstrados a seguir os valores relativos às isenções previdenciárias como se devidas fossem, gozadas durante o exercício 2005 e 2004.

MÊS	BENEFÍCIOS 31/12/05	BENEFÍCIOS 31/12/04
JANEIRO	24.849	19.861
FEVEREIRO	24.343	22.050
MARÇO	25.709	21.990
ABRIL	25.243	21.910
MAIO	28.913	22.530
JUNHO	25.587	22.623
JULHO	26.838	22.379
AGOSTO	26.586	23.726
SETEMBRO	27.261	23.553
OUTUBRO	27.566	23.779
NOVEMBRO	34.277	27.927
DEZEMBRO	23.703	22.828
TOTAL	320.875	275.156

NOTA 09. SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES

A Associação de Caridade São Vicente de Paulo recebeu, durante o ano de 2005, contribuições, auxílios, subvenções num total de R$ 710.889; assim representado contabilmente:

Governamentais

ORIGEM	FINALIDADE	VALOR R$
Subvenção da Pref. Mafra	Referente ajuda de custo de Manutenção da UTI	105.000
Subvenção da Pref. R. Negro	Referente ajuda de custo de Manutenção da UTI	16.000
Subvenção da Pref. Itaiopolis	Referente ajuda de custos de Manutenção da UTI	12.000
Subvenção do Min.da Saúde	Referente ajuda de custo para aquisição materiais e medicamentos	64.000
Subvenção Estadual para ampliação Uti	Refeente ajuda de custo para ampliação das instalações da UTI	120.000
	TOTAL	317.000

Particulares

ORIGEM	FINALIDADE	VALOR R$
Doações de Pessoas Físicas	Manutenção dos serviços de saúde	11.501
Campanha do Combustível	Manutenção dos serviços de saúde	1.595
Campanha da Luz	Manutenção dos serviços de saúde	57.728
Doações de Pessoas Jurídicas	Manutenção dos serviços de saúde	11.345
Mensalidade dos Sócios	Manutenção dos serviços de saúde	6.720
Doação do DNIT-Arvores	Aquisição do Arco Cirurgico	305.000
	TOTAL	**393.889**

NOTA 10 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sendo a Associação uma entidade filantrópica que visa, principalmente às pessoas carentes da comunidade, concedeu, no ano de 2005, o montante de R$ 316.891 a título de assistência social, relativo ao Déficit Operacional do Exercício correspondendo ao atendimento prestado aos usuários do SUS, que representou 68,75% do total de atendimentos.

NOTA 11. FILANTROPIA

A Associação de Caridade São Vicente de Paulo, é uma entidade filantrópica reconhecida pelo Conselho Nacional de Assistência Social, sendo que todos os recursos financeiros por ela gerados são reinvestidos em benefício da sua atividade principal.

- Aplica suas receitas, rendas, rendimentos e o eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- aplica as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas;
- não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto;
- não percebem seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes, remuneração, vantagens, benefícios direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- destina em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, o eventual patrimônio remanescente a entidade congênere registrada no CNAS ou entidade pública.

NOTA 12. PIS/IMUNIDADE/TUTELA ANTECIPADA

Em 25/10/2002, a Associação obteve na Justiça Federal – Seção Judiciária de Santa Catarina, liminar com tutela antecipada de sua imunidade à contribuição para o PIS à base de 1% sobre a Folha de Pagamento. Entretanto, até que a ação transite em julgado, os valores relativos à referida contribuição continuam sendo apurados e contabilizados, normalmente, como se devidos fossem, sendo inclusive, constituído fundo de reserva precavendo-se contra uma remota, mas possível, reforma da sentença, cujo montante do fundo de reserva em 31/12/2005 estava em R$ 30.506 (Caderneta de Poupança –Banco do Brasil).

NOTA 13. TRIBUTOS SOBRE A IMPORTAÇÃO DO EQUIPAMENTO ARCO EM C

Em 04/12/2005, a Associação obteve liminares na Justiça, favoráveis a Associação, contra a cobrança dos tributos incidentes na importação do equipamento Arco em C, da Siemens SA. Entretanto, como os mesmos foram lançados pela Receita Federal (Imposto de Importação, IPI, PIS e COFINS) e pela Receita Estadual (ICMS), no valor total de R$ 137.743, a entidade procedeu a contabilização deste montante no Passivo Exigível a Longo Prazo, conforme segue:

Imposto de Importação.....R$ 42.614
IPI.....R$ 17.350
COFINS.....R$ 31.742
PIS.....R$ 6.891
ICMS.....R$ 39.146

Total.....R$ 137.743

NOTA 14. TRIBUTOS *SUB JUDICE* (PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO)

A conta está assim composta:

Tributos sobre importação, conforme nota 13 .....R$ 137.743
PIS s/ Folha de Pagamento .....R$ 31.203

Total .....R$ 168.946

HILSON OVANDE STEIDEL — Presidente
ADILSON BANNACH — Tesoureiro

LISANDRO STACZUK
Contabilista
CRC-SC 021406/O-5

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
Diretores e Mantenedores da
ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO

1. Examinamos o Balanço Patrimonial da **ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO**, levantados em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, e as respectivas demonstrações do superavit, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados;(c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO**, em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, o superávit de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes ao exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Mafra-SC, 10 de março de 2006.

SELECTA AUDITORES INDEPEND. — CRC-SC Nº 001187/O-7
NATÓLIO DE SOUZA — CONTADOR — CRC-SC Nº 008359/O-8

DEMG 93/068

TÊXTIL RENAUX S.A.
CNPJ/MF 82.982.075/0001-80
Assembléia Geral de Debenturistas da
1ª EmissãoPública de Debêntures da Têxtil Renaux S.A.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Têxtil Renaux S.A, na qualidade de Companhia Emissora da 1ª Emissão Pública de Debêntures, de acordo com os artigos 71 e 124 da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, convoca todos os titulares das debêntures em circulação da 1ª Emissão pública para comparecerem na Assembléia Geral de Debenturistas a ser realizada no dia 03 de maio de 2006, às 11 horas, na sede do Agente Fiduciário - **Planner Corretora de Valores S.A.**, localizada na Av. Paulista nº 2.439 - 11º andar, Cidade e Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Apreciar e deliberar sobre a proposta da Companhia Emissora para a alteração das características da emissão, especificamente, quanto: (i) Remuneração (cláusula 4.9 da Escritura de Emissão); (ii) Amortização (cláusula 4.10 da Escritura de Emissão); (iii) Constituição de Conta Reserva de Amortização (cláusula 4.13 da Escritura de Emissão);
2. Providências a serem tomadas pelo Agente Fiduciário em virtude das Notificações de Inadimplência encaminhadas à Emissora em 03 de abril de 2006;
3. Autorizar que o Agente Fiduciário firme os instrumentos necessários para contemplar as deliberações a serem tomadas na assembléia; e
4. Outros assuntos relacionados aos itens desta pauta, além de outras matérias de interesse dos debenturistas.

A proposta citada no item (1) da ordem do dia, encontra-se disponível para análise na sede do Agente Fiduciário.

São Paulo, 17 de abril de 2006
Têxtil Renaux S.A.

NFF 5466/067 DEMP 11219/068

METALÚRGICA DUQUE Sociedade Anônima — NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES — AÇÃO

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 84.683.762/0001-20

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

São convidados os Senhores Acionistas desta sociedade para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede social, na Rua Engelberto Otto Hagemann, 396, nesta cidade de Joinville, Santa Catarina, às 11:30 horas do dia 28 de abril de 2006, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) A.G.O.: 1.) Apreciar Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005; 2.) Aprovar a destinação do resultado líquido do exercício e homologar a distribuição de dividendos; 3.)Fixação da remuneração dos Administradores. b) A.G.E.: 1.) Aprovar aumento do Capital Social de R$ 37.000.000,00 para R$ 39.000.000,00, mediante incorporação de R$ 2.000.000,00, parte da conta Reserva de Lucros, sem emissão de novas ações; 2.) Alteração do artigo 5º. do Estatuto Social.

Joinville, 12 de abril de 2006. **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.**

NFF 5166/063 DEMP 11088/065

COMPANHIA HIDROMINERAL DE PIRATUBA
CNPJ: 83.076.315/0001-40
AV. 18 DE FEVEREIRO, 2455
PIRATUBA – SC

SÚMULA DO CONTRATO Nº 06/2006 DE 10/04/2006

OBJETO: TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL
CONCEDENTE: Companhia Hidromineral de Piratuba
CONCESSIONÁRIA: Panita Pães e Doces Ltda.
DATA RESCISÓRIA: A partir de 11/04/2006
Piratuba (SC), 10 de abril de 2006.

CÉZAR LEOBET – DIRETOR PRESIDENTE

5392 DEMA

METALURGICA CLEIBER LTDA

Torna público que requereu à FATMA - Fundação do Meio Ambiente, as Licenças Ambientais Prévia, de instalação e de Operação, para Atividade de Fabricação de parafusos, arruelas e pregos de metais na Rua Ilediuino Francisco de Souza, 266 - Bairro São Rafael, município de Santa Rosa do Sul/SC e não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.